

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (org.)

A EMERGÊNCIA DO SOCIAL

Coleção Ciência e Desenvolvimento

1

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



DOI

10.29327/510350

**Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (org.)**

A EMERGÊNCIA DO SOCIAL

ISBN 978-85-5453-018-1

**FRANCA
Uni-FACEF
2019**

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Prof^a Dr^a Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Prof^a. Ma. Flávia Haddad França

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Prof^a Dr^a Edna Maria Campanhol

COORDENADORA DE MARKETING

Prof^a Ma. Alba V. Penteado Orsolini

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Me. Paulo Sérgio Moreira Guedine

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Prof^a. Ma. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facuri

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Prof^a. Dr^a. Lívia Maria Lopes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Me. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof^a. Ma. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Prof^a Dr^a Ana Lúcia Furquim de Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Dr^a Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Prof^a Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Prof^a Dr^a Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DE DEPARTAMENTOS DOS CURSOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ENGENHARIA DE SOFTWARE e CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel F. Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Bárbara Fadel (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano (Uni-FACEF)
Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Sílvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Emerson Rasera (UFU)
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)
Vânia de Fátima Martino (UNESP)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
Alfredo José Machado Neto
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sílvio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva
Noemia Lopes Toledo
Lucas Antônio Santos
Alexandre Manoel Pereira
Édney Wésley Antunes

© 2019 dos autores

Direitos de publicação Uni-FACEF
www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v. 1.

O51g	Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta e (Orgs.) A emergência do social. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Silvia Regina Viel; Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana Justo Smith; Welton Roberto Silva (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; 2019. 282p.; il.
	ISBN Coleção 978-85-5453-017-4 ISBN Volume 978-85-5453-018-1 DOI 10.29327/510350
	1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Iniciação Científica. 3.Pesquisa. 4.Metodologia. I.T.
	CDD 658

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

É com muita alegria que aceitei o convite para prefaciar este e-book que testemunha a vibração do Uni-FACEF em promover a discussão científica, tecnológica e docente em Congresso aberto à comunidade.

A obra mostra as questões que incomodam os buscadores de aprimoramento pessoal e profissional e, sobretudo, refresca o pensar universitário.

Os trabalhos que foram apresentados indicam os caminhos que estão sendo trilhados no entendimento de ações que engendram o sentido da vida – a emergência do social. Emergência, no sentido do verbo emergir, que traz a tona e ao conhecimento dos leitores as preocupações sociais de um grupo de pesquisadores jovens na pesquisa científica, tecnológica e docente. Emergência, no sentido de uma medida de tempo social, em que as questões sociais se apresentam como crise, urgência, acidente, catástrofe.

Os 28 (vinte e oito trabalhos) da série não apenas mostram a emergência do social, alertam para a emergência social traduzida na necessidade de fortalecimento das categorias profissionais relacionadas às ações sociais cotidianas – os professores, os assistentes sociais, os psicólogos, os filósofos, os médicos, os enfermeiros, os artistas, os advogados, os juizes, os promotores, os políticos, os tecnólogos. Além disso, colocam no centro da emergência social algumas instituições importantes para ações sociais não somente em tempos de crise e urgência - as escolas, as APAEs, as empresas em geral, as unidades de terapia, os asilos, a Universidade, os órgãos públicos em geral, os sindicatos. A história dos caminhos percorridos pelo homem na sua expressão racional e subjetiva, ampliada pela intersubjetividade, que pressupõe a sociabilidade com liberdade, igualmente, está presente nos artigos apresentados no valoroso Congresso. Questões individuais e todos os seus contornos sociais estão presentes em reflexões sérias que exigem ações de emergência e de tempo contínuo – a moradia em rua, a pessoa idosa, o abuso sexual, a saúde física e mental, a educação, a inclusão social, o aprendizado, as cotas, as necessidades especiais, a humanização, a cidadania, a ética, a qualidade de vida, os animais de rua.

A riqueza de reflexões trazidas pelos artigos da série inquieta, incomoda, incita ansiedade. No entanto, para uma professora que se dedica à causa de motivar ações cotidianas válidas para o convívio social melhor qualificado, representa uma esperança de efetivas políticas e ações sociais nesse rumo.

É uma emergência social formar e apoiar pessoas dedicadas a pensar o mundo e fazê-lo melhor.

Parabéns aos autores.

Parabéns aos responsáveis pelo evento e publicação dos artigos.

Edna Maria Campanhol
Docente do *Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca*

SUMÁRIO

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I NA CIDADE DE FRANCA-SP	9
A INFLUÊNCIA DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO NA VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, DO MUNICÍPIO DE FRANCA	23
A INTERFACE ENTRE O HOMEM E A MÚSICA E SUAS REPERCUSSÕES.....	30
“A história do Serviço Social na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil.....	44
ABUSO SEXUAL: um breve estudo teórico sobre as consequências psicossociais na vida de uma mulher	51
APAE: Um exemplo de assistência à educação, saúde e inclusão social dedicado a alunos excepcionais.....	70
APRENDENDO A ESTUDAR: A prática necessária.	79
AS CONCEPÇÕES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	85
AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP	100
AS POLÍTICAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL COMO ENFRENTAMENTO DA CULPABILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS AINDA NO SÉCULO XXI.....	105
ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E O ACESSO A CIDADANIA.....	110
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: promoção de atendimento humanizado	117
CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: ruptura com paradigmas de exclusão.....	124
DIFERENÇAS NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS COM ALZHEIMER COM E SEM ESTIMULAÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM ASILOS.	136
ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL	150
FIM DO SINDICALISMO NO BRASIL: perspectiva histórico-crítica do movimento sindical brasileiro	159
FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: HERANÇA A SER REDEFINIDA.....	167
INCLUSÃO DE DEFICIENTE FÍSICO NO AMBIENTE LABORAL: a atuação do profissional de Serviço Social na garantia de direitos	174
O ALUNO SURDO E A UNIVERSIDADE: lidando com as diferenças	180
O QUE TEM SIDO FEITO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASIL: da Gênese até na contemporaneidade.	192

O RECONHECIMENTO NA FILOSOFIA HEGELIANA: uma análise a partir da dialética do senhor e do escravo.....	200
O SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS: a análise da conjuntura atual e a ética como fator determinante.....	213
POLÍTICA SOCIAL E SUA NATUREZA CONTRADITÓRIA ENQUANTO RESPOSTA INSTITUCIONALIZADA DO SISTEMA CAPITALISTA	217
PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: Assistente Social, Agente Estatal Operacional ou Profissional Teórico Metodológico e Técnico Operativo.....	221
“QUESTÃO SOCIAL”: COMPREENDENDO SUAS EXPRESSÕES.....	244
REFLEXÕES SOBRE MORAL E ÉTICA EM UMA PERSPECTIVA HISTORICISTA	252
TECNOLOGIA SOCIAL APLICADA A ANIMAIS DE RUA.....	261
ÍNDICE	281

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I NA CIDADE DE FRANCA-SP

Giovana Zanardo Costa Pinto
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
giovanazcp13@gmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Psicologia – Uni-FACEF
mcherubina@facef.br

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por Educação Inclusiva o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede regular de ensino. O conceito começou a ser construído em território nacional a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), documento internacional que defende o conceito de que “[...] cada criança possui suas próprias características, interesses, habilidades e necessidade de aprendizagem que são únicas”.

Para Mantoan (2003), o aluno tem o direito desde o começo de sua vida escolar a ter suas necessidades consideradas por um sistema de ensino moldado em função destas. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), quando uma criança NEE é incluída em uma classe comum, faz-se necessário além da capacitação do Professor Titular de Classe, a capacitação de educadores especiais especializados que acompanharão o processo de aprendizagem e socialização deste aluno.

Foi a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que surgiu, no Brasil, como opção para a efetivação da inclusão escolar o profissional especializado dentro da sala de aula que estivesse em parceria com o professor de classe com o objetivo de auxiliar e mediar o processo de aprendizagem da criança com necessidades educacionais especiais (NEE). Apesar de o professor mediador ser um dos “instrumentos” mais comuns no processo de inclusão, se tem pouco material teórico sobre o tema, sendo este um fator relevante para a realização desta pesquisa.

Havendo a falta de conhecimento sobre o papel deste profissional, somado aos desafios constantemente enfrentados para a efetivação de uma Educação Inclusiva pesquisar o papel do Professor Mediador justifica-se pela falta de conhecimento da função mesmo por parte dos profissionais que exercem essa função (MOUSINHO et al., 2010). A relevância social deste trabalho, portanto, encontra-se no fato de que os dados levantados poderão posteriormente ser utilizados a fim de traçar estratégias que permitam novas alternativas de inclusão

através do Professor Mediador, para tanto, serão investigadas as atuais formas de execução desta profissão na cidade de Franca-SP.

O problema de pesquisa que norteia este estudo é: Como os Professores Mediadores da cidade de Franca – SP inseridos no Ensino Fundamental I iniciam, permanecem, fundamentam e percebem o seu trabalho?

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** verificar como os Professores Mediadores das escolas de Ensino Fundamental I de Franca - SP exercem e fundamentam a sua função, suas visões sobre Deficiência, Inclusão e o seu exercício enquanto Professor Mediador.

Os **objetivos específicos** são: reconhecer o papel do professor diante da Diversidade Escolar; buscar compreender através da literatura estudos sobre a função do Professor Mediador e analisar o discurso de Professores Mediadores da cidade de Franca – SP em relação a função exercida.

2 O PROFESSOR MEDIADOR DIANTE DA INCLUSÃO ESCOLAR

A Educação Inclusiva se desenvolve a partir da inclusão efetiva de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede regular de ensino em suas variadas etapas a partir de uma proposta de educação para todos. Deste ponto de vista, o aluno tem o direito desde o começo de sua vida escolar a ter suas particularidades consideradas pelo sistema de ensino, que se moldará em função desta (MANTOAN, 2003). Para tanto, faz-se necessário desenvolver novas formas de ensino e quebrar paradigmas impostos pelo ensino tradicional.

Por serem traçadas novas estratégias de aprendizagem para alunos NEE, pode-se ter a falsa ideia de que incluir significa exigir menos dos alunos que são considerados incluídos, no entanto, incluir significa reconhecer os limites dos alunos NEE e que estes possuem formas diferentes de aprendizagem, por vezes mais lenta ou mais rápida. Busca-se, portanto, o máximo da capacidade do aluno, a fim de realmente extrair uma aprendizagem significativa (SANCHEZ; TEODORO, 2006).

Para que a Inclusão Escolar seja efetiva faz-se necessário o envolvimento de diversos profissionais da Educação e da Saúde. Dentre eles, destaca-se o papel dos professores que irão lidar diariamente com o indivíduo incluído, os Professores Titulares de Classe na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e os professores das diversas disciplinas nas demais etapas de ensino (ROSIN-PINOLA; DEL PRETTE, 2014).

Percebe-se que as experiências escolares iniciais e a relação professor-aluno são de influência notória nos possíveis problemas trazidos pelos alunos em geral (NASCIMENTO et al., 2013). Estando, de fato, no contexto escolar o professor é considerado como o facilitador do processo ensino-aprendizagem e o

agente responsável, prioritariamente, pela efetividade deste processo (TAVARES et al., 2016).

Ressalta-se a importância do preparo para além do conhecimento científico e teórico, estendendo-se para o conhecimento prático uma vez que a atuação prática diante do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é a maior dificuldade dos professores. Dentro da prática, as habilidades sociais do professor são essenciais para o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Sendo assim, faz-se necessário o preparo teórico, prático e social do professor, não só em casos de inclusão e diversidade escolar, mas para com todos os alunos (TAVARES et al., 2016). Sendo assim, uma vez que o Professor de classe deve lidar com as diversas necessidades da classe, é relevante reconhecer o trabalho em equipe.

As primeiras aparições dos Professores Mediadores como recurso para Inclusão Escolar foram na França, entre 1998 e 2003, onde os professores mediadores eram fundamentalmente treinados em razão do tipo de deficiência atendido (MOUSINHO et al., 2010). Na América do Norte, por sua vez, a mediação envolve toda a equipe de trabalho (professores, psicólogos, fonoaudiólogos), tendo como princípio conhecer a totalidade do aluno trabalhado (MOUSINHO et al., 2010).

No Brasil, ainda que sem nenhum registro oficial o Professor Mediador é pautado desde o início dos anos 2000, quando acompanhavam as crianças que necessitavam de auxílio dentro de sala de aula, sendo o Professor Mediador orientado pelos profissionais que acompanhavam a criança fora da escola. A formação referente aos Professores Mediadores em todos os países citados é de área da saúde ou educacional, no entanto, o que muito se vê é a utilização de estagiários ou profissionais não adequados para o cargo (MOUSINHO et al., 2010).

Para que o Professor Mediador tenha o seu espaço necessário dentro dos contextos de Educação, faz-se necessário conhecê-lo e analisá-lo, bem como conhecer e analisar a Educação Inclusiva em sua totalidade. Devem ser desenvolvidas pesquisas científicas e manifestações políticas que defendam e reconheçam a efetividade ou não do Professor Mediador mediante a Educação Inclusiva.

3 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO PROFESSOR MEDIADOR

O Professor Mediador é responsável por frequentar a sala de aula e acompanhar individualmente o aluno com deficiência facilitando o seu desenvolvimento, auxiliando nas atividades escolares e locomoção (CAVALCANTI, 2016). Particularmente, por estar em uma função relativamente nova, pouco pesquisada e carente de formação também está incluído no grupo que enfrenta dificuldades para a execução do movimento de Inclusão Escolar.

A literatura traz diversas nomenclaturas para o Professor Mediador e dentre elas, não há nenhuma oficial. Além disso, as funções exercidas por este profissional podem variar entre o desenvolvimento pedagógico e cuidados higiênicos, de saúde e de rotina (CAVALCANTI, 2016).

O profissional que atua como Professor Mediador possui funções determinadas pelas diversas instituições escolares nas quais estão presentes, o que pode ou não ir de acordo com as reais necessidades para a boa execução e eficácia deste trabalho (CAVALCANTI, 2016). Grande parte dos profissionais que atuam como Professores Mediadores são estagiários que ainda não concluíram seus cursos e que abandonam a função assim que o concluem, sendo geralmente estudantes de Pedagogia e Psicologia (MOUSINHO, 2010).

Segundo Cavalcanti (2016), ainda há, nas escolas, o despreparo e a falta de formação para receber as Pessoas com Deficiência (PCD). A mesma coloca como ponto essencial para a funcionalidade da Inclusão através dos Professores Mediadores que estes busquem cursos de capacitação, mas, essencialmente, conheçam seus alunos e suas características individuais para que este possa ser melhor atendido não só pedagogicamente, mas também socialmente.

Faz-se de suma importância reconhecer as pessoas incluídas como indivíduos, independentemente de sua NEE. Segundo Machado (2004), os alunos são muitas vezes denominados pela equipe que o acolhe como “aluno de inclusão”, porém esta nomenclatura em si, aliada aos juízos de valor e ao discurso a ela associados, já alimenta o movimento de inclusão desta pessoa. Incluir significa reconhecer a particularidade de todos os estudantes independentemente de suas NEE. Cabe não só ao Professor Mediador, mas a toda a equipe envolvida desvendar esse processo de desenvolvimento dos potenciais dos estudantes (MACHADO, 2004).

Apesar de os sintomas encontrados nas diversas NEE serem, geralmente, possíveis de serem previstos e diagnosticados previamente, estes podem vir a manifestar-se de forma diferente em cada aluno. Sendo assim, é importante que o Professor Mediador reconheça as particularidades de cada indivíduo que acompanha. O que funciona com uma criança pode não funcionar com outra (MOUSINHO, 2010).

Se como princípio básico para a realização do trabalho do Professor Mediador se tem de compreender as particularidades de cada indivíduo, reconhece-se também a necessidade de que o currículo pedagógico seja inclusivo, admitindo as ações educativas que vão de encontro com as necessidades particulares de cada um dos alunos (HENRIQUES, 2012).

Segundo Henriques (2012), o currículo é o caminho percorrido pelo estudante, sendo este composto pela experiência, abrangendo situações individuais e coletivas. O currículo escolar é o núcleo de uma atividade educacional previamente estabelecido, ele abrange o conteúdo formal que o aluno irá aprender. No currículo escolar encontram-se as diversas áreas do conhecimento que serão trabalhadas com o aluno.

Nesta lógica, o professor titular de classe ou responsável por uma disciplina será responsável por criar as adaptações curriculares enquanto o

Professor Mediador será responsável por executá-lo com o aluno. A presença de um Professor Mediador em sala de aula permite que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) possam realizar as atividades propostas pelos professores durante as aulas, despertando o gosto por estas (CAVALCANTI, 2016).

Além do Professor Mediador, para um efetivo investimento no processo de Inclusão Escolar e em suas diversas estratégias de execução, é necessário considerar as parcerias entre o Professor Titular de Classe, Professor Mediador e demais profissionais envolvidos - psicólogos, psicopedagogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros. É fundamental que a parceria aconteça dentro e fora do contexto escolar. Este ponto de vista supõe, portanto, unir saberes a favor da mudança de paradigmas e da construção de um contexto favorável à inclusão de pessoas com NEE (ROSIN-PINOLA; DEL PRETTE, 2014).

Em um sentido mais amplo, o papel de todos os profissionais em conjunto com o Professor Mediador acaba por unir-se, uma vez que todos estes buscam criar ambientes adequados para a inclusão de uma pessoa com NEE, construindo seu saber e desenvolvendo suas habilidades, potencialidades, talentos e socialização. Faz-se de suma importância que os profissionais estejam sempre se relacionando a fim de beneficiar os alunos (CAVALCANTI, 2016).

Neste sentido, é importante ressaltar que a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pelo Professor Mediador em seu exercício não é apenas responsabilidade própria da profissão, mas de todo um sistema que ainda não está completo e pronto para recebê-lo. Isto é, ainda há diversos pontos que devem ser vistos e/ou revistos para a plena atividade destes.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada. Para Minayo (1999) as pesquisas de característica qualitativa têm como objetivo investigar um nível de realidade que não é possível de ser quantificado. Foi utilizada a entrevista semiestruturada para dar abertura para a maior interação da pesquisadora com as participantes, pois essa modalidade de entrevista permite o aprofundamento em questões conforme as falas de cada participante.

A pesquisa contou com a participação de 04 professoras mediadoras que acompanharam uma mesma criança durante o ano letivo de 2018, sendo que todas possuíam mais de 18 anos. Todas as crianças acompanhadas estavam matriculadas no Ensino Fundamental I em escolas da cidade de Franca-SP, sendo metade destas da rede pública de ensino e metade destas da rede particular.

A composição da amostra foi realizada pelo método não-probabilístico de conveniência, segundo o qual o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis, indicados por pessoas conhecidas que facilitam o contato rápido e direto com participantes em potencial (OLIVEIRA, 2001).

Para a concretização deste contato, foram contatadas quatro Escolas de Educação Básica da cidade, a fim de solicitar a permissão para a realização das entrevistas nas estruturas da escola. Uma vez convidadas as participantes e aceita a proposta, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com cada uma das participantes a fim de que se tenha o respeito em relação aos participantes considerando sua dignidade e autonomia. Foi também solicitada a permissão para que a entrevista fosse gravada, e os nomes fictícios foram escolhidos pelas próprias participantes. Vale ressaltar que antes da realização das entrevistas, o projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que esse cuidado é para garantir a eticidade da mesma.

O roteiro da entrevista semi-estruturada foi previamente construídas pela pesquisadora juntamente com a orientadora, e contava com questionamentos que fundamentam a compreensão da inserção, da atuação e da percepção a cerca do cargo exercido por cada professora mediadora. As informações acessadas durante as entrevistas foram posteriormente analisadas através de categorias temáticas elaboradas a partir do conteúdo identificado e previamente estabelecido.

5 ANÁLISE DE DADOS

A apresentação e discussão dos resultados coletados durante o processo de pesquisa serão apresentadas parcialmente neste trabalho, visto que a pesquisa está sendo desenvolvida pelo Programa Institucional de Iniciação Científica/ CNPQ. Os resultados serão apresentados em categorias, sendo elas: Ideia e prática envolvidas no processo de inclusão; Percepção da Deficiência e Mediação e vínculo.

Foram quatro Professoras Mediadoras entrevistadas, sendo elas: Alice, Maria Clara, Patrícia e Isadora. Dentre os sujeitos pesquisados todas são mulheres maiores de idade sendo que três (Maria Clara, Patrícia e Isadora) são estagiárias e uma (Alice) Professora Efetiva realocada de outro cargo. Duas (Alice e Patrícia) são da rede pública de ensino e duas (Maria Clara e Isadora) da rede privada. Com exceção do segundo ano do Fundamental I, todas as outras séries foram contempladas, sendo que cada uma acompanhou um aluno de uma série diferente, o que deve ser levado em consideração. Os diagnósticos das crianças acompanhadas são: Síndrome de Down (Isadora-Isadora), Autismo (Isabela – Maria Clara) e Deficiência Intelectual (Breno – Patrícia). Uma das crianças não possui diagnóstico fechado (Rafael – Alice). Os nomes das participantes e dos estudantes com NEE que acompanham são fictícios, com o intuito de preservar a identidade dos mesmos.

5.1 Ideia e Prática Envolvidas no Processo de Inclusão

Inicialmente, faz-se necessário compreender o que é inclusão para cada uma das participantes da pesquisa. Em geral, foi possível reconhecer diferenças entre aquilo que é o processo ideal de inclusão e como ela acontece na prática. Para tanto, foram incluídas nessa categoria as visões das participantes a cerca da Educação Inclusiva e suas vivências práticas a partir daquilo que idealizam.

Para Lima (2018), apesar de a Educação Inclusiva ser amparada legalmente, ainda há dificuldades na dinâmica de funcionamento no que diz respeito a inclusão e exclusão. Percebe-se um distanciamento entre a fundamentação teórica da inclusão e a sua prática dentro das escolas brasileiras. A distância entre a teoria e a prática de inclusão escolar é ressaltada pela Professora Mediadora Alice que afirma acreditar que a inclusão acontece, mas por enquanto ainda está muito longe do que está previsto legalmente. Patrícia diz que “a teoria da inclusão é linda, mas na prática é bem difícil”, ressaltando que apesar do fato de o ideal de inclusão ser bonito e bem estruturado, ainda falta respaldo para a efetivação desta na prática do dia a dia.

Dentre as participantes, foi possível perceber que todas estas colocam como fundamental para a real eficiência da inclusão dos alunos a compreensão das particularidades de cada caso de acompanhamento. Isto é, não há uma receita de inclusão como pode ser suposto: é um processo a ser construído de forma singular e cuidadosa. Não é possível delimitar previamente uma rotina de trabalho para o Professor Mediador sem que anteriormente ele compreenda a criança que media. Todos os casos devem ser analisados separadamente e de forma única, compreendendo suas necessidades e potencialidades, bem como a forma de funcionamento nos quesitos de aprendizagem, socialização e desenvolvimento.

Alice discorre sobre a importância de, para além de analisar caso a caso, compreender a inserção deste indivíduo no coletivo. Para ela, o aluno precisa ser trabalhado individualmente antes que seja socializado com as demais crianças e a escola não está preparada para tanto. Em sua crença, uma vez que as pessoas se comprometerem em compreender a inclusão e fazê-la acontecer, será possível que a inclusão ocorra de forma saudável e efetiva.

Escola é um processo, é um lugar em que se trabalha o coletivo. Sim, trabalha o coletivo. Mas você só consegue no coletivo o que é do coletivo. O que é individual é individual. Você nunca vai conseguir no coletivo aquilo que só se consegue no individual. Não adianta você colocar vinte e cinco crianças aqui e achar que são homogenias, não existe sala homogenia. São heterogenias mesmo, é misturado, é diferente. E acho que a inclusão só vai acontecer o dia que realmente, todo mundo realmente, conseguir analisar caso a caso e atender as necessidades, nem diria especiais, mas a necessidade da criança (Alice).

Por compreender que a inclusão deve ser praticada por um todo, ou seja, por todo o contexto e agente escolares, Alice não acredita que a inclusão da forma que aconteça seja efetiva. A prática do Professor Mediador leva os agentes escolares a compreenderem que a responsabilidade pela inclusão escolar daquela criança é responsabilidade apenas, e exclusivamente, do Professor Mediador que a acompanha.

Assim como Alice, Maria Clara compreende a importância de trabalhar o coletivo e o individual. Em seu ideal de inclusão escolar, todos da escola tem contato e conhecimento com o aluno. Desta forma, há a mobilização de todo o contexto escolar para que aconteça a inclusão efetiva desta. Segundo Prette (1998), o sucesso escolar está intimamente ligado às habilidades sociais desenvolvidas, havendo relação entre o baixo rendimento escolar e a dificuldade de relações interpessoais seja o aluno deficiente ou não. Desta forma, compreende-se a socialização do indivíduo a ser incluído como fundamental para a continuidade do trabalho de forma individual.

Para Sanchez e Teodoro (2006), a Integração Escolar é a desinstitucionalização das pessoas NEE, consistindo na inserção destes no ambiente regular de ensino, permitindo a integração institucional, temporal e social. No entanto, ainda não se desenvolvia a aprendizagem. Foi através da Integração que se tornou possível a Inclusão Escolar, que tem por objetivo que todos aprendam juntos, buscando a equidade.

Eu aprendi que o incluir e o inserir é diferente. Todo mundo hoje tem o direito a estar inserido na escola regular, mas nem todos estão incluídos. Com relação a, justamente, o ensino, ao currículo adaptados as dificuldades – isso é uma dificuldade que ainda existe muito grande (Patrícia).

É possível perceber que em alguns casos as crianças são integradas e não incluídas em ambiente escolar. Em alguns casos, ainda que sejam incluídas, em algumas situações escolares são apenas inseridas, como Isadora conta sobre a criança que acompanhou, Isadora, a qual apesar de estar incluída em sala de aula, não acompanhava as aulas extras, estando segregada do grupo realizando outras atividades que iam de encontro com seu interesse.

Ainda assim, no ponto de vista de Isadora, mesmo que o aluno não consiga acompanhar a turma e tenha que realizar atividades diferentes das que estão sendo realizadas pelos colegas, é fundamental que ele seja tratado como igual e se sinta confortável. Tal situação acontece, muitas vezes, quando ainda há a defasagem de conhecimento anterior. Isto é, uma vez que o aluno não conseguiu desenvolver o que a turma aprendeu em um momento anterior, o Professor Mediador terá que retomar este conteúdo ainda em sala de aula, levando em consideração o ritmo de aprendizagem do aluno que acompanha.

Assim, inclusão ainda eu acho até uma palavra meio assim, por que a Isa por exemplo, ela tá lá na sala e ela realmente é muito incluída lá, com os alunos. Nunca teve sabe? Diferença nenhuma. E as vezes a atividade pode ser diferente, é uma atividade que dá para ela acompanhar, mas em questão de você deixar o aluno confortável, e aí tá o aluno incluído mesmo. Algumas atividades ela fazia junto com a sala, mas mesmo se ela fizesse diferente, é você tratar igual, porque é igual, não tem nada de diferente (Isadora).

Desta forma, percebe-se que a eficiência ou não da inclusão na prática se difere a partir da visão de inclusão de cada uma das entrevistadas. Em alguns casos, o mais importante é o socializar enquanto em outros é a aprendizagem ou o comportamento. Vale ressaltar que a inclusão deve abranger todos estes aspectos, de tal forma que o indivíduo seja verdadeiramente incluído de forma global no ambiente escolar.

Em geral, se vê uma distância entre o ideal e o prático. Tal fato se concretiza na falta de preparação das instituições escolares para receber o aluno NEE. Para tanto, Mantoan (2003) propõe que o modelo escolar seja recriado, tendo como eixo uma escola para todos e vise o desenvolvimento geral de todos os que ali estão.

5.2 Percepção da Deficiência

Uma vez compreendida a visão e a prática de Inclusão de cada uma das Professoras Mediadoras entrevistadas, faz-se necessário reconhecer a percepção delas a respeito da Deficiência da criança que acompanhou e as vivências relacionadas. Desta forma, esta categoria trata o conceito de Deficiência sob a ótica das participantes, especificamente, em relação ao aluno que acompanhou, buscando reconhecer os relatos oferecidos nas entrevistas. Também estão presentes as noções de capacidade, incapacidade e desvantagem.

Para Nogueira Júnior (2008), deficiência é toda e qualquer perda, falta ou modificação de estrutura. A deficiência é orgânica e inquestionável. Para ele, a incapacidade é uma consequência da deficiência, sendo uma restrição que o indivíduo possui para realizar determinada atividade. No entanto, as pessoas NEE ainda possuem suas capacidades, e, para Patrícia este é um empecilho para o desenvolvimento da inclusão escolar.

Até então, eu olhava a Deficiência como uma Incapacidade e eu aprendi que eles são capazes. E que justamente por serem capazes é muito mais difícil. É difícil porque eles não têm o respaldo que eles precisam, é difícil porque a gente não tem o respaldo que a gente precisa para dar para eles (Patrícia).

A partir da prática como Professora Mediadora, Patrícia compreendeu que Deficiência e Incapacidade não são sinônimos e que esta crença geral faz com que as pessoas que trabalham com Educação Inclusiva se acomodem e não exijam o máximo das capacidades dos indivíduos NEE. Para Patrícia, observar o mundo como ele é visto pela ótica do estudante que o Professor Mediador acompanha é fundamental. Não se pode exigir deles mais do que eles podem oferecer, porém, muitas vezes, eles oferecem mais do que se espera. Sendo assim, reconhecer e validar o mundo como é visto pela pessoa com deficiência simplifica o trabalho de Professora Mediadora.

Faz-se de suma importância reconhecer que a criança com deficiência, assim como toda criança, está vivendo o processo de desenvolvimento. Este fator é ressaltado por Patrícia, “Ele tava naquela idade de ‘agora eu quero ser dono do meu nariz’, então às vezes ele tinha algumas atitudes mais brutas, algumas brincadeiras de mão, de tapa, essas coisas.” Desta forma, é importante reconhecer que nem todas as dificuldades enfrentadas pelos alunos NEE estão diretamente ligadas a deficiência, mas também há a interferência do contexto social, situação econômica e etapa de desenvolvimento a qual está passando.

Ainda assim, tanto Patrícia quanto Isadora se atentam ao fato de que nem toda Pessoa com Deficiência consegue bem aproveitar a escola regular. Isadora expõe que há limitações das deficiências que impedem a prática da Educação Inclusiva. Desta forma, ambas ressaltam a importância de se manter instituições de Educação Especial, ainda buscando incluir todos aqueles que tem a capacidade de estar ali. Para Patrícia, deve haver a tentativa de se incluir antes que o aluno seja excluído.

Se você tem a oportunidade, se o grau do que a criança tem não é tão severo que vá atrapalhar o convívio do ambiente todo, para que você privar ela daquilo? Eu acho que tem que ter oportunidade. Se tiver oportunidade e for muito bem trabalhado, não tem porque não. Mas nem sempre tem a oportunidade (Patrícia).

Durante a entrevista, Isadora fala sobre sua experiência na APAE e também ressalta o fato de que nesta as Deficiências são de graus mais severos e de idade mais avançada. Ainda assim, os denomina como “alunos de inclusão”, mesmo que estes estejam dentro de uma política de Educação Especial, não Educação Inclusiva. Sendo assim, foi possível perceber uma generalização do termo “de inclusão” para definir também Pessoas com Deficiência, estando estes ou não em um contexto de educação inclusiva. Ainda assim, acredita na Educação Inclusiva como potencialização das capacidades dos alunos NEE.

Alice discorre a respeito do fato de que, muitas vezes, os profissionais de Educação Inclusiva não se dedicam a desenvolver o máximo da capacidade de seus alunos justificando-se pela deficiência. Desta forma, Alice e Patrícia discorrem sobre tratar a criança com dó e piedade. Para elas, este comportamento no

profissional limita as capacidades da criança. Dentre as diferentes possibilidades de trabalho, todas as quatro participantes ressaltam o valor do vínculo entre o Professor Mediador e o aluno atendido.

5.3 Mediação e Vínculo

Todas as participantes ressaltaram a importância do vínculo com os alunos que acompanharam em seu processo de mediação. Este tema transpassa todas as respostas e vivências relatadas durante a entrevista. Desta forma, este eixo temático busca evidenciar a potencialidade do vínculo no processo de mediação escolar.

Vygotsky (1991) reflete a respeito da qualidade da relação com o outro e o desenvolvimento da criança. Para ele, uma vez que a criança consiga estabelecer uma boa relação com o ambiente social em que está inserida, o desenvolvimento é potencializado e facilitado. A relação entre Professor Mediador e criança atendida não deve ser diferente. É de suma importância que a relação entre estes seja positiva, de tal forma que este profissional não sirva apenas como alguém que deposita conhecimento no estudante, mas que também seja capaz de motivá-lo a conquistar sua aprendizagem.

Professor Mediador e aluno acompanhado compartilham uma rotina diária, que contempla todo o tempo do aluno na escola. Alice resalta o fato de que, em 2018, passou mais tempo com Rafael do que com seus filhos e que também aprendeu muito com ele. Expõe que, apesar de racionalmente saber que são necessárias limitações de contato, é difícil realizar o trabalho de Professora Mediadora sem se vincular.

Quando a gente inicia o ano a gente sempre inicia com a promessa de ser muito profissional e tentar não se envolver emocionalmente, mas é muito difícil quando você trata de vidas, né? É impossível. Não existe a possibilidade de você estar com uma pessoa o tempo inteiro, de uma forma muito íntima por que você tá exclusivamente para aquela criança, exclusivo e não se envolver de forma emocional. Então assim, a gente tem até sentimentos contraditórios (Alice).

Apesar de o vínculo excessivo ser um dificultador no processo de Educação Inclusiva, uma vez que os alunos podem se tornar dependentes e não desenvolver suas potencialidades, ele ainda é fundamental para a boa execução do trabalho profissional do Professor Mediador. Maria Clara conta que o seu trabalho com Isabela se iniciou concretamente no momento em que o vínculo foi estabelecido quando deixou que a criança tocasse em seus cabelos. Percebendo a Maria Clara como uma aliada, Isabela passou a ouvi-la e aceitar suas propostas de mediação. Reconhece-se, desta forma, o carinho como um possibilitador do processo de aprendizagem.

Em relação a autonomia, Patrícia ressalta a importância de preparar o aluno que acompanha para a vida e não apenas para a formação acadêmica. Focando em seu trabalho situações sociais e de convívio, o lidar com o outro, com o dinheiro e com a autonomia.

Você tem que tentar ser imparcial e você tem que estimular para que ele consiga sozinho, pensando que ele não vai ter sempre ou uma cuidadora, ou um parente familiar, ou uma professora na vida dele o tempo todo. Vai chegar um momento em que ele vai ter que aprender a lidar com as situações sozinho. É o preparar, às vezes nem tanto a parte de aprendizagem, escrita, matemática em si com os números, mas trabalhar o raciocínio, trabalhar a contagem de dinheiro, trabalhar a relação interpessoal, a relação intrapessoal, de ele saber que ele é capaz mesmo com as dificuldades que ele tem (Patrícia).

Desta forma, é possível compreender a importância do papel do Professor Mediador para além da aprendizagem escolar, mas também para o desenvolvimento a longo prazo do aluno com NEE. Reconhecendo que as vivências deste não se limitam ao contexto escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização parcial da pesquisa, conclui-se que os Professores Mediadores da cidade de Franca-SP iniciam seu trabalho como uma alternativa para se manterem profissionalmente na área da educação. Em todos os casos analisados, não há o desejo prévio de ser Professor Mediador antes de entrar no cargo, ainda que durante a sua permanência neste tenham desenvolvido habilidades e reconhecido o valor de seu exercício profissional.

É possível reconhecer a distância entre a teoria e a prática da Educação Inclusiva e a interferência desta no bom funcionamento da prática profissional do Professor Mediador, uma vez que todas as participantes reconheceram que apesar de seguirem os passos para o bom exercício de sua profissão não conseguem completar a prática diante do atual sistema de educação. Os profissionais e gestores escolares, muitas vezes, atrasam o processo delegando ao Professor Mediador a responsabilidade pela inclusão do aluno que acompanha.

Há, ainda, a importância de se perceber que cada indivíduo é único e, portanto, a Educação Inclusiva deve ser analisada caso a caso, reconhecendo não só a Deficiência a ser trabalhada, mas as particularidades de cada indivíduo, em relação a idade, contexto socioeconômico e personalidade. A mediação não deve apenas contemplar o desenvolvimento acadêmico, mas também o social, levando em consideração que o contexto escolar não é o único onde a criança deve ser incluída.

Finalmente, destaca-se a importância do vínculo na mediação, visto que a relação entre Professor Mediador e aluno NEE é o potencializador do

processo de aprendizagem. Todas as participantes da pesquisa ressaltam este valor e colocam como fundamental para o exercício de seus trabalhos. Para que o papel do Professor Mediador seja melhor desenvolvido, faz-se necessária a mobilização de todo o contexto escolar para o desenvolvimento de uma escola que realmente incluía seus participantes, independentemente de suas particularidades, seja este NEE ou não. Para tanto, faz-se de suma importância as discussões a respeito diante da área científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

CAVALCANTI, R. J. C. **A interface entre o psicopedagogo e o auxiliar de inclusão:** promovendo a equidade na escola. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão do Deficiente Intelectual.** Paraná: SEED, 2012.

LIMA, L.J.C. **Cuidadores Escolares e Inclusão Educacional:** uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola. João Pessoa: UFP, 2018.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? Campinas: Moderna, 2003.

MACHADO, A.M. **Educação Inclusiva:** de quem e de quais práticas estamos falando? São Paulo: Sessão Especial na ANPED, 2004.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia**, vol. 27 n. 82 2010. p. 92-108.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, G. E. T. et al. **A percepção de Professores do Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública sobre a inclusão social.** Franca: Trabalho de Conclusão de Curso; Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, 2013.

NOGUEIRA JÚNIOR, T. B. Deficiência, Incapacidade e Desvantagem: Conceitos Básicos. In: ASSUMPÇÃO, F. B.; TARDIVO, L. S. P. C. **Fundamentos de**

Psicologia, Psicologia do Excepcional: Deficiência Física, Mental e Sensorial. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008. p. 1-4.

OLIVEIRA, T. M. V. O. **Amostragem não Probabilística:** Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: < https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf > Acesso em: 22 out. 2018.

PRETTE, Z. A. P. D. Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais. **Temas em Psicologia**, v.6 n.3, São Carlos, 1998. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v6n3/v6n3a05.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ROSIN-PINOLA, A.R.; DEL PRETTE, Z.A.P. Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 3, 2014, p. 341-356. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/02.pdf> >. Acesso em: 20 fev. 2019.

SANCHEZ, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, América do Norte: 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TAVARES, L. M. F. L. et al. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. Marília: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.22, n.4, p.527-542; 2016.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.

A INFLUÊNCIA DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO NA VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, DO MUNICÍPIO DE FRANCA

Nathalí Tanzi Ulman de Oliveira
Graduanda em Medicina – Uni-FACEF
nathatanzi@hotmail.com

Talita Fernanda Soares Freitas Andrade
Docente em Medicina – Uni-FACEF
titapsoares@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é uma unidade pública prevista no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais que visa dar apoio ao morador de rua quanto a condições mínimas de vida necessárias ao ser humano, realizando atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, não tendo discriminação quanto ao acesso à saúde, higiene, alimentação, medicamentos e convívio social. O acesso pode ser por demanda espontânea ou intermediado pelo serviço social. No Município de Franca essa instituição foi fundada no ano de 2013 e diferentemente do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) que atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, o serviço oferecido pelo Centro POP possui características mais específicas (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015).

É um serviço de porta aberta, podem ser atendidos jovens maiores de 18 anos, adultos e idosos, além de famílias que utilizam das ruas como moradia e/ou, meio de sobrevivência. Quanto a crianças e adolescentes, estes podem usar o serviço somente quando estiverem em situação de rua acompanhados de uma pessoa da família ou outro indivíduo responsável pela mesma. O Centro POP representa um espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações sociais entre os seus frequentadores, deve promover além do que já foi mencionado também espaço para guarda de pertences e providenciar os documentos pessoais do morador de rua, se o mesmo não o tiver (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2018), (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015).

A população em situação de rua se encontra em situação de vulnerabilidade exposta a situações de inseguranças, medos, intempéries climáticas, condições do ambiente e rejeição. Este grupo social possui a percepção de sua discriminação inclusive nos serviços de saúde e assim como qualquer outro indivíduo sente a necessidade de alguém ou algo a que possa recorrer caso tenha

problemas ou dificuldades no cotidiano. Uma das metas do Centro POP é diminuir essa fragilidade trabalhando em parceria com os consultórios de rua que vão até o morador de rua, atender suas necessidades básicas de saúde no local onde eles estão na forma de busca ativa. Essa precariedade de vínculos e confiança em pessoas e instituições prejudica a saúde física e mental do cidadão, fazendo com que aumente o comportamento de risco, a exposição a situação não saudáveis e diminui a expectativa de vida dentro dessa população (SILVA, F. P., FRAZÃO, I. D., & LINHARES, F. M., 2014) (BARATA, R. B. et al, 2015).

O atendimento à população de rua é uma tarefa a todo profissional da área da saúde, uma vez que essa população apresenta condições sociais e de saúde muito precárias, o que infringe o direito básico de todo cidadão brasileiro previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na qual o artigo XXV prevê que todo ser humano tem o direito a um padrão de vida capaz de assegurar a ele e a sua família, saúde e bem estar, incluindo entre eles alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos, além dos serviços sociais. Sendo assim, torna-se o direito à saúde condição *sine qua non* do direito à vida. A privação desse serviço, assim como outros, contribuem para maior marginalização e preconceitos relacionados a população de rua. O ato de cuidar deve ser centrado na pessoa sem deixar de lado suas múltiplas dimensões, seu contexto familiar, social e cultural. Desta maneira, o profissional deve estar preparado para se corresponsabilizar com a saúde física e mental de seu paciente atuando de forma ativa em vários âmbitos do atendimento multidisciplinar. Com isso este trabalho visa reconhecer os impactos do Centro POP de Franca na vida das pessoas em condição de moradia de rua (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ) (FRATESCHI, M. S., & CARDOSO, C. L., 2014).

1.1. Justificativa

Conhecer a situação das pessoas em condição de moradia de rua da cidade de Franca quanto ao seu processo remissivo após uma temporada na rua, sendo assim, fundamental, reconhecer a influência do centro de apoio ao morador de rua e seus impactos na vida desses cidadãos, avaliando se o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – centro POP de Franca está cumprindo seu papel de acordo com o previsto no Decreto nº 7.053/2009.

1.2. Objetivo geral

Identificar os impactos do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua às pessoas em condição de moradia de rua na vida de seus usuários durante seus quatro anos de funcionamento, fazendo assim, com que o mesmo usuário se sinta parte da totalidade.

Objetivos específicos:

- Identificar a porcentagem de usuários do sistema que retornam a seus núcleos familiares depois de terem passado uma temporada na rua.
- Detectar se a porcentagem de remissão das pessoas em condição de moradia de rua é significativa
- Reconhecer a porcentagem de usuários que conseguiram se recuperar do uso de álcool e drogas.
- Constatar a porcentagem de usuários do serviço que tiveram melhora significativa na qualidade de vida, a fim de se identificar os fatores que contribuíram para tal melhora.
- Reconhecer os impactos na saúde das pessoas em condição de moradia de rua proporcionados pelo Centro POP

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal no qual objetiva-se caracterizar a população em estudo através de levantamento de dados já registrados através de prontuários manuais pelo corpo administrativo do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP do município de Franca pelo período de 4 anos para análise da prevalência de usuários do Centro de apoio que através dele conseguiram reinserção no seu núcleo familiar. Esses dados serão obtidos e documentados por autorização assinada pela coordenadoria do Centro POP (Anexo 1). Para os dados colhidos a análise será feita através do Microsoft Excel que é um aplicativo de criação de planilhas eletrônicas. Serão explorados todos os indivíduos cadastrados no Centro POP pelo sistema de Cadastro Único que tenham frequentado o local por mais de 15 dias, desde a inauguração da instituição até o ano de 2018 e que não tenham evoluído para óbito, analisando sua evolução social e sua continuação quanto usuário.

3. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa está sendo realizada através da coleta de dados de prontuários manuais, estes dados foram organizados em uma tabela e classificados a partir das iniciais dos pacientes e quanto a sua situação até o momento do último registro constado no prontuário, se ainda se encontram em situação de rua, se estavam internados no momento do último registro e se conseguiram empregos e/ou cursos profissionalizantes. Como exemplo consta a Tabela 1, esta representa

apenas uma parte da tabela final. Posteriormente esses dados serão utilizados para formação de gráficos que trará melhor clareza para análise dos resultados. Houve a finalização da coleta no início do mês de maio totalizando 490 prontuários, sendo que 109 já estão classificados na tabela.

Tabela 1: Organização em tabela dos dados colhidos nos prontuários manuais.

INICIAIS	ÚLTIMO REGISTRO HÁ MAIS DE UM ANO	CONSEGUIU EMPREGO	DEIXOU DE MORAR NAS RUAS/ JÁ POSSUIA CASA	AINDA EM SITUAÇÃO DE RUA	RETORNOU AOS ESTUDOS OU CURSO PROFISSIONALIZ ANTE	INTERNADO EM CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO NO ÚLTIMO REGISTRO
A. R.				x		
A. S. P.		x	x			
M.S. P. E.					x	
A. S. M.					x	
G. L. O.			x		x	
F. L. M.			x		x	
D. S. M.						x
An. S. M.				x		
F. N. N.		x	x			
A. C. M. G.				x		
H. R.				x		
D. N.				x		
C. S. R.	x		x			
C. P. S.	x			x		
E. C. L.	x		x			
H. P. D. A.	x			x		
A. P. S.			x			
A. G. S.	x			x		
D. R. S.				x		
I. B. S.			x			
E. A. S.		x	x			
L. A. G. R.				x		
B. C. F.				x		
V. M.		x		x		
V. E. P.		x	x			
P. B. S.		x		x		
T. S. S.				x		
M. R. S.			x			
M. J. S.		x	x		x	
E. F. L.				x		
D. G. S.	x			x		
N. C. S.			x			
D. D. S.	x			x		
N. L. F.			x			

R. H. R. F.			x			
E. C. O. S.	x			x		
E. B. O.			x			
E. L. F.	x			x		
E. A. F. E.			x			
E. S.	x			x		
E. A. R.						x
E. C. S.	x			x		
A. P. B. A.			x			
A. M. S.	x			x		
A. V.	x			x		
B. S.				x		
B. A. O. S.	x	x	x		x	
F. S. C. S.				x		
F. F.				x		
F. S. B.	x					x
F. D. S.	x			x		
F. H. S.		x	x			
F. S.				x	x	
G. A. O.			x			
G. C. S.				x		
G. M. A.			x			
G. G. S.				x		
G. R. S.	x		x			
J. A. S. M.				x		
J. A. S.	x			x		
J. F. C.				x	x	
J. L. V.				x		
J. S. A. F.				x		
J. E. B. J.		x	x			
H. L. C. D.		x	x			
I. F. M.			x			
I. C. C.						
S. S. S.		x	x			
A. D. F.				x		
D. S. S.			x			
D. L. S.				x		
T. P. M.				x		
A. S. D.	x	x				
A. S. S.				x		
A. C. P.				x		
A. F. N.	x			x		
A. L. F.			x			
A. L. Fr.	x			x		
A. S. C.	x			x		

A. A. C.	x			x		
A. C. F.				x		
A. S. R. R.				x		
C. B. S.				x		
C. C. F. E.			x			
C. N.				x		
C. S. J.				x		
D. E. S.				x		
D. S. R.						x
D. M. S.	x		x			
D. A. S.				x		
D. S. M.				x	x	
D. E. F.			x			
D. C. V. A.						x
D. G. F.				x		
D. P. B.	x			x		
D. R.	x		x			
D. H. D.	x			x		
D. G. R.	x		x			
E. M. C. F.	x			x		
I.A.S.S.			X			
I.B.S.			X			
I.F.M.	X		X			
I.O.A.				X		
J.C.O.S.	X		X			
J.C.S.			X			
J.V.A.	X			X		
J.M.S.	X			X		
J.T.C.				X		

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Dos 109 prontuários tabulados, 8,25 % já se encontram inseridos no mercado de trabalho, 35,77 % deixou de morar nas ruas ou já possuía casa, 55,04 % ainda mora na rua, 8,25 % retomou atividades de estudo ou cursos profissionalizantes, 4,58% havia recorrido a internações em comunidades terapêuticas ou clínicas de reabilitação para tratamento de dependências de múltiplas drogas no momento do último registro.

Diante da precoce análise de dados verifica-se uma tendência de que o atendimento deste serviço, apresenta um fator positivo na vida das pessoas em situação de rua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, espera-se dos resultados, que os usuários do centro de apoio à população de rua tenham boa aderência ao tratamento proposto pela equipe de saúde que realiza atendimento no Centro POP e que haja significativa taxa de retorno aos seus núcleos familiares, assim como efeitos positivos da estimulação à autonomia e melhora da qualidade de vida. Se o resultado for positivo, o trabalho poderá ser mais um argumento para manter o Centro POP em funcionamento na cidade de Franca. Neste relatório podemos visualizar o andamento do Projeto científico proposto, porém não foi possível fazer conclusões sobre este, já que ainda não foi possível coletar todos os dados. O trabalho ainda está em fase de adquirir recursos para elaborar a discussão e analisar resultados, a qual necessitará a revisão de diversas bibliografias.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B., JUNIOR, N. C., RIBEIRO, M. C., & SILVEIRA, C.. Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, 24, 219-232. 2015.

FRATESCHI, M. S., & CARDOSO, C. L.. Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: avaliação sob a ótica dos usuários. **Revista de Saúde Coletiva**, 24(2), 545-565. 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (s.d.). **Direito à Saúde**. disponível em Pense SUS: <https://pensesus.fiocruz.br/direito-a-saude> Acesso em 8 de Maio de 2018

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>. Acesso em 16 de 07 de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Crianças e Adolescentes**. Fonte: MPPR: www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro_pop_institucional.pdf Acesso em 08 de Maio de 2018

SILVA, F. P., FRAZÃO, I. D., & LINHARES, F. M. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Caderno de Saúde Pública**, 30(4), 805-814. Abril de 2014.

ANEXOS

Anexo 1: Autorização assinada pela coordenadoria do Centro POP.

A INTERFACE ENTRE O HOMEM E A MÚSICA E SUAS REPERCUSSÕES

Ana Júlia Pereira Granero
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
anajuliagranero58@gmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Doutora, docente do curso de Psicologia – Uni-FACEF
mcherubina@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco apresentar e discutir brevemente a relação existente entre a música e o humano, assim como os sentidos e os significados que ela pode adquirir a partir dessa interação em um nível social e individual. Além disso, serão apresentadas algumas reflexões acerca da relação dialética presente entre música e linguagem, buscando responder o seguinte questionamento: Quais os possíveis significados que a música pode adquirir a partir de sua relação com o humano em âmbitos coletivos e individuais?

A pesquisa aqui apresentada é fruto de uma busca pessoal, a qual foi semeada por um desejo de compreender mais a fundo os sentidos e significados atribuídos à música a partir de seu contato com o humano. O desejo da investigação brotou de um encantamento frente as insuficiências dos parâmetros científicos capazes de nomear e descrever as potencialidades do fenômeno musical, ainda pouco conhecido e investigado.

Zuckerkindl (apud QUEIROZ, 2017), compreende a musicalidade como algo inato ao homem, sendo a capacidade do fazer musical comum entre a espécie humana. Essa afirmativa possibilita a compreensão da musicalidade e os sons enquanto aspectos constituintes do ser humano, uma vez que a interação entre homem e música se faz presente desde os primórdios e se estende até o final da vida humana. Ao abordar o homem através deste viés, é possível considerá-lo enquanto um ser dotado de capacidades musicais, uma vez que a musicalidade e o fazer musical não são limitados apenas a algumas pessoas, mas estão presentes na vida das pessoas em geral.

Já para Maheirie (2003), a música pode ser abordada como um instrumento utilizado pelo homem ao se expressar, capaz então de transmitir conteúdos a quem escuta, assim como assumir sentidos e significados por aquele que a produz. A autora considera o homem enquanto um ser constituinte e constituído pelo meio social, neste sentido, aborda o fazer musical, como ferramenta representativa da realidade interna e externa do ser humano, sendo compreendida também como linguagem.

Assim como Blacking (2007) pontua, a música ainda pode ser considerada como um dos aspectos que compõe o pensamento, a vida humana e o fazer “musical”, fatores que são compreendidos por ele como uma ação social que desencadeia consequências. Nesse sentido, Blacking (2007) ressalta a importância de pesquisar e conhecer o sentido que a música pode assumir em contextos sociais, culturais, assim como na individualidade.

Esse artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os vínculos existentes entre o humano e a música, sobre a dialética entre o fenômeno musical e o fenômeno linguístico, além da possibilidade de se considerar a música enquanto uma linguagem simbólica, ainda incompreendida pela ciência.

2 O HOMEM, A LINGUAGEM E A MÚSICA

A priori são propostas reflexões acerca da musicalidade enquanto capacidade humana, ao atrelá-la à subjetividade, uma vez em que ambas se apresentam enquanto aspectos importantes durante o desenvolvimento do homem, constituídas a partir de seu nascimento, ou até mesmo em um estado de vida mais primitivo, como por exemplo, na vida intrauterina.

Entende-se que o termo “subjetividade” pode abarcar diferentes significados, de acordo com o viés investigativo atribuído a ele. Sendo assim, com o intuito de ampliar a compreensão dos sentidos adotados nesta pesquisa, serão abordadas de maneira breve algumas concepções.

Aita e Facci (2011) destacam a importância do olhar para o humano em sua totalidade, ou seja, enquanto um ser que se constrói a partir de um conjunto de vivências históricas, sociais e culturais. Para eles a subjetividade corresponde à dimensão interna do indivíduo, construída a partir da internalização de referências históricas.

Para a conceituar o termo “internalização” é destacada aqui a visão apresentada por Vigotski (2003, p.75), ao descrevê-la enquanto um processo em que ocorrem mudanças ou até mesmo transformações internas no indivíduo, decorrentes de associações entre os aspectos externos e internos, os quais são capazes de reeditar, assim como reestruturar tais aspectos. Vigotski (2003) ressalta que tal processo não ocorre de maneira abrupta, ou seja, para que algo seja reeditado e passe a fazer parte do funcionamento interno do indivíduo, demanda tempo e diversas associações.

Outra visão importante da subjetividade humana é apresentada por Silva (2009), considerando-a como um fator que desencadeia e até mesmo oferece espaço ao homem para se apropriar de produções da humanidade como um todo, ou seja, aquilo que é universal, por meio de suas próprias experiências (particularidades), as quais o constituem na qualidade de seres individuais, singulares. Tais concepções direcionam ao seguinte questionamento: como abordar a música enquanto um aspecto inato ao humano?

Chaves (2012) aborda em seu artigo “O músico já nasce músico? No litoral de música e psicanálise: questões” a gestação humana como um momento crucial na construção do aparelho auditivo, o qual se forma completamente próximo a nona e a décima primeira semana. Para Chaves (2012, p. 85) é nesse período que o bebê é capaz de escutar os sons “[...] do mundo interno (endopsíquico) da mãe e também do mundo externo, ressoando ao seu ouvido através do líquido amniótico, excelente condutor de som. ”

Ainda assim, o autor enfatiza que neste instante o bebê humano não é capaz de compreender o som melódico da fala materna ou de uma música, por exemplo, o que chega até ele neste período é o som enquanto matéria. Já nos estágios posteriores a este, ocorre a evolução da escuta e da maneira com a qual o humano se relaciona com o ambiente exterior, adota-se aqui a audição enquanto um instrumento que permite o vínculo entre a dimensão interna do homem e o meio em que ele habita.

Identifica-se a partir da afirmativa de Chaves (2012), a participação da sonoridade, mesmo que de modo arcaico, no desenvolvimento do ser humano. Além disso, destacam-se aqui a inserção dos sons durante este processo, a partir de contatos sensoriais, ou seja, por meio dos sentidos, uma vez em que neste instante os bebês possuem uma abertura maior aos estímulos, o qual pode ocorrer em diferentes ritmos e tempos.

É necessário salientar que nessas primeiras experiências, o bebê não é capaz de compreender ainda o som em diferentes dimensões, ou seja, não associa inicialmente as vozes parentais à imagem da mãe ou do pai. Porém, tal evento ocorre após seu nascimento e estabelecimento dos vínculos com aqueles que o cercam.

A partir das reflexões posteriores, ampliam-se os horizontes acerca das potencialidades da música na vida humana, além de se enfatizar a importância das relações primárias, enquanto aspectos essenciais para constituição do humano, assim como de sua subjetividade, ao mesmo tempo em que se inauguram as relações, o outro, a partir da escuta da sonoridade materna.

Ao pensar sobre os primeiros vínculos formados pelo homem, a partir de seu nascimento, destaca-se a relação mãe-bebê, assim como Mattos e Soares (2017) enfatizam, enquanto fenômeno propulsor de construção e aquisição da linguagem, a qual possibilita o improviso musical. Para esses autores, é por meio destas primeiras experiências vivenciadas com a figura materna que se estrutura a fala humana, a qual surge por meio do improviso, na tentativa de se comunicarem.

A voz dos pais tem um papel muito importante na determinação do destino da constituição do sujeito, não como atributo específico dos pais, mas como algo cujo emprego depende e determina ao mesmo tempo a dinâmica desta relação (MELLO et al., 2009, p. 128).

Mattos e Soares (2017) consideram que o contato com este outro é fundamental para o desenvolvimento da fala e da linguagem humana, pois é por meio do convite materno que o bebê será estimulado a criar e improvisar respostas, como por exemplo balbucios, as quais resultarão, a posteriori, na fala humana. A sonoridade se faz presente também neste momento, pois é a partir destas primeiras tentativas de se expressar e comunicar que o bebê será estimulado a escuta do outro, assim como, a entrar em contato com sua própria criatividade.

Compreende-se então a importância destes primeiros improvisos, os quais atuam enquanto mediadores dessas relações primárias, momento em que o humano experimenta a formação dos primeiros vínculos, os quais repercutem na subjetividade humana, assim como nas próximas relações.

Salienta-se ainda a música enquanto fenômeno inaugural das relações humanas, uma vez que desde a gestação mãe e bebê já compartilham, mesmo que em um nível ainda arcaico e primitivo, seus próprios sons. Por fim, é enfatizado o potencial criativo do homem, sendo estimulado desde o início por meio dos improvisos do bebê, das tentativas de comunicar-se com este outro que se apresenta e o convoca tanto a expressar-se, quanto a escutá-lo.

3 A DIALÉTICA DA LINGUAGEM MUSICAL

Konder (2008) apresenta logo no início de seu livro “O QUE É DIALÉTICA” concepções acerca do termo, tal como a maneira em que este pode ser aplicado nos diferentes contextos argumentativos e reflexivos. Na contemporaneidade, a dialética assume um outro caráter, associado na maioria das vezes às formas contraditórias de se pensar sobre um mesmo assunto.

Trata-se então, do diálogo existente entre diferentes pontos de vista frente a um mesmo tema ou assunto. É por meio deste viés que surgem as diferentes formas de se compreender e abarcar a relação entre o fenômeno musical e o fenômeno linguístico, ambos considerados enquanto importantes veículos de representação e expressão do ser humano.

Destacam-se aqui dois autores, Gatto (2011) e Barbeitas (2011), os quais apresentam e discutem em seus artigos: “MÚSICA, LINGUAGEM E ABISMO” e “MÚSICA, LINGUAGEM, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA”, sobre o vínculo existente entre as duas instâncias. São identificadas algumas semelhanças, em ambos os trabalhos, no que diz respeito as tentativas da ciência de descrever e prever o momento em que uma delas se formou e até mesmo se o surgimento de uma dependeu diretamente da existência da outra.

Para dar início a uma breve discussão, ressalta-se o argumento de Barbeitas (2011), ao sinalizar a dificuldade encontrada ao definir tais termos, justificando-a por meio de duas razões. A primeira, consiste na própria insuficiência da ciência ao abranger o tema e a segunda, se refere a relação de interdependência

e complementariedade entre ambas, o que impossibilita uma fragmentação, cisão, entre estes dois termos.

Barbeitas (2011, p.18) expõe em seu trabalho as várias ramificações de pesquisas dirigidas ao tema, como por exemplo, a “música na linguagem ou linguagem na música”, nas quais ocorrem as análises das obras artísticas; a segunda apontada é a “música como linguagem ou vice-versa”, onde são investigados os modos que ambas se estruturam, além de considerá-las enquanto “sistemas semióticos”.

Já a “música e linguagem” assume para o autor uma certa imparcialidade, ou seja, uma não é mais evidenciada que a outra, o que garante a emancipação e independência das duas dimensões. O último termo indicado é a palavra “sobre”, que atua como preposição, indicando no latim, segundo Barbeitas (2011, p. 19), “acima de”, “além de”. Entende-se aqui que este vocábulo pode provocar uma hierarquização dos termos, diferente daquela citada anteriormente, em que ambas podem ser consideradas da mesma maneira.

É possível então questionar acerca dos significados que a música adquire, assim como o que ela busca representar. Essa indagação é apresentada também por Barbeitas (2011, p. 19), “[...] afinal, o que a música representa, o que ela quer dizer, o que significa, a que se refere? Ou ainda: com a música, o que podemos conhecer, o que nos é dado entender?”

Por meio de um breve panorama histórico, o investigador busca respostas e argumentos na Musicologia e Etnomusicologia, ressaltando as dificuldades enfrentadas até mesmo pela ciência ao delimitar claramente quais são os seus sentidos. Algumas possíveis interpretações da arte musical estão atreladas a ela enquanto uma ferramenta expressiva e representativa, enquanto outras passam a considerá-la em sua essência, buscando acessá-la sem comparações.

Barbeitas (2011) atribui um caráter positivo às investigações da ciência frente aos significados da música. A perspectiva positivista, está atrelada à busca por uma objetividade na compreensão dos fenômenos, ou seja, se aproxima do que é empírico, palpável, desconsiderando suas outras facetas. Além disso, o autor destaca novamente a tentativa da cientificidade de estabelecer uma semântica musical, próxima da linguagem, com o intuito de localizar em contextos sociais e culturais os significados atribuídos a ela.

Os obstáculos destacados demonstram a importância de não se desconsiderar o observador, o qual é antes um ser humano, portanto, inserido em um determinado contexto sócio-histórico-cultural, constituído também por recursos internos, os quais influenciam nas escolhas de estudiosos e teorias que embasem o seu olhar frente a sua relação com a música.

Outro autor é destacado por Barbeitas (2016) em sua tentativa de abordar o entendimento acerca do que a música significa e ao que se refere.

Jankélévitch (2001, apud BARBEITAS, 2016) aponta para os significados abstratos do fenômeno musical, ao alegar que

A música torna patente que a essência do real é um *não-sei-quê*, algo inexprimível, que existe, porém não alcança o estágio da palavra. Ela nos persuade como que por encanto, sem apelo ao raciocínio lógico, quase como que de algum lugar anterior ao *logos* (JANKÉLÉVITCH apud BARBEITAS, 2016, p. 132).

Já a proposta de Gatto (2011) se aproxima de Barbeitas (2011; 2016) na medida em que ambos assinalam sobre as diversas perspectivas que podem ser utilizadas pelos pesquisadores ao abordarem esta relação. Ambos enfatizam, tanto a música quanto a linguagem, enquanto instâncias separadas que podem ser compreendidas a partir daquilo que são, não somente em interação.

Outro aspecto identificado nos dois autores é uma visão crítica acerca da tentativa ocidental de considerar tanto a linguagem, quanto a música, como instrumentos meramente representativos. Essa visão é falha, quando aborda tais mecanismos de maneira reducionista, descartando suas outras dimensões. Considera-se aqui, relevante abordar os olhares paradoxais sobre o tema, até mesmo com o intuito de questioná-los frente as diferenças e semelhanças existentes.

Gatto (2011) aborda linguagem enquanto aquilo que se é no real, ressaltando o diálogo como sua efetivação e atribuindo a fala e a escuta o caráter de elementos que consomem tal evento. Destaca-se aqui a inter-relação presente entre homem e linguagem, a qual de acordo com o autor, possibilita e reafirma a condição humana do homem, na medida em que este desenvolve e se faz dentro da linguagem, diante do real.

Em suma, compreende-se por meio de algumas ideias apresentadas por esses autores as diferentes possibilidades de abordar tal relação, a qual é permeada pela interdependência complementariedade. Ademais, identifica-se também os vieses que a ciência atribuí as obras artísticas provenientes de tais instâncias, ora considerando-as como representativas, ora abordando o real da obra.

4 METODOLOGIA

A metodologia corresponde, segundo Minayo (2009, p.16), ao percurso transcorrido entre o pensamento e a prática exercida na “abordagem da realidade”. Neste sentido, indica concomitantemente o procedimento e o método utilizado, as técnicas e estratégias aplicadas, assim como a originalidade do investigador. Esta investigação consiste em uma pesquisa bibliográfica acerca dos significados adquiridos pela música a partir de seu contato com o humano em âmbitos individuais e coletivos.

Segundo Lima e Mioto (2007, p. 41), a pesquisa bibliográfica “Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar”. Compreende-se que a pesquisa bibliográfica é uma ferramenta utilizada com o objetivo de promover a expansão do olhar científico frente ao conteúdo explorado, além de proporcionar ao pesquisador o desenvolvimento de um olhar mais crítico.

Neste estudo, a revisão bibliográfica foi empregada com o propósito de conhecer e apreender os aspectos envolvidos na interação homem e música, ademais esta investigação teve como objetivo observar, analisar e registrar os dados coletados acerca das pesquisas e estudos que estão direcionados a esta área.

Esta investigação ocorreu através das etapas apresentadas por Pizzani et al. (2012), as quais norteiam a pesquisa bibliográfica. De início foram elegidos alguns termos relevantes e condizentes com os objetivos da pesquisa, como por exemplo, “música”, “linguagem”, “psicologia”, “antropologia” e “sujeito”, com o intuito testá-los nas bases de dados eletrônicos.

Após demarcação dos termos e palavras, iniciou-se a exploração do material bibliográfico, ou seja, o levantamento bibliográfico, o qual pode ocorrer em três fontes distintas, enfatizadas por Pizzani et al. (2012), essas são: as fontes primárias, as fontes secundárias e as fontes terciárias. As fontes primárias correspondem aos trabalhos originais, como por exemplo, teses universitárias, livros, relatórios técnicos. As secundárias equivalem aos trabalhos não originais, os quais citam os trabalhos originais. Por último, as fontes terciárias abrangem índices dos trabalhos primários e secundários, essas correspondem as bases de dados, listas bibliográficas e os índices.

Este estudo teve como foco de investigação as fontes primárias e, em especial, as secundárias, ou seja, foram utilizados como instrumentos de pesquisa livros e artigos científicos que reuniram resultados de pesquisas realizadas, assim como artigos que discutiram o tema em questão. Antes de dar início ao levantamento bibliográfico, Volpato (2013, p.32-33), enfatiza a necessidade de uma estratégia de busca “[...] composta por palavras, que geralmente inclui operadores booleanos e pode incluir sinais e filtros [...]”, com o objetivo de direcionar a coleta dos materiais nas bases de dados textuais eletrônicas.

Volpato (2000) enfatiza a existência de dois tipos de operadores booleanos, um deles é o operador **OR** utilizado, com o propósito de agrupar, associar os termos e amplificar a busca. Já segundo operador booleano, **AND**, delimita com maior precisão a pesquisa. As palavras utilizadas foram associadas ao operador booleano **AND**, com o objetivo de delimitar a busca. Os termos aplicados foram: Música **AND** Linguagem, Música **AND** Psicologia, Música **AND** Antropologia, Música **AND** Sujeito. Após a delimitação e testagem dos termos, deu-se início ao levantamento bibliográfico, o qual consistiu no acesso e leitura dos materiais encontrados. O levantamento bibliográfico ocorreu em duas bases de dados eletrônicos: Periódicos Capes e Scielo.

Sampaio e Mancini (2007) enfatizam a importância do uso de critérios de inclusão e exclusão na revisão da literatura, os quais devem ser construídos a partir da pergunta, ou seja, do objetivo principal da pesquisa. Os critérios de inclusão empregados nesse trabalho foram: artigos que discorreram sobre os aspectos relacionados aos significados que a música pode adquirir a partir de seu contato com o humano, trabalhos que abrangeram a música enquanto uma forma de comunicação e até mesmo como um aspecto pertencente a condição humana, além de artigos publicados em Português, durante os últimos dez anos (2008 a 2018).

Os critérios de exclusão aplicados foram: materiais que buscaram analisar somente obras, autores ou situações específicas em que a música está inserida, como por exemplo, é o caso de diversos trabalhos que abordaram o ambiente organizacional, educacional ou hospitalar. Também foram excluídos trabalhos publicados em outros idiomas, que não em Português, e trabalhos publicados em um intervalo de tempo que ultrapassavam os últimos dez anos.

Após o levantamento, seleção e leitura dos materiais, estes foram organizados em categorias temáticas. Gomes (2003), enfatiza que as categorias temáticas podem ser construídas antes ou depois da coleta dos dados, sendo que aquelas produzidas *a priori*, ou seja, antes da coleta dos dados exigem do pesquisador um conhecimento teórico mais sólido, compondo conceitos mais abstratos. Na pesquisa em questão, as categorias temáticas foram estruturadas depois da coleta de dados, com o intuito de representarem o universo acessado a partir da pesquisa.

Foram delimitadas duas categorias temática, as quais foram intituladas como: “A MÚSICA E O HOMEM” e “A MÚSICA E A LINGUAGEM”. A primeira abrange os seguintes assuntos: a música e suas repercussões na subjetividade humana, a musicalidade enquanto capacidade humana, a música enquanto fenômeno inaugural das relações, a relação compositor-ouvinte, assim como a música e sua dimensão política. Já a segunda, “A MÚSICA E A LINGUAGEM”, aborda os seguintes temas: a dialética entre a música e a linguagem, os possíveis sentidos e significados adquiridos pela música, a conceituação da música, a dimensão simbólica e cultural da música, além de aproximações entre o fenômeno musical e o fenômeno linguístico.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento bibliográfico ocorreu em duas bases de dados bibliográficos, Periódicos Capes e Scielo, assinaladas anteriormente. Constatou-se maior alcance de materiais na base de dados Scielo e em segundo lugar o Periódicos Capes, os quais possibilitaram o acesso a 102 (cento e dois) e 32 (trinta e dois) artigos, respectivamente, totalizando 134 (cento e trinta e quatro) materiais.

A partir de uma breve análise qualitativa dos estudos encontrados, foram constatados 12 materiais que consideraram como foco de análise e investigação

obras artísticas específicas, 11 materiais que investigaram a música em contextos organizacionais e 11 pesquisas que abordaram a música inserida em contextos educacionais. Outro aspecto observado foram artigos que se dedicaram na análise e descrição de autores específicos, os quais não apresentaram correlação com o tema investigado, neste índice foram constatados 9 estudos.

Por fim, foram eliminados também 11 pesquisas que abordavam o olhar da música através de disciplinas e autores específicos, bem delimitadas ou que não apresentavam relação direta com o objetivo central da pesquisa em questão. Diante dos trabalhos que ainda estavam disponíveis, foram eliminados aqueles que não apresentavam relação com o tema da pesquisa e também artigos que apresentavam questões específicas do uso da música enquanto instrumento terapêutico, como por exemplo, trabalhos realizados na Medicina, Fonoaudiologia, Enfermagem e Pedagogia.

Ainda assim, foi necessário eliminar outros artigos científicos que permeavam somente o campo da linguística, pois apresentavam termos característicos dessa área de investigação, os quais se distanciavam em parte da proposta desta pesquisa. Os resultados brutos foram organizados e apresentados na Tabela 1, com o intuito de facilitar a visualização de tais dados.

Tabela 1: Relação entre materiais encontrados e selecionados nas bases de dados eletrônicos para cada combinação de palavras usadas na busca

PALAVRAS USADAS NA BUSCA	BASES DE DADOS ELETRÔNICOS			
	Periódicos Capes		SciELO	
	Materiais encontrados	Materiais selecionados	Materiais encontrados	Materiais selecionados
Música AND Linguagem	26	12	37	4
Música AND Psicologia	2	0	33	4
Música AND Antropologia	2	0	13	2
Música AND Sujeito	2	1	19	5
Total	32	13	102	15

Fonte: Autora.

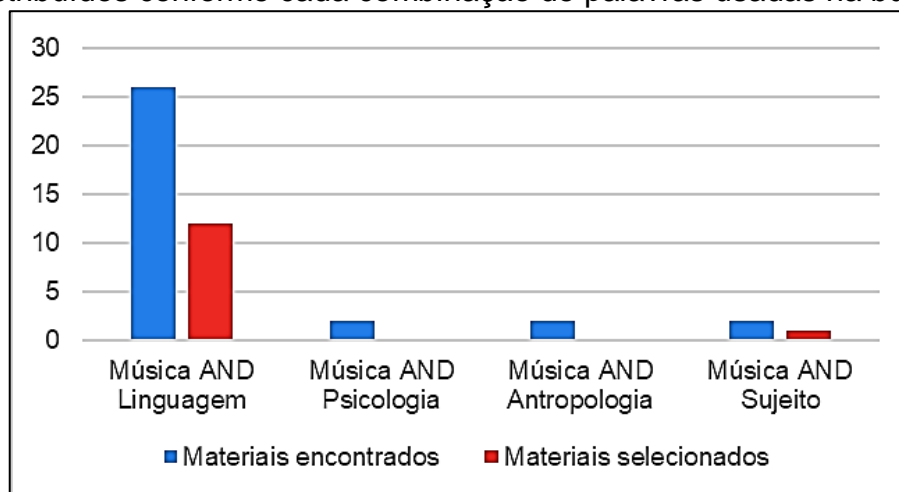
Além disso, destaca-se que em ambos os sites de busca, foram encontrados mais trabalhos que abarcam e investigam as possíveis relações existentes entre a música e a linguagem, já que no Periódicos Capes, foram encontrados 26 artigos, quando aplicado os termos: “Música AND Linguagem” e 37 trabalhos no Scielo.

Através das bases de dados eletrônicos Scielo e Periódicos Capes, foram encontrados 134 (cento e trinta e quatro) artigos, dos quais apenas 28 (vinte e oito) foram selecionados, sendo destes 13 (treze) coletados no Periódicos Capes e 15 (quinze) no Scielo.

Em seguida, realizou-se uma nova leitura de tais artigos, neste instante foram retiradas as duplicações e ainda um trabalho que possibilitava o acesso em Português, porém, com alguns erros de concordância, que inviabilizavam a leitura e a interpretação da pesquisa. Nesse sentido, dos 28 (vinte e oito) artigos selecionados, foram descartados 9 (nove) artigos.

A partir desta última seleção, o total obtido foi de 19 (dezenove) materiais, sendo 10 (dez) trabalhos do Scielo e 9 (nove) materiais do Periódicos Capes. Conclui-se então que foram selecionados 14,17% do total dos artigos acessados durante o levantamento bibliográfico, para a investigação e confecção das categorias temáticas dos materiais acessados.

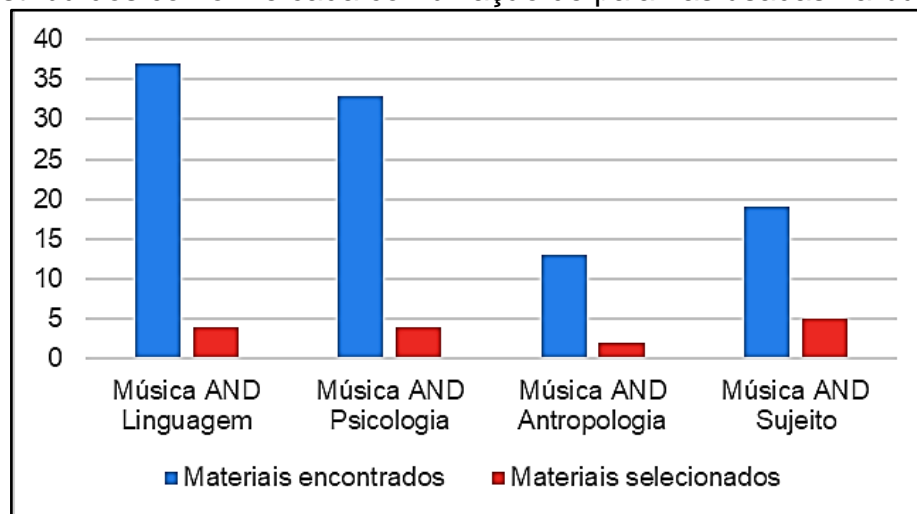
Gráfico 1 - Incidência de artigos encontrados e selecionados no Periódicos Capes distribuídos conforme cada combinação de palavras usadas na busca



Fonte: Autora.

Com o intuito de possibilitar uma comparação da quantidade de materiais encontrados em detrimento daqueles selecionados para a construção das categorias temáticas, foram construídos dois gráficos. O primeiro, Gráfico 1, aborda os alcances possibilitados durante o levantamento bibliográfico realizado no Periódicos Capes, e o segundo, Gráfico 2, os dados obtidos no site Scielo.

Gráfico 2 - Incidência de artigos encontrados e selecionados no Scielo distribuídos conforme cada combinação de palavras usadas na busca



Fonte: Autora.

A partir da coleta realizada, foi possível conhecer diversos trabalhos que abrangeram a música e seus inúmeros significados. Nota-se que o assunto apresenta uma gama ampla de investigações que permeiam o ambiente escolar, assim como o ambiente organizacional, atribuindo à música um caráter terapêutico.

Outro aspecto observado é que foram identificados trabalhos que investigaram a música a partir do pensamento filosófico, sendo que estes articularam os possíveis significados que a música adquire, por meio de uma linguagem específica. Outra área de estudos que buscou compreender a música a partir de seu olhar é a linguística, a qual também apresenta um discurso específico para analisá-la.

Por meio dessas reflexões iniciais, a pesquisadora realizou uma seleção mais precisa dos trabalhos, para isso retornou diversas vezes ao objetivo específico e geral que a pesquisa aborda. Além disso, é importante ressaltar a relevância de todos os trabalhos encontrados durante o levantamento bibliográfico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, destaca-se a importância da metodologia empregada durante a investigação, a pesquisa bibliográfica, a qual contribuiu na delimitação do tema abordado, além de apresentar um breve panorama de autores, ideias e pesquisas realizadas na área. Tal método foi relevante, pois permitiu uma ampliação dos conceitos teóricos frente a interface homem- música e um breve aprofundamento da relação existente entre música e linguagem.

Foram acessados também materiais direcionados ao estudo e investigação da inserção da música em diferentes contextos, enquanto ferramenta

de trabalho de diferentes profissionais, contribuindo para um entendimento acerca das possíveis pesquisas a campo.

Enfatiza-se a qualidade dos materiais encontrados, os quais ofereceram amparo para discussões um pouco mais profundas sobre o fenômeno musical e o fenômeno linguístico, ao abordarem a dialética existente entre ambos.

Outro aspecto relevante foi uma crítica ao caráter positivista da ciência, a qual na tentativa de abranger a complexidade da arte, se depara com o inefável, conceito apresentado pelo filósofo e musicólogo Vladimir Jankélévitch (2018, p. 120), ao se referir a música enquanto algo “inexprimível”, pois assume diferentes interpretações, as quais nem sempre conseguirão ser delimitadas pela ciência.

Constatou-se por meio da investigação autores que indicam diferentes horizontes ao abordar a música. O fenômeno musical pode então indicar uma infinidade de possibilidades, não só atreladas a sua compreensão e análise, mas principalmente ao seu potencial criativo, o qual requer em sua escuta, uma entrega profunda e sensível, por parte não só do ouvinte, mas também daquele que a produz.

REFERÊNCIAS

- AITA, Elis B.; FACCI, Marilda G. D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 abril de 2019.
- BARBEITAS, Flavio. Música, linguagem, conhecimento e experiência. **Terceira Margem**, [S.l.], v. 15, n. 25, p. 17-39, junho de 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10794>>. Acesso em 19 de outubro de 2018.
- _____. Sobre a música da linguagem. **Per musí**, Belo Horizonte, n. 35, p. 124-146, dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S151775992016000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de outubro de 2018.
- BLACKING, John. **Música, cultura e experiência**. Tradução por: André-Kees de Moraes Shouten. São Paulo: Cadernos de Campo, n.16, p. 201-218, 2007. Disponível em: <<file:///D:/IC%20NOVA/REFERENCIAS/Musica%20cultura%20e%20experiencia.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2018.
- CHAVES, Messias E. O músico já nasce músico? No litoral de música e psicanálise: questões. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 34, n. 63, p. 83-90, junho de 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S010273952012000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de outubro de 2018.
- GATTO, Eduardo A. G. Música, Linguagem e Abismo. **Revista Terceira Margem**, v. 15, n. 25, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.revistaterceiramargem>>.

letras.ufrj.br/index.php/revistaterceiramargem/article/view/106>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de S. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p.67-79, 2001. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

KONDER, Leonardo. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n.spe., p. 37-45, 2007. Disponível em: <[file:///D:/IC%20NOVA/REFERENCIAS/pesquisa%20bibliografica%20mioto%20\(1\).pdf](file:///D:/IC%20NOVA/REFERENCIAS/pesquisa%20bibliografica%20mioto%20(1).pdf)>. Acesso em 18 de maio de 2018.

MAHEIRIE, Kátia. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147-153, 2003. Disponível em: <<file:///D:/IC%20NOVA/REFERENCIAS/PROCESSO%20DE%20CRIACAO%20NO%20FAZER%20MUSICA L.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

MATTOS, Renata; SOARES, Maria T. Da improvisação nasce o sujeito: Notas sobre transmissão e incorporação da linguagem. **Affectio Societatis**, v. 14, n.26, p.152-164, julho de 2013. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/2636130PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/2636130PB%20(2).pdf)>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.09-16, 2009.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em 14 abril de 2019.

QUEIROZ, Gregório J. P. de. A música como presença e presentificação. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, Curitiba, Ed. Especial, v. 1, n. 1, p.35-44, 2017. Disponível em: <file:///D:/IC%20NOVA/REFERENCIAS/Revista-Brasileira-de-Musicoterapia_%20pag%2035%20e%2044.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2018.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para a síntese de critérios científicos. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

VIGOTSKI, Lev S. **Pensamento e linguagem**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VOLPATO, Enilze de S. N. **Subsídios para construção de estratégias de busca para revisões sistemáticas na base de dados Medline via Pubmed.** 2013, 176f. (Dissertação em Medicina). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90371>>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

“A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EUROPA, NOS ESTADOS UNIDOS, NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Aline Fernanda Sampaio Garcia
Graduanda em Serviço Social – UFTM
alinefernandasampaio@gmail.com

Dayanna Gonçalves Soares
Graduanda em Serviço Social – UFTM
dayannasoares05@gmail.com

Nayara Araújo de Castro
Graduanda em Serviço Social – UFTM
nacaastro1999@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social - UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a gênese e os fundamentos sócio-históricos da profissão e seus avanços. As causas do seu surgimento, ocasionadas pelo amadurecimento do capitalismo e as mazelas deixadas na sociedade e, interesses da classe trabalhadora na reivindicações por melhorias nas condições de vida.

O Estado, por meio das políticas públicas e políticas sociais, busca amenizar e intermediar as relações e consequências do capitalismo, assim, constitui um caráter contraditório, pois, ora atende a burguesia, ora atende a classe trabalhadora, com isso, contribui para a permanência do capitalismo.

A profissão é resultado da industrialização e busca oferecer caminhos e soluções para as expressões da questão social, que ocorreu a partir da passagem do capitalismo monopolista para o capitalismo concorrencial, o que ocasionou o êxodo rural, uma das primeiras manifestações dos impactos ocasionados pelo capitalismo.

2. O Serviço Social na Europa, Estados Unidos, América Latina e Brasil.

A gênese do Serviço Social, era ligada à filantropia e caridade, sendo influenciada pela Igreja Católica. Através da Revolução Industrial, houve o surgimento do modo de produção capitalista, o qual criou as divisões sociais de trabalho, o que culminou ao surgimento da questão social, que causou a revolta dos trabalhadores com os donos dos meios de produção, originando a luta de classes, o Serviço Social surge na Europa e nos Estados Unidos, em 1890 à 1940. O Serviço Social, surgiu na Europa entre os séculos XIV ao XIX para “mediar interesses de

classes” (MOTA,1991, p.17). Com o seu surgimento, era tido e tratado como caridade e filantropia, especialmente por ter sua origem influenciada na igreja católica.

O Serviço Social inicialmente, era ligado às formas de ajuda, criadas pós-Revolução Industrial. Com isso, sua origem tem duas perspectivas: endogenista e histórico-crítica. A perspectiva endogenista era conduzida pelo lema “fazer o bem em nome do próprio bem”, que dava assistência e conhecimentos técnicos aos carentes, como dizia Barreix. Essa perspectiva era atuante e dominante, e surgiu pelo assistencialismo, doações de cestas básicas aos necessitados, que antes eram vistos como ameaça social, mas depois passaram a ser compreendidos como “irmãos”, através da Igreja Católica. Logo após a Reforma Protestante, a pobreza deixou de ser vista como martírio divino e, passou a ser entendida como questão social. De acordo com Balbina Ottoni Vieira “a pobreza é, assim, uma consequência das condições sociais e à sociedade cabe o dever de ajudar aos pobres, que passam a ter direito à essa assistência”. Já na perspectiva histórico-crítica, é ligada ao marxismo e possui como a estrutura de seu estudo a “questão social”, gerada a partir da contradição entre capital e trabalho. Assim, surgiram as políticas sociais, que legitimavam a hegemonia das conquistas da classe trabalhadora. O Serviço Social auxiliava a classe trabalhadora, mediando os impactos causados pelo capitalismo, legitimado pelo Estado e pela burguesia, não era, portanto, um projeto político-econômico de classe hegemônica.

O avanço da profissão se deu pelo nascimento do capitalismo, mercantilização e comércio, e pela formação de novas cidades. As relações sociais entre os homens e as forças produtivas, foram sendo mediatizadas pelo capitalismo, onde as classes sociais são separadas à partir da posse privada dos meios de produção, e isso levou ao surgimento do Serviço Social.

No século XVIII, com o desenvolvimento dos maquinários e dos modos de produção em geral, um largo passo foi dado nos setores fabril e industrial, com isso, os artesãos que moravam no campo foram obrigados a deslocar-se para os novos centros urbanos, a fim de conquistar meios de sobrevivência dentro do novo sistema imposto. Em consequência de todas essas circunstâncias, vários problemas sociais surgiram, como o alcoolismo, a depressão, o suicídio e altos índices de prostituição. Essas consequências fazem-se sempre presentes nos surgimentos dos grandes aglomerados urbanos, que apresentam elevados índices demográficos sem qualquer planejamento estrutural. Para resolver tais problemas sociais e apaziguar os conflitos entre os donos dos meios de produção e os proletários, a burguesia une-se à Igreja e ao Estado, a fim de amenizar os impactos causados pelas expressões da questão social ocasionados pelo capitalismo. Assim, começaram a surgir as primeiras manifestações de assistencialismo, feitas através da caridade dos fiéis, que eram “doutrinados” a exercer o bem, pois assim, encontrariam a felicidade atemporal.

São Tomás de Aquino, após se aproximar dos Estados Unidos, se afasta da Igreja durante a época da pós-guerra. Em 1950, com a perda de fiéis, a Igreja retoma a ideia Tomista, para tentar recuperar seus fiéis, através do pensamento Neotomista, que era, portanto, o movimento anticlerical, o repensar da ideia Tomista de felicidade além da morte, então, ao praticar o bem, fazer caridade e ter amor próximo, o indivíduo teria a felicidade terrena. Assim, o Serviço Social nasce, sob forte influência da Igreja Católica, possuindo caráter caritativo e clientelista, com as funções de controlar e repreender as ações dos operários, com o objetivo de conter revoltas e manter a hegemonia burguesa. Neste contexto, o Serviço Social passa a ser ensinado nas Escolas para Moças, que eram ambientes ligados à conduta religiosa, voltados a ensinar as moças de famílias burguesas a fazer caridade.

Com influência na América Latina e referencial Franco-Belga, o Serviço Social, em 1936 após a maturação do capitalismo, adquiriu protoformas – instituições para a prática de caridade, ajuda e solidariedade, arraigados a filosofia Tomista e, ao Serviço Social da classe predominante. As primeiras escolas expressavam a concepção de que a profissão olhava a sociedade através de estruturas e, que necessitava apenas de alguns ajustes. A profissão é resultado da industrialização e do desenvolvimento da classe trabalhadora, através das reivindicações por melhorias das condições de vida, onde o Estado criou as políticas sociais, para suprir e amenizar os impactos causados pelo capitalismo, mas tais políticas possuíam caráter contraditório, pois atendiam à classe trabalhadora ao mesmo tempo em que contribuíam para a manutenção do sistema capitalista.

Entre 1930/40, o Serviço Social surge como amenizador das mazelas causadas pelo capitalismo, atendendo a classe trabalhadora e a burguesia. Houve-se então, em 1960, nas cidades de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alta da Boa Vista, o movimento de Reconceituação, onde houve Seminários e Encontros de Assistentes Sociais para remodelar a estrutura do Serviço Social Brasileiro, o chamado Congresso da Virada, onde foram surpreendidos por trabalhadores que tomaram conta da mesa e, juntos repensaram a profissão para o Brasil. Ao fazer essa Reconceituação, surgiram três vertentes: Modernização Conservadora, que possuía Matriz Positivista – modernizava do mesmo jeito; a vertente de Reatualização do Conservadorismo- voltada para o vivido do indivíduo, onde o Assistente Social psicologizava a profissão, convidando o indivíduo a se abrir, falar de seus problemas; e, a vertente de Intenção de Ruptura, que possuía caráter crítico, que remetia a profissão a uma consciência de classe e inserção na luta social.

O movimento de Reconceituação do Serviço Social foi uma tentativa para que a ação dos profissionais fosse harmônica com a realidade social, no mesmo instante em que busca ser uma profissão crítica sobre si.

Após vencer a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos, coordenou o cenário do capitalismo, o Serviço Social surgiu nos Estados Unidos por

volta de 1880, com as casas de caridades. As questões sociais eram de grosso modo, influenciadas pelo próprio indivíduo, pois este era responsável pelo seu estado atual, o seu próprio caráter e sua conduta determinariam a sua situação. O questionamento do Serviço Social era individualista e em conjunto com a Psicologia, a Psicanálise, a Medicina e o Direito.

Um dos importantes e grandes nomes que atuaram no Serviço Social, foi Mary Richmond. Ela fundou a primeira escola de Serviço Social, em 1897, em New York, além de escrever um livro que instigou a profissionalização do Serviço Social, ela recorreu ao Diagnóstico Social e ao Caso Social para realizar a análise e questionamento individual do indivíduo e suas características e, o tratava de forma direta, particular, e no meio social, sua análise era indireta, investigava o indivíduo construindo sua personalidade. A obra de Mary é centrada no contexto do funcionalismo, onde o intenso tratamento feito com o indivíduo, o reajusta, torna-o consciente para o meio social. Mary não admitia que o Serviço Social, assistência fossem tidos como caridade. Seu método de trabalho era baseado em Estudo, Diagnóstico e Tratamento do indivíduo.

O Serviço Social na América Latina tinha relação de poder entre os grupos sociais. Castro salienta que a realidade social e a política interna dos países facilitam as condições para exercício da profissão, Castro ainda menciona o Serviço Social no Chile, Brasil e Peru tem duas perspectivas: endogenista e histórico-crítica. A perspectiva endogenista é dialética e se confrontava com o lema “fazer o bem em nome do próprio bem”, que dava assistência e conhecimentos técnicos aos carentes, como dizia Barreix. Essa perspectiva era atuante e dominante, e surgiu pelo assistencialismo, doações de cestas básicas aos necessitados, que antes eram vistos como ameaça social, mas depois passaram a ser compreendidos como “irmãos”, através da Igreja Católica. Logo após a Reforma Protestante, a pobreza deixou de ser vista como martírio divino e, passou a ser entendida como questão social. De acordo com Balbina Ottoni Vieira “a pobreza é, assim, uma consequência das condições sociais e à sociedade cabe o dever de ajudar aos pobres, que passam a ter direito à essa assistência”. Já na perspectiva histórico-crítica, é ligada ao marxismo e possuem a “questão social” como a estrutura de seu estudo, que era fundado através do capitalismo, onde os “estados de espírito” empreendedores e racionais, que caracterizavam o sistema capitalista com relações econômicas. Assim, surgiram as políticas sociais, que legitimavam a hegemonia das conquistas da classe trabalhadora. O Serviço Social auxiliava a classe trabalhadora, mediando os impactos causados pelo capitalismo, legitimado pelo Estado e pela burguesia, não era, portanto, um projeto político-econômico de classe hegemônica.

Castro ainda menciona o Serviço Social no Chile, Brasil e Peru mostrando uma evolução do capitalismo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das lutas sociais pelo controle político. As influências europeias e norte americana, ajudaram na compreensão e direcionamento da profissão no processo de dominação estrutural e dependência política da América Latina.

O perfil do Serviço Social era vinculado com a Igreja e implementava o Projeto Hegemônico da Igreja, onde seu principal objetivo era de “auxiliar” os outros profissionais (médicos e advogados). No período Pós-Guerra, houve a influência norte-americana para a formação e prática do assistente social latino americano, onde esses profissionais eram orientados para lidarem com as condições do capitalismo e seu desenvolvimento, se colocando acima das lutas de classes, negando o caráter oposto dos interesses de conflitos.

Com o desenvolvimento do profissional, das propostas de intervenção, houve-se um papel importante na conversão do apostolado, que transformou a identidade da profissão em reflexiva, o que causou a manifestação do processo de reconceitualização, que ajudava na compreensão da história da profissão.

A crise do desenvolvimentismo que foi causada pelas revoltas populares em vários países durante a década de 60, influenciou as ciências sociais, direcionando-as ao questionamento das bases do Serviço Social, que visavam compreender as novas gerações de assistentes sociais que avaliavam sua identidade profissional. Assim, o Serviço Social era ação social, aliado entre a igreja-Estado, que resolvia o agravamento da pobreza através da caridade. Possuía identidade atribuída, o que descaracterizava a sua função, funções estas que eram econômicas e ideológicas, mantinham a “ordem social” e o controle social, também contribuíam para a expansão do capital. Possuíam ação imediata e instantânea, alienada e alienante.

A Igreja Católica, em resposta ao Liberalismo e ao Capitalismo monopolista, criou a encíclica Rerum Novarum, promulgada em 15 de maio de 1891, seu principal representante era o Papa Leão XIII, que contestava as correntes filosóficas da época e possuía um posicionamento em relação a questão social e ao socialismo. A Rerum Novarum era anti-comunista, tinha o objetivo de conciliar as classes, e possuía caráter doutrinado pela igreja. Elvira Matte de Cruchaga, criou a primeira escola de Serviço Social, que objetivava solucionar os graves problemas da sociedade, a questão social.

3. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”.

O Serviço Social no Brasil, influenciado pelo Serviço Social Europeu, surgiu por volta da década de 30, sendo resultado do elo entre burguesia e Igreja Católica. O contexto do seu surgimento dá-se pela acumulação de capital através da exportação e das atividades agrárias, que vinham perdendo espaço no mercado de trabalho industrial, com isso, as revoltas populares foram vencendo a burguesia, a qual se tornava apreensiva, assim, aliou-se ao Estado e à Igreja Católica, com o intuito de derrubar o proletariado, mas a luta de classes, conseguiu desestruturar a República Velha, que teve fim em 1930.

Com o Golpe de 1937, Vargas ficou garantido no poder, tendo apoio das lideranças políticas e militares, conseguiu instaurar o Estado Novo, onde o Estado passou a defender os interesses da classe trabalhadora, tendo como objetivo, a harmonia social. Deste modo, o Estado fortaleceu sua aliança entre a burguesia e a Igreja Católica criando o CEAS, que tinha a finalidade de agir socialmente e difundir a doutrina social da Igreja, com o surgimento do capitalismo, os trabalhadores eram prejudicados pela desigualdade entre as classes, assim, o Serviço Social era apoiado pela Igreja e amparava a classe trabalhadora, exercendo o assistencialismo.

O Serviço Social, possui sua gênese ligada a maturação do capitalismo, vide que dessa maturação surgem as expressões da questão social.

Em 1950, Mary Richmond criou o que seria o primeiro método do Serviço Social (caso, grupo e comunidade), onde o diagnóstico social realizaria a observação social necessária para comprovar as evidências da necessidade e emergência social, a fim de solucionar os problemas do indivíduo. Ela estudava os casos como individuais, pois assim, o Serviço Social agia diretamente na realidade do indivíduo, o tornando consciente através da personalidade e compreensão das relações sociais, com o intuito de desenvolver o seu ajustamento social.

Em 1960, o movimento de Reconceituação surge para repensar o conceito do Serviço Social no Brasil, através de encontros de Assistentes Sociais brasileiros. Tais encontros ocorreram nas cidades de Araxá (onde pensaram na integração dos usuários na economia) e, em Teresópolis, pensaram em uma metodologia, com investigação, diagnóstico e intervenção social do indivíduo.

A divisão sócio técnica do trabalho dá origem ao Serviço Social, entendendo-se que, Trabalho é a capacidade humano-genérica de transformar a natureza e, que este pode se subdividir e aumentar as expressões da questão social, também separa a intencionalidade da coisa feita, com isso, transforma o trabalho em alienação, o que torna as expressões da questão social mais agudas, originando a profissão de Serviço Social.

4. CONCLUSÃO

As expressões da Questão Social, ocasionadas pelo capitalismo, originaram as desigualdades sociais, onde, levaram à criação do Serviço Social, que possui o intuito intermediar o Estado com a classe trabalhadora, atendendo as suas necessidades e contribuindo para a restauração do capitalismo.

O Serviço Social é relacionado com a disputa entre Estado e as Classes Sociais, o Estado institucionaliza a profissão, tornando-a contraditória, pois buscam um salário e a defesa da classe trabalhadora, o que gera o antagonismo de classes, decorrente das condições causadas pelo sistema capitalista, que se desenvolve a partir da exploração da força de trabalho do proletário e, que levam ao seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5 ed. São Paulo: Cortez: 2000.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2 ed. São Paulo, Cortez: 2007.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7 ed. São Paulo, Cortez: 2005.

ABUSO SEXUAL: um breve estudo teórico sobre as consequências psicossociais na vida de uma mulher

Camila Campos Fernandes
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
camilacampos24@icloud.com

Irma Helena Ferreira Benate Bomfim
Doutora em Psicologia – Uni-FACEF
irma@benate.com.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente sabe-se que a violência contra a mulher é um fato alarmante e preocupante na sociedade brasileira atual, a qual teme e indigna-se com o crescente número de feminicídios.

Diante disso, Waiselfisz (2015) apresentou no Mapa da Violência dados relevantes sobre essa triste realidade que ocorre no Brasil e no mundo. Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino no Brasil foi representado como 13 homicídios femininos por dia. Com o crescimento de 11,1% da população feminina, foi perceptível um aumento da taxa nacional de homicídio, que obteve um aumento significativo de 8,8% do ano de 2003 para 2013.

Nas estatísticas internacionais, o Brasil, ocupa a 5^o posição em um grupo de 83 países, tendo os índices de homicídios maiores do que os encontrados na maior parte dos países do mundo. “Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil.” (WASELFISZ, 2015).

O presente artigo visa apresentar uma revisão bibliográfica referente à uma contextualização histórica e caracterização do abuso da mulher, bem como às consequências psicossociais do abuso sexual, assim como a agressividade e os transtornos parafilicos.

2. AS DORES E DELÍCIAS DE SER MULHER: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Social e historicamente sabe-se que há uma construção cultural do papel e função das mulheres em relação aos homens, sendo esta vista como instrumento de submissão e procriação. Tognoli e Fernandes (2014) aponta que a mulher é vista como um, um objeto de manipulação, dominação e seu papel social estabelecido é associado à família, sendo vista como mãe, esposa e filha, não contendo uma identidade própria.

Nas sociedades patriarcais, houve a privação de várias atividades para as mulheres, já que os homens consideravam-nas como sendo submissas e inferiores. Eles eram quem ditavam as regras e designava o seu papel na sociedade, ou seja, a condição “feminina” seria inferior à condição “masculina” (NIEM, 2014).

As diferenças entre o masculino e o feminino se expressam através de um discurso hierárquico baseado no machismo, na maioria das vezes relacionado ao corpo da mulher, assim como afirma Chauí (1985), a violência trata o ser dominado como um objeto, o qual é silenciado e torna-se passivo e dependente do sujeito, sendo este caracterizado como dominador.

No século XIX, durante a modernidade, surgiu, como um reflexo de movimentos sociais rumo a uma sociedade alternativa, o feminismo, a partir do contexto de ideias iluministas, fruto da Revolução Francesa (1789-1799) e da Revolução Americana (1775-1781). Na busca pela reivindicação dos direitos sociais e políticos, com ênfase na luta sufragista (movimento social, político e econômico de reforma), o objetivo era estender o direito de votar às mulheres, mobilizando através disso, mulheres de vários países.

Silva (2008) e Miranda (2014) argumentam que o movimento feminista surgiu com a intenção de romper com a ordem patriarcal e seu poder regulador, denunciando as desigualdades entre homens e mulheres, pois buscava direitos igualitários e mais humanos para as mulheres, reunindo um conjunto de discursos e práticas que davam prioridade a denuncia de desigualdade de gênero (DESCARRIES, 2001).

No Brasil, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, com a participação eleitoral como candidatas e eleitoras, tendo como líder a bióloga e cientista Bertha Lutz, que de acordo com Pinto (2010) foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como bandeira a campanha pública pelo voto. Em 1932 esse direito foi conquistado quando promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro.

Ainda no Brasil, existiu o movimento das operárias de ideologia anarquista que tinha como ponto central de sua causa a questão da exploração do trabalho feminino. Porém, na década de 1930 tanto na Europa, nos Estados Unidos como no Brasil este movimento perdeu a força, e só reapareceu, com importância, na década de 60.

Sobre esses 30 anos, na Europa e nos Estados Unidos, Pinto (2010) comenta sobre a força do ressurgimento do movimento feminista, o qual as mulheres falavam pela primeira vez, diretamente, sobre a questão da relação de poder entre homens e mulheres. Como um movimento libertário, o feminismo apareceu querendo não apenas dar espaço a mulher, mas força para lutar por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, havendo liberdade e autonomia na decisão sobre sua vida e seu corpo.

Enquanto o cenário na Europa e nos Estados Unidos tonava-se propício para o surgimento de movimentos libertários, Pinto (2010) em suas pesquisas, revela que havia um movimento de repressão da luta política legal no Brasil, na década de 70, era um ambiente de regime militar, que as primeiras manifestações feministas aconteceram.

As manifestações feministas eram vistas pelo regime militar com desconfiança, entendendo-as como politicamente e moralmente perigosas. Porém em 1975, houve a declaração por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) na I Conferência Internacional da Mulher, no México, como sendo os próximos dez anos a década da mulher, contribuindo assim para o fortalecimento dos movimentos feministas em todo o mundo (PINTO, 2010).

A partir desta declaração, foram organizados dois eventos em comemoração desta conquista, um por grupos informais e privados de mulheres com o apoio da ONU, e outro pelo Movimento Feminino e pela Anistia com a participação de mulheres que vivenciaram o exílio (OLIVEIRA E CASSAB, 2014).

Por todo o país foram formados novos grupos de mulheres, para estudos e reflexões, e também voltados para a própria ação feita por meio de estudos realizados, buscando o direito de autonomia na sociedade.

Durante a ditadura, afirma Oliveira e Cassab (2014), o movimento passava dentro e fora do Brasil, por um período de divergências. Enquanto os costumes, a cultura e a forma de pensar eram revolucionários no exterior, no Brasil sofria forte repressão, sem liberdade de expressão, mesmo dentro do movimento feminista, o que levava as mulheres participantes a se encontrar às escondidas.

Em 1985, foram criadas as delegacias especializadas, um avanço que evidenciou o quanto a mulher era cada vez mais reconhecida como vítima de violência. A autora Otto (2004), traz ainda que o Ministério da Saúde implantou o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o qual envolvia os temas sobre planejamento familiar, sexualidade e aborto, tornando visível à sociedade a evolução do movimento feminista.

Esta intensa mobilização dos movimentos de mulheres, movimentos feministas, CNDM e parlamentares da bancada feminina que obteve um sucesso de acordo com Miranda (2007), trouxe à Constituição de 88 várias conquistas para as brasileiras, como a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem qualquer tipo de distinção; a ampliação da licença-maternidade; a concessão de aposentadoria para as trabalhadoras rurais e 13º salário e férias anuais de 30 dias para as empregadas domésticas.

O movimento feminista ganhou força, aliando-se a outros movimentos sociais, fazendo parte da pauta feminista temas como: a sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra a mulher. Mudanças aconteceram também com a mídia, a qual Oliveira e Cassab (2014) dizem ter abordado temas que antes não eram sequer cogitados a serem mostrados. Desta forma, após a ditadura, o

feminismo foi se adentrando na esfera política, conquistando aos poucos seu espaço em órgãos políticos importantes.

Costa (2005) salienta que o ano de 1990 foi marcado pelo feminismo popular, o qual produziu um crescimento significativo de mulheres que se identificaram com o feminismo, como as mulheres pobres, operárias, trabalhadoras rurais, etc. Esse crescimento teve como consequência a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo.

A partir da IV Conferência Mundial da Mulher, Oliveira e Cassab (2014) afirmam que os projetos feministas se direcionaram para os direitos humanos, principalmente relacionado à violência contra a mulher, organizando passeatas, eventos e manifestações propondo a alteração do Código Penal. O tema sexualidade trouxe diversas reflexões sobre a mulher, sua identidade, liberdade, relações desiguais entre homens e mulheres e saúde.

Em 2006, ocorreu uma das mais importantes conquistas do movimento das mulheres, a Lei Maria da Penha (**11.340/06**) foi sancionada, sendo este um marco histórico na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, surgindo como forma jurídica de combate à violência doméstica.

O ano de 2010 foi marcado pelo governo Dilma, a primeira mulher a ser presidenta do Brasil, convocando também nove mulheres para os ministérios. Em 2011 aconteceu a 1ª Marcha das Vadias do país em São Paulo, movimento internacional de mulheres, criado na cidade de Toronto, Canadá, em resposta a um policial que disse que para evitar estupros em uma universidade, as mulheres deveriam parar de se vestir como “vadias”.

Assim, mais de três mil mulheres canadenses foram às ruas protestar contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual e/ou qualquer outro tipo de violência contra a mulher. A partir daí, ocorreram diversas manifestações semelhantes em mais de 30 cidades em diversos países, incluindo o Brasil. Estas mulheres lutaram pelo direito de ir e vir, de se relacionarem com quem e da forma como quiserem, além de poder se vestir como quiserem. A principal motivação da Marcha das Vadias era refletir sobre a situação de controle da liberdade e autonomia das mulheres de todo o mundo, que temem pela violência e objetificação sexual.

Pode-se perceber que com os movimentos das mulheres e da sociedade em geral e as conquistas históricas, na busca pela igualdade entre os sexos, culminou em uma mudança de valores e costumes, além da maior inserção da mulher na sociedade. Contudo, na sociedade contemporânea tem-se muito para se conquistar, visto que a mulher ainda é discriminada e sofre com a violência de gênero.

Saffioti (1987, p. 18) define a violência de gênero como tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro.

A violência contra a mulher é um fato alarmante na sociedade brasileira atual que vem preocupando a população, esta que teme e indigna-se com o crescente número de feminicídios, ou seja, homicídios de mulheres por razões da condição de sexo feminino. Diante disso, Waiselfisz (2015) identificou no Mapa da Violência dados relevantes sobre o recente problema que ocorre no Brasil e no mundo.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Desde 1970, a violência vem se tornando um problema de saúde pública. Segundo Minayo e Deslandes (2009) a violência contra a mulher representa uma parcela significativa nos números de morbidade e mortalidade na população brasileira. Com a construção de um processo histórico de supervalorização do ser masculino em detrimento do feminino, ocorreu certa naturalização da violência contra a mulher, pois, a própria mulher e a sociedade, aceita, até os dias atuais, esse papel de submissão em relação ao homem (RIBEIRO et al, 2012).

Casique e Furegato (2006) comentam que dentre as diferentes formas de violência de gênero estão inseridas a violência intrafamiliar ou violência doméstica e a violência no trabalho, as quais se manifestam por meio de agressões físicas, psicológicas e sociais.

As autoras definem a violência intrafamiliar como sendo uma forma de violência em que muitas mulheres estão submetidas, que possui origem entre os membros da família, independentemente se o agressor esteja ou não compartilhando o mesmo domicílio. Dentre as agressões inclui-se violação, maltrato físico, psicológico, sexual e econômico, podendo, algumas vezes, culminar em morte.

Rojas (2001) apud Casique Furegato (2006) afirmam que o abuso psicológico, sexual ou físico ocorre entre pessoas relacionadas afetivamente, como marido e mulher, ou adultos contra menores ou idosos de uma família. O abuso pode caracterizar-se pelo conjunto de condutas que causam dano físico, dor ou ferimento intencional à vítima.

O artigo 7º da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 define cinco principais tipos de violência: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

A violência psicológica é um dos tipos de violência doméstica que ocorre com bastante frequência. Segundo Day et al (2003), esse tipo de violência é a forma mais subjetiva, embora seja muito frequente a associação da violência sexual com agressões corporais. Essa violência deixa marcas profundas no desenvolvimento, podendo comprometer toda a vida mental e emocional da vítima. Os autores ainda comentam sobre os danos de a violência psicológica serem

imediatos, e poderem estar representados em pesadelos repetitivos, ansiedade, raiva, culpa, vergonha e medo.

O artigo 7º, V, da Lei nº 11.340/2006 diz que a violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. A autora Felício (2016) afirma que a calúnia ocorre quando o agente imputa à vítima a prática de determinado fato criminoso, sendo este um fato falso. “A difamação ocorre quando é atribuída à vítima a prática de determinado fato desonroso à sua figura, e a injúria ocorre quando se atribui à vítima qualidades negativas como preconceitos raciais, ou de gênero” (FELÍCIO, 2016, p.n.p).

A violência patrimonial ocorre quando algo de valor é subtraído da vítima, levando esta a perder o patrimônio e a ter despesas financeiras. “Muitas vezes, esse tipo de violência ocorre sob coação, quando o abusador obriga a vítima a ceder recursos financeiros contra a sua vontade” (FELÍCIO, 2016, p.n.p).

Já a violência física é uma forma de agressão, e aparece em pesquisas como sendo a forma de violência mais frequente, seguida da violência sexual. O Conselho Nacional de Justiça (2018) define a violência física como sendo uma ação ou omissão que coloque em risco ou cause danos à integridade física de uma pessoa. A violência física é a mais frequente, pois “como a vítima é indefesa e esta em desenvolvimento, o caráter disciplinador da conduta exercida pelo progenitor ou por quem o substitua é um aspecto bastante relevante, variando de uma “palmada”, a espancamentos e homicídios” (DAY et al, 2003).

Embora a violência doméstica ocorra mais frequentemente entre casais que já convivem, a violência sexual ainda é um dos principais tipos de violência que a mulher sofre de seu parceiro ou companheiro.

De um modo geral, a violência sexual é o ato que o homem utiliza para provocar na mulher constrangimento com o propósito de limitar a autodeterminação sexual, tanto pode ocorrer mediante violência física como através de grave ameaça, ou seja, com o uso da violência psicológica (FELÍCIO, 2016).

Mulheres em situação de violência sexual experimentam sequelas físicas e psicológicas, tornando-se mais vulneráveis a diversos problemas de saúde (BRASIL, 2012). De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2018), a violência sexual é definida como a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se também como violência sexual o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar estes atos com terceiros.

Felício (2016) ressalta ainda que no Código Penal Brasileiro, a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo estupro, atentado violento ao pudor e o ato obsceno.

4. CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO ABUSO SEXUAL

Reconhecida internacionalmente pelas entidades dos direitos humanos e organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a problemática da violência contra a mulher é vista como um problema de saúde pública.

A Organização Mundial da Saúde (2003) considera como violência todo ato sexual indesejado que cause danos físicos, emocionais, sexuais e psicológicos, através de ameaças, coerção ou privação da liberdade, independentemente do ambiente e do relacionamento das pessoas. Como afirma Souza, Drezett, Meirelles e Ramos (2012), a violência sexual caracteriza-se por qualquer contato sexual não consentido, ou qualquer ato contra a sexualidade da pessoa.

Dias (2010, p.243-244) afirma que “o abuso sexual constitui uma forma de violência na qual o abusador se aproveita de sua superioridade (física ou psicológica), ato o qual gera como consequência um atraso ou prejuízo no desenvolvimento ou estruturação da personalidade”.

Inclui-se como violência sexual situações de estupro, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas ou impostas, voyeurismo, e manuseio ou penetração oral/anal/genital com pênis ou objetos de maneira forçada. É considerada também a exposição forçada a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais e material pornográfico. (BRASIL, 2009).

Assim, o abuso sexual passa a ser um crime contra a dignidade e liberdade sexual, pode ser cometido em qualquer cenário e contra homens ou mulheres. No entanto, Cerqueira e Coelho (2014) apresentam as mulheres como sendo as principais vítimas desta violência.

Os estudos dos autores Grossin et al (2003), Faravelli et al (2004) e Campbell et al (2007) apresentam dados em comum sobre dois tipos de agressores existentes e a faixa etária agredida por eles. O maior número de atos praticados é composto por vítimas mulheres mais jovens, as quais possuem como agressor um conhecido, frequentemente intrafamiliar, em que há uma pequena taxa de procura por auxílio. Já outros atos são praticados por agressores desconhecidos, muitas vezes por mulheres mais velhas, com idade média de 22 anos, havendo uma maior taxa de agressão física, de denuncia e de procura por auxílio.

De acordo com Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi e Lozano (2002), calcula-se que a prevalência global de estupro é de 2 a 5% e a incidência de vítimas por ano é de 12 milhões. Mason e Lodrick (2013) comentam que a prevalência de estupro em mulheres, ao longo da vida, corresponde a aproximadamente 20%, evidenciando dados nacionais que indicam uma média diária de 21,9 mulheres que procuram atendimentos em serviços de saúde por violência sexual, e 14,2 de mulheres por dia sendo notificadas como vítimas de estupro.

Mesmo as vítimas de violência sendo usuárias assíduas dos serviços de saúde, Pereira et al (2012) argumentam que normalmente as vítimas não relatam a agressão sofrida, mesmo com sinais e sintomas aparentes.

O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos, especialmente para as vítimas. A violência sexual pode acarretar diversos problemas de saúde para a mulher, tanto imediatamente após o evento, quanto a médio e longo prazo, além de consequências físicas e psicológicas.

Em seu estudo, Sugar, Fine e Eckert (2004), relatam que metade das pessoas que denunciaram a agressão sexual possuíam lesões, sendo as lesões não genitais mais comuns do que as genitais. De acordo com White e McLean (2006) a ausência de lesão genital não implica o consentimento e não exclui a penetração, mesmo em mulheres que negam uma atividade sexual prévia. Mesmo as lesões pequenas devem ser documentadas e podem precisar de tratamento assim como as lesões maiores.

Geralmente, as mulheres vítimas de violência sexual não apresentam apenas problemas imediatamente após os atos violentos vivenciados, mas podem apresentar também demandas que necessitam de um apoio interdisciplinar por, conta das cicatrizes deixadas na vida sexual, afetiva, social e profissional (OLIVEIRA, et al , 2005).

Ao ter suas barreiras violentadas, a vítimas busca construir novos limites entre si e o mundo, porém essas barreiras são construídas a partir da dinâmica do trauma, adquirindo manifestações físicas como ganha de peso, desleixo pessoal e falta de cuidado consigo mesma, podendo também desenvolver problemas dermatológicos, problemas de aprendizagem e/ou comportamentais.

Oliveira et al (2005), pontuam que a obrigatoriedade do atendimento para interrupção de gravidez nos casos de estupro e risco de vida da mãe prevista no Código Penal Brasileiro desde 1940, é cumprida apenas por alguns dos mais de 6.000 municípios do Brasil oferecem o serviço de atendimento sobre a prática da Lei do “aborto legal” às mulheres vítimas de estupro.

Faundes, Rosas, Bedone e Orozco (2006), comentam que a maioria das gravidezes resultantes de estupros são rejeitadas pelas mulheres, terminando frequentemente em aborto. Isso pode possuir poucas consequências para a saúde da mulher em países onde o aborto é legal e os serviços de qualidade são de fácil acesso, porém pode acarretar graves consequências nos países com leis restritivas em que o aborto seguro não é acessível, mesmo ainda nos casos previstos em lei, como ocorre no Brasil.

A preservação das evidências é essencial para auxiliar os processos judiciais necessários para processar o agressor. “As mulheres que foram estupradas devem ser questionadas se gostariam de denunciar o ataque à polícia e passar por um exame forense” (WELCH e MASON, 2007, p. n.p).

Há a possibilidade de a vítima contrair infecções sexualmente transmissíveis do agressor e/ou infecções do trato reprodutivo, dependendo da prevalência do local e da natureza da agressão. Welch e Mason (2007) comentam que a clamídia, hepatite B, DST, sífilis e a gonorreia são comuns, podendo alguns levar à doença inflamatória pélvica e à infertilidade em mulheres que não forem tratadas.

O risco de adquirir o HIV é existente, principalmente em casos de estupro anal, trauma e sangramento, necessitando o agressor ser um portador de HIV ou usuário de drogas injetáveis.

Além de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada, as vítimas de estupro podem apresentar lesões físicas que podem levar a fraturas graves ou traumas.

Dada a gravidade do problema no que tange à violação dos direitos humanos e ao impacto físico, psíquico e social, Krug et al (2002) esclarece que a violência sexual foi reconhecida como um problema de saúde pública global em 1993, pela Organização Pan- Americana da Saúde (OPAS) e pela OMS.

As consequências psicológicas são variáveis, já que o significado que a vítima atribui para a experiência do abuso sexual é único. Como afirmam Mason e Lodrick (2013) a vítima pode adquirir transtornos psicológicos como depressão, dificuldade para restabelecer relacionamentos íntimos após o estupro, fobias, dificuldade com ajustamento social e funcionamento sexual, ansiedade, uso de drogas ilícitas, tentativas de suicídio, estresse pós-traumático, transtornos do sono, pesadelos, transtornos de apetite, entre outros. Após o estupro a sintomatologia pode se tornar mais aparente e mais grave, incluindo nos sintomas: a ansiedade, depressão ou TEPT e também queixas psicossomáticas.

Kilpatrick, Veronen e Best (1985) relatam em seu estudo que das 507 vítimas de estupro pesquisadas, 30% tiveram pelo menos um episódio de depressão maior, e 21% estavam deprimidas no momento da pesquisa. Em contrapartida, apenas 10% das mulheres que nunca foram estupradas sofreram depressão grave e apenas 6% estavam deprimidas no momento da pesquisa.

Os autores afirmam que os sentimentos de vergonha e humilhação são frequentemente descritos, muitas vezes persistindo e contribuindo para a perda da autoestima das vítimas. O nível de tentativas e ideação suicida é notável entre as vítimas de estupro, o qual 33% das vítimas em comparação com 8% das “não vítimas” já haviam cogitado o suicídio, enquanto 13% das vítimas fizeram pelo menos uma tentativa de suicídio.

5. A AGRESSIVIDADE E OS TRANSTORNOS PARAFÍLICOS

Winnicott (2000), em seu estudo sobre agressividade pontua que no impulso do amor primitivo encontra-se sempre uma reação agressiva, pois na prática não existe a satisfação total do id, ou seja, a agressividade faz parte do ser humano. O indivíduo que possui tendências sádicas compulsivas não consegue sentir-se real, a não ser quando se comporta de maneira destrutiva e impiedosa, transformando-se em masoquismo.

Birman (2006) argumenta que no discurso freudiano após os anos 1920 a agressividade circulava no campo do sujeito de diferentes maneiras, como o masoquismo e autodestrutividade, sadismo e destrutividade, e ainda nas relações agressivas estabelecidas entre as diferentes instâncias psíquicas. Ele acrescenta que Freud utilizou deste desenvolvimento teórico para compreender que a matéria prima do mal-estar seria a pulsão de morte desintrincada, ou pouco intrincada da pulsão de vida.

Assim, seria caracterizada a agressividade, por diferentes modalidades, voltadas para o exterior, ou para o interior do psiquismo, sob forma de violência, destruição e de autodestruição (BIRMAN, 2006).

Teóricos psicanalistas como Freud e Lacan situam a agressividade como constitutiva do eu, na base da constituição do eu e na sua relação com os objetos, e ainda afirmam que ela está na ordem humana, ordem libidinal.

Segundo Ferrari (2006), Freud discute que a crueldade, forma de dizer da agressividade no registro da ação direta contra o outro ou contra si mesmo, como observado no sadomasoquismo, é algo próprio dos humanos. Para Freud, a base da crueldade é o egoísmo, próprio de toda satisfação-sexual-biológica, sendo assim, a crueldade não supõe consideração ao outro.

A agressividade é definida por Laplanche e Pontalis (2001) como sendo uma disposição a prejudicar o outro, com o intuito de constrangê-lo ou destruí-lo. Ela pode se manifestar por meio de ações motoras e também por comportamentos simbólicos ou concretos.

Bergeret (2005) apud Mijolla (2005) afirma que a agressividade corresponde a fantasias ou comportamentos, apresentando as mesmas consequências para o indivíduo. Contempla que ela não possui apenas uma origem e que também não é homogênea, estando associada às ideias imaginárias ou sintomáticas, caracterizando manifestações afetivas hostis e manifestações eróticas.

De acordo com Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy e Barros (2009), alguns abusadores possuem o perfil sádico, ou seja, aquele que tem desejo de machucar a vítima de forma agressiva, o qual seu excitação sexual é diretamente proporcional à violência, podendo até mesmo ser fatal. Ressalta-se que uma parcela dos agressores sexuais preenchem os critérios diagnósticos para o transtorno parafilico, ou seja, transtornos sexuais.

Segundo Assumpção (2014) os transtornos sexuais possuem origem multicausal em relação à complexidade de fatores, tanto sociobiológicos quanto

psíquicos, que estão envolvidos no processo de formação e maturação da pessoa enquanto um ser sexual. “Os transtornos sexuais constituem-se de sintomas ligados à construção, ao desenvolvimento e à expressão da sexualidade” (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 14).

De acordo com Dalgarrondo (2008, p. n.p), as parafilias “são transtornos do comportamento sexual, e é caracterizada por padrões de fantasias e práticas sexuais particulares em que podem ser prejudicial ao próprio indivíduo ou a outros, podendo envolver apenas a fantasia, masturbação e/ou atividade sexual com um parceiro.’

Lopes (2017) discorre sobre o termo parafilia, sendo este qualquer comportamento sexual, que de alguma forma visa à excitação, erotismo e obtenção de prazer a partir de tal objeto, situação, lugar e não pela cópula propriamente dita.

A 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10, p. n.p), em um capítulo sobre Transtornos Mentais e Comportamentais (F00-F99) classifica parafilias como sendo “transtornos da personalidade e do comportamento do adulto”, e entre estes como “transtornos da preferência sexual”. Já no DSM-V (2014) os Transtornos Parafílicos, distingue entre o comportamento humano atípico e o comportamento decorrente de um transtorno, que é aquele que causa sofrimento, ameaça física ou psicológica para si ou para o bem-estar de outros.

Para o diagnóstico do Transtorno Parafílico, o DSM-V considera que a pessoa com interesses sexuais atípicos sinta angústia pessoal sobre seu interesse sexual, não apenas sofrimento resultante da desaprovação da sociedade; ou que tenha desejo ou comportamento sexual que envolva o sofrimento psicológico, lesões ou morte de outra(s) pessoa(s), ou prática sexual que envolva pessoas que não querem ou que sejam incapazes de dar o seu consentimento legal.

O diagnóstico requer que os sintomas estejam presentes por pelo menos seis meses e causem sofrimento pessoal clinicamente importante ou prejudiquem o funcionamento social (LUCENA e ABDO, 2014). Segundo Hales et al (2012), a maioria dos pacientes com parafilias são homens e apenas de 5% a 15% são do sexo feminino, a depender do tipo de transtorno.

Tabela 1: Tipos de Transtornos Parafílicos definidos pelo DSM-V e suas características.

Transtorno Parafílico (DSM-V)	Síntese das definições
Transtorno Exibicionista	Expor órgãos genitais a uma pessoa desavisada ou prática de atos sexuais com a intenção de que outras pessoas vejam.
Transtornos Frotteurista	Tocar ou esfregar-se em uma pessoa sem seu consentimento.
Transtorno Voyeurista	Observar uma pessoa desavisada em um momento íntimo, de nudez ou em práticas sexuais.
Transtorno Fetichista	Usar objetos inanimados para obtenção de excitação sexual.
Transtorno Pedofílico	Preferência sexual por crianças pré-púberes
Transtorno do Masoquismo Sexual	Necessidade de ser humilhado, espancado, amarrado ou qualquer outra forma de sofrer para obter prazer sexual.
Transtorno do Sadismo Sexual	A dor ou a humilhação de outra pessoa é sexualmente excitante.
Transtorno Transvêstico	Excitação sexual ao vestir roupas ou utilizar objetos do sexo oposto.
Transtorno Parafílico Não Especificado	Incluir uma variedade de outros comportamentos parafílicos, tais como: zoofilia, necrofilia, coprofilia, urofilia, infantilismo, escatologia, telefonia, etc.

Algumas teorias buscam explicar o desenvolvimento das parafilias, tanto em termos biológicos quanto psicológicos. Os autores Garcia et al (2017) comentam sobre alterações no sistema límbico em animais causarem comportamento hipersexual (síndrome de Kluver-Bucy), e patologias no lobo frontal, como convulsões e tumores, serem implicadas em alguns indivíduos com parafilias. De acordo com os autores “também foram sugeridos que níveis anormais de andrógenas podem contribuir para a excitação sexual inadequada”(Garcia et al, 2017, p. 03).

Já no campo psicológico Hales et al (2012) afirmam que as teorias psicanalíticas têm postulado que a ansiedade de castração grave durante a fase edípica do desenvolvimento leva à substituição da mãe por um objeto simbólico, como no fetichismo; e a ansiedade semelhante em relação à excitação pela mãe pode ocasionar escolhas de comportamento sexual seguro, onde não há contato sexual, assim como no exibicionismo e no voyeurismo. Mas, diante disso, o autor pontua que o comportamento sexual inadequado nem sempre esta ligado às parafilias.

Brandão Neto (2018) relata que atualmente a violência sexual possui duas formas que mais ocorrem, sendo elas o estupro e o assédio sexual. Ele ainda pondera que metade das mulheres que sobrevivem à agressões sexuais

apresentam em seu exame pós violência traumatismo genital ou retal, e cerca de dois terços possui hematomas em outros locais.

Estas formas de violência sexual podem ocorrer em diferentes ambientes, sendo eles intrafamiliar, quando existe um laço familiar ou relação de responsabilidade entre abusador e abusado; extrafamiliar, quando o abusador não possui laços familiares com o abusado, sendo um desconhecido; ou institucional, a qual o abuso sexual ocorre em instituições não-governamentais.

Por fim, sabe-se, por meio do estudo de Facuri, Fernandes, Oliveira, Andrade e Azevedo (2013), que a violência sexual foi reconhecida como um problema de saúde pública global em 1993, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e OMS, sendo um grave problema em relação aos direitos humanos.

Desta forma, a violência sexual deve ser olhada com cuidado, principalmente em relação às consequências que esta pode causar na vida da vítima, além da compreensão do perfil dos agressores, necessitando de um olhar psicoterapêutico e um trabalho multidisciplinar para amenizar o sofrimento desta pessoa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o breve estudo bibliográfico feito referente à contextualização histórica e a caracterização do abuso da mulher, bem como às consequências psicossociais do abuso sexual, assim como a agressividade e os transtornos parafilícos pode-se constatar a construção histórica e social do papel da mulher, sendo esta vista como objeto e submissa ao homem. Contudo, atualmente os estudos evidenciam uma ampliação da luta pelo seu lugar na sociedade contemporânea, resultando em vários avanços.

Evidenciam-se no âmbito jurídico a criação de uma legislação de proteção à mulher, e psicossociais como o aumento de instituições socioeducativas e de saúde, como ações de desenvolvimento científico, valorização, proteção, distinção de suas necessidades, de seus desejos e, por conseguinte de descoberta da sua grande importância, enquanto pessoa e cidadã.

Desta forma, os abusos e negligências contra a mulher, que em muitas décadas foram ignorados, ganharam visibilidade e passaram a ser questionados e denunciados na tentativa de preservação da vida e dos direitos das mulheres nos vários contextos em que vive. A Lei Maria da Penha representa esse avanço, pois criminaliza e penaliza o agressor.

Dentre as principais consequências abordadas pelos autores pesquisados, visualiza-se também as consequências físicas, psicológicas e sociais, as quais ganharam maior consistência teóricas devido ao aumento de pesquisas que

comprovam sua existência e merecem ser consideradas pelos profissionais envolvidos.

O estudo acerca deste tema é de grande relevância no cenário atual, já que é notório o crescente aumento deste fenômeno entre a população mundial, evidenciando-se um problema social e de saúde pública, que afeta a integridade física e psíquica da mulher, além de constituir uma flagrante violação aos direitos humanos. Logo, a psicologia não pode se furtar de buscar compreender esta problemática, em face da magnitude de sua repercussão, tanto no âmbito social quanto no âmbito subjetivo das mulheres vitimadas.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Alessandra de Fátima Almeida. **Avaliação das abordagens terapêuticas para agressores sexuais portadores de transtornos parafilicos**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9R7EVV/disserta_o_v10_21_8_2014.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 de março de 2019.
- BERGERET, J. Agressividade. In: MIJOLLA, A. Dicionário internacional da psicanálise: **conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro: Imago, p.37-39, 2005.
- BIRMAN, Joel. Arquivo da agressividade em psicanálise. São Paulo: **Natureza Humana**, p. 357-379, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n2/v8n2a05.pdf> . Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde: Norma Técnica, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2019.
- BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate à fome**: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.
- BRANDÃO, Rodrigo Antonio. **Violência sexual contra mulheres**. 2018. Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/7661/violencia_sexual_contra_mulheres.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.
- CAMPBELL L.; KEEGAN A.; CYBULSKA B.; FORSTER G. Prevalence of mental health problems and deliberate self-harm in complainants of sexual violence. **Journal of Forensic and Legal Medicine**. London, 2 Ed., v.14, p.75-78, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353113106000733>. Acesso em: 29 de março de 2019.

CASIQUE, Letícia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Rev. Latino-am Enfermagem**. Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2019.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Brasília, 2014.

CID-10: **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev. V.1.5. Organização Mundial da Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Formas de violência contra a mulher. Brasília: **CNJ**, 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

COSTA, Ana Alice A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Gênero, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas da mulher**, Rio de Janeiro, n. 4, Zahar, 1985.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8R5vDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Psicopatologia+e+semiologia+do+s+transtornos+mentais.&ots=1-CGWXIOQc&sig=2cmoJtLB7O3eiLoanQWFcDDL0LE#v=onepage&q=Psicopatologia%20e%20semiologia%20dos%20transtornos%20mentais.&f=false>. Acesso em: 30 de março de 2019.

DAY, V.; TELLES, L.; ZORATTO, P.; AZAMBUJA, M.; MACHADO, D.; SILVEIRA, M.; DEBIAGGI, M.; REIS, M.; CARDOSO, R.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiatr**. Rio Grande do Sul, p. 9-21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

DESCARRIES, Francine. **Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec**. Tradução de Tania Navarro Swain. Brasília, 2001. DIAS, Maria Berenice. **Incesto e alienação parental**. 2. ed. São Paulo: RT, p. 243-244, 2010.

FACURI, Cláudia de Oliveira et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 889-898, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000500008. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

FAUNDES, Anibal; ROSAS, Cristiano; BEDONE, Aloísio; OROZCO, Luis. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** Campinas, 2006.

FAVARELLI C.; GIUGNI A.; SALVATORI S.; RICCA V. Psychopathology after rape. **Am J Psychiatry.** Washington, 2004. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/pdf/10.1176/appi.ajp.161.8.1483>. Acesso em: 29 de março de 2019.

FELÍCIO, Carine Peixoto. Tipos de violência contra a mulher. **Jus.** Piauí, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49523/tipos-de-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.49, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

GARCIA, C.; SILVA, C.; LEMOS, C.; DUARTE, J.; TORNIO, L.; BORGES, M.; GOMES, S.; CORTES, S.; OLIVEIRA, R. **Principais aspectos dos transtornos parafilicos e suas implicações comportamentais.** Juiz de Fora, 2017.

GROSSIN C.; SIBILLE I.; GRANDMAISON G.L.; BRANASR A.; BRION F.; DURIGON M. Analysis of 418 cases of sexual assault. **Forensic Science International.** France, 2-3 Ed., v. 131, p.125-130, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0379073802004279>. Acesso em: 29 de março de 2019.

HALES, R.; YUDOFKY, S.; GABBARD, G. **Tratado de Psiquiatria Clínica.** 5º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KILPATRICK, Dean; VERONEN, Lois; BEST, Connie. Factors Predicting Psychological Distress Among Rape Victims. **Trauma and its Wake.** Ed. CE Figley, New York, 1985.

KRUG E. G.; DAHLBERG L. L.; MERCY J. A.; ZIW A. B.; LOZANO R. World report on violence and health. **World Health Organization,** Geneva, 2002. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise.** Tradução de P. Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5º ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LOPES, Yan. **As parafilias e os transtornos parafilicos, uma perspectiva das variações sexuais normais e patológicas.** Minas Gerais, 2017.

LUCENA, Bárbara Braga; ABDO, Carmita Helena. Transtorno parafílico: **o que mudou com o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-**

V). São Paulo, 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2014/v19n2/a4147.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2019.

MASON, Fiona; LODRICK, Zoe. Psychological consequences of sexual assault. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**. United Kingdom, v. 27, 2013.

MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Mobilização das Mulheres em Enunciados de Jornais Brasileiros (1979-1988)**. Dissertação de Mestrado, Centro de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, UnB, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Análise da implantação da rede de atenção às vítimas de acidentes e violências segundo diretrizes da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade sobre Violência e Saúde. **Revista Ciência & saúde coletiva**. V.14, n.5. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000500002. Acesso em: 01 de abril de 2019.

NIEM - NUCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE MULHER E GÊNERO. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Laís Paula; CASSAB, Latif Antonia. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. Londrina, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Eleonora; BARBOSA, Rosana; MOURA, Alexandre; KOSSEL, Karen; MORELLI, Karina; BOTELHO, Luciana; STOIANOV, Maristela. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 3, 2005.

OMS - Organización mundial de la salud. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. 2003. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112670/9275315884_spa.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

PEREIRA A.; SESPEDE, C; CORTELETE, C; BARRETO, C; BIAZON, E; VERRENGIA, L; LIBERATTI, M; ROSA, M; LOPES, M; STORTI, M; GÓES, M; MORENO, N; FILHO, R. P.; PLEPIS, R; SILVA, S; MUNIZ, S; ABRÃO, S, CROCE, T; JÚIOR, W. P. **Protocolo de proteção à mulher, criança e adolescente vítimas de violência sexual, doméstica e intrafamiliar.** Maringá, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rer. Sociol. Polít.** Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> . Acesso em: 20 de agosto de 2018.
PINTO, Céli. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas, in Heleieth Saffiotti, **Mulher Brasileira é Assim.** Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1994.

RIBEIRO, P. R.; MARQUES, D.; MAGALHÃES, L.; NUNES, R.; MAIA, S.; MARTINS, W. **Violência contra a mulher.** Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/expocom/EX32-0741-1.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SEFARIM, Antônio de Pádua; SAFFI, Fabiana; RIGONATTI, Sérgio Paulo; CASOY, Ilana; BARROS, Daniel Martins. **Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças.** Ver. Psiq. Clin. São Paulo, 2009.

SILVA, Elizabete Rodrigues. Feminismo radical – pensamento e movimento. **Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte.** V. 2, n. 3, 2008.

SOUZA, Flavia Bello Costa; DREZETT, Jefferson; MEIRELLES, Alcina de Cássia; RAMOS, Denise Gimenez. **Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual.** 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871300006X#bib0005> Acesso em: 16 de outubro de 2018.

SUGAR, N. F.; FINE, D. N.; ECKERT, L. O. Physical injury after sexual assault: Findings of a large case series. **American Journal of Obstetrics and Gynecology.** London, v. 90, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0002937803009128> . Acesso em: 29 de outubro de 2018.

TOGNOLI, Nathalia Catozzo Pereira; FERNANDES, Fernanda. **O papel da mulher na sociedade contemporânea.** Votuporanga, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifev.edu.br/index.php/unic/article/view/467/362>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no brasil.** Brasília, Flacso, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

WELCH, Jan; MASON, Fiona. Rape and sexual assault. **BMJ Publishing Group Ltd**, London, v. 334, 2007. Disponível em:
<https://www.bmj.com/content/bmj/334/7604/1154.full.pdf> . Acesso em: 29 de outubro de 2018.

WINNICOTT, D. W. Da pediatria à psicanálise: **obras escolhidas**. Tradução de: Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Ed, p. 288-304, 2000.

WHITE, Catherine; MCLEAN, Iani. Adolescent complainants of sexual assault; injury patterns in birgin and non-virgin groups. **Journal of Clinical Forensic Medicine**. London, v.13, ed. 4, p. 172-180, 2006. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S135311310600040X> . Acesso em: 30 de outubro de 2018.

APAE: Um exemplo de assistência à educação, saúde e inclusão social dedicado a alunos excepcionais

Luciano Roberto Bessa Filho
Graduando em Medicina – Uni- FACEF
lucianofilhob@hotmail.com

Ricardo Borzani Dessimoni
Graduando em Medicina – Uni- FACEF
r.dessimoni@outlook.com

Thiago Felipe dos Santos Lima Gonçalves
Graduando em Medicina – Uni-FACEF
thiago_felima@hotmail.com

Fernando César Padula Silva
Graduando em Medicina – Uni- FACEF
fer_padula@outlook.com

Márcia Aparecida Giacomini
Docente Uni-FACEF/Doutoranda em Ciências – EERP - USP
marciagiacomini@facef.br

1. INTRODUÇÃO

O que é a APAE Franca? Qual a sua abrangência? Quais são os profissionais que dão suporte ao local? São perguntas que maioria da população regional não sabe responder.

A APAE Franca (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais), entidade filantrópica, assistencial e cultural, hoje é um centro de referência na área DRS VIII, atendendo mais de oito cidades na região, pois não só se dedica à educação dos alunos que ali estão, mas também possui uma rede de atenção à saúde extraordinária, com uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros) e prezam pela inclusão dos direitos destas pessoas nas políticas públicas desde 1970, ano da fundação. Além disso, a instituição faz o atendimento especializado de vários transtornos, comportamentais, intelectuais e físicos, e não apenas de portadores da síndrome de Down, como muitos acreditam, realizando trabalho de inclusão social com uma didática e metodologia diferenciada na escola comum ou assistida. A visita a APAE franca foi uma vivência inédita em meio acadêmico. De certa forma, lidar com alunos excepcionais, ou especiais, é algo que tira qualquer aluno da zona de conforto, ou seja, trabalhar fora dos padrões, nos quais são vivenciados diariamente, seria algo novo, diferente, mas ao mesmo tempo surpreendente. (HUMANOS, 2012) (BARBOSA, 2011) (LOSAPIO e PONDÉ, 2011)

1.1. Objetivo

Este estudo tem por objetivo, descrever a experiência vivenciada por estudantes do sétimo semestre do curso de medicina de um Centro Universitário Municipal, no interior do Estado de São Paulo, durante módulo de saúde da criança e adolescente, na disciplina Interação em Saúde na Comunidade (IESC) com crianças portadoras de necessidades especiais em visita à APAE Franca.

1.2. Metodologia

Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, referente à vivência de estudantes do sétimo semestre do curso de medicina, de um Centro Universitário Municipal, no interior do Estado de São Paulo, durante módulo de saúde da criança e adolescente, na disciplina Interação em Saúde na Comunidade (IESC) com crianças portadoras de necessidades especiais em atividade acadêmica na APAE do município. A experiência oportunizada, foi algo que poucas pessoas, tanto acadêmicos quanto não estudantes, são conhecedores, por isso este relato de experiência será dividido em três partes / assuntos, para se detalhar a experiência vivenciada, relatando detalhes. Dentre elas: Educação e saúde.

2. RELATO E DISCUSSÃO

Durante a atividade, os estudantes receberam as orientações sobre o funcionamento da APAE e as ações desenvolvidas, o que possibilitou compreender a intersecção da educação com a saúde e assistência social, na assistência integral à criança portadora de necessidades especiais. A descrição desses aspectos está apresentada aqui, segundo a percepção discente.

2.1. Educação

Ao conhecer a APAE, constatou-se que trata-se de uma instituição educacional riquíssima, não só na questão escolar, mas na questão cultural, assistencial e motivacional, pois lida com diversos tipos alterações de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais. A diversidade dos transtornos, faz com que os profissionais que ali atuam, desenvolvam um trabalho multidisciplinar, pois lidam com múltiplas alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, como alterações cognitivas, comportamentais e físicas.

Inúmeras patologias são trabalhadas no local, como DNPM (Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor), paralisia, anoxia, síndrome de Down, autistas, retardo mental, dentre inúmeras outras. Assim cada paciente tem uma atenção individual, a qual é realizada várias atividades e estimulações diferentes, além de métodos avaliativos e prognósticos.

Um exemplo disso é a atenção aos portadores de autismo ou transtorno do espectro autista, os quais são estimulados e avaliados continuamente por quatro ferramentas.

a) PECS (Picture Exchange Communication System) - que é um sistema de intervenção aumentativa, ou alternativa de comunicação exclusiva para indivíduos com transtorno do espectro autista e doenças do desenvolvimento relacionadas. Este sistema, não requer materiais complexos ou caros, e foi criado pensando na facilidade de uso, dos educadores, familiares ou cuidadores. A ferramenta conta com seis fases (1- como se comunicar, 2- distância e persistência, 3- discriminação de figuras, 4 - estrutura de sentença, 5 - respondendo às perguntas e 6- comentando). Tendo assim o objetivo de apoiar o autista a chegar à idade adulta com o máximo de autonomia possível.

b) Currículo Funcional - O qual define que o meio favorece a cada aluno o desenvolvimento de oportunidades para uma vida independente, com dignidade é baseado no ambiente natural do aluno. Tendo o objetivo de identificar de desenvolver habilidades, visando aumentar as possibilidades da pessoa para participar na vida cotidiana escolar, laboral ou social como um todo.

c) ABA - Terapia cientificamente comprovado que possibilita compreender as ações e habilidades no espectro autista e como elas podem ser influenciadas pelo meio ambiente.

Tem como elementos o gerenciamento de comportamentos e o ensino de habilidades que estimulem atitudes positivas. Objetivando assim, atuar no desenvolvimento do autista com o uso de técnicas que possibilitem ampliar a capacidade cognitiva, motora, de linguagem e interação social.

d) TEACCH - Ferramenta que ajuda a aquisição de habilidades de comunicação, para que possam se relacionar com outras pessoas e dentro do possível, dar a condição de escolha à criança. Tendo princípios como, a adaptação do ambiente as limitações da criança, elaboração de um plano de intervenção, alteração de grade curricular e de ensino e readaptação da avaliação e a capacitação dos profissionais. Assim, o local conta com educadores especializados em ensino, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, que visam estimular estas crianças desde os primeiros meses de vida, buscando uma melhor evolução e desenvolvimento daquela criança, garantindo assim uma maior inclusão futura, não só em meio estudantil, mas em meio social.

2.2. Saúde

Em relação à saúde, o que foi vivenciado surpreendeu aos estudantes. Todo o ambulatório é impecável, desde a estrutura física, a organização, os profissionais e a dedicação. Nesta visita, foi disponibilizado o espaço para o acompanhamento das consultas com um dos neurologistas, que presta assistência médica no local, bem como os atendimentos de fisioterapeutas e fonoaudiólogos na

estimulação precoce. O atendimento é altamente complexo, pois é necessário conhecimento em diversas áreas, diferentes transtornos e ampla faixa etária, o que torna assim a assistência à saúde algo desafiador e admirável, tendo em vista que, segundo informações colhidas junto aos profissionais, embora lenta, existe boa evolução em muitos casos.

O prognóstico e evolução de muitos casos condiciona-se a algumas variáveis, como o início das atividades de estimulação, ou seja, quanto mais precoce o início das intervenções, melhores os resultados. Outro aspecto evidenciado foi a importância do apoio familiar, visto que torna-se fundamental a parceria com a família para a progressão do tratamento proposto. Desta forma, embora os profissionais atuantes realizem um serviço de excelência, sem o apoio e foco familiar, o ganho pode ser mínimo. Isso porque as visitas acontecem apenas duas vezes na semana, obrigando assim a realização um trabalho domiciliar familiar para obter sucesso da evolução. Com isso, toda a rede assistencial à saúde visa aprimorar a qualidade de vida do paciente, visando o estabelecimento de funções cognitivas, vitais, funcionais e sociais.

No dia da atividade desenvolvida, presenciou-se a comemoração do Dia Internacional do Autismo (dois de abril), assim a instituição se encontrava em festa, com decorações especiais, apresentações e trabalhos desenvolvidos pelos alunos. Fato este que demonstrou o quão é importante a conscientização pública sobre tais transtornos, pois datas comemorativas relacionadas a estes tipos de doenças do desenvolvimento evidenciam as batalhas e vitórias diárias de cada paciente, de cada família.

2.3. Caso Clínico

Foi possível vivenciar o atendimento a casos específicos, como o descrito a seguir.

C.E. S, masculino, 5 anos, estudante, branco, procedente e residente em cidade próxima, porém no estado de Minas Gerais.

Mãe compareceu à consulta de acompanhamento para manutenção da medicação. Referia que criança rejeitava qualquer tipo de comunicação, seja ela verbal ou expressão corporal, além de só se relacionar através do choro ou gritos. Relatava que paciente enfrenta dificuldades na escola, rasga deveres e enfrenta colegas de classe. Além disso, mãe se encontrava preocupada pelo motivo do filho ter matado e retirado os órgãos de um pinto (galinha) e asfocado um cachorro de médio porte, episódios nos quais não foram demonstrados nenhum sentimento amoroso ou afeto, ou seja, paciente se apresentava frio, calculista e sem arrependimentos, mesmo quando foi relatado em consultório, momento o qual mantinha o olhar fixo e não expressava emoções. Foi diagnosticada apenas com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor em 2015 com um ano e 10 meses, durante uma consulta médica.

Antecedentes: Apgar 10 sentou com nove meses (N=6) e sustentou pescoço com cinco meses (N=3), sem controle esfinteriano, cariótipo normal, tomografia computadorizadas de crânio normal, histórico de crise convulsiva, sem fator causal determinado. Faz acompanhamento de rotina com psicólogo, sem efeitos benéficos até então, além de ter encaminhamento para fonoaudiologia, mas que não faz seguimento. Além do mais, mãe relata episódio de violência/ abuso sexual de uma filha com o ex-sogro, que foi denunciado à polícia, e no qual o filho presenciou o momento da prisão do avô, fato que o abalou emocionalmente, agravando muito o quadro (SIC).

Discussão - Paciente ainda não tem diagnóstico definido, porém acredita-se tratar-se Transtorno do Espectro Autista (acrescido de transtorno oppositor desafiador), com diagnóstico diferencial em Autismo Infantil e Injúria intra-útero no qual qualificaria o paciente em Transtorno desintegrativo da infância.

A definição atual do autismo, tanto na 10ª revisão da Classificação Internacional das Doenças Mentais (CID-10), quanto no Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-IV), se refere a um transtorno de desenvolvimento complexo, caracterizado por prejuízos em três esferas do comportamento: interação social, comunicação e padrões de interesses e comportamentos repetitivos e estereotipados. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas esferas devem estar presentes em torno dos três anos de idade. As manifestações clínicas variam amplamente em termos de níveis de gravidade. (PEREIRA, 2007)

Importante assim caracterizar a doença e seu diagnóstico sindrômico (F 84.0) que foi descrito por, Leo Kanner e Hans Asperger, caracterizado por:

- Isolamento mental. Despreza, exclui e ignora o que vem do mundo externo;
- Possuem uma insistência obsessiva na repetição, com movimentos e barulhos repetitivos e estereotipados;
- Adotam elaborados rituais e rotinas;
- Tem fixações e fascinações altamente direcionadas e intensas;
- Apresentam escassez de expressões faciais e gestos;
- Não olham diretamente para as pessoas;
- Tem uma utilização anormal da linguagem;
- Apresentam boas relações com objetos;
- Apresentam ansiedade excessiva;
- Não adquirem a fala ou perdem a anteriormente adquirida.

Além disso, uma das ferramentas mais utilizadas, se não a mais importante, para a caracterização do autismo se chama M-CHAT, a qual não foi realizada neste paciente.

O M-CHAT é uma escala de rastreamento que pode ser utilizada em todas as crianças durante visitas pediátricas, com objetivo de identificar traços de autismo em crianças de idade precoce. Os instrumentos de rastreio são úteis para avaliar pessoas que estão aparentemente bem, mas que apresentam alguma doença ou fator de risco para doença, diferentemente daquelas que não apresentam sintomas. A M-CHAT é extremamente simples e não precisa ser administrada por médicos. A resposta aos itens da escala leva em conta as observações dos pais com relação ao comportamento da criança, dura apenas alguns minutos para ser preenchida, não depende de agendamento prévio, é de baixo custo e não causa desconforto aos pacientes. Essa escala é uma extensão da CHAT. Consiste em 23 questões do tipo sim/não, que deve ser auto preenchida por pais de crianças de 18 a 24 meses de idade, que sejam ao menos alfabetizados e estejam acompanhando o filho em consulta pediátrica. O formato e os primeiros nove itens do CHAT foram mantidos. As outras 14 questões foram desenvolvidas com base em lista de sintomas frequentemente presentes em crianças com autismo. (HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/RPRS/V30N3/V30N3A11.PDF)

Com todas estas manifestações, o paciente se encontrava em uso de Quetiapina (três comprimidos por dia, totalizando 300 mg/dia) + Clorpromazina + Fenobarbital (80 mg dia) + Topiramato (75 mg dia), ou seja, diversos medicamentos psicóticos, os quais estão sendo receitados com o objetivo do controle de uma doença que nem se quer foi diagnosticada.

Diante do caso acredita-se que o tratamento medicamentoso é importante e deva ser revisto de forma incisiva, e deve ser aplicado juntamente com a psicoterapia, que tem um papel essencial nos tratamentos desses quadros, principalmente, o uso da abordagem relacional, com ênfase no controle emocional, na modificação de comportamento e na resolução de problemas. (referência, pois está discutindo e propondo conduta baseado em que?)

3. CONCLUSÃO

A atividade possibilitou vivência gratificante da atuação multiprofissional junto às crianças portadoras de necessidades especiais, apresentou-se aos estudantes um universo anteriormente desconhecido, diante da diversidade de serviços oferecidos a essa população por instituições como as APAEs.

Desta forma, observou-se que a APAE é uma instituição insubstituível no âmbito assistencial de promoção e reabilitação em saúde como um todo, de acordo com a definição da OMS, a qual não significa apenas a ausência de doença, mas o bem-estar biopsicossocial. Diante do vivenciado, foi nítido o

comprometimento dos profissionais que atuam em várias frentes, como em ações sociais, educacionais, culturais e ações em saúde, além da satisfação apresentada pelos usuários do local.

Acredita-se que o serviço tenha uma importância imensurável para os portadores de necessidades especiais, pois possui os aparatos necessários para fazer cumprir a excelência das atividades prestadas, e embora a atividade tenha transcorrido em dois dias, pôde-se perceber de modo geral, que a APAE conquistou o respeito e admiração por parte dos alunos do sétimo semestre de medicina e da população de Franca e região.

Referências

BARBOSA, E. A APAE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Institucional**, Rio de Janeiro, maio 2011. ISSN 1.

GRUPO DE TRABALHO – EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS. **EDUCERE**, São Paulo, abril 2012.

HUMANOS, G. D. T. –. E. E. D. HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS. **EDUCERE**, São Paulo, Abril 2012. ISSN 1.

LOSAPIO, M. F.; PONDÉ, M. P. Tradução para o português da escala M-CHAT. **Scielo**, São Paulo, agosto 2011. ISSN 1.

PEREIRA, A. M. Autismo infantil: Tradução e validação da CARS (Childhood Autism Rating Scale) para uso no Brasil., 2007.

ANEXOS



Anexo 1

Versão Final do M-CHAT em Português

Por favor, preencha as questões abaixo sobre como seu filho geralmente é. Por favor, tente responder todas as questões. Caso o comportamento na questão seja raro (ex. você só observou uma ou duas vezes), por favor, responda como se seu filho não fizesse o comportamento.

1. Seu filho gosta de se balançar, de pular no seu joelho, etc.?	Sim	Não
2. Seu filho tem interesse por outras crianças?	Sim	Não
3. Seu filho gosta de subir em coisas, como escadas ou móveis?	Sim	Não
4. Seu filho gosta de brincar de esconder e mostrar o rosto ou de esconde-esconde?	Sim	Não
5. Seu filho já brincou de faz-de-conta, como, por exemplo, fazer de conta que está falando no telefone ou que está cuidando da boneca, ou qualquer outra brincadeira de faz-de-conta?	Sim	Não
6. Seu filho já usou o dedo indicador dele para apontar, para pedir alguma coisa?	Sim	Não
7. Seu filho já usou o dedo indicador dele para apontar, para indicar interesse em algo?	Sim	Não
8. Seu filho consegue brincar de forma correta com brinquedos pequenos (ex. carros ou blocos), sem apenas colocar na boca, remexer no brinquedo ou deixar o brinquedo cair?	Sim	Não
9. O seu filho alguma vez trouxe objetos para você (pais) para lhe mostrar este objeto?	Sim	Não
10. O seu filho olha para você no olho por mais de um segundo ou dois?	Sim	Não
11. O seu filho já pareceu muito sensível ao barulho (ex. tapando os ouvidos)?	Sim	Não
12. O seu filho sorri em resposta ao seu rosto ou ao seu sorriso?	Sim	Não
13. O seu filho imita você? (ex. você faz expressões/caretas e seu filho imita?)	Sim	Não
14. O seu filho responde quando você chama ele pelo nome?	Sim	Não
15. Se você aponta um brinquedo do outro lado do cômodo, o seu filho olha para ele?	Sim	Não
16. Seu filho já sabe andar?	Sim	Não
17. O seu filho olha para coisas que você está olhando?	Sim	Não
18. O seu filho faz movimentos estranhos com os dedos perto do rosto dele?	Sim	Não
19. O seu filho tenta atrair a sua atenção para a atividade dele?	Sim	Não
20. Você alguma vez já se perguntou se seu filho é surdo?	Sim	Não
21. O seu filho entende o que as pessoas dizem?	Sim	Não
22. O seu filho às vezes fica aéreo, "olhando para o nada" ou caminhando sem direção definida?	Sim	Não
23. O seu filho olha para o seu rosto para conferir a sua reação quando vê algo estranho?	Sim	Não

© 1999 Diana Robins, Deborah Fein e Marianne Barton.
Tradução Milena Pereira Pondé e Mirella Fiuza Losapio.

APRENDENDO A ESTUDAR: A prática necessária

Diego Alves
Discente Uni-FACEF

Paulo de Tarso Oliveira
Docente Uni-FACEF

1 INTRODUÇÃO

No estudo, bem como no futebol ou no piano, há um círculo que pode ser vicioso ou virtuoso. Se você estuda do jeito errado, aprende pouco e se frustra com isso. O resultado é que estudar vira um momento desagradável. E também ameaçador, pois ninguém gosta de fracassar no que faz. Como é chato, você acaba escapulindo desse confronto com os livros. E fugindo, você aprende menos, tornando o processo ainda mais penoso. (CASTRO, 2015, p. 15).

As escolas, universidades e faculdades modernas se preocupam em ensinar seus alunos diversos conteúdos que acreditam ser o melhor para eles, matemática, português, história, engenharia, computação, ou qualquer outro conteúdo. As instituições de ensino procuram sempre o melhor conteúdo, o melhor material ou até mesmo o melhor profissional de ensino para que possa ensinar seus alunos e assim garantir um aprendizado de qualidade. A pergunta que move este trabalho é: ensinamos tanto aos nossos estudantes, mas quem os ensina a estudar? Quem os ensina a estudar com eficiência, para que se aprenda mais coisas de forma significativa?

O artigo escrito em 2018 por Alves e Tarso, trazem técnicas de estudo que tenham tido comprovações científicas sobre sua eficácia para o rendimento durante o comportamento de se estudar. Foram descritas neste artigo a combinação de técnicas de estudo com mudanças de hábitos comportamentais que possam auxiliar o estudante a melhorar suas formas de aprendizado se tornando autossuficiente nos estudos. Com isso se propôs juntar as descobertas da ciência sobre o comportamento humano, mais especificamente os hábitos, e as descobertas sobre as técnicas de estudo mais eficazes para que se possa aumentar o rendimento, produtividade e aprendizagem significativa utilizando-se destas descobertas.

Os autores deste artigo propõem a prática deste estudo realizado em 2018, o levar para a prática o conhecimento teórico, para que essas possam realmente demonstrar ou não sua eficácia e para que esse possa – se comprovada a eficácia -, ser utilizado como ferramenta para o auxílio do estudo em geral.

Para se realizar este projeto serão oferecidos um treinamento para as escolas públicas da cidade de Franca-SP, em horário alternado ao das aulas, para que os alunos possam ir e aprender as técnicas de estudo descritas no artigo anterior. Com isso deseja-se observar um aumento gradual da nota desses alunos em relação a outros da mesma série ou da mesma classe. A hipótese é de que os alunos que participarem do treinamento de como se estudar, aumentaram significativamente as suas notas em relação aos outros alunos que não participarem do treinamento.

Este estudo se caracteriza como comparativo, por comparar se os estudantes que utilizarem as técnicas de estudo descritas no artigo de 2018 terão um aprendizado de maior eficácia que os demais alunos do mesmo nível e como revisão bibliográfica por continuar pesquisando técnicas que possam auxiliar ainda mais o aprendizado dos alunos incluídos no projeto.

2 JUSTIFICATIVA

Em 2018 realizou-se um estudo bibliográfico intitulado “Aprendendo a estudar: um olhar científico sobre as formas de estudo”, onde se procurou descrever técnicas de estudo que possam auxiliar as pessoas a aprender de forma mais significativa e eficaz.

Ainda em agosto de 2018, um mês após a conclusão da pesquisa de Alves e Tarso, o Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pelas diretrizes da educação brasileira, publicou um relatório referente a 2017 sobre o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Neste relatório foram apresentados os resultados da educação brasileira no ano de 2017. Este relatório serve de direção para pontos de melhoria na educação do país. Nele foi concluído que 7 em cada 10 alunos brasileiros do ensino médio têm nível de aprendizado insuficiente em matemática e português. Como consta no relatório, 71,67% dos alunos têm insuficiência no nível de aprendizagem em matemática e 70,88% dos alunos têm insuficiência de aprendizado em português, o relatório ainda segue afirmando que 23,9% dos alunos do ensino médio do Brasil estão no nível zero de aprendizagem (o nível mais baixo que se poderia chegar estudo).

Sabendo do potencial de melhoria do aprendizado através das técnicas descritas por Alves e Tarso em 2018, surgiu-se a necessidade do ensino de tais técnicas na rede pública, servindo essas como um recursos a mais para os estudantes, visando assim contribuir para a educação brasileira.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Temos como objetivo geral desta pesquisa medir, na opinião dos alunos, se as técnicas de estudo ensinadas os ajudaram ou não a aprender com mais eficácia. E como objetivos secundários da pesquisa, temos o ensino das

técnicas de estudo para os alunos do ensino médio da Escola Estadual João D'Elia e a promoção de mudanças e reconstrução de hábitos, também descritas na pesquisa referenciada de 2018.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa experimental comparativa, baseada em revisão bibliográfica, sendo essencialmente qualitativa.

Sobre a pesquisa comparativa Fachin (2001) coloca que:

O método comparativo se consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

Sobre a revisão bibliográfica, Brasileiro (2013) nos diz:

As pesquisas de revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) são aquelas que se valem de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos etc., não se dedicando à coleta de dados in natura, porém não configurando em uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, o pesquisador pode optar pelas [revisões de narrativas] convencionais ou pelas revisões mais rigorosas.

Sobre a pesquisa qualitativa segundo Alves (1991):

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa.

5 AULAS

As aulas aconteceram no segundo semestre de 2018 na Escola Estadual Júlio César D'Elia, sendo 3 aulas consecutivas, realizadas nas segundas-feiras das 7h50 às 8h40, para o 3º A.

As três aulas consecutivas foram divididas por critério do pesquisador, da seguinte maneira: 1ª Aula reservada para o ensino sobre o hábito e sobre como criar uma agenda de estudos; 2ª aula reservada para ensinar as técnicas de estudos “pomodoro”, “Estudo Intercalado” e “Prática Distribuída” e 3ª e última aula reservada

para o ensino das técnicas “testes práticos”, Auto explicação” e Interrogação elaborativa”, além de ser passado uma avaliação pelo pesquisador para os alunos, para obter informações sobre as aulas e conhecimentos dos alunos.

5.1 Primeira Aula

A primeira aula aconteceu no dia 05 de novembro de 2018. O pesquisador chegou na escola 15 minutos adiantado e já foi liberado sua entrada na sala de aula, chamou a professora presente para conversar primeiro e explicar o serviço que seria feito com os alunos, a professora então sentou-se no final da sala para acompanhar a aula.

Para início da aula o pesquisador se apresentou para a sala e pediu para que todos se apresentassem para ele, dizendo nome e idade. Após isso, foi explicado o que seria feito e qual a intenção das aulas dadas por ele. Foi falado também que a presença nas aulas não era obrigatória e que quem desejasse sair, poderia ficar a vontade, mesmo assim todos os alunos continuaram em sala de aula.

Deu-se inicio então a aula, explicando os conceitos de hábito, como cria-los e como modifica-los. Posteriormente foi feita a explicação de como se fazer uma agenda de estudos manual ou digital e foi pedido aos alunos que selecionassem uma data na sua agenda de no mínimo 30 minutos por dia para estudar, os alunos concordaram e então se encerrou a aula.

5.2 Segunda Aula

A 2ª aula foi realizada no dia 12 de novembro de 2018. Quando o pesquisador chegou em sala de aula havia uma professora substituta que não se importou em ceder a aula para o pesquisador, sentando ao lado e observando a aula.

Dando início a aula, foi realizado uma revisão da aula anterior dada no dia 05 de novembro e foi feita uma verificação sobre quais alunos estavam seguindo uma agenda de estudos, apenas 6 alunos afirmaram estar seguindo.

Posteriormente foram ensinadas as técnicas de estudo pomodoro, estudo intercalado e prática distribuída. Foram mostrados para os estudantes os dados de comprovação de eficácia destas técnicas, como poderiam utilizá-las, principalmente em seus contextos. Apesar de ser apenas três técnicas a aula atrasou 20 minutos para finalizar neste dia.

5.3 Terceira Aula

A terceira e última aula foi realizada no dia 26 de novembro de 2018, pulando uma semana em relação a última aula devido a feriado na semana, do qual a escola suspendeu as aulas na segunda-feira nesta semana específica.

Neste dia também havia um professor substituto em sala de aula, que já sabia da ida do pesquisador e sentou-se ao lado para acompanhar a aula. Diferente dos outros professores esse foi participativo nas aulas e aparentemente demonstrou grande interesse nas técnicas de estudo, pedindo para o pesquisador enviar sua pesquisa por e-mail para ele.

Foi feita no início da aula uma revisão sobre as duas aulas anterior e foi ensinadas as técnicas de estudo de testes práticos, interrogação elaborativa e auto explicação, foram mostrados os dados de eficácia de ambas as técnicas e como as utilizar, principalmente nos contextos dos alunos, como exemplos práticos do dia-a-dia dos estudantes. Após a aula foi aplicada uma avaliação para que o pesquisador pudesse levantar dados da sala de aula e resultados obtidos.

6 CONCLUSÃO PARCIAL

As conclusões deste artigo indicam que a maioria absoluta dos alunos não conheciam muitas das técnicas de estudo ensinadas nas aulas disponibilizadas pelo pesquisador. Isso é um fator de extrema importância para a educação municipal, pois se a maioria dos alunos não conheciam as técnicas e agora conhecem e essas técnicas tendo eficácia comprovada cientificamente, pode significar um aumento real a pequeno, médio e longo prazo.

Além disto, 97% dos estudantes se comprometeram a utilizar mais regularmente as técnicas de estudo ensinadas em sala de aula, o que significa que mais de 90% dos estudantes terão ferramentas para ajuda-los nos estudos que não tinham anteriormente, isso significa um aumento potencial na capacidade de aprendizagem e estudo dos alunos.

Vale ressaltar ainda que a avaliação feita no final das aulas merece mais atenção e deve ser revisada, pois descobriu quantos alunos não conheciam ou conheciam as técnicas, mas deveria descrever também quantos usarão as técnicas individualmente e se a aula foi eficaz para que os alunos pudessem aplicar as técnicas nos seus estudos cotidianos.

As aulas também foram bem limitadas devido ao tempo de 50 minutos de cada aula, é indicado para o próximo semestre, quando haverá novamente as aulas, que se solicite pelo menos uma aula a mais da escola, para que se possa realizar atividades práticas com os alunos, pois as aulas ficaram na parte teórica.

Este estudo demonstra seu enorme potencial devido ao baixo índice por parte dos estudantes de conhecimentos sobre as técnicas de estudo. Os pesquisadores indicam que se os estudantes começarem a utilizar as técnicas ensinadas e transformarem o estudo em um hábito, a educação de forma geral poderá ter seus índices aumentados, pois a eficácia das técnicas já foi comprovada em pesquisa anterior e a falta de conhecimento dos alunos sobre técnicas de estudo é realmente preocupante, mas fator que pode ser revertido por este estudo.

REFERENCIAIS

ADLER, M. J. & DOREN, C. V. Como Ler Livros. O guia clássico para leitura inteligente. Rio de Janeiro: E Realizações. 2014

ALVES, A. J. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 77, p. 53-61. 1991.*

ALVES, D.; TARSO, P. Aprendendo a estudar: um olhar científico sobre os métodos de estudo. Franca: Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca. 2018.

BRASILEIRO, A. M. M. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas. 2013.*

DUNLOSKY, J.; RAWSON, A., K.; MARSH, J., E.; NATHAN, J., M.; WILLIANGHAM, T. D. *Improving Students' Learning With Effective Learning Techniques: Promising Directions From Cognitive and Educational Psychology.* Virginia, EUA: Psychological Science. 2015.

GOLEMAN, Daniel. *Foco. A atenção e seu papel fundamental para o sucesso.* Rio de Janeiro: Objetiva. 2013.

MESQUITA, Fernando. *EARA. O Processo da aprovação em concursos públicos.* Brasília. 2016.

OAKLEY, Barbara. *Aprendendo a aprender. Como ter sucesso em matemática, ciências e qualquer outra matéria.* São Paulo: Atena. 2015.

PIAZZI, Pierluigi. *Aprendendo inteligência. Manual de instruções do cérebro para estudantes em geral.* São Paulo: Aleph. 2015.

PIAZZI, Pierluigi. *Inteligência para concursos.* São Paulo: Aleph. 2015.

TEIXEIRA, E. A. & MACHADO, A. M. B. *Aprendizagem acelerada e leitura dinâmica.* São Paulo: Makron Books. 1999.

AS CONCEPÇÕES DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Gustavo Henrique Gonçalves,
Graduação em Pedagogia – UNAERP
gustavonatacao@yahoo.com.br

Guilherme Augusto Bertelli Fernandes Clemente,
Doutorando em Ciências – UNIFRAN
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

Willian Campos Amorim,
Doutorando em Educação – UNIUBE
willian.wca@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a percepção de que a sociedade está mudando, em função de novos paradigmas que incorporam princípios e valores de inclusão social envolvendo, entre outras minorias, as pessoas com deficiência, exige mudanças do ponto de vista educacional.

Quanto à Educação Física Escolar (EFE) é uma disciplina curricular obrigatória no ensino básico brasileiro, que objetiva, sobretudo, a democratização, a humanização e a diversificação da prática pedagógica da área, de modo a ampliar essas possibilidades aos estudantes, desde a perspectiva biológica até o desenvolvimento das dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, corpo e movimento, a partir da sua centralidade na contemporaneidade, possuem importantes relações com as discussões sobre educação inclusiva. Assim, as práticas pedagógicas da EFE, influenciadas por aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais, assumem protagonismo singular, principalmente quando relacionadas à necessidade de que todos os estudantes participem ativamente dessas aulas. É nesse entendimento que acreditamos ser demasiado importante investigar como a Educação Somática, inserida ao currículo da EFE, com fins pedagógicos, pode constituir-se como meio de inclusão das diversidades corporais, comportamentais e de aptidão física na escola.

Nesse caso, emerge mudança no campo da educação física, necessária para uma nova concepção de formação e de prática pedagógica. A de se levar em consideração que os princípios que norteiam a prática docente do professor de educação física se fundamentam na perspectiva da diversidade humana, quando “busca-se legitimar as diversas possibilidades de aprendizagem

que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos alunos” (BRASIL, 1998, p. 19).

Segundo Mendes (2004), uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

É importante que haja essa preparação dos futuros professores de Educação Física, pois como lembra Mendes (2004), a Resolução nº 02 de 10 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os educandos, cabendo as escolas organizar-se para atender educandos com necessidades especiais, dando condições de acesso para todos. Uma política de formação de educadores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática (MENDES, 2004).

Vale ressaltar que o tema inclusão é muito amplo, e abrange uma série de fatores que são indispensáveis para seu êxito, e concordando com isso, Mendes (2004) afirma que o maior desafio na formação dos educadores é conciliar os princípios da disciplina específica com os princípios da inclusão escolar.

Nessa perspectiva, o estudo justifica-se numa emergência na mudança no campo da Educação Física, necessária para uma nova concepção de formação e de prática pedagógica.

O objetivo do trabalho é analisar as concepções da inclusão na Educação Física escolar. Nos objetivos específicos são: refletir a EFE e suas possibilidades, analisar a EFE e a inclusão, compreender educação inclusiva escolar, entender as concepções da EFE e sintetizar a educação somática como meio para abordagem da inclusão na Educação Física escolar.

A metodologia é uma revisão bibliográfica, com busca em materiais científicos já publicados em livros, artigos, revistas, monografias, dissertações e teses. Todavia, entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico (GIL, 2006).

Por sua vez, posteriormente terá a EFE e suas possibilidades, em seguida a EFE e a inclusão, conseqüentemente a educação inclusiva escolar, posteriormente as concepções da EFE e por fim, a educação somática como meio para abordagem da inclusão na Educação Física escolar.

A educação não pode mais ser desenvolvida a partir do estilo de pensamento (FLECK, 2010) dualizado, dicotômico e fragmentado da modernidade. O corpo pensa e pensamos com o corpo em simbiose, mutualidade, em uma perspectiva monista e holística. A educação, como processo, deve considerar cada vez mais estilos de pensamento não modais que se propõem, como aqui, para a Educação e a Educação Física.

2 A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SUAS POSSIBILIDADES

A Educação Física, em âmbito escolar, é uma disciplina ou conjunto de práticas pedagógicas, de história relativamente recente, pois remonta ao início do século passado, e que, apesar de outras incursões escolares relacionadas à ginástica e à dança, realizadas desde 1851, somente em 1929 foi introduzida como componente curricular em algumas escolas brasileiras. Intimamente ligada às políticas educacionais implementadas no País, a EFE, desde seu início histórico, teve como fundamentos o higienismo e a profilaxia da saúde (SOUSA, 2015).

As aulas de EFE correspondem a um fenômeno moderno em construção e a uma dinâmica ressignificação. Portanto, exercitar novas formas de pensar, por meio das contribuições dadas e em desenvolvimento, por correntes epistemológicas do campo da Educação Física, é salutar e necessário, fortalecem nossa pesquisa e contribuem para o desenvolvimento da ciência, do campo ou da disciplina de Educação Física, no âmbito escolar (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Pensamos que a Educação Física é um elemento essencial para o desenvolvimento humano e social, a partir de uma perspectiva de educação continuada que promove melhorias no conhecimento corporal e nos domínios cognitivo, afetivo e motor de crianças, jovens, adultos e idosos. É um conjunto de atividades complexo, pois demanda aplicação do conhecimento científico do corpo e movimento humano, princípios, valores, atitudes, além de compreensão comportamental e sociocultural daqueles envolvidos no desenvolvimento de suas atividades planejadas e estruturadas. Contudo, nossa atenção está direcionada a uma de suas possibilidades, a EFE, em sua potência como mediação pedagógica de inclusão das diversidades corporais, comportamentais e de aptidão física (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Sendo uma disciplina escolar que se diferencia das demais por sua forma vivencial em meio às práticas corporais, a EFE se organiza para proporcionar uma formação integral dos estudantes a partir de alguns objetivos, que para Oliveira *et al.* (2014) são: proporcionar a aquisição de conhecimentos específicos relacionados ao movimento corporal; proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades motoras que proverão o indivíduo de capacidade e autonomia que lhe permita escolher ou organizar a própria atividade física; estimular hábitos favoráveis à adoção de um estilo de vida ativo e saudável; promover a formação de uma cultura esportiva e de lazer; estimular a participação efetiva da comunidade escolar, em especial a família; discutir questões relacionadas à sustentabilidade ambiental; relacionar conhecimentos sobre aspectos socioculturais, políticos e econômicos; promover a harmonia interdisciplinar com outras áreas do conhecimento; estimular a autonomia e o protagonismo social; conhecer e aplicar as novas tecnologias à Educação Física; promover a cultura da paz e respeito às diversidades; e refletir sobre os valores e princípios éticos e morais.

Nesse contexto, percebemos que a EFE, como complexo de atividades corporais, sociais, culturais e cognitivas, proporciona o estímulo ao raciocínio,

vivência de conflitos, experiências práticas do cotidiano, concentração e participação, prazer no aprendizado e incorporação de hábitos saudáveis.

2.1 A Educação Física e a Inclusão

Quando relacionamos Educação Física, escola e processos inclusivos, percebemos que a relevância da discussão se encontra nas possibilidades de problematização de um estilo de pensamento teórico-metodológico, instaurado e vigente, tendo como perspectiva a oportunidade de novas possibilidades de se educar.

Quanto às relações que uma educação inclusiva possui com as aulas de Educação Física na escola, percebemos que este componente ocupa lugar em todas as tendências e abordagens pedagógicas, com especificidades em cada uma delas, como se observa nos estudos de Ferreira (2011).

Se a Educação Física é a cultura corporal do movimento implica-se dizer que a Educação física vai além do movimento tecnicista, é preciso que a cultura do aluno em si seja considerada mediante vários fatores, muito além da cultura no caso da inclusão para deficientes é preciso respeitar as limitações.

A Educação física não pode está restrita ao movimento por si só, o movimento propriamente dito, a perfeição do movimento, é preciso considerar que algumas pessoas possuem deficiências e que mesmo com limitações é preciso estarem inclusas nas aulas assim como qualquer outro educando, onde deve ter uma adaptação que se assemelhe as suas condições físicas e motoras (SANTOS, 2003).

Conforme Santos (2003), o educador físico assume uma função especial, pela proximidade, pelo espaço e pela interação direta que tem com os educandos; ele tem a possibilidade de desenvolver um olhar diferente sobre o processo de ensino-aprendizagem, garantindo que todos os educandos participem plenamente na sociedade e que tenha igualdade de oportunidades.

A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Assim, ao final da década, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), vive-se no Brasil um momento de ampliação da presença de educandos com necessidades especiais nos diferentes espaços escolares.

Daí em diante, o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos se consolidando, ou seja, buscando instituir nos ambientes educacionais a não exclusão escolar dos deficientes, através de ações que garantam o acesso e permanência do educando com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação é intenso e, ainda, enraizado em muitas escolas.

2.2 Compreendendo a Educação Inclusiva Escolar

O educando com deficiência precisa ter suas limitações respeitadas, ter algum tipo de deficiência não significa que o educando não vai conseguir aprender, há um processo por trás de toda ou qualquer aprendizagem o qual é a soma das capacidades físicas, motoras, intelectuais do aluno, fatores, étnicos, raciais, culturais precisam ser levados em conta.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (MANTOAN, 2003).

Como esclarece Mantoan (2003), a escola tem papel fundamental nessa concepção de como enxergamos as coisas, as pessoas, a sociedade na qual estamos inseridos. Não é diferente com a inclusão, é preciso que haja cada vez mais políticas educacionais onde os educandos estejam sempre em interação um com o outro independente da sua deficiência ou não, é preciso que haja atividades, situações em que o educando com deficiência e o educando sem deficiência estejam inseridos no mesmo contexto escolar, no mesmo momento.

Sabe-se que nenhum nasce preconceituoso, ou com receio de outro ser humano, quem cria o preconceito, a não aceitação na cabeça do ser humano é na maioria das vezes a sociedade, logo, a escola tem papel fundamental de fazer essa união, criando propostas para que as diferenças sejam minimizadas, despercebidas, fazendo com todos convivam no mesmo espaço em harmonia, não deixando que as limitações de nenhuma pessoa venham se sobressair (MANTOAN, 2003).

Neste sentido, a luta pela aceitação a diversidade e inclusão escolar vem cobrar do discurso educativo respostas pedagógicas na educação, com o intuito de incentivar uma escola que integre as diferenças, respeitando o conhecimento intercultural, de modo a gerar uma “sociedade pluralista, democrática e socializante” (RENDO; VEGA, 2009, p. 421).

É de grande importância que haja uma interação do educando, educador, comunidade para um melhor resultado da inclusão do educando com deficiência, onde todos trabalhem juntos para bater as metas e objetivos propostos diante desse tema que é tão desafiador (RENDO; VEGA, 2009).

O educador neste caso é peça chave dessa obtenção dos resultados. Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do educador, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar (RENDO; VEGA, 2009).

A educação inclusiva gera efeitos benéficos a todos os estudantes, não apenas àqueles que têm alguma deficiência. Além de promover ganhos na socialização e no desenvolvimento emocional de todos, ela favorece o

desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens com deficiência. Em certos contextos, o convívio favorece também o desenvolvimento intelectual e sócio emocional dos educandos sem deficiência.

2.3 As Concepções da Educação Física Escolar

O caminho parece estar na elaboração de programas de formação continuada específicos ao tema inclusão. A implementação desse tipo de programa tem, a cada dia, mais destaque, ao passo que pode aprimorar o instrumental do educador de Educação Física para elaborar respostas às provocações lançadas pela proposta da inclusão escolar (CRUZ, 2008).

Segundo Porto (2001) os indivíduos em seu processo de formação – desde a educação infantil, a partir do momento em que trabalhamos, podem incorporar hábitos atitudinais de respeito e aceitação pela diferença pessoal e coletiva. E isso acontece também na formação acadêmica, onde os educadores procuram reavaliar suas estratégias de ensino e aprendizagem.

Bruno (2007) descreve que a formação de educadores para o atendimento educacional especializado esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário.

As dificuldades se iniciam pelo duplo sentido que a Educação física pode assumir em relação à inclusão: contribuir ou ser um empecilho (BUNO, 2007). Por um lado, a literatura apontou como pontos positivos: 1) flexibilidade dos conteúdos; 2) atitudes positivas dos educadores ao permitirem a participação de educandos que evidenciam dificuldades; 3) vantagem em relação às outras disciplinas, porque procura compreender as deficiências e como adaptá-las; 4) área que lida o tempo todo com a diferença das pessoas (CRUZ, 2008).

Por outro lado, destacou-se como negativo: 1) o contexto e conteúdo da Educação Física que a caracterizam como a mais difícil de incluir dentre as outras disciplinas; 2) muitas aparências, por exemplo, o educador ser visto como o mais favorável à inclusão e a área mais inclusiva (CRUZ, 2008).

Atrelado a esses fatores, têm-se os relatos de “despreparo profissional” advindo de uma formação acadêmica “frágil” em virtude da falta de contato com pessoas com deficiência; o não oferecimento da disciplina Educação Física Adaptada e o debate sobre inclusão em uma única disciplina (BRITO; LIMA, 2012).

As pesquisas indicam que as dificuldades para incluir poderiam estar além das condições de trabalho, mais exatamente na indisponibilidade de parte dos docentes em aceitar mudanças, refletir e modificar sua conduta, assim como, o desinteresse em estudar e dialogar com os pares acerca de possibilidades e novas ideias (FALKENBACH; LOPES, 2010).

A insegurança dos educadores de Educação Física também pode ser um fator que dificulta a inclusão do educando com deficiência (FIORINI, 2011).

A educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais. A possibilidade de o educador poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos educandos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão (FIORINI, 2011).

Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os educadores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os objetivos ligados a cada curso nas IES estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento (DIAS, 2007).

É de grande importância que haja uma interação do educando, educador, comunidade, governo, para um melhor resultado da inclusão do educando com deficiência, onde todos trabalhem juntos para bater as metas e objetivos propostos diante da inclusão do educando com deficiência.

O educador neste caso é peça chave dessa obtenção dos resultados. Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do educador, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar. A predisposição dos educadores em relação à integração dos educandos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas forem graves e tenham caráter permanente, é um fator extremamente condicionante dos resultados obtidos. Por isso, uma atitude positiva já constitui um primeiro passo importante, que facilita a educação destes educandos na escola integradora (FIORINI, 2011).

Como observa-se, a aceitação da prática inclusiva, por parte do docente, é fator determinante no desenvolvimento de toda potencialidade do educando com necessidades educacionais especiais. Nesta mesma linha de raciocínio, Mendes (2004) apresentam outras considerações igualmente importantes, a respeito da prática docente inclusiva eficiente junto a educandos com deficiência, ao afirmarem que:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente (MENDES, 2004, p. 8).

A necessidade de formação dos educadores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e

participação de educandos com necessidades educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores.

Mendes (2004) constatou as dificuldades e falta de preparo dos educadores para promover a aprendizagem de educandos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula.

Segundo Mendes (2004), considerar a formação dos educadores é um caminho importante para a construção de uma escola aberta à diversidade educacional e inclusiva. Assim, compreende-se que uma política de formação de educadores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

Mendes (2004) debatendo a questão da capacitação do educador para a prática inclusiva e educação para a diversidade, chama a atenção para a questão da formação universitária do educador. Em sua visão, os vários anos que o educando de pedagogia e/ou outro área da educação passa em seu período de formação não é suficiente para habilitá-lo para trabalhar eficientemente na prática educacional inclusiva. Além de formação básica, o educando necessitará dominar outras habilidades.

Para Santana (2016) os educadores atribuem importância significativa aos saberes construídos a partir de suas práticas, hábitos, interlocuções com outros educadores, etc. Estes saberes constituem em um conjunto de representações a partir das quais os educadores direcionam sua prática docente e sua profissão. Não obstante, a prática cotidiana favorece a avaliação constante dos outros saberes (disciplinares, curriculares, pedagógicos) permitindo, assim, que se questione a sua validade e se eliminem aqueles que não apresentam contribuições à prática.

Entretanto Santana (2016) esclarece que a ideia é ampliar a compreensão sobre o educador de educação especial – esse desconhecido ao qual, frequentemente, o senso comum atribuiu uma “aura mágica” proveniente da tendência de atrelar a educação especial ao assistencialismo, somando-se ao fato de a atuação profissional na área de educação especial ser confundida como uma “missão de fé” que exigiria dedicação e amor, ficando relegadas a segundo plano as discussões sobre as competências profissionais dos docentes que optam por essa área.

Para Santana (2016) a luta travada para termos uma sociedade com maior justiça social, sem preconceito e sem discriminação, não é nova. Ela apenas vem se tornando, de algumas décadas para cá, uma bandeira dos movimentos sociais em defesa de uma sociedade inclusiva, o que faz inscrever tal problemática como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas instituições sociais e educativas neste milênio.

Na pauta das reivindicações do campo educativo, encontra-se subentendido que os direitos dos cidadãos são os mesmos. No entanto, as condições para exercê-los são demasiadamente desiguais, o que conduz à proposta de pensar políticas públicas de educação inclusiva para os estudantes com deficiência como uma arena complexa e desafiadora (SANTANA, 2016).

Assim, as políticas públicas devem adotar medidas efetivas por meio de planos e de programas nacionais e internacionais de médios e longos prazos, que sirvam como referência comum para a garantia, a proteção e o apoio aos direitos fundamentais, especialmente àqueles que, em um contexto histórico de profunda desigualdade, vivem uma situação de exclusão social (SANTANA, 2016).

Políticas essas que defendem

[...] a construção de sistemas de ensino inclusivos com desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à educação, de gestão participativa, de formação de professores, de eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, físicas e nas comunicações que possibilitem o acesso pleno ao currículo (BRASIL, 1998, p. 9).

2.3.1 A educação Somática como Meio para Abordagem da Inclusão na Educação Física Escolar

Podemos compreender a Educação Somática (ES), em concordância ao que:

“[...] a educação somática consiste em técnicas corporais nas quais o praticante tem uma relação ativa e consciente com o próprio corpo no processo de investigação somática e faz um trabalho perceptivo que o direciona para a autorregulação em seus aspectos físico, psíquico e emocional” (MILLER, 2012, p. 13).

Nosso direcionamento teórico-metodológico, para entender a ES, é fortemente filiado às práticas, estudos e publicações de Bolsanello (2016). Estudiosa da ES por longo tempo, disseminadora dos movimentos e experimentações da disciplina e entusiasta da capilaridade necessária que essas técnicas merecem.

Para Bolsanello (2016) a ES é um campo teórico-prático composto de métodos cuja intervenção pedagógica investe no movimento do corpo, visando à manutenção de sua saúde e o desenvolvimento das faculdades cognitivas e afetivas da pessoa, através de uma mudança de hábitos psicomotores contraprodutivos. Essa perspectiva tem origem no termo soma, que apresenta o corpo como vívido, total, sistêmico-ambiental, experimentado de dentro, em potente integração com sua existência fenomenológica e biológica.

Esse termo originou a somática, corrente de movimentos conceituado por Hanna (1986) como ciência relacionada com as artes, constituída por processos de interação sinérgica entre a consciência, a biologia e o ambiente. Por isso, na ES, o soma não se opõe à psique. Essa dualização não é possível naquilo que elegemos para investigar.

A ES desenvolve-se a partir de um estilo de pensamento que considera a indissociabilidade entre linguagem, pensamentos, emoções e as atividades biológicas neurais, fisiológicas e do movimento. A consciência é uma característica da vida, da autorregulação do corpo e de um complexo holístico integrado. Sua emergência é evidente em nossos dias, podendo-se encontrá-la nas clínicas fisioterápicas, hospitais, cursos de teatro, dança, como reeducação postural e educação do corpo (BOLSANELLO, 2016).

Bolsanello (2016) diz que as aplicações do método de ES extrapolam o mundo das artes cênicas e se misturam hoje em clínicas de fisioterapia, consultórios terapêuticos, empresas, centros comunitários e projetos de inclusão social. Todavia, como possibilidade de inclusão na EFE, ainda não foram desenvolvidos estudos nessa vertente da ES, o que torna esta proposta de análise desafiadora, porém necessária.

Nesse direcionamento, Mendonça (2007) discorre sobre a ES que é um campo se situa na intersecção das artes e das ciências que se interessam pelo corpo vivente; pertence aos domínios da saúde (reabilitação, fisioterapia, psicologia, atividade física); do desempenho esportivo (treinamento e competição de ponta); das artes (criação e interpretação); da filosofia (fenomenologia, construtivismo); da educação e do ensino em geral (bases corporais concretas do aprendizado); além disso, está dentro dos domínios dos estudos mais avançados da biomecânica, da meditação, da biologia sistêmica, das ciências cognitivas e das ciências do movimento.

Para a autora, esses tangenciamentos disciplinares expressam a complexidade da ES como novo campo, diversidade de conhecimentos em que as sensações, a cognição, a psicomotricidade, a efetividade e a espiritualidade estão em cambiante relação. É a capacidade de realização de uma leitura fenomenológica do corpo em que o aumento da consciência corporal é o fio condutor.

Bolsanello (2016) reforça esse pensamento quando diz que, na ES, as movimentações de percepção e consciência do movimento buscam uma expressão individual autêntica, em que se percebe o abandono do espelho como ferramenta de correção do movimento, como referência externa para um ajuste interno. Porque, se assim for desenvolvida, é adestramento. O adestramento não nos importa, pois pensamos a ES assim como Bolsanello (2016) e Miller (2012) pensam, como complexo de percepções e processo de investigação, em que todos são capazes, a partir de suas diferenças.

Para Miller (2012), o uso da Técnica Klauss Viana é um caminho escolar e de investigação, pois seus movimentos não se fecham em si, é um processo de aquisição acumulativa de habilidades corporais. É um processo de investigação, porque seus movimentos se constituem como caminhos para a construção de um corpo cênico, seus procedimentos não são cristalizados, nem estanques, mas sim estratégias propulsoras de um corpo transformador.

Com a ES, pesquisamos, investigamos, refletimos com o corpo, pois o que se coloca como evidência é a subjetivação corporal. A ES considera o corpo como múltiplo, natural e heterogêneo, e não procura sua restauração, ao contrário, olha sensivelmente para sua organização, sua educação. Assim, para ser educativo e somático, um método deve abordar o movimento do corpo incluindo o ponto de vista subjetivo do educando. Não se ensinam e nem se aprendem movimentos. Trata-se de distinguir vários níveis de atenção (BOLSANELLO, 2016).

Nesse contexto é que a palavra aprendizagem adquire força singular na ES, apesar de figurar permanentemente entre as diretrizes da grande área da educação. A organização do sistema nervoso por intermédio do movimento é o que gera aprendizagem e o que produz a criação de uma imagem de si e do mundo pelo aprendente. Por isso, o que se faz é a criação de um contexto de aprendizagem em que o movimento é o que dá acesso à pessoa holística, ou seja, constituída de saberes transdisciplinares. A integração funcional entre seus gestos e ações é produzida pelo e com o movimento, ou seja, ao invés de se isolar/fragmentar as partes de nosso corpo, procura-se integrá-las (BOLSANELLO, 2016).

É o que Bolsanello (2016) reforça que a ES é um caminho de empoderamento na medida em que dá um contexto em que a pessoa entra em intimidade consigo própria e pode relacionar-se com os demais ancorado em suas forças e reconhecendo suas fragilidades.

Bolsanello (2016) e Miller (2012) acreditam que a relação entre educador e educando é desenvolvida a partir da apresentação de alternativas por parte do educador e o exercício da escolha por parte do educando. Os objetivos do educador devem ser pautados na ampliação da auto-organização, auto cura e autoconhecimento, transferindo-se o empoderamento do corpo de uma autoridade externa à autoridade interna do educando.

O educador deve ter o foco na ampliação do sentir, do perceber e do agir. Não deve se concentrar na apresentação de soluções, mas de questionamentos e alternativas. Duas perguntas são essenciais: como movimentar-me de forma mais confortável? É eficaz? Isso possibilita tomadas de consciência do movimento habitual e a percepção de que outras formas de se movimentar são possíveis, ou seja, há uma potencialidade de mudança (BOLSANELLO, 2016).

Para Bolsanello (2016) o educador somático tem como matéria de trabalho, o movimento, a atenção e a percepção de seus educandos. Ele intervém no ambiente do educando, indicando distintas organizações espaciais. O corpo do

educando interage com objetos, com o espaço, o peso, etc. Ele evita interpretar o corpo do educando, através de seus gestos. O educador não age no corpo com o objetivo de acesso a um conteúdo, nem estimular uma catarse.

Miller (2012) vislumbra a ideia de ES num entendimento de corpo soma, ou seja, o ser humano como um corpo integralizado. Não o corpo cartesiano mecanicista, mas, ao contrário, o corpo holístico vestido pelas experiências e pelos saberes deste século.

Já Souza (2012) diz que esses métodos são fundamentados no aprofundamento da percepção corporal como chave para a transformação de padrões de movimento e atitudes motoras, bem como para o autoconhecimento. Afirmamos que, para entender a ES, é preciso entender o raciocínio somático, pois as movimentações da ES objetivam uma reeducação cenestésica, estimulando os sistemas proprioceptivo e homeostático em consonância com a coordenação motora.

Assim, integram-se as habilidades de locomoção, manipulação e estabilização e seu desenvolvimento termina por auxiliar na prevenção de lesões por esforço repetitivo, na percepção de atitudes posturais nocivas e de ações antálgicas à dor (BOLSANELLO, 2016).

No entanto, a ES tem fortes ligações com atividades relacionadas às artes cênicas, às danças, às terapias corporais e de reeducação do corpo. Possui um método específico e formas próprias de desenvolvimento do movimento humano, que remontam ao início do século XX, com origem na América do Norte e Europa (BOLSANELLO, 2016).

Portanto, diante das discussões da pesquisa é essencial compreender que a prática do educador físico se fundamenta na perspectiva da diversidade humana, buscando legitimar as diversas possibilidades de ensino-aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos educandos com ou sem deficiências.

Ao passo que, o engajamento político, as atitudes cidadãs e pedagógicas devem reivindicar e favorecer a inclusão, não como mera acomodação individual de alguns sujeitos, nem de ajustes perante os limites reconhecidos de estudantes, mas, sim, como uma problematização coletiva das possibilidades de cada um no contexto social e educativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de muita importância que esses sentidos venham estar esclarecidos em cada educando após a formação, tendo em vista que a Educação física inclusiva é algo desafiador e faz necessário inquietar os educandos a pensar em todos esses sentidos, se a formação conseguiu responder as perguntas, indagações que o tema inclusão traz.

Assim, a EFE é uma área que favorece a interação e socialização de todos, porém está em processo de estruturação, mas possível desde que haja respeito aos limites e individualidades biológicas de cada ser humano, visando o desenvolvimento dos educandos no contexto escolar, através da adaptação e adequação num sentido de atender as necessidades particulares e de todos, sem discriminação.

Uma sugestão da inclusão na EFE é a ES que é um campo teórico-prático composto de métodos cuja intervenção pedagógica investe no movimento do corpo, visando à manutenção de sua saúde e o desenvolvimento das faculdades cognitivas e afetivas da pessoa, através de uma mudança de hábitos psicomotores contra produtivos.

Com esta pesquisa, concluímos que a ES é constituída por atividades que investigam, junto com o sujeito, a maneira como ele se move. Dessa forma, as técnicas de ES, inseridas e desenvolvidas na condição de currículo das aulas de EFE, têm importante repercussão na inclusão das diferenças de cada estudante nessas aulas durante a educação básica.

A EFE sempre teve grandes dificuldades em alcançar todos os educandos e cada um deles, ao mesmo tempo. Pensamos que um caminho é não defender padrões e normalidades em detrimento das particularidades. E a ES possui tal conceito como princípio a partir de seu descondicionamento gestual. Assim, concluímos que o respeito às particularidades, a valorização do risco da tentativa, o incentivo à expressão dos saberes e a constante, insistente e inarredável defesa da inclusão de todos nas aulas de EFE pode receber da ES uma valiosa e eficaz contribuição curricular.

No caso específico da Educação Física, um grande desafio é ir além de uma adequação material, ambiental e metodológica para a vivência das práticas corporais. É preciso desafiar os sujeitos envolvidos perante uma reorganização da aula, de forma que objetivos, conteúdos, métodos e recursos possam ser experimentados, compreendidos e explicados de acordo com os limites, possibilidades pessoais e grupais.

Então, os saberes relacionados à dimensão conceitual são importantes na medida em que ajudam os educadores físicos a tomarem decisões e terem posicionamentos mais conscientes e de empatia da inclusão.

REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, D. Educação Somática: **ecologia do movimento humano – pensamentos e práticas**. Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, R.; LIMA, J. Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Corpo, movimento e saúde**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2012.

BRUNO, M. Educação inclusiva: componentes da formação de educadores. **Benjamin Constant**, v. 48, n. 13, p. 1, 2007.

CRUZ, G. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**, Campinas, 2008.

DIAS, M.; CLAIRE, M. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. Instituto de Psicologia. Brasília, 2007.

FALKENBACH, A.; LOPES, E. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 118, 2010.

FERREIRA, H. **Educação Física Escolar e Saúde em Escolas Públicas Municipais de Fortaleza**: proposta de ensino para saúde. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Associação Ampla (UECE/UFC/UNIFOR), Fortaleza, 2011.

FLECK, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FIORINI, M. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HANNA, T. What is somatics? Somatics: Magazine - **Journal of the Bodily Arts and Sciences**, New York, v. 5, n. 4, p. 4-8, 1986.

MANTOAN, M. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. **Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar**. São Paulo, p 227, 2004.

MENDONÇA, M. **A Psicomotricidade e a Educação Somática à Luz da Psicanálise Winnicottiana**. 2007. 268 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MILLER, J. **Qual é o Corpo que Dança?: dança e educação somática para adultos e crianças**. São Paulo: Summus, 2012.

OLIVEIRA, A. **Recomendações para a Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro: Confef, 2014.

PORTO, E. **Educação em qualidade para vidas especiais: um caminho a conquistar**. Campinas: Papirus, 2001.

RENDO, A.; VEGA, V. **Una escuela en y para la diversidad: el entramado de la diversidad**. 1 ed. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2009.

SANTANA, M. **Políticas Públicas de Educação inclusivas voltadas para estudante com deficiência: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SANTOS, M. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista da Faculdade de Educação da UFF**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 78- 91, maio 2003.

SOUSA, J. **A história da educação física como disciplina escolar no Piauí: de 1939 a 1975**. Vitória. Anais... Vitória/ES, 2015. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/download/SuppFile/7414/4665>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SOUZA, B. **Corpo em Dança: o papel da educação somática na formação de dançarinos e professores**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Programa de Pós-graduação em Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP

Kalebe Camargo Lourenço Clemente
Graduando em Administração-Centro Universitário de Santa Fé do Sul
kalebecamargojs@hotmail.com

Regina Maria de Souza
Docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul-SP
souzarm@hotmail.com.

1- INTRODUÇÃO

As organizações, ao valorizar sua responsabilidade social, passam a rever a forma de pensar o desenvolvimento e de valorizar as pessoas. Nas organizações que acompanhamos, verificamos mudanças significativas nos critérios através dos quais as pessoas passavam a ser avaliadas. Não houve, na maioria dos casos, nenhum privilégio para quem estava envolvido nas ações de responsabilidade social e ambiental, ou seja, o fato de a pessoa participar nessas ações não contava pontos nos processos de avaliação e valorização. Isso ocorria porque, nessas organizações, o envolvimento das pessoas era voluntário. De outro lado, ficou muito evidente o aumento da produtividade e capacidade de contribuição para a organização das pessoas que estavam participando das ações de responsabilidade social.

Essas constatações estimularam a criação de critérios mais sofisticados para olhar as pessoas nos processos de avaliação, desenvolvimento e valorização. Um exemplo que chamou nossa atenção foi o de uma organização no setor de mineração que passou a estruturar ações de desenvolvimento não formais, ou seja, ações de experimentação em seu interior. O que ocorreu com essa organização fez com que se percebesse o desenvolvimento pessoal e profissional experimentado pelas pessoas que se envolviam nas ações de responsabilidade social e ambiental. A partir dessa constatação, passou-se a refletir sobre o poder do desenvolvimento proveniente da experimentação, orientando as lideranças e criando estruturas internas para gerar desafios para as pessoas através de projetos de aprimoramento de suas operações ou de implementação de novos processos.

2. A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE DEFICIENTES EM ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

De acordo com Dutra (2017) a responsabilidade social estimula as organizações e os colaboradores a ampliar a sua rede de relacionamentos e

influência. As fronteiras organizacionais são alargadas e é possível visualizar novas possibilidades.

Em gestão de carreira, uma abordagem que ganha força a partir dos anos 1990 é a da carreira sem fronteiras, que discute a necessidade de as pessoas pensarem suas carreiras para além das fronteiras de suas organizações. As empresas também precisam pensar a sua estrutura organizacional para além das características tradicionais, buscando novas estratégias e aproveitando as possibilidades postas pela legislação vigente no país, tal qual ocorre com a Lei de Cotas para deficientes.

A escolha de tais posturas, por parte da empresa, transforma a atitude das pessoas de manter o *status quo* para uma visão mais empreendedora e inovadora. (DUTRA, 2017).

A expansão de fronteiras pode ser física e/ou intelectual. Pode-se realizar uma analogia para as organizações que podem expandir suas fronteiras das duas formas. Ao alargá-las, passam a desenvolver uma visão crítica sobre sua realidade e criam condições concretas de desenvolvimento organizacional.

De acordo com Cairo Jr. (2018) a garantia de postos de trabalho, por meio de fixação de um sistema de cotas, aos portadores de necessidades especiais efetiva-se por meio do preceito contido art. 93, da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991):

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com benefícios reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados, 2%; II – de 201 a 500, 3%; III – de 501 a 1.000, 4% IV – de 1.001 em diante, 5% (BRASIL, 1991, não paginado).

A legislação reserva, dessa forma, um percentual do total de cargos existentes em uma empresa com mais de cem empregados para os portadores de deficiência. Abaixo desse número, a obrigação de contratar tal espécie de trabalhador só será exigida por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em vista da consciência social dos gestores da empresa.

Apesar de o mencionado dispositivo legal fazer referência expressa a “empresa”, a regra é aplicada a qualquer entidade que mantenha mais de cem empregados no seu quadro de pessoa, inclusive associações sem fins lucrativos (CAIRO Jr., 2018).

Esse sistema de reservas de vagas não é considerado discriminatório. Muito pelo contrário, por meio dele pretende-se conferir igualdade de condições àquelas pessoas que são discriminadas no acesso ao mercado de trabalho pelo fato de serem portadores de necessidade especiais (discriminatória positiva).

Inclusive, a citada Convenção nº 159 da OIT possui dispositivo nesse sentido:

[...] As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não deve, ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1991, não paginado).

Já a conduta do empregador que deixa de admitir trabalhador portador de deficiência, justamente por essa circunstância e sem qualquer critério objetivo, contraria o quanto dispositivo no art. 7º, XXXI, da CF/88 e é tipificada como crime previsto pelo art. 8º, da Lei 7.853/89:

Art. 8º. Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015). III – negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência. (BRASIL, 1998, não paginado).

Apesar de inexistir estabilidade direta no emprego do portador de deficiência, a legislação garante que, uma vez extinto o seu contrato de trabalho, a vaga daí decorrente só pode ser preenchida por outro trabalhador que tenha condições semelhantes.

Como já foi dito, o contrato de aprendizagem celebrado com empregados portadores de necessidades especiais tem algumas características próprias:

- em relação à idade do trabalhador, não há qualquer limitação, como ocorre com os demais empregados cuja idade máxima é de 24 anos;
- o prazo máximo de duração do contrato de dois anos é observado quando o aprendiz possui tais limitações.

Além disso, a Lei nº 13.146/15 mudou a redação dos parágrafos §6º e 8º do art. 428 da CLT, que tratam especificamente da relação de emprego de aprendizagem com trabalhadores deficientes.

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

§ 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2015, não paginado).

Da mesma forma, foi alterada a redação do inciso I, art. 433 da CLT, que listam as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho de aprendizagem por justa causa. Em seu artigo 433, afirma que o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente quando o ocorrer desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades.

De modo fundamental, o deficiente inserido em empresas, mostra dedicação e empenho para o trabalho nas mesmas proporções ou em grau superior ao que se verifica quando as referidas atividades são desenvolvidas por funcionários convencionais. Quando inseridos nas atividades corretas constituem-se em exímios funcionários denotando grande eficiência e comprometimento com a organização, de forma que representam uma opção de contratação de grande relevância para empresas de distintos setores da atividade produtiva, comercial ou industrial.

3. METODOLOGIA

No que se refere ao método a ser utilizado no desenvolvimento do projeto, elegeu-se o Método Estruturalista, já que este considera a importância de pesquisar um fenômeno concreto, elevá-lo ao plano abstrato, por meio do objeto de estudo, retornando ao concreto por meio de uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social, com destaque para o estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e grupos. Considera ainda, a possibilidade de constituição de um modelo que possa retratar a estrutura social em que ocorrem tais relações, sem desconsiderar as normas e leis vigentes na sociedade que é alvo da pesquisa. (MARCONI, LAKATOS, 2004).

Quanto aos procedimentos metodológicos, cabe destacar inicialmente que este projeto será executado inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica em produção intelectual relativa ao tema proposto. Após definido o referencial teórico, ocorrerá o fichamento, citação e identificação das fontes consultadas. Na sequência os temas selecionados serão discutidos, sendo produzido texto inicial, com base em leitura analítica, apreensão do conteúdo e interpretação. O confronto de ideias tornará possível confirmar ou refutar hipóteses iniciais. Cerro e Bervian (2002) afirmam que a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, com o intuito de promover a aproximação com a verdade por meio de métodos que proporcionem controle, sistematização e segurança acerca das informações apresentadas.

Este projeto de pesquisa será desenvolvido com base em revisão de literatura e pesquisa de campo, envolvendo em uma de suas etapas, sujeitos humanos para

sua execução, ressaltando-se a necessidade de submissão do mesmo ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Santa Fé do Sul, bem como confecção de Carta de Informação ao Sujeito da Pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entrevista semiestruturada. Cabe ressaltar que as fontes já selecionadas serão apresentadas nas referências deste projeto.

Em uma segunda fase será realizado contato oficial, por meio da Coordenação de Curso, com os gestores de empresas de Santa Fé do Sul-SP (pré-selecionadas) para fins de autorização de aplicação de entrevista semiestruturada, para os que optarem por contribuir com a pesquisa em questão. Na aplicação da entrevista semiestruturada serão seguidos todos os procedimentos de ética em pesquisas que se utilizam de sujeitos humanos.

Em uma fase final será elaborado o relatório final e o artigo a ser apresentado em eventos científicos locais, regionais e nacionais.

REFERÊNCIAS

BALDUCCI, D.; KANAANE, R. Relevância da gestão de pessoas no clima organizacional de uma empresa de engenharia. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 133-147, dez. 2007. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 03 nov. 2018.

CAIRO JR., J. **Curso de Direito do trabalho**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros**. São Paulo: Atlas, 2017.

DUTRA, J. S.; HIPOLITO, J. A. Monteiro; SILVA, C. M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 161-176, abr. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes**: Convenção 159. 1991. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/99576997-81eb-472a-b086-43fe4aba1423/Convencao_151-OIT_%28Mensagem_presidencial%29_2008.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1B00K89D40AM2L613R2000-99576997-81eb-472a-b086-43fe4aba1423-kQPMvw. Acesso em; 01 dez. 2018.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. Campinas: Pearson, 2011.

AS POLÍTICAS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL COMO ENFRENTAMENTO DA CULPABILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS AINDA NO SÉCULO XXI

Isadora de Castro Aguiar
Graduanda em Serviço Social - UFTM
isin hacag@gmail.com

Isabella Monteiro da Fonseca de Oliveira
Graduanda em Serviço Social - UFTM

Naiara Diniz da Mota
Graduação em Serviço Social – UFTM

Sandy Gerolin Mota Araujo
Graduação em Serviço Social – UFTM

Aldovano Dantas Barbosa
Professor Orientador

O serviço social enquanto profissão, teve seu surgimento na maturação do capitalismo cujo se deu na transformação para monopolista e liberal. Entretanto, suas protoformas de trabalho já existiam enquanto meio de execução das demandas prontas da sociedade. Tiveram seu início dentro da Igreja Católica voltadas à caridade e com o objetivo de manter o sistema capitalista, tendo pensamentos conservadores, voltados à elite e a fim de preparar a população para o sistema sócio-econômico-político capitalista ascendente na época.

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 47)

No Brasil, o serviço social teve influência franco-belga e respondeu à evolução do capitalismo como consequência direta da burguesia respaldada pela Igreja Católica. Com um sistema totalmente dependente e agroexportador, o conservadorismo se manteve no poder a fim de não perder seus privilégios e não barrar a acumulação do capital. Em 1935, com o governo de Getúlio Vargas, a população urbana cresceu por conta do êxodo rural que fez com que as pessoas abandonassem o campo e se voltassem à cidade por conta da desestruturação agrícola e crescimento industrial. Isso aconteceu em todo o território brasileiro e gerou uma grande quantidade de pessoas que passaram a viver à margem da pobreza, que conseqüentemente gerou a Questão Social. A transição agrário-exportadora brasileira tornou-se ainda mais forte com o êxodo rural e complementou

vagas no setor industrial que carecia de mão de obra. A profissão não tem um desenvolvimento crítico e nem embasamentos para uma revolução, mas, se volta ao trabalhador mesmo que por vontade do capital e vertente política/ideológica. É importante ressaltar que a inclinação política do Estado Novo de Getúlio, nessa época, era semelhante ao nazi-fascismo europeu e apesar da carga ideológica que se passava por meio do DIP e do culto ao Chefe de Estado, o mesmo tinha responsabilidades com os trabalhadores: dar assistência aos mais necessitados e ainda gerar emprego para os mesmos. Ainda nessa época, fica claro o caráter de merecedor e não merecedor, trata-se o trabalho como método dignificador do homem e, por isso, a noção de direito e responsabilidade estatal ainda está intimamente ligada ao indivíduo.

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” – aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar (...) e pobres “não merecedores” – todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade elaborativa. Aos primeiros, merecedores de “auxílio”, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretense dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 49)

A primeira escola em São Paulo, foi criada em 1939 e teve como coordenadora Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, uma escola voltada à religião e adequada à política enquanto ideológica e massificadora da classe operária. O Serviço Social é aplicado como veículo de doutrinação da Igreja Católica se desenvolve enquanto Ação Social, é criado o departamento de Ação Social que aliado ao Estado absorve as reivindicações trabalhadoras como moradia, alimentação e saúde. A Primeira Fase do Serviço Social, portanto, se dá com o surgimento da Questão Social por meio do enfrentamento da relação de trabalho em moldes capitalistas, surge também o “trabalho livre” que contraditoriamente é marcado por características da escravidão. Têm-se a força de trabalho enquanto mercadoria e o surgimento da classe capitalista que mantém os meios de produção.

As relações capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 51)

Começa-se uma nova era econômica, e a política, para se ajustar, cria uma noção básica de cidadania contemplada pela legislação social e salarial do Estado Novo. O mesmo, consente com a ideia do catolicismo de assistência ao pobre e aproveita para desenvolver programas assistenciais que acaba refletindo a imagem de Getúlio como Pai dos Pobres. Tudo se torna ainda mais claro, quando a imagem do presidente paralela a esta se torna aquela de “Mãe dos Ricos” pois, apesar de assistenciar quem precisa, Getúlio colabora com o sistema, e privilegia assim, os burgueses e detentores dos meios de produção.

o processo contraditório da ditadura, que moderniza setores da sociedade e no mesmo passo cria as condições para o seu próprio caso: gerou a maior concentração operária do mundo - o ABCD paulista - e assalariou os profissionais de nível superior. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, p. 15)

Comprova-se por meio da Revolução Industrial – que apesar de tardia no Brasil – proporcionou a todo o mundo um capitalismo selvagem que permitia aos ricos o acúmulo incessante do capital às custas do trabalhador. Nota-se também, a intervenção da Moral da época que vai ser retratada neste artigo enquanto ultrapassada, mas persistente até hoje.

A educação por meio da Igreja tinha envolta ainda a ação ideológica de ajustamento às relações sociais daquele momento. Além do moralismo em relação aos fenômenos sociais – como a naturalização e ascensão do capitalismo – que, só era criticado quanto aos extremos, mas nunca à sua própria natureza, ilustrada por Marx como a Luta de Classe. Isso apenas colabora para a culpabilização do indivíduo e a responsabilidade do mesmo para se encaixar e usufruir de um sistema que só o massacra e exigia o assistente social intervir para lidar com o problema que naquela época era o indivíduo dentro da estruturação do sistema que se dizia imutável e apropriado, e necessitava, além da reparação dos indivíduos que não se inseriam, a importância de educar as famílias para o melhor aproveitamento e inserção do trabalho delas dentro do próprio capitalismo.

Dessa forma, as leis sociais marcam “deslocamento da questão social de ser apenas a contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p.129).

Com o final do governo Getúlio e a união do Brasil aos Estados Unidos no final da Segunda Guerra, o serviço social brasileiro foi amplamente voltado para os Estados Unidos, cujo tinha grande influência de Mary Richmond. Ela foi uma das

principais influências da profissão, desde o início, ainda como caridade, entretanto ela foi capaz de coordenar e especializar dentro da profissão, acreditava-se que os pobres e desamparados poderiam ser reformados, acreditava-se que poderia haver uma formalização do trabalho social.

Todas as lutas em prol dos direitos e da inserção de políticas públicas dentro da sociedade foram aplicadas de forma que acabassem por gerar o desenvolvimento do capital. Entretanto, as ideias neoliberais sempre tentam barrar a aplicação dessas políticas sociais, visto que prezam por um afastamento do Estado dentro da forma que as pessoas se organizam dentro da sociedade, o que gera um desmonte das políticas sociais e afeta, diretamente, a classe trabalhadora.

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai e pulveriza os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, bem como limita sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, por meio da assistência social e das políticas de inserção, daquelas absolutamente impossibilitados de sobreviver. (MOTA, Ana Elizabete, 2014, p. 3)

Do ponto de vista macroeconômico, o que está em processo de consolidação é a acumulação por espoliação, sob o comando dos países ricos (Harvey, 2005). O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido a abertura forçada de mercados em todo o mundo, mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e pela OMC. Este processo torna campo de investimento transnacional desde o patenteamento de pesquisas genéticas, até a transformação dos serviços sociais em negócios - como está a ocorrer com a saúde, segurança social e a educação. (MOTA, Ana Elizabete, 2014, p. 3 e 4)

Quando há o desmonte das responsabilidades governamentais, por meio das políticas sociais, o que se vê é uma maior culpabilização dos indivíduos para que eles colaborem com o sistema, já que o mesmo não é visto enquanto formador da Questão Social durante governos neoliberais.

A ofensiva político-social e ideológica para assegurar a reprodução desta realidade passa pela reforma do Estado e pela redefinição de estratégias que devem ser formadoras de cultura e sociabilidade, imprescindíveis à gestação de uma reforma intelectual e moral conduzida pelo grande capital para estabelecer novos pactos e parâmetros para o atendimento das necessidades sociais - sem romper com a lógica da acumulação e lucro. Essa reforma busca transformar o cidadão sujeito de

direitos num consumidor; os trabalhadores em empreendedores e os desempregados em utentes da assistência social. (MOTA, Ana Elizabete, 2014, p. 4)

Sob essa perspectiva, aloja-se a despolitização das lutas e do carácter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas concluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, a permitir que o existente se transforme em ideal, e a sitiar, assim, a construção de projetos societais emancipatórios. (MOTA, Ana Elizabete, 2014, p. 8)

Portanto, evidencia-se que a vigência de um governo liberal e de direita colabora crescentemente para o desmonte das políticas públicas que servem como alicerce aos trabalhadores de forma direta, representativa e, efetiva. Com a aplicação dessa ideologia política, as pessoas acabam por marginalizadas e ainda mais pobre, visto que nenhuma medida protetiva servirá de inserção ao mundo capitalista.

Referências

BEHRING, BOSCHETTI, *Trabalho e Políticas Sociais*, 2009.

IAMAMOTO; CARVALHO, *O Serviço Social na Contemporaneidade*, 1988.

MOTA, Ana Elizabete, *Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina*, 2014.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E O ACESSO A CIDADANIA

Jaderson Faria Santos
Graduando em Direito UEMG

Zaíra Garcia Oliveira
Docente UENG
zaira.oliveira@uemg.br

1 INTRODUÇÃO

Na busca de encontrar o surgimento dos primeiros conflitos de interesses, vemos que o conflito se manifestou bem antes da criação do Estado como conhecemos hoje, adveio antes do Direito, na verdade a criação deste se deve aos conflitos. O Direito surgiu para regular e normatizar as relações da sociedade e manter a harmonia e boa convivência entre todos os indivíduos.

Diante de tais conflitos de interesses que hodiernamente denominamos de lide, os indivíduos sempre buscaram uma forma de satisfazer o conflito e buscar uma solução para a lide. Desde os primórdios o uso da força física era a principal maneira de autocomposição das pretensões, diante disso vemos que a violência possuía um significado diferente na antiguidade, a violência era vista como poder.

Historicamente vemos que exércitos conquistavam terras e bens através de guerras em que o exército mais forte e bem preparado gozava dos bens do exército vencido. Essas características denotam a uma forma de autocomposição, onde os próprios indivíduos buscavam formas de satisfazer suas pretensões.

Com a evolução da sociedade, passou a ser inviável o uso da autotutela para a resolução de todas as lides, com o empoderamento do Estado e o engrandecimento da sua autonomia e poderes, surgiu a heterocomposição, onde o Estado atua como um terceiro para solucionar os conflitos, surgindo assim a jurisdição.

A assistência jurídica integral é um instituto trazido pela Constituição federal de 1988, elencado no seu artigo 5º LXXIV, o qual assegura ao cidadão a prestação de assistência jurídica gratuita e integral por parte do Estado aos que comprovarem insuficiência de recursos. No artigo 134, a Constituição Federal designa um órgão do Judiciário para a assistência e orientação integral e gratuita.

O órgão designado para prestação da assistência jurídica gratuita é a Defensoria Pública, a qual exerce uma função essencial ao funcionamento da Justiça. Sua atuação vai além da assistência jurídica e a representação da pessoa tutelada, mas também a orientação jurídica e atuação nos meios administrativos.

A orientação jurídica prestada por esse órgão é de grande importância devido à falta de conhecimento dos direitos e deveres por parte da população do Brasil. Além da defensoria pública existem outras instituições que prestam serviços jurídicos integrais e gratuitos para a população carente.

Mas diante da grande demanda que sobrecarrega o Judiciário de processos e a busca por uma persecução da justiça mais célere e econômica vem se popularizando cada vez mais métodos alternativos, que são tão eficazes quanto.

A conciliação é uma forma de autocomposição da lide, em que as partes através de um acordo solucionam e findam o conflito. Sua eficácia vai muito além da celeridade e economia processual, através do seu rito mais simples, vemos uma maior satisfação das partes com o resultado do processo, já que eles próprios o constroem.

Os princípios que regem os Juizados especiais trazem uma facilitação e maior esperança para os indivíduos menos abastados da sociedade, já que tem a oralidade como princípio norteador dá-se uma sensação de maior acesso à justiça.

O acesso à justiça é um direito constitucional fundamental, que garante a toda população o acesso ao Judiciário e que seu conflito será solucionado de uma maneira justa. Independentemente da capacidade econômica garante a proteção universal de todos os direitos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conciliação

Análise da conciliação como instrumento de acesso à justiça. A conciliação, mediação e arbitragem são umas das formas de autocomposição da lide mais utilizadas na atualidade, mas possuem características distintas entre si.

A arbitragem é uma forma de resolução da lide em que as partes através de um acordo definem uma pessoa terceira de confiança de ambas para analisar e dar uma sentença arbitral para assim dar fim ao conflito.

O instituto da arbitragem já estava prevista desde a colonização lusitana, descrita no Código Comercial de 1850 no seu artigo 294 “Art. 294 - Todas as questões sociais que se suscitarem entre sócios durante a existência da sociedade ou companhia, sua liquidação ou partilha, serão decididas em juízo arbitral.”.

Hodiernamente esse instituto está descrito no artigo 3º da lei 9.307 de 23 de setembro de 1996 “Art. 3º As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.”.

E atualmente ainda ocupa lugar de destaque nas formas de autocomposição de lide para conflitos comerciais, onde empresas precisam se valer

do segredo de justiça e muitas vezes não podem abrir ao público todo o tipo de informação, escolhem um árbitro para julgar o mérito.

Nesse modo de autocomposição o árbitro dará a sua sentença com base nas suas convicções, sendo ele quem receberá e solicitará provas para obter seu convencimento.

Na mediação o mediador auxilia as partes para que um acordo possa ser celebrado, mas ele não pode dar soluções ou fazer propostas, se valendo de técnicas para melhorar o diálogo e facilitar o acordo dentre os envolvidos.

A conciliação sendo também um instituto de autocomposição da lide, a resolução do seu conflito também se dará através do acordo entre os envolvidos na lide. Sendo prevista constitucionalmente na Constituição Imperial de 1824, no seu artigo 161 “Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.”.

Observa-se que o legislador já buscava formas alternativas para solucionar os conflitos de interesses, de uma forma mais célere e econômica, podendo solucionar um litígio sem que este entrasse no Judiciário.

2.2 Acesso a Justiça

Dada a preocupação legítima e de todos terem acesso à justiça, tem-se também uma necessidade de se buscar maneiras de garantir esse acesso a toda população, mas também aliviar as altas cargas de processos no país.

A garantia desse direito constitucional tão importante, enfrenta muitas barreiras e umas das principais são os custos processuais e a falta de informação. A busca de uma justiça gratuita ou até mesmo mais barata são obviamente fatores que tornariam o acesso mais amplo e fácil.

Como se faz necessário a instituição de um advogado para postular o pedido ao judiciário, pessoas que não possuem a capacidade econômica para contratar os seus serviços, precisam buscar maneiras alternativas ou as vezes deixar de litigar.

Outro problema enfrentado é a falta de informação e a formalidade, pois através de uma justiça totalmente formal, as pessoas menos abastadas sentem receios de se acionar a Máquina Estatal.

Sendo assim formas alternativas vem-se popularizando para não tão somente desafogar o Judiciário, mas para levar justiça a toda a sociedade, independentemente de sua classe social.

Com a popularização desses métodos alternativos muitos institutos formam criados na tentativa de facilitar o acesso da população a esses serviços, e prestar serviços para a comunidade carente.

A Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 125/2010, trata da criação dos CEJUSCs no seu artigo de número 8.

Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. ([Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16](#))

3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema proposto, deve-se a sua importância no âmbito do Direito, sobretudo para a sociedade. O acesso à justiça cada vez deve se tornar mais alargado devido ao aumento populacional e da complexibilidade advindas das evoluções das relações sociais.

Além disso, investigar a eficiência dos instrumentos alternativos de pacificação social que tem se popularizado se faz pertinente, já que existe uma grande concentração de assistidos por órgãos que prestam esse serviço ao Judiciário.

Se faz necessário ampliar os estudos sobre o tema para obter respostas reais de casos concretos do uso da autocomposição para a resolução das lides, devido importância jurídica-social do tema, e também, incentivar as pesquisas sobre as formas de composição de conflitos alternativas para a pacificação social.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral do projeto é analisar a eficiência da conciliação para efetivar como instrumento acesso à justiça, sobretudo aos olhos o Direito Constitucional.

Como objetivos específicos, tem-se:

- Verificar o papel da conciliação atualmente;
- Analisar a conciliação como instrumento de pacificação;
- Verificar meios alternativos de solução do conflito;

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Proposta Teórico-Metodológica

Para a consecução dos objetivos propostos será empregado o método lógico dedutivo, e as técnicas de pesquisa a serem utilizadas serão de pesquisa doutrinária, de leis, bibliografias, bem como, pesquisa de campo. Serão analisadas doutrinas que tratam sobre métodos alternativos para resolução da lide e sobre a utilização da conciliação como ferramenta de pacificação.

Assim, para consecução dos objetivos propostos partiremos da utilização dos recursos da pesquisa documental¹: Constituição Federal e os infraconstitucionais na legislação nacional que dispõe sobre a conciliação e os seus resultados práticos. E da pesquisa bibliográfica² na literatura nacional que trata dos métodos alternativos de solução de conflitos, analisando sobre o papel deles para a efetivação do acesso à justiça.

5.2 Estratégia de coleta de dados

A coleta de dados acontecerá através da realização de entrevistas individuais, semi-estruturadas, com os cidadãos que buscaram e participaram das conciliações feitas na extensão do CEJUSC/MG no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade do Estado de Minas Gerais. As entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise. O roteiro de entrevista deve conter uma etapa inicial onde será realizada uma contextualização da situação de vida do entrevistado. A Segunda etapa, temática, consistirá na investigação sobre o resultado esperado e obtido para a resolução dos seus conflitos jurídicos.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Até o presente momento, podemos parcialmente concluir que, considerando o embasamento teórico-científico obtido através do estudo materiais que tratam sobre o tema, que é necessário um estudo aprofundado acerca dos meios de autocomposição da lide, especificamente da conciliação, e, se esses

¹ É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2011, p. 122).

² Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2011, p. 122-123).

trazem uma solução igualmente justa e legal como as sentenças dadas pelos magistrados no processo jurisdicional.

Esse trabalho foi concebido através de questionamentos sobre a solução dos conflitos complementares ao jurisdicional, que vêm se popularizando nos últimos tempos e tutelando diversos casos, e se esse, vem sendo uma ferramenta eficaz para garantir o acesso das pessoas mais carentes ao judiciário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Z. M. M. (org.) Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, p.149-150, 1998.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa psicológica – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G; BIAZOLI-

BOSI, ALFREDO. Mediação não é conciliação. Sobre um legado da obra de Antonio Candido. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 90, p. 341-347, Maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000200341&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 Mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do

_____. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 10/03/2019.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 10/03/2019.

CAMPOS, Adriana Pereira; SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. A Conciliação e os Meios Alternativos de Solução de Conflitos no Império Brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 271-298, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-> Acesso em: 5 Mar. 2019.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016

MENDES, Gilmar Ferreira Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.
MINAYO. Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO. Maria Cecília de Souza e SANCHES, Odécio. Quantitativo e Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.9, no. 3, 10p,1993.

RABBI, João Vitor Leal et al. Conciliação: um meio eficiente e rápido para solução de conflitos entre as partes. Jusbrasil, 18 jul. 2016. Disponível em:
<https://joaovitorleal.jusbrasil.com.br/artigos/362416131/conciliacao-um-meio-eficiente-e-rapido-para-solucao-de-conflitos-entre-as-partes>.
Acesso em: 10/03/2019.

SALES, Lilia Maia de Moraes; CHAVES, Emmanuela Carvalho Cipriano. Mediação e conciliação judicial - a importância da capacitação e de seus desafios. Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 69, p. 255-279, Dec. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217770552014000200011&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 5 Mar. 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: promoção de atendimento humanizado

Karine Alice Machado Florêncio Côrte
Graduanda em Serviço Social – UFTM
kacorte@gmail.com

Cledja Ferreira da Silva
Graduanda em Serviço Social – UFTM
cledjavv@gmail.com

Lara Serafim de Andrade
Graduanda em Serviço Social – UFTM
laraseandrade@gmail.com

Ana Laura Malachias
Graduanda em Serviço Social – UFTM
ana.malachias@icloud.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1 Introdução

A profissão de Serviço Social constitui-se de uma identidade assinaladamente histórica. Seu fundamento estabelece-se através da realidade social e seu objeto de atuação são as múltiplas expressões da Questão Social, o que proporciona uma maneira particular de inserção na divisão social e técnica do trabalho. Sendo de natureza abalizadamente interventiva, cuja atuação na realidade social, inclui-se no processo totalizador do trabalho e tem deste modo, uma dimensão sócia histórica e política que lhe é característica e formadora.

Uma vez estabelecida como área de conhecimento e intervenção profissional o Serviço Social afirma a sua acepção social na interação com outras profissões e com as atuações societárias mais complexas, em especial aquelas que canalizam esforços no enfrentamento de contextos de violações de direitos que impactam as conjunturas de vida da população, em especial os mais suscetíveis socialmente.

A atuação profissional do Assistente Social, evidencia o enfoque político da profissão e a recongnição da condição de sujeito de direitos dos indivíduos com os quais atua, tendo como finalidade a emancipação social destes.

Para tal, a atuação profissional mobiliza conhecimentos, saberes e práticas que, por meio de mediações e instrumentalização adequada do trabalho, busquem atingir os resultados obtidos.

2 SERVIÇO SOCIAL E A ATUAÇÃO NA SAÚDE

O Serviço Social no Brasil desponta na década de 1930, concatenado práticas assistencialistas e filantrópicas, com objetivos voltados para a caridade, de natureza conservadora, vinculada à Doutrina Social da Igreja Católica. Embora apresente essa origem filantrópica, o Serviço Social enquanto profissão não representa uma evolução da caridade, uma vez que se manifesta como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, durante o amadurecimento do capitalismo, em sua fase monopolista.

Atuando em atendimento a demanda da classe dominante, a burguesia, e da Igreja Católica, intervindo nas expressões da Questão Social. Deste modo sua atuação abrange variadas políticas sociais, incluindo a da saúde.

Essa característica conservadora desconsidera a estrutura societária, coadjuvando no sobrepular do trabalho dos Assistentes Sociais, caracterizando uma identidade profissional destituída de reflexão crítica, o que impossibilita questionamentos e práticas que viabilizem a construção e intervenção nos preceitos sociais que futuramente serão aceitos pela profissão.

É a partir dos anos de 1950 que os profissionais do Serviço Social se estabelecem e tornam-se primordiais ao atendimento de indivíduos suscetíveis, iniciando um processo que se tornará moderadamente mais ostensível na década de 1960, quando se projeta uma intenção de rompimento com o passado conservador. Tal processo tem início com o Movimento de Reconceituação, que apresentava como âmago a hesitação acerca do Serviço Social tradicional, padrão corrente desde a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, no ano de 1936.

Para Netto (2010) o Movimento de Reconceituação, ou mais singularmente como denomina o autor a “Intenção de Ruptura”, que se processa por meio da proximidade com a vertente marxista, “visão dialética da realidade que apreende o movimento de contradição e transformação da sociedade em uma perspectiva de totalidade” (YAZBEK, 2009).

Na década de 1980 que a concepção de intenção e ruptura alcançou sua maturidade intelectual. Deste modo, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1991) as bases sociopolíticas para tanto se apoiaram nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, protagonizada pelos movimentos de trabalhadores e sindicais e com o apropriamento, pelo Serviço Social, da herança marxiana.

Esse alcance foi evoluindo ao longo dos anos seguintes e diversos instrumentos normativos regulamentaram e legitimaram a profissão: Código de Ética

Profissional, CFESS/1993; Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/1993; e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, ABEPSS/1996) que manifestam as diretrizes e valores, competências e atribuições que norteiam o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, a saber: defesa de garantia dos Direitos Humanos, empenho na ampliação dos direitos sociais, socialização de riquezas produzidas socialmente, eliminação de preconceitos sociais e fim da exploração e opressão de qualquer espécie.

Especialmente na área da Saúde, a atuação do Serviço Social tem maior reconhecimento a partir da Resolução nº 218, de 06 de março de 1997, do Conselho Nacional de Saúde, bem como da Resolução nº 383, de 29 de março de 1999, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que legitima o Assistente Social como profissional de saúde.

Outra relevante determinação no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar na saúde foi à constituição da residência multiprofissional em saúde no ano de 2005, através da Lei nº 11.129, considerando a dimensão da atuação de todos os profissionais atuantes na área, de modo a garantir o direito à saúde em uma dimensão integral.

O profissional de Serviço Social atua e defende a atenção em saúde baseado nos elementos que estabelece condições para seu desenvolvimento, bem como necessários à saúde, com o propósito de integrar em suas ações os valores amparados em seu Projeto Ético-Político e dispostos nos seus instrumentos normativos. Apresentam um desempenho que busca refletir criticamente os fenômenos sob um prisma de totalidade, o que significa refletir as contradições existentes, analogias de forças e seus variados determinantes sociais e contextuais. Para além, enfatizam a defesa do direito dos usuários a atendimentos qualificados, uma vez que tais serviços representam recursos socialmente constituídos por todos e apropriados de modo privado.

Nessa perspectiva, ao se pensar e intermediar no processo saúde-doença o profissional Assistente Social não reputa apenas os elementos genético-biológicos das patologias, fazem-no considerando e enfatizando, essencialmente, as decorrências das expressões da Questão Social prevaletentes nesse processo. Fato que pode ser evidenciado em razão da formação profissional fundamentada na defesa dos Direitos Humanos e garantia de valores emancipatórios, evidenciando a demanda pela construção de uma sociedade que disperse valores mercadológicos e competitivos inerentes ao sistema capitalista.

O enfoque ético é característico da identidade da profissão de Serviço Social, aliado as dimensões técnico-operativas e teórico-metodológicas, associando-se demarcações de poderes, fazeres e saberes como mediação da prática e manifestações da práxis profissional. Sendo a finalidade a busca por meio de ações pontuais que configurem as especificidades históricas da profissão. Tais ações profissionais, aliadas ao dimensionamento ético orientam à emancipação humana e, com isto, a busca constante pela “humanização” na atuação profissional.

No âmbito da saúde este representa uma determinação contundente, não apenas pelo poder político de “humanização”, mas principalmente por se tratar de uma área em que se latejam preceitos humanos ritmados e onde se trabalham com vidas em suas complexas manifestações, englobando toda uma trajetória até a finitude.

3 UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

As Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) constituem-se de unidades hospitalares que atendem recém-nascidos (RN) de zero a 28 dias de vida, que em função de complicações que demandem medidas intensivas utilizam-se de técnicas e processos aperfeiçoados, de forma a assegurar possibilidades de reversão de disfunções de alto risco, que ameaçam a vida de recém-nascidos. A UTIN consoante ao desenvolvimento da medicina, no caso específico da neonatologia, evolui gradativamente por meio de inovações tecnológicas que são incluídas no atendimento ao recém-nascido.

O espaço das UTINs assegura aos neonatos experimentações muito diversificadas das condições intrauterinas, principalmente por representar um ambiente desacolhedor. O ambiente de uma UTIN se caracteriza, como um espaço tecnológico no qual os progressos da medicina e a intervenção profissional, em variados níveis de multiplicidade, buscam primordialmente a recuperação do RN. Representando um ambiente desacolhedor em função de que o cerne de sua existência e configuração que deveria ser o recém-nascido e familiar, se volta para os equipamentos que ali estão e a condição ou patologia do bebê. Neste espaço de premência e imediatismo, coordenado pela especialização, frequentemente a equipe tem como foco o controle e o manuseio das tecnologias.

Os familiares, em especial os pais, de recém-nascidos internados em uma UTIN, se encontram em uma etapa conflituosa e não esperada, em um ambiente que induz a reflexões acerca de referências advindas de conhecimentos reunidos, desde a puerícia, embasados em vivências culturais e sociais, intrínsecas a cada indivíduo. Desta forma, o modo como os pais experimentam a internação do recém-nascido vincula-se de forma direta às vivências anteriores.

Para os familiares, a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal é um local de sentimentos antagônicos, confiança e apreensão. Confiança por ser este um espaço estruturado para um atendimento eficaz aos propósitos de elevar as viabilidades de sobrevivência. Apreensão, em função de as ameaças intrínsecas aos enfermos, e mais, sensações de desapontamento, pois não se encontram preparados para a separação exigida por essa internação.

Desta forma, a internação em uma UTIN propicia instabilidade emocional para o RN e familiares, estabelecendo uma condição de estresse. Na ocasião da internação, os pais frequentemente se desestruturam e originam devaneios alarmantes sobre as diversas condições que se relacionam às

internações em UTI, o que causa a desestruturação emocional, ansiedade e impaciência.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO HUMANIZADO EM UTINS

A demanda pela “humanização”, nos âmbitos de saúde no Brasil conquistou um enfoque inovador com o Programa Nacional de Humanização dos Serviços de Saúde (PNHSS) de 24 de maio de 2000. O programa visa à redução das adversidades vivenciadas por usuários destes espaços, bem como aprimorar a comunicação com a equipe multidisciplinar de saúde, os pacientes e familiares, em uma ocasião de vulnerabilidade do paciente, busca pela qualificação da assistência e diminuição de custos, com períodos prolongados de permanência.

Com relação ao profissional do Serviço Social o atendimento direto aos usuários, compele a atuações humanizadas: com um olhar, uma percepção, um acolhimento que seja capaz de fortalecer a própria humanidade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 145, de 15 de outubro de 2004, reivindica um expectar social: objetivando a proteção social como direito, como fator instituidor de cidadania. Do mesmo modo, os princípios da Política Nacional de Saúde Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990, orienta na luta pela vida, no engajamento pelo desenvolvimento de práticas democráticas, sincronizadas com as demandas sociais e de saúde de todos os indivíduos.

Embasados nos marcos legais e normativos, é imprescindível enfatizar a relevância dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, promulgados pelo CFESS com o objetivo de “referenciar a intervenção dos profissionais na área da saúde” (CFESS, 2010, p. 11).

Tais parâmetros ampliam a relevância de se caracterizar os usuários da saúde como sujeitos de direitos, em um enquadramento de cidadania e democracia. Seja através de atuações interdisciplinares, elencadas em uma ética de humanização e de respeito ao indivíduo. Para tanto, faz-se necessário um processo ininterrupto de desenvolvimento de conhecimentos, por meio de pesquisa e intervenção profissional capacitado, eficaz e crítico, fundamentado na Política Nacional de Saúde e no Projeto Ético- Político do Serviço Social.

A promoção de um atendimento “humanizado” pelo profissional Assistente Social requer um intermédio que se consolide por meio de instrumentos técnicos operativos específicos da profissão, sob uma perspectiva Ético-Política, uma vez que o trabalho conceitua-se ético por movimentar categorias de valores integrantes à reconição da condição humana dos usuários , e político por aspirar sempre pela emancipação, integrando o processo saúde-doença, assistência aos indivíduos atendidos, familiares e comunidade.

A atuação do Assistente Social abrange ações de planejar e executar políticas específicas, asseguradas na prestação de serviços à população. O trabalho requer um objetivo maior nas proposições socioeducativas, percebendo o ser humano em sua realidade individual e coletiva, através da prática de ações que possibilitem um atendimento totalizante de saúde ao usuário de espaços hospitalares, em especial Unidades de Terapia Intensiva Neonatal.

Em razão da complexidade na atuação do profissional de Serviço Social em uma UTIN, há relevância do comprometimento destes na assistência a familiares e a criança, destacando-se a premência de humanizar a assistência, viabilizando a relação equipe de saúde, familiar e RN.

A assistência humanizada tem de garantir cidadania, reciprocidade e heterogeneidade de cada pessoa, com ênfase a subjetividade e perfazendo suas necessidades e dos profissionais que auxiliam aos utilizadores desses serviços. Com efeito, tais aspectos se encontram em constante interação e é uma atribuição ético-política efetuar sua consolidação por meio de uma atuação profissional crítica e capacitada, habilitado para materializar os princípios do Código de Ética, do Projeto Ético-Político da profissão e dos Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política e Saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área da saúde, em especial nos espaços complexos como o caso das UTINs, ocorre uma multiplicidade de especificidades em interação, deste modo, representa um desafio ao profissional do Serviço Social a atuação construída na fundamentação de uma prática competente, onde o valor humano e qualidade de vida representem um imperativo ético, uma vez que todo o empenho se desenvolve diante da necessidade de se valorizar as expressões manifestadas que enfatizem a valorização da humanidade e dignidade dos usuários.

A ação do Assistente Social neste espaço é fundamental e relevante, sendo imprescindível à busca pela preservação da ética no que concerne a vida humana. Quando se trabalha sob essa perspectiva: prudência ética e “humanização” da prática são possíveis se empregar de modo consciente os conhecimentos, envolvimento e valores que objetivem atendimento qualificado nas ações profissionais.

A conquista de uma perspectiva profissional ética e politicamente responsável sobrepuja o espaço contraditório de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, alcançando na essência dos usuários, família e comunidade. Alcances sociais de sentimentos de coletividade, onde se realizam no cotidiano da vida dos indivíduos, expressões que manifestam a Questão Social por meio de histórias, e onde se é possível empregar uma instrumentalização e práxis que conceda o acreditar na superação.

De outro modo, identicamente, o atendimento “humanizado” será possível ao profissional do Serviço Social através da sistematização de ações e na construção de conhecimentos, que procurem qualificar a intervenção, e consolidar a produção teórica do conhecimento em Serviço Social. Através da mediação da pesquisa, a edificação de saberes que resultem em qualificação da atividade profissional, melhoria na prática e na intervenção, de modo que como perspectiva do projeto ético- político da profissão, seja possível uma atuação que atenda o aprofundamento em políticas como campo de direitos e endosso social como espaço para transformação; fazer e pensar em saúde de forma integrada e priorizar a evolução de relacionamentos de compromisso e acolhimento, com emancipação e responsabilidade, garantindo a totalidade dos envolvimento em uma internação em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010. (Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru]: CELATS,1991.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: ABEPSS, 2009.

CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: ruptura com paradigmas de exclusão

Raissa Porto Gera
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
raissapgera@gmail.com

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Doutora em Psicologia – Uni-FACEF
ribares@facef.br

1 INTRODUÇÃO

Os entrelaçares entre Psicologia e Arte sempre existiram, estando especialmente evidentes nas áreas da saúde mental e clínica. O uso técnicas artísticas possibilita a expressão genuína de sentimentos, de percepções e da personalidade em geral, contribuindo de maneira singular para a comunicação entre psicólogo e sujeito. A oportunidade de expressar e simbolizar o que é vivido, através da criatividade e da imaginação, já possui em si o potencial de amenizar sintomas e angústias, além de ser um caminho para o autoconhecimento e autonomia do sujeito.

Várias abordagens dentro da Psicologia enfatizaram a potencialidade terapêutica das técnicas artísticas. Sigmund Freud encarava a arte como uma forma de sublimação, mecanismo de defesa no qual há a conversão de pulsões de ordem sexual em atividades socialmente valorizadas: um sujeito transforma sua agressividade em uma singular obra de arte abstrata, ao expressar toda sua raiva jogando as tintas na tela e fazendo pinceladas energéticas. Além da Psicanálise, outras abordagens utilizaram a arte como uma ferramenta terapêutica, tais como: Psicologia Analítica, Gestalt e o Psicodrama. No presente estudo daremos destaque ao Psicodrama, uma vez que essa abordagem já possui em seus fundamentos terapêuticos o uso de técnicas expressivas e lúdicas.

A expressão artística sempre foi o espaço entre linhas daqueles que eram excluídos, dos que não correspondiam ao padrão da normalidade. Segundo Foucault, diante de uma sociedade que exalta o pensamento racional e científico, o louco e sua desrazão conseguem encontrar um espaço para se expressarem e existirem através da arte. (PROVIDELLO e YASUI, 2013). No Brasil, duas experiências pioneiras interligaram arte e saúde mental: a experiência do Hospital Psiquiátrico do Juqueri em São Paulo, com os trabalhos do psiquiatra Osório César na década de 1920, e a experiência do Centro Psiquiátrico Nacional do Rio de Janeiro, com a psiquiatra Nise da Silveira na década de 1940. A arte no contexto da saúde mental marca a busca por um cuidado mais humanizado e pelo reconhecimento da potencialidade criativa dos até então nomeados de “alienados” (ARAUJO e JACÓ-VILELA, 2017). A Reforma Psiquiátrica Brasileira, movimento que surgiu no final anos setenta e culminou na Lei Federal 10.216/2001, atribuiu às intervenções artísticas-culturais especial destaque nas políticas públicas de saúde

mental como a finalidade de valorizar a expressão da diversidade e singularidade, além de romper com as estigmatizações acerca das pessoas com transtorno mental.

Vários estudos demonstram como as atividades artísticas podem ser um recurso eficaz para o profissional de Psicologia. Entretanto, poucos estudos tratam das contribuições de tais atividades para a própria formação de psicólogos. A Arte pode ser uma poderosa mediadora que estimula a apropriação e construção do conhecimento pelos próprios estudantes, além de prepará-los para serem mais criativos, críticos e sensíveis às questões humanas. O contato com a arte promove sempre uma transformação e oferece uma visão que ultrapassa os rígidos limites das ciências.

O presente estudo busca compreender como a Arte pode contribuir para a formação de Psicólogos, baseando-se na experiência de um estágio em Psicologia Escolar do quarto ano do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF.

2 O ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E O PSICODRAMA

A arte não está necessariamente presente na maioria das abordagens dentro da Psicologia, tais como Psicanálise, Psicologia Analítica e Gestalt. Quando presente, refere-se à uma formação especial voltada para chamada Arteterapia. A abordagem Psicodramática já pressupõe a utilização de recursos artísticos, com a finalidade de desenvolver o potencial criador e o envolvimento com o momento presente, com o aqui-e-agora. Nesta perspectiva, o sujeito busca caminhos de cura por meio da autonomia e criatividade. O criador do Psicodrama, Jacob Levy Moreno, sempre manteve uma relação de proximidade e intimidade com os campos das Artes, especialmente com o teatro. Essa abordagem busca:

(...) a liberação da espontaneidade e criatividade de indivíduos e grupos para que possam analisar sua situação não a partir das noções prévias, mas se colocando em situação, por meio de métodos da ação e da imaginação, podendo encontrar soluções com liberdade (RIBEIRO, 2018, p.113).

Destarte, será analisado a experiência de um estágio curricular norteado pela abordagem Psicodramática. Desde 2015, firmou-se uma parceria entre a Oficina de Artes Lua Nova e o curso de graduação em Psicologia da Uni-FACEF para o estágio em Psicologia Escolar. Por meio de um programa denominado Arte Solidária, cujo foco era preparar os alunos do 4º ano do curso de Psicologia para trabalharem com crianças, pais, professores e funcionários de escolas públicas, utilizando a arte como principal ferramenta de intervenção.

A Oficina de Arte Lua Nova é um espaço voltado para a educação através da arte, promovendo a criatividade, espontaneidade, integração de grupos, compreensão de si e do outro e a transformação social (RIBEIRO, 2018). Os

estudantes de psicologia desfrutavam do espaço oferecido pela Oficina para se preparem para a atuação na área escolar: aprendiam a realizar intervenções psicodramáticas por meio de recursos artísticos, resgatavam a criança interior e se apropriavam do papel de psicólogo escolar. A arte foi utilizada como mediadora do processo de aprendizagem e como recurso para realizar as intervenções na escola. Foram utilizados recursos artísticos visuais, literários, corporais e musicais, promovendo a expressão através do desenho, pintura, escrita, colagem, jogo dramático, dança etc. Diversos materiais foram utilizados, assim como elementos da natureza.

O objetivo geral é compreender o modo como a Arte e a Psicologia foram agregadas em um estágio curricular em Psicologia Escolar e como as experiências proporcionadas pelo contato com a Arte durante o estágio contribuíram para a formação dos estudantes. Os objetivos específicos consistem em descrever como a Arte foi agregada à Psicologia, compreender de que forma o contato com a Arte influenciou na produção de subjetividade nos estagiários e analisar de que forma a experiência proporcionou ferramentas de trabalho.

A coleta de dados teve início após a aprovação no Comitê de Ética e foi realizada através de entrevistas que obedeceram à um roteiro semiestruturado. Oito pessoas participaram da pesquisa, dentre elas alunos do curso de graduação em Psicologia e psicólogos que passaram pelo estágio de Psicologia Escolar em parceria com a Oficina de Arte Lua Nova. As entrevistas que foram marcadas previamente e realizadas pessoalmente na Clínica Escola de Psicologia da Uni-FACEF.

2 RESULTADOS

Oito pessoas foram convidadas a participar da pesquisa, sendo elas: dois psicólogos que participaram do estágio na turma de 2015, duas psicólogas da turma de 2016, duas psicólogas da turma de 2017 e duas graduandas do quinto ano de Psicologia que participaram da turma de 2018. As entrevistas ocorreram entre fevereiro e março de 2019. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, o que permitiu que os entrevistados discorressem mais livremente sobre os temas. A análise de dados foi feita através da análise de conteúdo das entrevistas. No momento da realização deste artigo, a análise de dados ainda estava em andamento, portanto, os resultados apresentados a seguir carecem de maior elaboração.

2.1 Descrição do Estágio em Psicologia Escolar do Programa Arte Solidária

O estágio de Psicologia Escolar em parceria com a Oficina de Arte Lua Nova passou por algumas alterações desde seu início em 2015. O estágio foi

dividido em duas etapas: uma de formação dos alunos de Psicologia e outra de atuação do estagiário no contexto escolar e na comunidade. A primeira etapa consistia em uma formação mais vivencial do que teórica, utilizando-se a arte e o Psicodrama como mediadores na aprendizagem da atuação do psicólogo escolar, o foco desta etapa era o resgate da criança interior e o exercício da criatividade e espontaneidade. No primeiro ano, as crianças que frequentavam o estágio eram escolhidas pela própria escola, ou seja, eram as “crianças-problemas”, já no segundo e terceiro ano, os grupos eram compostos por crianças indicadas pela escola e as demais eram sorteadas, evitando, assim, o estigma de “criança-problema” e potencializando o desenvolvimento grupal. De 2015 a 2017 todo o estágio aconteceu na Oficina de Arte Lua Nova, tanto a parte preparatória como a parte de desenvolvimento, entretanto em 2018 apenas a parte preparatória ocorreu na Oficina e a parte de desenvolvimento ocorreu em uma escola da periferia, onde eram trabalhadas salas de aula inteiras, professores e funcionários. Nos anos anteriores houve um trabalho também voltado para as famílias e o fato de a Oficina estar inserida no bairro da escola contribuía para essa aproximação. Já em 2018, o trabalho ficou focado nos sujeitos que participavam diretamente e cotidianamente do contexto escolar.

2.2 Aplicação da Arte no Contexto de Aprendizagem

A arte era aplicada no contexto de aprendizagem do estágio como um recurso que contribui para a comunicação entre o psicólogo escolar e a criança, como um caminho para que as crianças expressassem sua realidade e sentimentos. Para desenvolver tal recurso, os próprios estudantes de Psicologia, utilizando técnicas artísticas, como pintura, argila, jogo dramático, desenho, colagem etc., participavam do processo de criação e desta forma acessavam a criança interna e se apropriavam do papel de psicólogo. Através da arte os estudantes resgataram a espontaneidade, a criatividade, a convivência em grupo e a profunda vivência do aqui-e-agora, preparando-se para “abaixar e entrar no mundo da criança” (Entrevistada 1 da turma de 2016) e permitir a expressão do que aparenta ser caótico. Para os entrevistados 1 e 2/2015, entrevistada 2/2017 e a entrevistada 1/2018, a utilização da arte no estágio contribuiu para o aprender a ser psicólogo e para a aquisição de uma valiosa ferramenta, já a entrevistada 1/2017 focou no processo de autoconhecimento proporcionado. As entrevistadas 1 e 2/ 2016 e a entrevistada 2/2018 trouxeram em seus discursos uma síntese: a arte contribuiu para o autoconhecimento e para a apropriação do ser psicólogo.

2.3 Visão sobre a Arte Antes do Estágio

No geral, todos os entrevistados expressaram que antes do estágio desconheciam a potencialidade terapêutica da arte, com exceção da entrevistada 1/2015 que já havia realizado um trabalho na própria Oficina de Arte Lua Nova e,

portanto, já percebia a arte como mediadora e ferramenta de expressão para as crianças. Os entrevistados 2/2015 e 2/2018 relataram que desconheciam como se utilizava e os resultados que a Arte poderia trazer no seu entrelaçar com a Psicologia. As entrevistadas 1/2016, 2/2016 e 2/2017 encaravam a arte como algo trazido pela mídia, distante de suas realidades, como “algo para artistas, artistas que fazem arte”. A entrevistada 1/2016 fez uma reflexão importante acerca dos benefícios que a maior presença da arte traria, principalmente no que diz respeito ao ensino: “eu acho que em qualquer abordagem e qualquer matéria a arte pode trazer mais formas de conhecimento de uma maneira que faça sentido, que as pessoas sintam lá no âmago e não só aquela coisa intelectualizada, né? mais vívida”. As entrevistadas 1/2017 e 1/2018 já traziam uma profunda experiência com a arte, mas através de uma concepção estética e técnica (música, literatura e teatro), estando distante da concepção da arte dentro da psicologia. Conforme a entrevistada 1/2018, a “arte como profissão” seria algo dotado de finalidade, técnica e voltado para o expectador, já a arte como ferramenta terapêutica não tem uma finalidade predeterminada e nem técnica, estando voltada para o próprio criador da obra como uma forma de expressar seus sentimentos e vivências.

2.4 Visão sobre a Arte Depois do Estágio

Todos os entrevistados demonstraram que a visão acerca da arte foi ampliada após a experiência do estágio. As entrevistadas 1/2015, 2/2017 e 2/2016 trouxeram como mudança a percepção de que a arte é acessível e que todos podem se expressar através da arte. A utilização da arte na psicologia, não remete a um julgamento estético, pois o que importa é a expressão dos sentimentos, da criatividade e da singularidade, podendo configurar-se em um caminho de liberdade e cura. A entrevistada 1/2016 refletiu sobre essa potencialidade de cura, uma vez que para ela a arte ajuda a encontrar um sentido, inclusive nos momentos de dor, dando expressão aquilo que é inexpressivo. Para ela, a arte passou a ser parte de todas as áreas de sua vida, contribuindo para que criasse mais vínculos e fortalecesse o autoconhecimento e auto aceitação. A entrevistada 1/2017 também trouxe como a mudanças a conexão com o si mesmo e a mobilização de afetos, além disso a arte também facilita a reflexão e a comunicação entre o terapeuta e o sujeito. Para os entrevistados 2/2015, 1 e 2/2018, a experiência do estágio enriqueceu a formação profissional, pois eles passaram a compreender melhor a arte como um recurso terapêutico e puderam se desenvolver nesse aspecto. Os entrevistados 2/2015 e 2/2018 enfatizaram as diversas e ilimitadas possibilidades que a arte traz para o campo da psicologia. O entrevistado 2/2015 constatou ainda que através da arte há maior envolvimento dos participantes e maior clareza, leveza e verdade no processo. A entrevistada 1/2018 relatou que conseguiu se ver como psicóloga por meio do estágio.

2.5 Contribuições da Arte Para o Aspecto Pessoal

Muitos entrevistados trouxeram a criatividade e a espontaneidade como contribuição da arte para o aspecto pessoal. A entrevistada 1/2017 relatou que o contato com a arte trouxe a força da criança, descrevendo essa força como criatividade, espontaneidade, liberdade e curiosidade. A entrevistada 2/2018 focou no exercício da criatividade por meio da imaginação.

A arte ainda ajuda na expressão, simbolização e acolhimento de sentimentos, de vivências e do si mesmo; tornando-se uma maneira alternativa de lidar com as situações que afetam o sujeito, quando o nível racional já não é o suficiente, como enfatizou a entrevistada 1/2016: “ela traz para mim uma forma de eu poder driblar algumas coisas que eu acho que racionalmente eu poderia chegar a adoecer, sabe?”.

As entrevistadas 1/2016, 1/2017, 2/2017 e 1/2018 trouxeram a profunda conexão consigo mesmo e o autoconhecimento que a arte proporciona, o que ficou muito claro nas seguintes falas: “me perdendo na arte, eu me encontrei de verdade... assim, de maneira nua e crua” (entrevistada 1/2016) e “eu acho que eu comecei a fazer sentido para mim mesma quando eu me encontrei com a arte” (entrevistada 1/2018). As entrevistadas 1/2016 e 1/2018 revelaram uma relação tão íntima com o processo criativo que associaram a própria existência com a arte: “eu acho que eu tenho muito medo da arte porque eu quero ser arte” e “[a arte] é minha vida”. A entrevistada 1/2017 relatou o quanto a arte lhe ajudou a resgatar uma parte importante de sua personalidade, a criança interior, que ela chegou a nomear como sua própria essência, trazendo concretamente a relevância deste aspecto ao cantar a música de Milton Nascimento durante a entrevista. Esse mergulhar na arte gera bem-estar e relaxamento.

Para o entrevistado 2/2015, a arte proporciona um envolvimento maior com o momento presente, aumento da sensibilidade e vínculos mais fortes. A entrevistada 1/2016 trouxe o poder de integração da arte, principalmente de aspectos que se contradizem. O contato com a arte ajudou a entrevistada 2/2016 a se apropriar como poetisa e valorizar o seu “descarregar em palavras”, já a entrevistada 1/2015 passou a ter um olhar mais profundo e compreender melhor os sentidos trazidos pelas obras de arte. A entrevistada 2/2018 começou a questionar os padrões de beleza e julgamentos de valor, voltando-se para a valorização da singularidade e da liberdade, pois a “rigidez do pensar leva a rigidez do sentir”. Já a entrevistada 1/2018 trouxe as contribuições da arte para a sensibilização com relação as questões humanas e conscientização de aspectos sociais, uma vez que a arte dá voz ao criador e para quem aprecia a criação

2.6 Contribuições da Arte para o Aspecto Profissional

No aspecto profissional, a maioria dos entrevistados relatou que a arte facilita a comunicação entre psicólogo e sujeito, uma vez que essa ferramenta

possibilita que o sujeito se expresse de diversas formas e contribui para um envolvimento mais leve, espontâneo e verdadeiro. A entrevistada 1/2017 sempre tem a arte como um recurso disponível para mobilizar sentimentos, fazer surgir as demandas e trabalhar as questões do sujeito.

Para a entrevistada 2/2016, que trabalha com crianças em alto nível de vulnerabilidade social, a arte é o caminho para que as crianças possam expressar e simbolizar as situações de violência que vivenciam, algo que seria extremamente angustiante expressar através do racional e da fala; a entrevistada ainda enfatiza “embora elas ainda não tenham consciência do que estão dizendo, afetivamente e emocionalmente elas sentem um alívio”. A entrevistada 2/2017, que realizou um trabalho com policiais em uma penitenciária, também usou a arte como ferramenta para lidar com sujeitos marcados pela violência e trouxe como resultados maior acessibilidade, flexibilidade e expressividade dos participantes.

A entrevistada 1/2015 trouxe como exemplo o caso de uma criança muito agitada e que não conseguia participar do grupo, mas através da arte ela desenvolveu amor próprio e se percebeu como capaz, passando, assim, a participar e colaborar para integração de todo o grupo. Ela ainda enfatizou que a arte contribui para a sensibilidade e escuta, aspectos essenciais para o profissional de Psicologia.

Para a entrevistada 1/2016, a arte proporciona maior vínculo, no sentido de compreender o que o sujeito está precisando naquele momento, e permite um maior manejo das técnicas artísticas, ou seja, o processo flui no mesmo sentido que o sujeito. Segundo a mesma e o entrevistado 2/2015, a arte também oferece o novo: o inesperado, novos recursos, novas informações e novas maneiras de ver uma mesma coisa.

Os entrevistados utilizaram técnicas artísticas com fins terapêuticos nas seguintes áreas da Psicologia: escolar, organizacional, social e clínica, com os seguintes tipos de público: crianças, adolescentes, adultos, idosos e casais. Destarte, concluímos que a arte é uma ferramenta que pode adentrar as várias áreas da Psicologia e atender todos os tipos de público.

2.7 Dificuldades na Utilização da Arte como Ferramenta

A maioria dos entrevistados trouxe como maior dificuldade da utilização da arte como ferramenta a necessidade de desconstruir crenças que desvalorizam a arte. O desconhecimento do que é arte, de sua potencialidade terapêutica, a crença de que a maioria das pessoas não são capazes de criar através da arte e a padronização do que é considerado belo, todos esses aspectos criam barreiras no momento em que o psicólogo traz a arte como recurso, causando o estranhamento e a pouca abertura dos sujeitos. A descrença dificulta que ocorra um processo genuinamente criativo e a liberação da espontaneidade, o que muitas vezes causa a sensação de frustração nos psicólogos. Os adultos são o público que mais demonstra resistência, uma vez que estão mais presos ao que é padrão e às

expectativas sociais. Portanto, a Arte traz para a Psicologia o desafio de produzir novos olhares. A entrevistada 1/2015 enfatizou como dificuldade a necessidade de preparar um ambiente propício para a realização de atividades artísticas e as entrevistadas 1/2017 e 2/2018 relataram que necessitam de maior conhecimento e mais vivências com a arte como ferramenta terapêutica.

3 DISCUSSÃO

A arte como recurso da Psicologia tem a finalidade de provocar no sujeito a expressão, reflexão e transformação de afetos e vivências. De acordo com Vygotski, o exercício da criatividade tem função reorganizadora: elementos concretos extraídos da experiência são combinados de forma diversa, dando-lhes uma nova configuração. A materialização do que foi imaginado tem uma capacidade transformadora frente à realidade, o autor enfatiza tal capacidade ao afirmar “a arte está para a vida assim como o vinho está para a uva”. (1998, p.307, apud REIS, 2014, p.149). O uso da arte possibilitou que os estudantes tivessem um aprendizado mais vivencial e profundo da Psicologia Escolar, além de contribuir para o autoconhecimento. Na parte prática do estágio, a arte surgiu como principal recurso para as intervenções, suscitando reflexões para além do nível racional e facilitando a comunicação entre os estagiários e os sujeitos. A arte no contexto terapêutico:

(...) é uma ferramenta de auxílio ao ser humano que almeja a produção de imagens, a autonomia criativa, o desenvolvimento da comunicação, a valorização da subjetividade, a liberdade de expressão, o reconciliar problemas emocionais e ainda a função catártica (VALLADARES e SILVA, 2011, p.444).

Neste sentido, não importa a qualidade estética do que está sendo produzido, uma vez que não há espaço para juízos de valor, tais como “belo” ou “feio”: tudo que é produzido é encarado como algo único, revelando a singularidade do sujeito. O fazer artístico, ao possibilitar a materialização dos afetos e conflitos vividos, proporciona o autoconhecimento e a ressignificação das relações consigo próprio e com o mundo. Portanto, sempre algo novo e singular é produzido (REIS, 2014). A arte é por si só terapêutica e uma poderosa mediadora na educação, uma vez que produz um conhecimento crítico e reflexivo ao contribuir para o transformar-se, integrar-se, inovar-se e estruturar-se.

A entrevistada 1/2018 trouxe uma diferenciação entre “arte como profissão” e a arte como recurso terapêutico, sendo a primeira um fazer artístico que possui regras e finalidade. Dentro de uma concepção estética, a obra de arte:

(...) espera que o público “jogue o seu jogo”, isto é, entre no seu mundo, de acordo com as regras ditadas pela própria obra para que seus múltiplos sentidos possam aparecer. O espectador, através do seu acolhimento, atualiza as possibilidades de significado da arte e testemunha o surgimento de algumas significações contidas na obra. Outros a verão, e outros

significados surgirão. Todos igualmente verdadeiros. (ARANHA e MARTINS, 1993, p.343)

Destarte, o artista cria uma obra de arte com a finalidade de provocar novas percepções no expectador. Além disso, geralmente, ele segue alguma corrente estética que busca determinar “não só as relações entre arte e realidade, mas, mais importante ainda, o estatuto e a função da obra de arte” (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 362), refletindo às questões de determinada cultura e momento histórico. A diferenciação entre a arte no campo estético e no campo da Psicologia é muito sutil, pois os sentimentos provocados por uma obra de arte também são recursos de autorreflexão e autoconhecimento. Entretanto, quando o foco está no processo de criação, o sujeito em um contexto terapêutico não visa atingir um expectador, mas tão somente externar toda a sua singularidade, e não busca seguir as definições de uma linha de pensamento, mesmo que, todavia, expresse importantes questões culturais e históricas.

Educar através da arte não é apenas transmitir informações, mas fazer com que o sujeito vivencie aquilo que está conhecendo e expresse esse contato a partir de sua singularidade, como muito bem descreveu a entrevistada 1/2016: “(...) em qualquer abordagem e qualquer matéria a arte pode trazer mais formas de conhecimento de uma maneira que faça sentido, que as pessoas sintam lá no âmago e não só aquela coisa intelectualizada, né? mais vívida”. O conhecimento gerado através da experiência artística, ao atravessar os afetos, convida o estudante à uma reflexão mais profunda e crítica acerca da realidade, colaborando para um psicólogo mais consciente e sensível ao que se passa em seu cotidiano profissional.

Os entrevistados, no geral, relataram que a arte contribuiu para uma maior conexão consigo mesmo e profundo autoconhecimento. Deleuze encara a arte como uma potência de viver, um canal pelo qual o ser humano toma consciência de seus afetos e se relaciona intensamente com eles. O contato com essa dimensão criativa cria linhas de fuga, provocando o desenvolvimento de novas formas de subjetividade que divergem da subjetividade capitalística (VIVAR e KAWAHALA, 2017). Guattari afirma que para resistir a ordem capitalística, deve-se investir na própria subjetividade: “é preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa; a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelação de subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 50 apud SOARES, 2016).

Coqueiro et al. (2010), em um estudo realizado com um grupo de Arteterapia em um CAPS de Fortaleza constataram que os processos de criação artística, ao canalizarem positivamente a vivência do adoecimento mental, amenizam sintomas como angústia, estresse, medo, agressividade, isolamento social, apatia, etc., provocando transformações nos campos afetivos, interpessoal e relacional. Além disso, relatam sobre a eficiência da arte como ferramenta terapêutica, uma vez que os resultados se tornam visíveis em um curto espaço de

tempo. Tais resultados condizem com os observados no estágio e no exercício profissional pelos participantes desta pesquisa, no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos, maior integração em grupos, mobilização de afetos, amenização da angústia e maior acessibilidade, flexibilidade e expressividade dos sujeitos. Além disso, percebeu-se que o contato com a arte promoveu a aquisição de novos recursos, tanto para os sujeitos quanto para os estudantes e psicólogos.

Pontua-se que o estágio ocorria no quarto ano da graduação em Psicologia e a grande maioria dos estagiários, até então, desconheciam ou não sabiam como era a utilização e os resultados da Arte como um recurso dentro da Psicologia. Enfatiza-se também que a maior dificuldade no uso da arte como ferramenta relatada pelos entrevistados foi o estranhamento e a pouca abertura dos sujeitos devido a falta de contato com a arte e o desconhecimento de sua potencialidade terapêutica. Tal fato reforça a importância do presente estudo e a necessidade de mais pesquisas que versem sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte produz um saber que está para além dos limites do saber científico e racional: ela abre caminhos para a criatividade, imaginação, intuição e sensibilidade, dá contornos às emoções, ao indizível e ao que aparenta ser irracional. O contato com a arte é uma experiência transformadora, uma vez que amplia as formas de apreensão da realidade tanto interna quanto externa ao sujeito. No curso de Psicologia, voltado para a formação de profissionais que compreendam os afetos e emoções, que se sensibilizem com os conflitos vivenciados por pacientes ou clientes, que possam acolher a expressão da singularidade e que sejam capazes de cuidar, o tipo de saber oferecido pela arte revela especial importância. Tal como salienta Silva (2004, p. 101):

O contato com a obra de arte aproxima as pessoas das características constituintes da condição humana, como alegria, medo, tristeza, angústia, saudade, esperança. Não são essas, também, características do material de trabalho do psicólogo? A esse profissional interessa tudo aquilo que diz respeito aos seres humanos. Outro aspecto a ser considerado é o convite que a obra de arte faz ao fruidor para que ela possa existir. O envolvimento do sujeito, a exigência de que ele entre com sua história de vida, pensamentos, percepções, sentimentos e valores possibilita um avanço nesses mesmos quesitos.

Este campo do saber tolera vários tipos de olhares sobre realidade, construindo e desconstruindo todo e qualquer tipo de racionalidade, o que acaba por ampliar o leque de referências e afrouxar as amarras ideológicas do contexto histórico, cultural, político, econômico e social dos estudantes. A arte como fonte de conhecimento prepara os estudantes para o pensamento crítico e maior compreensão do contexto em que estão inseridos, o que contribui para uma ciência

da Psicologia mais engajada socialmente e distante dos paradigmas de exclusão nos quais teve origem, uma ciência preocupada com a adequação dos indivíduos a sociedade capitalista.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 2 ed. rev. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAUJO, João Henrique Queiroz de; JACO-VILELA, Ana Maria. *A experiência com arte na Colônia Juliano Moreira na década de 1950*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 321-334, June 2018.

COQUEIRO, Neusa Freire; VIEIRA, Francisco Ronaldo Ramos; FREITAS, Marta Maria Costa. *Art therapy as a therapeutic tool in mental health*. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 23, n. 6, p. 859-862, 2010.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. *A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1515-1529, Dec. 2013.

REIS, Alice Casanova dos. *Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo*. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 34, n. 1, p. 142-157, Mar. 2014.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. *Desenvolvimento como liberdade e educação: a pesquisa intervenção sociodramática e a promoção da condição de agente*. in Estudos sobre Amartya Sen: pesquisa e repercussão social, vol. 5. Desviant. p. 99 – 124, 2018

SILVA, Silvia Maria Cintra da. *Algumas reflexões sobre a arte e a formação do psicólogo*. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 24, n. 4, p. 100-111, Dec. 2004.

SILVA, Silvia Maria Cintra da et al. *Estágio em psicologia escolar e arte: contribuições para a formação do Psicólogo*. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 33, n. 4, p. 1014-1027, 2013.

SILVA, André Luiz Picolli da; VIANA, Terezinha de Camargo. *Caracterização da Produção Brasileira em Artigos Científicos sobre Arte e Psicologia (2004-2014)*. Psico-USF, Itatiba , v. 22, n. 1, p. 109-120, Apr. 2017.

VALLADARES, A. C. A.; SILVA, M. T. *A arteterapia e a promoção do desenvolvimento infantil no contexto da hospitalização*. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2011.

SOARES, Fabio Montalvão. *A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri*. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 118-126, Apr. 2016 .

VIVAR, Rodrigo Diaz de; KAWAHALA, Soler e Edelu. *A potência de viver: Deleuze e a arte*. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, e 157570, 2017.

YONEZAWA, Fernando; CUEVAS, Márcia. *Educação Antiniilista: corpo e arte produzindo sentido na escola*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1515-1535, Oct. 2018.

DIFERENÇAS NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS COM ALZHEIMER COM E SEM ESTIMULAÇÃO MULTIPROFISSIONAL EM ASILOS.

Rafaella Orlando de Souza
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
rafaellaorlandodesouza@gmail.com

Paulo de Tarso Oliveira
Livre Docente – Uni-FACEF
paulotarso@facef.br

1 INTRODUÇÃO

A Revista de Saúde Pública citou em seu volume 34 (número 2) que: “Qualidade de vida foi definida pelo Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde como ‘a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações’.” Ainda é importante ressaltar que também nos referimos às condições que são necessárias para que esses indivíduos tenham um bem-estar físico e espiritual para a convivência em sociedade.

O presente estudo investiga aspectos da vida de pessoas que se encontram na terceira idade e que passam grande parte ou toda parte de seu tempo em Lares de Idosos. Tem como objetivos, descrever as estimulações multiprofissionais cognitivas e funcionais oferecidas pelos Asilos/Lares de Idosos; mudanças no avanço do Alzheimer nos idosos conforme a aplicação ou não de estimuladores da equipe multiprofissional; identificar as diferenças que esses estimuladores fazem na qualidade de vida desses idosos; e identificar fatores que levam Lares de Idosos a utilizarem a estimulação profissional e outros não.

A pesquisa é realizada com abordagem qualitativa. Encontra-se em andamento e faz parte da programação PIBIC/FACEF de Iniciação Científica.

2 O ALZHEIMER

Segundo Fagundes et al. (2015) a doença de Alzheimer foi identificada pela primeira vez há mais de 100 anos, mas a pesquisa de seus sintomas, causas, fatores de risco e seu tratamento somente ganharam força nos últimos 30 anos. Apesar de muitos avanços no conhecimento da doença, as mudanças precisas no cérebro que desenvolvem a doença e a ordem em que tudo isso ocorre, em grande parte, ainda são desconhecidas. Em 2015 o número de pessoas que apresentam a situação em todo o mundo era estimado em 44 milhões e está previsto para dobrar até o ano de 2030 e mais que triplicar até 2050. Os autores ainda explicam mais à

frente em seu estudo que segundo a Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ) mais de 1 milhão e 300 mil pessoas só no Brasil, são portadoras da doença.

Para Cardoso et al. (2015) o envelhecimento da população apresenta-se devido a uma tendência mundial de diminuir a mortalidade e a fecundidade, aumentando assim o prolongamento de uma esperança de vida. Os habitantes idosos estiveram habitualmente relacionados a países desenvolvidos, porém esse paradigma mudou, pois nos últimos 40 anos o envelhecimento dessa população tem ocorrido também nos países que estão em desenvolvimento. Isso acarretou mudanças no perfil epidemiológico, com uma predominância para as doenças crônicas que não são transmissíveis, que podem ou não limitar e comprometer a capacidade funcional e a qualidade de vida, o que implica à necessidade de cuidadores. Os autores ainda acrescentam que o Alzheimer é a mais comum dentre as doenças crônicas que se destacam entre as demências. Refere-se a um acometimento que atinge o idoso e implica sua integridade física, mental e social, o que pode deixá-lo total ou parcialmente dependente de cuidados que se tornam cada vez mais complexos.

Smith (1999) aborda que a doença de Alzheimer foi caracterizada pelo neuropatologista alemão Alois Alzheimer (1907) como uma patologia neurodegenerativa progressiva e irreversível de aparecimento insidioso, que origina a perda da memória e numerosos distúrbios cognitivos.

Em um de seus artigos, Neto, Sheila e Ojopi (2004) citam que nas duas décadas seguintes a 1960, a neuroquímica e a genética deixaram claro que a Doença de Alzheimer é sobremodo heterogênea, onde envolve alterações diversas, o que poderia explicar os obstáculos de se encontrar um tratamento que seja eficaz. Já é notório há alguns anos que a doença tende a se unir em algumas famílias, onde apresenta uma herança autossômica dominante na maior parte dos grupos familiares estudados.

Esses autores ainda citam que a instauração da doença se deve ao acúmulo de eventos que seriam genéticos e ambientais. Cada evento favorece com pequenos efeitos que se resultam, em conjunto, no estabelecimento do Alzheimer com diversos graus de severidade.

Encontra-se ainda nos estudos, em especial no de Sereniki e Vital (2008) que a primeira particularidade é a deficiência da memória recente, pois as lembranças remotas são preservadas até certo estágio da doença. Os autores ainda explicam que além das dificuldades de atenção e fluência verbal, algumas outras funções cognitivas deterioram-se à medida que a patologia evolui, observando-se prejuízos na capacidade de fazer cálculos, nas habilidades visuo-espaciais e na capacidade de usar objetos comuns e ferramentas. Já o grau de vigília e a lucidez do paciente não são afetados até a doença já estar muito avançada, nota-se isso também em relação à fraqueza motora (apesar de as contraturas musculares serem uma característica quase sempre observada nos estágios avançados da patologia).

Os autores mencionados também esclarecem que os sintomas anteriormente discutidos são sucessivamente acompanhados por distúrbios comportamentais, tais como: agressividade, alucinações, hiperatividade, irritabilidade e depressão. Os transtornos de humor afetam uma porcentagem relevante de pessoas que desenvolvem a doença de Alzheimer, em algum ponto da evolução da síndrome demencial.

2.1 As Fases da Doença

Alvarez et al. (2002) explicam que: “ADA pode ser dividida em três fases – leve, moderada e grave – de acordo com o nível de comprometimento cognitivo e o grau de dependência.” Os autores ainda citam que na fase mais leve da doença, o paciente mostra uma queda considerada significativa no desempenho de tarefas instrumentais da vida diária, porém o mesmo ainda é capaz de executar as atividades básicas do dia-a-dia (mantém-se independente). Já na fase moderada, o comprometimento intelectual mostra-se maior e o paciente passa a requerer de maior assistência para a realização tanto das atividades instrumentais como para as atividades básicas (dia a dia). Na fase grave esse paciente geralmente apresenta-se mais acamado, necessitando assim uma assistência integral, e pode apresentar dificuldades de deglutição, sinais neurológicos e incontinência urinária e fecal.

2.1.1 Fase Inicial

Alvin e Coelho (2004) abordaram que todo o processo de cuidar na fase inicial do Alzheimer abrange sobretudo os cuidados que são focados na supervisão com atenção na prevenção de acidentes, pois a partir de dado momento o paciente não discerne mais as situações que o colocam ou não em risco ou perigo, ou seja, existe uma continuada presença de erros nas atividades cotidianas pois muitas vezes não sabem mais como fazê-las.

A partir do estudo de Araújo et al. (2012) citam que alguns danos dos estágios iniciais da doença gradualmente podem envolver outros comprometimentos cognitivos como: capacidade de julgamento, cálculo, capacidade de abstração e habilidades visuoespaciais. Também explicam que a afasia (distúrbio de linguagem que afeta a capacidade de comunicação da pessoa) pode desenvolver-se na fase intermediária, acarretando: dificuldade em nomear objetos ou escolher a palavra certa para expressar idéias, assim como apraxia (A apraxia é uma desordem neurológica que se caracteriza por provocar uma perda da capacidade em executar movimentos e gestos precisos).

Os autores Abreu, Barros e Forlenza (2005, apud Falcão, Hazin e Lemos, 2012) exploram que em relação aos déficits de memória que são comuns na doença, verifica-se que nas fases iniciais da doença há a implicação da memória dita como episódica de longo prazo e da memória de curto prazo, onde a

intensidade dos déficits relaciona-se com a gravidade de cada caso. Ainda expõem a necessidade de falar sobre a Memória Autobiográfica.

2.1.2 Fase Intermediária

No site da ABRAz (Associação Brasileira de Alzheimer) explica que na fase moderada da doença, são comuns algumas dificuldades mais acentuadas com atividades diárias, com prejuízo de memória, com esquecimento de fatos mais importantes, nomes de pessoas próximas, incapacidade de viver sozinho, incapacidade de cozinhar e de cuidar da casa, de fazer compras, surge uma dependência importante de outras pessoas, necessidade de ajuda com a higiene pessoal e autocuidados, uma maior dificuldade para falar e se expressar com clareza, algumas alterações de comportamento (agressividade, irritabilidade, inquietação), surgem ideias sem sentido (desconfiança, ciúmes) e alucinações (ver pessoas, ouvir vozes de pessoas que não estão presentes).

Ainda citam que esse paciente, com o progredir da doença, suas limitações ficam cada vez mais perceptíveis e graves, começam a ter dificuldades com a vida no dia-a-dia como: “pode ficar muito desmemoriada, especialmente com eventos recentes e nomes das pessoas; pode não gerenciar mais viver sozinha, sem problemas, é incapaz de cozinhar, limpar ou fazer compras; pode ficar extremamente dependente de um membro familiar e do cuidador; necessita de ajuda para a higiene pessoal; a dificuldade com a fala avança; apresenta problemas como perder-se e de ordem de comportamento, tais como repetição de perguntas, gritar, agarrar-se e distúrbios de sono; perde-se tanto em casa como fora de casa; pode ter alucinações (vendo ou ouvindo coisas que não existem)”. (ABRAz (Associação Brasileira de Alzheimer)

2.1.3 Fase Avançada

Já na fase avançada/final, segundo novamente a ABRAz, esse é o estágio mais próximo de uma total dependência e da inatividade desse paciente, ou seja, os distúrbios de memória são muito sérios e o lado da doença que afeta a parte física torna-se mais nítido como: dificuldade para comer; incapacidade para comunicar-se; não reconhecer parentes, amigos e objetos familiares; dificuldade de entender o que acontece ao seu redor; incapacidade de encontrar o seu caminho de volta para a casa; dificuldade para caminhar; dificuldade na deglutição; incontinência urinária e fecal; manifestar comportamento inapropriado em público; dependência de uma cadeira de rodas ou cama.

Apesar de todas as fases descritas acima, a maioria dos sites, artigos e fontes utilizados explicam que apesar das repartições para melhor entendimento das fases, não se pode levar a mesma como verdade universal, uma vez que alguns pacientes podem ter sintomas mesclados em um mesmo período.

2.2 Memória Autobiográfica

Segundo os autores Gauer e Gomes (2008) a recordação de eventos pessoais passados constituem a memória autobiográfica, a síntese e a referência de nossas histórias de vida. A ação de evocar envolve várias habilidades cognitivas, desde as que permitem rever algo pessoal (caminho de casa) até as que se fazem necessárias para por exemplo, escrever um livro de uma vida. Algumas pesquisas sobre essa memória têm-se dedicado a estudos com base na recordação de eventos pessoais específicos, marcantes, contextualizados no tempo e no espaço.

Os autores Greenberg e Rubin (2003, apud Falcão, Hazin e Lemos, 2012) identificam que a Memória dita como autobiográfica seria caracterizada por uma série de propriedades específicas o que justifica sua classificação como um sistema específico independente. A princípio – memória episódica – ela armazena informações autobiográficas relacionadas a datas de episódios ou eventos e as relações que são espaço-temporais existentes entre eles. Porém, essas memórias ultrapassam uma simples evocação de informações semânticas a respeito de si mesmo, pois ao sujeito recordá-las o mesmo tem consciência da vivência daquele específico evento como experiência própria, ao qual seria um estado mental que Tulving (1985) nomeou de consciência auto-nóética, que entra em oposição à consciência nóética.

Alea et al. (2005 e 2008 apud Falcão, Hazin e Lemos, 2012) esclarecem que as teorizações em torno dessa memória destacam quatro funções específicas que são para esse sistema mnêmico: diretiva, social, auto-representativa e posteriormente adaptativa. Na função diretiva destaca-se a habilidade para a utilização de experiências do passado à medida que faz referência para a resolução de problemas no presente e serve como guia para ações futuras. Já a função social envolve-se com o desenvolvimento, a manutenção e o enriquecimento das redes sociais (estabelecem-se a partir de trocas de experiências pessoais com outros). A função auto-representativa descreve o potencial das memórias pessoais para criar e manter perfeitamente uma identidade ao longo do tempo. Por último, a função de adaptação refletirá quanto tal sistema pode ser mobilizado para manter ou alterar padrões de humor (desejáveis e indesejáveis).

3 TRATAMENTOS E REABILITAÇÕES

3.1 Tratamento Farmacológico Atrelado às Terapias

Forlenza (2005, p.139) cita em seu artigo que o tratamento farmacológico da Doença de Alzheimer pode ser delineado em quatro níveis, sendo o primeiro definido como de uma terapêutica específica, que tem como objetivo reverter os processos patofisiológicos que cem à morte neuronal e à demência. Já o segundo nível diz respeito à abordagem profilática, a qual visa retardar o início da demência ou prevenir um declínio cognitivo adicional, uma vez que este é deflagrado

no processo. O terceiro nível é sobre o tratamento sintomático, o qual teria como objetivo restaurar (mesmo que parcial ou provisoriamente) as capacidades cognitivas, habilidades funcionais e o comportamento dos pacientes que são portadores da demência. Por último, o quarto nível aborda uma terapêutica complementar, a qual busca o tratamento das manifestações não-cognitivas da demência (depressão, psicose, agitação psicomotora, agressividade e distúrbio do sono).

Com base em um estudo de Belloi et al. (2001, apud Ávila, 2003, p. 140) os autores citam que em relação aos medicamentos, os chamados inibidores de acetilcolinesterase (AChE) estariam entre os recentes tratamentos medicamentosos para a Doença de Alzheimer, já que apresentaram resultados satisfatórios como: melhora das funções cognitivas e do desempenho na realização de atividades da vida diária. Também enfatizaram esse estudo sobre AChE os autores Junior, Bolzani, Furlan, Fraga e Barreiro (2004, p. 656) onde exploraram que os avanços que foram obtidos na assimilação da evolução e das razões moleculares da gênese do Alzheimer têm verificado que o uso desses inibidores realmente deve ser a forma mais eficaz de controle da evolução da doença.

Nos estudos dos autores Danisz et al. (2000, apud Araújo e Pondé, 2006) elas pesquisam sobre a droga chamada Memantina. Explicam que ela é a primeira de uma nova classe de drogas para os estágios moderado a grave da Doença de Alzheimer – é antagonista, não-competitiva, voltagem-dependente do receptor N-metil-D-aspartato (NMDA) – onde a mesma bloqueia os efeitos patológicos dos níveis elevados de glutamato.

Ainda sobre a memantina, Lopes (2015) esclarece que o Cloridrato de Memantina é um medicamento de atuação antagonista dos receptores NMDA (como citado anteriormente) onde são ativados pelo glutamato, que é um neurotransmissor excitatório necessário para as nossas funções de aprendizagem e memória. No Alzheimer, esses mesmos receptores são excessivamente estimulados pelo glutamato, o que acarreta em danos e morte neuronal. Assim, o bloqueio que é causado pela memantina inibiria esse efeito de toxicidade, sem interferir nas funções normais. Aqui no Brasil a droga possui o registro para pacientes com doença de Alzheimer moderada a grave, sendo assim, contraindicado apenas nos casos que o paciente é hipersensível à fórmula.

3.2 Estratégias de Reabilitação Cognitiva

Carvalho, Magalhães e Pedroso (2016) esclarecem que além do tratamento medicamentoso, é importante também que esse paciente receba os tratamentos não farmacológicos, pois explicam que a DA é difícil de manejar apenas com o uso da medicação. A estimulação a esse idoso com atividades físicas e mentais, participação em atividades sociais com outras pessoas, exercícios de

memória e mesmo atividades domésticas são estratégias significantes na melhora de sua qualidade de vida.

A partir do estudo dos autores Alvarez et al. (2002) houve aquisições importantes para essa pesquisa, as quais são aqui mencionadas resumidamente, uma vez que sendo estudadas em mais detalhes, para inclusão no referencial teórico deste trabalho.

3.2.1 Memória Explícita

Nas fases iniciais da doença, a dificuldade principal refere-se à memória explícita, nesse processo a memória de procedimento geralmente ainda está preservada. A prioridade das intervenções, na maioria das vezes é estabelecer um uso que seja mais eficiente da memória, ou seja, elas incluem repetição e treinamento, estratégias de aprendizagem e estratégias compensatórias. Concluindo o pensamento sobre essa abordagem percebe-se que as habilidades que são treinadas não se generalizam para outras, ou seja, ela tem uma eficiência muito restrita para o melhoramento do desempenho dos pacientes em suas atividades do dia-a-dia.

3.2.2 Memória Implícita e de Procedimento

Resultados positivos do treinamento destas memórias são perceptíveis se realizados visando alguma habilidade específica do paciente. O treinamento além de envolver déficits individuais específicos, também deve ser realizado dentro do próprio contexto em que a habilidade posteriormente poderá ser utilizada. Estratégias que são de aprendizagem ou técnicas mnemônicas estão ligadas a formas de aprimoramento do armazenamento, a codificação e/ou a evocação de informações que foram aprendidas. Ocorre uma maior incomplexidade para a recordação quando o paciente participa de atividades do que se ele apenas assistisse ou relatasse.

3.2.3 “Aprendizagem sem Erros”

Esta técnica também pode ser muito eficiente, desde que seja operada por outra pessoa. Ela reduzirá as chances de erros do paciente, ou seja, proporcionará maior chance de sucesso na execução da tarefa. Concluindo, a partir do momento que se há uma possibilidade de se obter certo sucesso, isso aumenta a motivação do paciente o que também irá ajudar na facilitação da aprendizagem e uma melhor memorização da atividade certa.

3.2.4 Estratégias Compensatórias

Estas estratégias são muito utilizadas com pacientes que tenham quadros demenciais. A metodologia fundamenta-se a partir da idéia de que esses déficits de memória não podem ser diretamente enfrentados, ou seja, este paciente precisará de “ajudas externas”. Para essa ajuda os profissionais podem indicar para a utilização: agendas, blocos de notas, os chamados “pagers”, despertadores, cartazes, sinalizações, dentre outras ajudas que também podem ser bem eficientes, focando-se assim a contornar os problemas de memória.

3.2.5 OR – Orientação da Realidade

A terapia de orientação da realidade tem como fundamento apresentar alguns dados de realidade ao sujeito de uma forma que seja organizada e contínua, gerando assim estímulos ambientais que facilitem a orientação e sempre levando em conta que a realidade não abarca apenas a orientação temporal. Ela tentará induzir o paciente em interações sociais e ajudar na comunicação, isso através de informação contínua, sinalizações no ambiente, linguagem clara ou não verbal e o treinamento de habilidades cognitivas (com atividades que sejam adequadas às suas dificuldades).

3.2.5 Reminiscência

O objetivo dessa terapia é resgatar informações por meio de figuras, fotos, músicas, jogos e alguns outros estímulos que estão atrelados a algo da juventude desse paciente. Esta terapia ajuda a resgatar emoções que foram vividas previamente, gerando assim uma sociabilização e entretenimento.

3.2.6 Famílias e/ou Cuidadores

Os autores descreveram a importância da intervenção tanto com as famílias quanto e ou com os cuidadores. Essa intervenção pode ser tanto grupal como individual. Na maioria das abordagens o trabalho é grupal e tem basicamente dois objetivos que são principais: ajudar a família a lidar melhor com sua sobrecarga emocional e ocupacional e oferecer subsídios para que a mesma ajude o paciente com suas dificuldades

4 QUALIDADE DE VIDA

Segundo Nobre (1995) a ciência Médica entende que Qualidade de Vida deveria se aplicar a qualquer pessoa (fosse ela fisicamente incapacitada, atleta de elite, operário, escriturário, bailarina, idoso, jovem etc.). Do mesmo modo, não poderia ser algo determinado pelas condições ambientais ou até mesmo pelo comportamento influenciado pelo meio social em que se vive. Qualidade de Vida

deveria ser definida como algo que fosse inerente ao indivíduo, às suas características, tanto quanto nos seus aspectos constitucionais de natureza hereditária, como nos adquiridos durante a vida. Teria de ser algo que somente o próprio indivíduo pudesse avaliar e informar ao pesquisador, que fosse livre do julgamento a partir de valores externos a ele. A partir de todos esses requisitos, Qualidade de Vida foi definida como uma sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade de cada família, de cada trabalho e de cada valor da comunidade à qual pertence.

Os autores Buss, Hartz e Minayo (2000) explicam em um de seus estudos que em síntese, a noção de Qualidade de Vida percorre em um campo considerado semântico polissêmico: de um lado, está relacionada a modo, condições e estilos de vida, já de outro, inclui as idéias de um desenvolvimento sustentável e uma ecologia humana. Ao fim de tudo, ela relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos considerados humanos e sociais. Já em referimento à saúde, as noções se unem em uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que certa sociedade estabelece, como parâmetros, para si.

4.1 Qualidade de Vida do Idoso

Segundo Braga et al. (2017) as políticas públicas têm salientado o sentido visto como positivo do envelhecer, ou seja, a contribuição da pessoa que está na terceira idade com sua riqueza de conhecimentos, habilidades, experiências na vida cotidiana e laboral. Para tal sentido do envelhecimento, são empregados distintos termos como: envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento ativo e, mais recentemente, o resgate do termo envelhecimento saudável, o qual foi proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Arruda et al. (2014) explicam o que A Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (PNSI) tem como objetivos “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Na área da saúde, explica que tem como função a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso, por meio de medidas e programas preventivos e de reabilitação. Já na área da justiça é esperável o incentivo e criação de programas de lazer, esporte e atividades físicas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

Sousa (2013) explica que o envelhecimento populacional é uma pretensão de todas as sociedades, que estão sempre à procura de estratégias que prolonguem a vida humana, e que é de máxima importante que nós proporcionemos condições consideradas adequadas para nossos idosos, fazendo assim com que eles se sintam ativos e importantes no meio onde estão inseridos. O autor também

comenta sobre o envelhecimento ativo, que foi um paradigma introduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e definido como um processo pelo qual se aperfeiçoam as oportunidades relacionadas ao bem-estar físico, social e mental durante todo o percurso da vida, e que tem como objetivo aumentar a esperança de uma vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice. A qualidade de vida na terceira idade depende de diversos elementos que estão permanentemente em interação ao longo da vida do indivíduo.

Witter e Buriti (2011, apud Anacleto et al. 2013) concluem então que a definição de qualidade de vida não é algo fácil, pois se trata de um constructo subjetivo e que é determinado por inúmeras variáveis que são interligadas ao longo da vida (*life-span*), inclusive no processo de envelhecimento humano. Assimilar então o envelhecimento como um curso sociovital e multifacetado e também se conscientizar de que ele é um fenômeno irreversível é de suma importância para que todos (profissionais da saúde, governo, sociedade em geral e os próprios idosos) lidem com essa velhice não como finitude, mas como um momento que faz parte do ciclo da vida e que carece cuidados mais específicos, o qual pode e também deve ser fruído com qualidade.

4.2 Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado

Para entender um pouco sobre a qualidade de vida do idoso institucionalizado é preciso contextualizar um pouco o começo das instituições e as condições em que esses idosos se encontram. Araújo et al. (2010) discorre sobre o tema explicando em um de seus estudos que no Brasil (a partir da década de 80) quando ocorreu o “boom” da terceira idade variados grupos de convivência passaram a existir. O envelhecimento então passa a ser encarado como um processo natural que acontece durante a vida, deixando o status de doença. Surgiram então instituições com o objetivo de promover aos idosos cuidados que fossem integrais à saúde.

Também explicam que tentar entender as condições em que esses idosos se encontram nas instituições seria como entrar em uma “área sombria” da sensibilidade à qual estaria ligada ao fato de envelhecer. Apesar do aumento da população idosa no Brasil (que é devido à melhoria das condições de alimentação, campanhas de imunizações, controle de natalidade, etc) a sociedade ainda não consegue inserir essas pessoas nessa mesma sociedade, ofertando assim uma melhor qualidade de vida a eles. Esses idosos institucionalizados costumam apresentar emoções que são causadas por essa institucionalização, as quais se perduram da felicidade até o medo. É estabelecida uma carência pela falta da própria casa, família e amigos, e, em muitos casos, o enfrentamento do mito da institucionalização por se sentirem indesejados pelos seus familiares, lhes causa certa insegurança em relação ao futuro.

A partir dos estudos de Freitas e Scheicher (2010) à medida que há um envelhecimento da população, aumenta a procura por instituições para idosos, e o Brasil não é um país que estava e ainda está preparado para receber essa demanda. Os estudos disponíveis sobre a institucionalização desses idosos são escassos e não avaliam com certa complexidade o tema, sendo que grandes partes desses pacientes institucionalizados encontram-se nessas situações por problemas de miséria e abandono, e quando não estão por conta disso, estão por conta de problemas mentais e físicos. Além disso, há um número reduzido de vagas nas ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos). Os mesmos autores também explicam que a institucionalização é uma das situações estressantes e também desencadeadoras de depressão, que podem levar esse idoso a passar por transformações de variados tipos. Esse tipo de isolamento social pode leva-lo à perda de identidade, liberdade, autoestima, a um estado de solidão e em muitos casos de recusa da própria vida, o que justifica a alta prevalência de doenças mentais nos asilos.

Medeiros (2012, apud Castro, 2017) cita que durante a vida, o idoso elabora relações interpessoais, mas com a continuidade desse envelhecimento estas se deterioram por conta de fragilidades transcorridas do próprio envelhecimento por vários motivos: companheiro, filhos, familiares e amigos, assim como o isolamento do círculo familiar e da sua própria rede social, o que acarreta ao acréscimo da dependência que é provocada pelos limites impostos da incapacidade. Tais situações de fragilidade encaminham o idoso com incapacidade funcional a ser inserido num lar. Amaro (2013, apud Castro, 2017) também explica que o recurso à institucionalização, por vezes, seria a única forma de promover apoio, garantindo assim níveis de bem-estar benéficos a uma inserção socioeconômica e influenciar, assim, a qualidade de vida dos idosos que vivem sós.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento a pesquisa já passou pela fase de unção de informações que sejam relevantes para a realização da parte referencial, a qual já está finalizada. Já foi realizada a pesquisa de campo e os dados estão sendo analisados pela pesquisadora. Muitas hipóteses têm surgido ao longo da análise, o que leva a pesquisadora a pensar que tal estudo ampliará muito mais a questão da estimulação nos casos de Alzheimer. Os autores que foram citados e que contribuíram com as informações de seus estudos se tornaram de suma importância para um maior entendimento sobre as reabilitações e as estimulações multiprofissionais.

A pesquisa ainda está em andamento e terá finalização em Julho de 2019. A graduanda é participante do Projeto PIBIC/CNPq, ao qual participa do Programa de Bolsas de Iniciação Científica. É deixado aqui os agradecimentos ao Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca e ao Projeto PIBIC/CNPq pelo incentivo à pesquisa, pois sem seus apoios este estudo não seria possível.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Ana Maria M.A; et al. **Reabilitação Cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer: Relato de trabalho em equipe multidisciplinar.** São Paulo, 2002.

ALVIM, Neide Aparecida Titonelli; COELHO, Gleani da Silva. A dinâmica familiar, as fases do idoso com Alzheimer e os estágios vivenciados pela família na relação do cuidado no espaço domiciliar. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Volume 5. Brasília, 2004.

ANACLETO, Geovana Mellisa Castrezana; et al. **Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO.** Brasil, São Paulo, 2013.

ARAÚJO, Cláudia Lysia de Oliveira; et al. **Qualidade de vida de idosos institucionalizados.** Caderno Temático Kairós Gerontologia. Vol. 8. São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Rosana Soares; PONDÉ, Milena Pereira. **Eficácia da memantina na doença de Alzheimer em seus estágios moderado a grave.** Bahia, Salvador: EBMS, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n2/v55n2a09> Acesso por último em: 30 de Outubro de 2018.

ARRUDA, Bruna de Almeida; et al. Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais. **O Mundo da Saúde.** São Paulo, 2014. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/promocao_saude_qualidade_vida_idosos.pdf Acesso por último em: 25 de Março de 2019.

ÁVILA, Renata. Resultados da reabilitação neuropsicológica em paciente com doença de Alzheimer leve. São Paulo: **Revista de Psiquiatria Clínica.** Vol. 30. São Paulo, 2003.

BRAGA, Vanessa Augusta Souza; et al. Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n6/pt_1809-9823-rbgg-20-06-00878.pdf Acesso por último em: 25 de Março de 2019.

BUSS, Paulo Marchiori; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Revista Ciência e Saúde Coletiva** 5(1):7-18. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232000000100002&script=sci_arttext Acesso por último em: 16 de Outubro de 2018.

CARDOSO, Veronica Barreto; et al. A doença de Alzheimer em idosos e as consequências para cuidadores domiciliares. **Memorialidades.** Número 23. 2015.

CARVALHO, Paula Danielle Palheta; MAGALHÃES, Celina Colino; PEDROSO, Janari da Silva. **Tratamentos não farmacológicos que melhoram a qualidade de**

vida de idosos com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática. UFPA: Belém – PA, 2016.

CASTRO, Márcia da Rocha. **Qualidade de Vida no Idoso Institucionalizado.** Universidade Fernando Pessoa/ Faculdade de Ciências da Saúde. Ponte de Lima, 2017.

CHACHAMOVICH, Eduardo; et al. Projeto WHOQOL-OLD: método e resultados de grupos focais no Brasil. **Revista de Saúde Pública.** Porto Alegre, 2003. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S003489102003000600016&script=sci_arttext&tlng=es Acesso por último em: 12 de Março de 2019.

EVOLUÇÃO DA DOENÇA. **ABRAz – Associação Brasileira de Alzheimer.** (xxxx). Disponível em: <http://abraz.org.br/web/sobre-alzheimer/evolucao-da-doenca/> Acesso por último em: 05 de Maio de 2019.

FAGUNDES, Valéria; et al. **Envelhecimento, memória e Doença de Alzheimer.** Ed iPUCRS: Porto Alegre, 2015.

FALCÃO, Jorge Tarcísio de Rocha; HAZIN, Izabel; LEMOS, Caroline Araújo. Investigação da memória autobiográfica em idosos com Demência de Alzheimer nas fases leve e moderada. **Red de Revistas Científicas da América Latina y El Caribe, Españã y Portugal.** Ed. 17. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/261/26122929017/> Acessado por último em: 20 de Agosto de 2018.

FORLENZA, Orestes V. Tratamento farmacológico da doença de Alzheimer. **Revista de Psiquiatria Clínica.** Ed. 32. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32n3/a06v32n3> Acessado por último em: 10 de Setembro de 2018.

FREITAS, Mariana Ayres Vilhena de; SCHEINER, Marcos Eduardo. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v13n3/a06v13n3.pdf> Acesso por último em: 16 de Outubro de 2018.

LOPES, Ana Carolina de Freitas. **PARECER TÉCNICO CIENTÍFICO - Cloridrato de Memantina para o Tratamento da Doença de Alzheimer moderada a grave.** Trabalho de Conclusão de Curso da UFRGS, 2015.

NETO, Emmanuel Dias; SHEILA, Cintia Fridman; OJOPI, Élide P. Benquique. Alterações genéticas na doença de Alzheimer. **Revista Psiquiatria Clínica.** Vol. 31. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832004000100004&script=sci_arttext Acesso por último em: 06 de Agosto de 2018.

NOBRE, Moacir Roberto Cucê,. Qualidade de vida. **Arq. Brás. Cardiol.** Vol. 64, nº 4, 1995.

SERENIKI, Adriana; VITAL, Maria Aparecida Barbato Frazão. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. **Revista Psiquiatria**. UFPR, Curitiba, 2008.

SMITH, Marília de Arruda Cardoso. Doença de Alzheimer. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Vol. 21. São Paulo, 1999. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44461999000600003&script=sci_arttext&tlng=es Acesso por último em: 06 de Agosto de 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. **Qualidade de vida do idoso – Um estudo de revisão**. Projeto de Graduação. Universidade Fernando Pessoa: Faculdade de Ciências do Porto, 2013.

ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Ana Laura Malachias
Graduanda em Serviço Social – UFTM
ana.malachias@icloud.com

Cledja Ferreira da Silva
Graduanda em Serviço Social – UFTM
cledjavv@gmail.com

Karine Alice Machado Florêncio Côrte
Graduanda em Serviço Social – UFTM
kacorte@gmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social nasce a partir do amadurecimento do capitalismo, momento em que se faz necessária a institucionalização da profissão, com influência norte-americana, para que ela servisse como objeto do capital na tentativa de apaziguar a classe trabalhadora, que naquele momento (década de 1930) se encontrava sólida, forte e unida. Assim sendo, a origem do serviço social brasileiro se encontra em um cenário histórico e político de: transição da economia agroexportadora para um modelo urbano industrial, surgimento do êxodo rural – episódio em que se dá o agravamento da questão social – uma vez que há o crescimento da classe trabalhadora e do reconhecimento de condição de explorados e a falha tentativa da igreja em conjunto com a burguesia de frear o capital e assim evitar o liberalismo. Com base na historicidade do Serviço Social, trazemos uma reflexão para os dias atuais, em que o assistente social possui diversos espaços de atuação, como: na promoção da assistência social, saúde, justiça, educação, habitação, relações de trabalho, entre outras; Formulando e implementando propostas de intervenção que visam o exercício da plena cidadania e a inserção através da criatividade e proposições das/dos usuárias/usuários do deste serviço inseridos nas relações sociais. Possuindo seus campos de trabalho nas áreas de administração pública, empresas privadas, ONGs (organizações não governamentais) e movimentos sociais, encontrando em todas essas relações do profissional em contato com o usuário uma relação de explorados pelo sistema capitalista e neoliberalista, que a todo momento culpa o indivíduo pela situação em que se encontra, todavia é importante para além de ressaltar, conscientizá-los de que a verdadeira culpa se encontra nas mazelas do capital, na estrutura desse falho sistema em que estamos inseridos.

À visto disso, ainda há o conservadorismo que sempre esteve presente no âmbito do serviço social, e que por diversas vezes reflete não só na atuação do

assistente social, mas também no processo de formação acadêmica, o que demonstra certa incoerência com as bases marxistas e, também com o Projeto Ético-Político profissional. O atual cenário da história em que vivemos faz com que esse conservadorismo reviva e se faça mais forte nos campos econômicos e sociais, em razão da crise do capital, que aliás, além de ser necessária para a manutenção do capitalismo, faz parte de seu projeto cíclico.

Diante disso é importante que o assistente social domine fazer intervenções de caráter teórico-metodológicas – usando toda sua bagagem acadêmica vivenciada – e, também técnico-operativas – aplicando-as no exercício da profissão –, essas por vezes se darão por urgência ou necessidade, dependendo do contexto em que irão se empregar.

Na atual conjuntura as demandas exigem um profissional qualificado e que compreenda os fenômenos encontrados em uma sociedade capitalista possuindo uma análise crítica da realidade social, que saiba relacionar os elementos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, o que se torna um desafio, visto que ao usar a teoria para realizar a prática são encontrados obstáculos a serem superados.

Logo, neste trabalho abordaremos e aprofundaremos em três pilares do exercício profissional do assistente social, que envolvem a forma com que o profissional trabalha usando sua base teórica para suas intervenções práticas, as quebras dos paradigmas conservadores, as quais sempre estiveram presentes nas bases do Serviço Social, tanto na formação quanto nas vivências do dia a dia e assim os espaços em que esses estão inseridos, analisando a experiência do método usado pelo assistente social em diferentes momentos de sua atuação, além da continuidade de seu serviço, já que é nessa função que o uso do teórico-metodológico se faz necessário e talvez, desafiador.

2 O EXERCÍCIO DO TRABALHO TEÓRICO-METODOLÓGICO E TÉCNICO-OPERATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL

Em análise das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas temos a compreensão de que elas se constituem em diferentes níveis da realidade profissional, porém devem ser interpretadas como pertencentes de uma mesma singularidade, pois enquanto a teoria analisa o real para então se criar técnicas e estratégias intervencionistas baseadas em um projeto ético profissional, mostrando que dessa forma são inseparáveis. Essas competências servem como uma referência para o profissional em suas intervenções, permitindo-o agir diante de situações em que é posto, orientando-o a refletir sobre: o que deve ser feito, por que, como e para que. Todas essas instruções estão fundamentadas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com

clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

A competência teórico-metodológica permeia sob o assistente social em relacionar sua bagagem teórica a sua intervenção, indo além do consenso possibilitando a construção de novas perspectivas profissionais.

De acordo com a historicidade que envolve o serviço social teorias permearam a sua volta, como exemplo a base filosófica neotomista da gênese da profissão – a qual compôs o Código de ética de 1947 – que no Brasil, no ano de 1936 fez parte da base de ensinamentos nas escolas de serviço social, que por possuir sua criação na Igreja Católica possuía como princípio o bem comum e os direitos fundamentais do homem.

Porém, somente a partir de 1986, com o fim da ditadura e com o novo Código de Ética Profissional, que a dimensão teórico-metodológica começa a se pensar de maneira crítica, sendo indispensável para a formação do assistente social, pois essa refere-se ao entendimento da teoria, do método e das especificidades quanto as divisões sociais de classe e do trabalho, em sua relação de exploração e dominação.

Dessa maneira, relacionando com a prática na intervenção profissional, assim é de extrema importância para o exercício da profissão a compreensão da teoria, por ser ela quem irá nortear um atendimento de forma crítica das questões sociais, apreendendo o desenvolvimento da liberdade, seu movimento, sua direção, suas contradições, pensando e agindo além do senso comum.

A dimensão técnico-operativa refere-se aos instrumentos usados pelo profissional para concretizar seus objetivos com base em seus valores teórico-éticos, contendo a existência e efetivação desses, além da subsistência do subjetivo para que seja feita a conclusão. Carrega consigo as demais áreas, pois nela são materializados o caráter ético-político e a fundamentação teórica sendo responsável pela forma com que a profissão é vista, reconhecida e legitimada. É um componente sistemático do trabalho do assistente social, que necessita de dimensões instrumentais técnicas para o exercício da teleologia, ou seja, realiza a intervenção em seu objeto (questão social e suas expressões) de maneira que o modifique e atinja sua finalidade.

Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais quanto verticais; o perfil do usuário - a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais. (SANTOS, et al., 2012, p. 26).

Abrange também a parte mais burocrática do exercício praticado pelo assistente social, que é a parte das orientações, encaminhamentos, avaliações, estudos e planejamentos através de técnicas, como a observação, a abordagem individual e coletiva, a entrevista, grupos e reuniões, visita domiciliar, entre outras. A parte operativa torna-se um desafio no dia a dia do profissional, pois deve haver um cuidado para que ela não se torne robótica, impedindo assim a dialética e a prática da liberdade.

Há ainda a última dimensão, ético-política, que está diretamente relacionada com o Código de Ética Profissional, onde estão assegurados valores, princípios e deveres do assistente social e do usuário desse serviço. A ética do serviço social está diretamente relacionada com a política, e é exercida – segundo Lamamoto e Barroco – a partir do momento em que o profissional realiza ações conscientes e críticas vinculadas a um posicionamento político em defesa dos direitos e da dignidade de seus usuários, batendo de frente com a grande desigualdade da questão social, exercitando e pondo em prática elementos de seu Código de Ética.

Essa perspectiva se mostra quando o profissional inteira-se sobre a expressão da questão social e busca por estratégias e brechas no capitalismo para sua atuação, tendo como instrumento a liberdade desatada do materialismo histórico, dentro dos mais diversos espaços sócio ocupacionais do assistente social.

São nestes três pilares, os quais o profissional deve se basear para fazer sua intervenção, colocando em prática a teoria, através da ética de forma a conscientizar, dar autonomia e emancipar o usuário do exercício de seus direitos sociais, fazendo com que exerça a liberdade como valor ético central em seus atendimentos e planos de intervenção, possuindo um posicionamento em prol da equidade e justiça social, tendo a plena consciência da questão social que nos envolve, praticando a criação de novos valores e de uma nova hegemonia no quadro das relações sociais.

Decerto, muitas vezes a dificuldade de se executar o serviço social, de fato, está na conciliação de suas diretrizes teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, pois como visto anteriormente, apesar de possuírem significados diferentes, não se fazem sozinhas, pelo contrário, só se farão em conjunto. O bom assistente social é aquele que age com excelência tanto na urgência, quanto na necessidade, ou seja, sabendo agir de forma técnica quando urgente, mas também agindo com base na teoria quando o necessário se faz presente, isto é, na continuidade de seu atendimento, quando o indivíduo reconhece seus direitos se fortalecendo em sociedade, é aí então, o grande desafio do assistente social, onde deve, mais do que antes agir no exercício da ética e liberdade.

3 A QUEBRA DOS PARADIGMAS CONSERVADORES

Compreende-se que para que haja a quebra de paradigmas conservadores, é necessário o entendimento do que os são, desta maneira, o paradigma conservador, se baseia em um assistencialismo segmentado, este não possui pretensão de continuidade, sendo uma ideia superficial da política social, que remete a origem da sociedade capitalista, servindo como sustento do capital e fazendo alusão a preservação e sustentação da ordem burguesa. Esse conservadorismo apesar de ser contrário a mudanças, inovações e a favor da preservação, se transforma no decorrer da história, porque necessita ampliar-se e atualizar-se, já que surgem novos fatos e àqueles defendidos no passado não possuem mais validade histórica.

Com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e o fim da ditadura surgem mudanças no Código de Ética vigente, essas dão origem a criação Código de Ética de 1986, o qual quebra os paradigmas conservadores dos códigos anteriores, sugerindo uma nova proposta de ação profissional crítica e voltada para os interesses populares.

Essas quebras são visíveis em um paralelo com o código de 1947/1965/1975. O Código de Ética de 1947 era voltado para os valores cristãos, impostos pela Igreja Católica e tendo como base o neotomismo no sentido do bem e da moral cristã, passando para o segundo em 1965, que passa a se atrelar ao capital em um tipo de modernização conservadora, ou seja, segue servindo ao capital e institucionaliza a luta de classes, passando para um terceiro Código de Ética em 1975, que continua visando apaziguar os conflitos da classe trabalhadora, porém em um momento de reconceituação do Serviço Social, levando finalmente a necessidade de se criar o código de 1986.

O Código de Ética de 1986 irá mudar a postura profissional do assistente social, pois este romperá com o conservadorismo, interesses estatais e do capital, articulando a luta da classe trabalhadora dando apoio aos movimentos sociais e a organização dessa classe. Sendo o primeiro a refletir em uma perspectiva em que é posto em pauta a equidade, coletividade, humanismo e, acima de tudo, colocando os valores como interesses universais acima da luta de classes.

Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CEPAS, 1986).

Com a quebra do paradigma conservador no Código de Ética de 1986, tem-se a impressão de que esses paradigmas foram quebrados na profissão em si.

o que é um equívoco, já que a profissão segue imersa nesse conservadorismo, tendo ele enraizado em sua formação profissional, visto que o Serviço Social no Brasil se dá a partir do amadurecimento tardio do capitalismo, dessa forma a profissão só existe dentro de uma lógica capitalista, a qual jamais será desvinculada totalmente do conservadorismo.

4 ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Já analisadas as diretrizes onde o assistente social se baseia para um atendimento de qualidade e também o impasse do conservadorismo enraizado em sua atuação e formação, é necessário entender que assim como a profissão passou por metamorfoses, seus espaços sócio ocupacionais também passaram, como no decorrer dos anos suas competências e demandas viveram mudanças e inevitavelmente transformando dessa forma o mercado de trabalho em que o assistente social está inserido.

Apesar de diversas mudanças que ocorreram no serviço social, o perfil do assistente social no Brasil ainda possui características de sua gênese, sendo em sua maioria mulheres católicas, porém com a grande mudança na forma de atuação, neste momento o atendimento não resume-se somente a apaziguar a luta de classes, mas consiste majoritariamente na formulação, planejamento e execução das políticas sociais, sendo essas as ferramentas com que ele trabalha, dando maior ênfase nas áreas da saúde, assistência social, educação, habitação e jurídica.

Por possuir uma condição de trabalhador assalariado há a dificuldade de se por em prática o projeto ético-político, ficando exposto a uma possível alienação, restrição de realizar a teleologia e dificuldade de exercer sua liberdade de transformar a natureza, por esse motivo sendo afastado de seu trabalho e resumido a fazer somente partes burocráticas de preenchimento de formulários, relatórios, cadastros, entre outros, afastando-se do contato com a população, tendo que por vezes, rebelar-se de forma que cumpra sua função de maneira ética e crítica acerca da realidade.

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2004, revela que os assistentes sociais estão ocupando diferentes espaços: em nível nacional 78,16% dos operam em instituições públicas, dentre elas 40,97% estão no âmbito municipal, 24% estadual e 13,19% em esferas federais. Já em áreas e privadas ocupam 13,19% e 6,81% atuam no terceiro setor.

A maioria dos profissionais de serviço social, cerca de 77%, possuem um emprego, cerca de 10% possuem dois, uma minoria de menos de 1% possuem três ou mais e destes, mais de 11% ainda não estão inseridos no mercado de trabalho. O nível salarial dentre esses trabalhadores é em sua maioria de 4 a 6 salários mínimos, seguidos de 6, depois 7 a 9 e em menor número os que recebem mais de 9 salários ou até 3. A jornada de trabalho do assistente social é

predominantemente de 40 horas semanais, sendo que em média 28% trabalham 30 horas semanais.

Atualmente os assistentes sociais estão espalhados por diversas áreas, sendo essas no Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais, na assistência, criança e adolescente, saúde, idoso, direitos humanos, mulher, portadores de deficiências, ensino superior público ou privado, entre outras, sendo em todas essas necessária a atualização dos conteúdos e intervenções de trabalho, já que as demandas também se modificam ao longo do tempo ou do espaço em que estão inseridas.

Em relação às atribuições e ações profissionais, constatou-se: predominância de atribuições que viabilizam a relação individual do profissional com os usuários/famílias, ainda que mediante ações diferenciadas, como: acompanhamento social de usuários/ famílias; visitas domiciliares; plantão social; orientação individualizada, entrevista social, acompanhamento de casos sociais; solicitação de exames; acompanhamento de internação ambulatorial; abordagem/acolhimento, busca por inserção em programas e acesso a benefícios, tanto da assistência social quanto da previdência; auxílio financeiro, encaminhamento de providências a indivíduos, grupos e à população; esclarecimento de direitos, benefícios e serviços sociais. (RAICHELIS, 2013, p. 628)

Em todos esses âmbitos o assistente social tem sofrido com a terceirização de seu trabalho, onde muitas vezes é contratado não como assistente social, mas como agente social, podendo trabalhar mais horas e receber menos. Dentre todos os lugares em que ele está inserido sua autonomia profissional com a população é relativa, pois muitas vezes o assistente social deve responder ao seu contratante, precisando também, obedecer a uma rotina institucionalizada e burocrática

Os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais possuem um caráter contraditório, assim como a profissão, que na tentativa de apaziguar a luta de classes acaba por atender também a burguesia e ao Estado, porém sendo inegável que ela também serve a população através do uso de políticas públicas. Por essa razão, representa certa ameaça ao poder político, por estar em constante contato com a classe trabalhadora – a qual é pertencente – tem condições de incentivar, conscientizar, ajudar a fortalecer e politizar a classe, fazendo com que haja maior participação da sociedade em questões que envolvam a classe dominante e o comando do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços socio ocupacionais dos assistentes sociais, assim como eles passaram por metamorfoses no decorrer da história, junto com essas modificações vieram o surgimento de diretrizes teórico-metodológicas, ético-políticas

e técnico-operativas que somadas o orientam para um atendimento em que dê maior dignidade ao indivíduo e em conjunto com o Código de Ética supere a questão contraditória do serviço social, colocando as questões humanitárias da justiça social e equidade acima da luta de classes, dos interesses do capital em esconder a questão social, para que seja possível uma intervenção crítica na sociedade, tentando quebrar os paradigmas conservadores que estão no cerne da profissão e formação, assim como houve essa quebra nos Códigos de Ética e também como diversos profissionais fazem ao aliar-se a classe trabalhadora potencializando grupos de pessoas para o exercício de seus direitos sociais na tentativa de superar a exploração do capitalismo presente em todos os tipos de relações sociais na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABESS. **O processo de formação profissional do assistente social**. In Vv.Aa. Cadernos Abess. São Paulo: Abess/Cortez 1993. n. 1

_____. **Formação profissional: trajetória e desafios**. In Vv. Aa. Cadernos Abess. São Paulo: Abess/Cortez, 1997. n. 7.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BARROCO, M.L.S.; **Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social**. In: BONETTI, D. A.(Org.) et. al.: Serviço Social e ética: Convite a uma nova práxis. 11ª ed.; São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004. n. 79.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. 2015.

BRASIL, CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. **Brasília, Diário Oficial da União**, 1986. ESCORSIM NETTO, L. O Conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. 73 p.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. **SANTOS Cláudia Mônica dos et al.(Orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**, v. 2, 2012.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008. *O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço social**, p. 341-375, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 694-705, 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, 2017.

PAULO NETTO, José; **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**; *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*; Brasília; 2010. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf.

RAICHELIS, Raquel et al. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e saúde-formação e trabalho profissional**, v. 3, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp, p. 64-72, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p.677-693, out./ dez. 2014.

FIM DO SINDICALISMO NO BRASIL: perspectiva histórico-crítica do movimento sindical brasileiro

Lara Serafim de Andrade
Graduanda em Serviço Social – UFTM
laraseandrade@gmail.com

Cledja Ferreira da Silva
Graduanda em Serviço Social – UFTM
cledjavv@gmail.com

Karine Alice Machado Florêncio Côrte
Graduanda em Serviço Social – UFTM
kacorte@gmail.com

Maria Eduarda Jussiani
Graduanda em Serviço Social – UFTM
jussiani.me@gmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Tem como objetivo, o presente trabalho, apresentar uma perspectiva histórico-crítica do movimento sindical brasileiro, que chega ao Brasil nos últimos anos do século XIX. Após as inúmeras mudanças trazidas pela revolução, tem o surgimento da classe burguesa, que extinguiu as pequenas oficinas, obrigando os trabalhadores a trabalharem nas grandes fábricas de produção em massa. Com isso, tem-se o surgimento de algumas frentes no movimento e com elas a fundação da COB (Confederação Operária Brasileira); onze anos depois, os operários se unem e promovem a primeira greve geral brasileira, que trouxe grandes conquistas aos trabalhadores. Mas somente em 1930, após a posse de Vargas, o sindicalismo começava a se fortalecer. Até o fim de seu mandato Getúlio criou leis mediadoras que favoreciam em partes os trabalhadores e boa parte, os empregadores. Em seguida surge no Brasil, o Regime Militar, que massacra grande parte dos movimentos sindicais, até a grande greve dos Metalúrgicos do ABC/SP e dos Jornalistas de Contagem/MG, em 1978, e em 1983 a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL

Uma vez que a revolução industrial teve início, no século XVIII, começando pela Inglaterra e espalhando-se pelo mundo, o sistema produtivo, antes

centralizado na produção rural, transformou-se em trabalho urbano com as pequenas oficinas de artesãos e os pequenos comércios. A Revolução Industrial instaura a destruição das pequenas oficinas de artesãos, reunindo-os em grandes barracões para produção em massa. Esse fenômeno levou ao empobrecimento da classe artesã, uma vez que se tornaram operários nas grandes fábricas e os lucros antes divididos, foram centralizados nas mãos dos proprietários das fábricas. O artesão passou a ser operário, ganhando um mísero salário, com uma jornada de trabalho estafante e sem nenhuma proteção. O que gerou miséria e opressão. Em virtude das grandes mudanças causadas pela Revolução Industrial, ocorreu o surgimento de uma nova classe média: a burguesia. Esse processo de empobrecimento e opressão dos operários faz com que surjam as primeiras reações.

A situação de opressão a que foram submetidos os operários, criou a necessidade de pensarem uma reação, essa necessidade fez nascer o primeiro movimento organizativo dos trabalhadores: o MUTUALISMO. No mutualismo os trabalhadores se organizavam em associação de mútuo socorro onde criavam correntes de ajuda para sobreviver ao sofrimento. As ajudas variavam com socorro na falta de alimentos na família, falta de medicamentos, agasalhos e outros. Com o tempo, os trabalhadores notaram que através do mutualismo não conseguiriam fazer frente à exploração patronal.

Os operários dão vida a um novo movimento: o LUDISMO. Esta foi uma organização de revolta na qual os operários se uniam e quebravam o maquinário das fábricas, como reação à exploração. O ludismo também não funcionou da forma como idealizaram, o que fez emergir a necessidade de pensar em algo mais organizado. Uma frente operária que tivesse uma forma mais resolutiva e constante de enfrentamento; algo que representasse os operários como um todo. Dessa necessidade nasceram os sindicatos. Que em 1830, na Inglaterra, já haviam se instaurado como os primeiros sindicatos do mundo.

3 FINAL DO SÉCULO XIX – BRASIL

A Revolução Industrial só chega ao Brasil no início do século XIX. Historicamente, tem-se notícia dos primeiros sindicatos, no Brasil, por volta do ano de 1900. Entretanto a luta dos operários brasileiros começou bem antes disso, vinculados ao processo de transformação de nossa economia, cujo centro econômico era a produção do café. Apesar de ter tido lutas organizadas anteriormente, a primeira greve que se tem notícia no Brasil, foi a greve dos tipógrafos, no Rio de Janeiro, em 1958. Os operários que compuseram a greve reivindicavam o fim das injustiças patronais e o aumento salarial. Em seguida houve como organização operária, o 1º Congresso Socialista Brasileiro, realizado em 1892, com o objetivo de criar o Partido Socialista Brasileiro, que não deu certo. Contudo, foi debatido no congresso a situação da classe operária brasileira, transformando o

acontecimento no embrião de muitas lutas que vieram depois. Assim como o 1º Congresso da Classe Operária, em 1906.

Até meados de 1900, a economia brasileira era comandada pelo setor rural, pois era o café, o principal produto agrícola brasileiro. Como consequência, quem mantinha o poder político, no Brasil, eram os cafeicultores. Outro fator influente, era de que o trabalho escravo brasileiro estava em processo de substituição pelo trabalho assalariado, criando uma classe operária formada de negros recém-libertos e de imigrantes, italianos, portugueses, espanhóis. Os imigrantes traziam consigo certa experiência em luta sindical e se dividiam em duas correntes de pensamentos: o anarquismo e socialismo. O anarquismo, ou anarcossindicalismo, defendia o Estado como uma força coercitiva; já o socialismo carregava consigo a perspectiva marxista de luta de classes, defendendo uma revolução por parte dos operários.

O fato de os trabalhadores serem assalariados faz surgir a “burguesia brasileira” (classe de comerciantes interessada em comercializar produtos fabricados e produtos alimentícios), a classe que passa a deter toda a força política do Brasil.

3.1 Fundação da Confederação Operária Brasileira (COB)

No ano de 1906, 43 delegados, reuniram-se no 1º Congresso da Classe Operária, lançando as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB). Neste congresso foram debatidos diversos temas sob a situação da classe operária e dos seus organismos, e deliberaram a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), e do seu porta-voz, o jornal *A Voz do Trabalhador*.

Nesse congresso participaram as duas forças de pensamento da época, o anarcossindicalismo, que negava a importância da luta política, privilegiando a luta dentro das fábricas, através da ação direta; e negava também a necessidade de um partido político para a classe operária. E o socialismo, tendência reformista que propunha a transformação gradativa da sociedade capitalista, defendia a organização partidária dos trabalhadores e participação nas lutas parlamentares. Entre as reivindicações tiradas no Congresso, estão a jornada de oito horas, o aumento de salário e as melhores condições de trabalho.

Cabe destacar que a fundação da COB representava vinte e oito federações e sociedades operárias de todo o Brasil: Pernambuco, Ceará, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Niterói, Juiz de Fora, Santos, Ribeirão Preto, Campinas. E que criou as condições para que a classe operária brasileira se organizasse fora do controle dos partidos políticos de qualquer tipo. Esse Congresso marcou o ponto de partida para uma nova etapa do sindicalismo no Brasil.

4 A opressão gera a união dos operários – 1907

As condições de trabalho eram precárias: barracões sujos e mal iluminados; maquinários que causavam mortes e acidentes de trabalho, continuamente; jornada de trabalho que chegava a 18 horas por dia; trabalho noturno, insalubre e sem nenhuma segurança a integridade física e psicológica dos trabalhadores; mulheres e os menores obrigados a trabalharem em situação semiescrava. Tudo isso, criou a necessidade de organização e luta dos trabalhadores. No ano de 1907, através da coordenação da COB, os operários unificaram uma campanha pela redução da jornada de trabalho.

Dez anos depois, em 1917, no mês de julho, aconteceu a primeira grande greve geral, no Brasil. Centralizada em São Paulo, a greve parou a capital paulista e os grandes centros urbanos. A Greve Geral de 1917 marcou um dos momentos em que a força do movimento operário emergiu. Não havia registros na história do país que evidenciasse uma greve geral um impacto tão grande. Apesar de limitada às regiões industrializadas, nos locais em que se efetivou, teve um impressionante grau de adesão por parte da sociedade.

Entre as reivindicações do movimento operário estavam:

1. O direito de associação sindical;
2. Abolição do trabalho de menores de 14 anos;
3. Proibição de trabalho de mulheres e menores de 18 anos em serviços noturnos e insalubres.
4. Aumento salarial de 35% para uma faixa menor e 25% para a faixa mais elevada de salários;
5. Liberdade para os sindicalistas presos;
6. Data certa para o pagamento dos salários;
7. Garantia de trabalho permanente;
8. Jornada de oito horas e semana de trabalho de cinco dias;
9. Pagamento de 50% em todo o trabalho extraordinário (horas extras).

A resposta do Estado, controlado pelas elites, também foi impressionante. A legislação culpava de crime a ação dos operários, por esse motivo estrangeiros envolvidos com a ideologia eram extraditados, brasileiros eram presos e em ambos os casos eram comumente humilhados em público. Embora o Estado e a Mídia se posicionando contrários ao movimento, a greve foi vitoriosa, pois, após um mês de duração, conquistou aumentos entre 15 a 30%. Porém, a principal conquista da greve foi política: os patrões passaram a reconhecer os movimentos operários como instância legítima, obrigando-os a negociar com os

trabalhadores. O que levou a avanços em outros pontos das reivindicações nos anos seguintes

4.1 O governo das Elites

Desde a proclamação da república, em 1889, as elites brasileiras revezavam-se no poder. No início foram os produtores de algodão, depois foram os cafeicultores, depois vieram os criadores de gado e por fim os patrões ligados à economia urbana. Em todos, os trabalhadores estavam totalmente excluídos do poder.

Ainda em 1930, houve a conciliação entre as elites agrárias e urbanas, com a realização de eleições para presidente da república. Tentando galgar o poder, o bloco operário camponês (PCB, na ilegalidade) apoiou a candidatura de Minervino de Oliveira, mas o vencedor foi Júlio Prestes, representante da Oligarquia do Café.

Contudo, cabe destacar que havia um acordo denominado “política café com leite” onde se revezaria um representante dos cafeicultores e na sequência um representante dos criadores de gado (Minas Gerais/São Paulo). Entretanto um Levante Militar barra a posse de Júlio Prestes, levando um gaúcho, Getúlio Vargas ao Poder. Dando início uma nova fase no sindicalismo brasileiro.

5 A ERA VARGAS

Os sindicatos se fortaleciam e a classe operária avançava nas conquistas sociais, através da luta sindical. A cada governo, mais enfrentamentos dos operários. E assim, com a chegada de Vargas ao poder, várias categorias, através de greves setoriais, já haviam conquistado férias anuais, redução da jornada de trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor, 13º salário, Descanso semanal remunerado, entre outras.

Getúlio Vargas chega com o discurso de “Pai dos Pobres”, pregando uma política de conciliação de classes. Com essa postura, apodera-se das conquistas dos trabalhadores de então, começando a transformá-las em leis. Nomeando Lindolfo Collor, como 1º ministro do Trabalho, o presidente Vargas, cria o Ministério do Trabalho e com ele a lei sindical de 1931 (Decreto 19.770) estabelecendo os pilares do sindicalismo oficial no Brasil. Com ele o controle financeiro dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a denominação de SINDICATO como órgão de colaboração de classe.

Vale sublinhar que, até então, o que se existia, em termos de legislação no Brasil, sobre sindicatos, era uma norma simplesmente orientando os sindicatos a se organizarem por ramos de atividades; entretanto, não havia enquadramento sindical obrigatório, ou seja, os sindicatos eram livres e se organizavam de acordo com a decisão dos trabalhadores, reunidos em assembleia geral.

Em consonância com a organização sindical, crescia também a mobilização das massas trabalhadoras. Em reação, o governo Vargas decretou a lei de segurança nacional, em 1934, proibindo o direito de greve e dissolvendo várias organizações sindicais.

Em 1939, o Governo de Getúlio Vargas enquadra definitivamente os sindicatos, editando a Lei 1402/39, onde os sindicatos obrigatoriamente tinham que ser reconhecidos pelo Estado e eram enquadrados dentro de uma estrutura sindical piramidal onde, no alto da pirâmide estava o Ministério do Trabalho, abaixo as Confederações e Federações e, na base da pirâmide, os sindicatos, estruturados por categoria profissional. Essa era a estrutura sindical getulista, que predominou no sindicalismo brasileiro por mais de 60 (sessenta) anos. Nesse mesmo ano (1939), foi criado o imposto sindical, que se resume num dia de trabalho de todo trabalhador, por ano, descontado obrigatoriamente em folha de pagamento, para a manutenção da estrutura sindical getulista. Esse valor era repartido entre o Ministério do Trabalho (20%), as Confederações (5%) e Federações (15%) e os Sindicatos (60%).

Em 1943, a CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Club de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito.

Com a CLT, Getúlio Vargas coroa o processo de conciliação de classes, fortalecendo a estrutura sindical criada e colocando definitivamente os sindicatos sob a tutela do estado. Com isso os Sindicatos oficiais não podem fazer greve, têm que gastar o dinheiro onde o Estado permite e transforma-se num órgão de assistência social com médicos, dentistas e clubes de lazer para os associados. Neste momento, Vargas, que se intitulava “o pai dos trabalhadores”, acabou se tornando “a mãe dos patrões”.

6 1964 – A DITADURA MILITAR E O SINDICALISMO

A ditadura militar vai de abril de 1964 a abril de 1985, 21 anos. Mas, podemos dizer que, de 1964 a 1978, foram 14 anos de “noite” para o Sindicalismo brasileiro. Salvo algumas lutas pontuais e escondidas, somente em 1978, com as grandes greves dos Metalúrgicos do ABC/SP, dos Jornalistas de Contagem/MG, o movimento sindical começou a se reerguer. É aqui que surge o grande líder sindical: Luís Inácio da Silva, o LULA.

Antes disso, por volta de 1976, um embrião de organização social surgiu com o Movimento Contra a Carestia, liderado pelas mulheres do Brasil. Esse movimento teve uma importância fundamental e serviu de “aquecimento” para o ressurgimento do Movimento Sindical brasileiro, a partir de 1978.

Muito mais que na era Vargas, a Ditadura Militar reprimiu sem dó o movimento sindical, através de Atos Institucionais, prisão, perseguição e até

assassinato de líderes. Vários tiveram que viver na clandestinidade ou saírem do país para não serem mortos. A Lei da Anistia, assinada por João Batista Figueiredo, promulgada em 28 de agosto de 1979, trouxe do exterior e das prisões, várias lideranças brasileiras. Esse fato foi determinante para o surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1981; e para a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983.

A Ditadura Militar sofre uma implosão e acaba em 1985, com a eleição indireta de um presidente civil: Tancredo Neves, que morre, antes de tomar posse. Em seu lugar assume José Sarney, vice-presidente que governa até 1989, quando, depois de 28 anos, é eleito direta e democraticamente pelo povo, o novo Presidente da República, o alagoano, Fernando Collor de Melo. Mas, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira e do movimento sindical foi, sem dúvida, a Constituição Cidadã de 1988. Nela tivemos garantido uma série de direitos trabalhistas e sociais que se tornaram normas constitucionais e de difícil derrubada.

Entretanto, os enfrentamentos, com a elite brasileira, vão fortalecendo-a para uma reviravolta contra as conquistas dos trabalhadores, que tem o seu auge na recente reforma trabalhista de 2017, que retirou conquistas históricas da classe. O governo ilegítimo de Michel Temer, faz a ponte da guinada opressora contra os trabalhadores operando um verdadeiro desmonte das estruturas sindicais do país como uma forma de facilitar a aprovação dos projetos de sucateamento de direitos sociais básicos, como afirma Clemente Ganz Lúcio, professor universitário, sociólogo e membro do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos:

“A intenção do governo é criar mais um problema [para os sindicatos] no momento em que ele prioriza a aprovação da reforma da Previdência. O governo sabe que os sindicatos atuarão rigorosamente contra essa reforma. Fazer essa iniciativa é criar mais um obstáculo para a vida sindical, criar uma adversidade no enfrentamento ao Congresso”

Mudanças como o fim da manutenção financeira dos sindicatos, parcelamento de férias, intervalo intra-jornada, criação do contrato intermitente, contratação de pessoa jurídica, mudança na forma de cálculo de horas extras, entre outras mudanças extremamente prejudiciais ao trabalhador e que na visão de Marx, amplia a possibilidade do aumento da desigualdade social e da mais valia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, o Brasil tem uma legislação trabalhista que privilegia o “NEGOCIADO” em detrimento do “LEGISLADO”, em muitos pontos. Isso se deve ao histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora brasileira. E nunca a brindes ou concessões gratuitas da elite economicamente dominante. Se, por um lado, isso é positivo, acaba também sendo preocupante por que coloca na ordem do dia a necessidade de os trabalhadores possuírem SINDICATOS FORTES, representativos e que, de verdade, pautem suas condutas na união, mobilização e organização dos trabalhadores.

No contexto de pensamento da organização da classe trabalhadora bem como o desmonte da mesma, algumas profissões se destacam como essenciais no processo de garantir aos trabalhadores as condições essenciais para o fortalecimento do processo de luta. O Serviço Social historicamente se posiciona na defesa da classe trabalhadora, mas a partir do código de ética de 1993 este posicionamento se torna de fato compromisso.

O Serviço Social tem alguns caminhos para se posicionar em relação ao movimento da classe trabalhadora, sendo possível apontar os seguintes elementos: reconhecimento da luta sindical; fortalecimento das iniciativas como cooperativas e associações e ações socioeducativas visando contribuir no processo de desenvolvimento.

Oxalá, o Brasil caminhe, junto ao Serviço Social, a passos largos, rumo a um país onde os trabalhadores não sejam massa de manobras, mas sejam, de fato, agentes sociais na relação do trabalho.

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, Eliseo. “**A criação da confederação operária brasileira (COB)**”. 2011. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/18336-a-criacao-da-confederacao-operaria-brasileira-1906.html>>. Acesso em: 15/11/2017>

REZENDE, Antonio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Editora Ática. 1994.

FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: herança a ser redefinida

Aline Fernanda Sampaio Garcia
Graduanda em Serviço Social – UFTM
alinefernandasampaio@gmail.com

Dayanna Gonçalves Soares
Graduanda em Serviço Social – UFTM
dayannasoares05@gmail.com

Nayara Araújo de Castro
Graduanda em Serviço Social – UFTM
nacastro1999@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social - UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de compreender as relações presentes no modo de produção do sistema escravista colonial, no contexto do Brasil, a organização da sociedade brasileira e os reflexos da colonização, que emergem nos dias atuais, é imprescindível que entendamos, antes de aprofundarmos nessa questão, toda a história que se perpassa em torno deste contexto em análise. Partindo deste, o presente artigo aborda uma discussão em torno da colonização no Brasil e como este acontecimento histórico marcou a trajetória do Brasil até os dias atuais.

O processo sócio-histórico do Brasil carrega em si várias transformações até chegar a sua atual organização política, econômica e social. Isto nos leva a refletir sobre a chegada dos portugueses no Brasil, a exploração do território que funcionava como uma empresa colonial, de exportação de matérias primas consideradas artigos de luxo na Europa. Tal articulação mercantil levou, conseqüentemente, a ocupação territorial do Brasil e o povoamento efetivo deste para fins lucrativos.

Ademais, é importante destacar, o genocídio dos nativos da América, com destaque para o recorte social brasileiro, bem como, os negros trazidos do continente africano submetidos ao regime da escravidão, e como as bases da organização social do período colonial e a junção de três povos tão distintos – nativos da América, portugueses e negros- formaram uma sociedade permeada de singularidades, e como as características do período colonial ainda se fazem presentes na atual configuração da sociedade brasileira. Sob este viés, o artigo se estrutura, procurando trazer uma reflexão sobre a formação social do Brasil.

O artigo discorrerá principalmente sobre duas vertentes dentro desse contexto, sendo elas: a primeira, compreender o momento sócio-histórico do território brasileiro durante a chegada dos portugueses, o modo de produção escravista e como a mestiçagem dos povos contribuiu para a formação da sociedade, e segundo trazer uma reflexão e interpretação sobre a influência da colonização do Brasil na atual sociedade brasileira.

2. A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

A expansão marítima dos países da Europa deriva-se do fato de que o comércio Europeu se concentrava unicamente nos meios terrestres e nas mínimas navegações costeiras. Com a mudança das rotas marítimas, a Europa pode ampliar o seu comércio, que antes era somente central, para lugares mais afastados de sua centralidade.

Com o advento da expansão marítima, os portugueses buscaram novas rotas de comércio – principalmente onde não haviam grandes concorrentes -, enquanto os holandeses, normandos e bretões se ocupavam com as novas rotas até então descobertas e que lhe tiravam de sua centralidade. Através dessa procura por novas rotas, os portugueses passam pela África e mais tarde descobriram a América, que de início foi considerada apenas um obstáculo no meio de suas rotas, obstáculo este que deveriam encontrar um jeito de contorna-lo.

Ainda assim, os portugueses tomaram frente das navegações e desceram no continente Americano, o que foi de grande importância para eles, uma vez que eles puderam ampliar seus mercados, sendo a colonização portuguesa no Brasil uma parte desse feito, pois tratou-se de uma empresa colonial voltada para o abastecimento do comércio externo.

“Precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro [de um passado relativamente longínquo], com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV. [...] o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso. [...] Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e, em seguida, café, para o comércio europeu. [...] É com tal objetivo que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. [...] Este início, cujo caráter se manterá dominante através de três séculos [...] se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país.” (PRADO JR., Caio. “O Sentido

da Colonização”. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942, p. 14-25.)

Assim, o sentido da colonização foi sem dúvida, a utilização do território brasileiro para exploração, inicialmente das matérias primas como o pau-brasil, abundantemente encontrado e de fácil extração, possuidor de grande valor para as fábricas de tinturaria e de fabricação de móveis na Europa, posteriormente, o território brasileiro foi utilizado para produção de açúcar, (considerado artigo de luxo pela Europa), a pimenta, tabaco, mineração de ouro e diamantes, depois algodão e por último a produção voltou-se para o âmbito cafeeiro.

É de suma importância ressaltar o caráter da expedição colonizadora portuguesa na América do Sul, pois este influenciou diretamente na maneira como ocorreu a formação econômica, política e cultural da sociedade brasileira, pois a colonização não tinha como objetivo construir uma nova sociedade, mas sim explorar ao máximo os recursos naturais destas novas terras a fim de alimentar o comércio português. Portanto, a formação social do Brasil foi sendo estruturada de acordo com as necessidades dos portugueses, sem qualquer planejamento, assim, a sociedade formou-se através das consequências dos acontecimentos desde a chegada dos portugueses.

A junção de três povos completamente distintos em organização social e cultural, os nativos da América do Sul, os portugueses e os negros trazidos do continente africano, formaram ao longo do tempo uma sociedade completamente nova. Os portugueses não atentaram-se para o fato de que uma nova sociedade se formava, da dimensão desse acontecimento para o novo território e para os diferentes povos, ou seja, a colonização e a junção de povos distintos não foi analisada, portanto não houve preocupação voltada à este importante acontecimento.

Analisamos que essa junção de três etnias distintas realizada durante a colonização, tinham com o objetivo, único e exclusivamente, de realizar um vasto âmbito comercial e para contribuir de todas as formas com este comércio. É importante frisar que entre essas pessoas haviam mulheres e homens, ambos trazidos a força e tratados de forma violenta.

Numa população formada de raças diferentes, não era de se esperar que todos vivessem numa harmonia social, principalmente porque não foram educados para se viver numa sociedade. Em consequência disto, os indivíduos que formam essa nova sociedade não se unem de forma coesa, senão por um vínculo voltado diretamente para as relações de trabalho e produção, onde, segundo Caio Prado Júnior, havia:

“dois aspectos da sociedade colonial: de um lado o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o clã patriarcal de que aquele laço forma a

textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada [...] temos que vê-la [a sociedade colonial] como de fato ela se constitui: de um núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão”. (PRADO JR., Caio. “O Sentido da Colonização”. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1942, p. 341.)

A escravidão, nesses dois aspectos que exerceram na sociedade, não ultrapassariam as bases das relações postas a esses indivíduos. De um lado o trabalho dos homens voltado para o esforço físico, puramente material; e do outro, a função das mulheres escravas voltada para instrumento sexual, de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores. Em alguns outros setores, as mulheres escravas eram usadas de forma que cuidassem dos filhos de seus senhores, podendo compara-las com uma segunda mãe, pois amamentavam seus filhos e os cobriam de amor e ternura.

Em suma, a escravidão foi resumida apenas na caracterização da economia brasileira, voltada a produção de alguns matérias que poderiam ser exportados. E, voltando para a sociedade colonial, está se definira pelas forças dispersivas e para manter essa estrutura colonial, não precisariam de mais do que laços materiais primários, econômicos e sexuais, e somente nisto que a sociedade brasileira se manteve e a colonização pode progredir.

3. RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NO BRASIL ATUAL.

A formação brasileira não se processou das classes superiores da casa-grande e sim da tremenda desordem colonial, fruto das mais variadas situações: incoerência, pobreza, dissolução de costumes e miséria na economia, e isso trouxe a sociedade colonial o mal-estar generalizado centrado em vícios profundos da incorporação apressada de raças e culturas que foram obrigadas a conviver entre si através das relações de trabalho servis, trazendo, depois de três séculos, todos os seus lados negativos.

A colonização portuguesa definiu os rumos da formação e do desenvolvimento do Brasil, e percebe-se seus resquícios até os dias atuais, tanto na organização socioeconômica, como política e cultural, através dos elementos fundamentais oriundos da colonização que ainda se mostram presentes.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, foi implantado o regime de Sesmarias, que consistia na doação de enormes faixas de terras da Coroa Portuguesa à homens portugueses que se propusessem ocupar e colonizar as terras do novo território, este fato acarretou consequências na formação do Brasil contemporâneo, como o problema latifundiário no Brasil, em que a maior parte do

território brasileiro foi sendo transmitido de geração em geração e permanece concentrado na posse de poucas pessoas.

Outra consequência política e econômica presente na atual configuração do Brasil advinda da forma como se deu a colonização, é a produção voltada para a exportação e abastecimento dos mercados externos, ou seja, passaram-se séculos desde a colonização e ainda não houve a devida consolidação da produção voltada para o abastecimento do mercado interno, como também ainda não houve um significativo fortalecimento da economia brasileira.

Já no âmbito social, encontra-se como elemento consequente da colonização, o lugar reservado para a ocupação dos negros e dos indígenas à margem da sociedade brasileira. Fruto do tratamento dos portugueses dispensado aos negros e aos indígenas, o descaso de parte da população e do Estado para com essas etnias é de flagrante atualidade, ao analisar o contexto sócio-histórico do Brasil.

Durante o período colonial as etnias negra e indígena eram vistas como inferiores à etnia branca, com isso, os indígenas que resistiram à dominação portuguesa foram dizimados e os que restaram foram obrigados à abandonar sua organização social e cultural para serem catequizados, já os negros foram separados à força de sua terra natal e de suas raízes culturais para serem escravizados pelos portugueses como mão-de-obra substituta à indígena.

Após a criação da Lei Áurea em 1888, os escravos foram considerados libertos, no entanto, não houve a criação de políticas sociais para a inclusão dos negros à sociedade, como acesso à educação ou a terra, ou seja, não foram dadas condições de um recomeço à esse grande contingente populacional. Esse fato reflete na atual configuração social brasileira, pois os negros somam a maioria da população moradora de regiões periféricas e são minoria no acesso à educação superior, essa consequência do período colonial também atinge o âmbito cultural da sociedade brasileira, pois o racismo ainda é presente na sociedade e as religiões de origem africana são pouco reconhecidas e respeitadas.

Cabe ressaltar aqui outros elementos culturais presentes na sociedade contemporânea brasileira, oriundos do período colonial, como a cultura do estupro, a cultura patriarcal machista e a submissão feminina. Ao retomar os aspectos característicos do período Brasil colônia, é evidente as formas de escravidão postas aos negros, sendo ela servil como também sexual. Nesse contexto, as escravas negras eram obrigadas a servir os senhores brancos sexualmente, sempre que estes desejassem. Tudo isso ocorria com pleno conhecimento das esposas dos senhores, que tratavam o fato com normalidade, pois havia a submissão das esposas aos seus maridos, e todas as ações dos mesmos eram justificadas pela posição que ocupavam na sociedade.

Estes elementos culturais foram sendo transmitidos e permanecem até os dias atuais na sociedade brasileira, pois a cultura do estupro é justificada por

indivíduos defensores dos agressores, por supostas características biológicas masculinas, onde as vítimas são culpabilizadas pelos atos de violência sexual. Já no âmbito matrimonial, ainda é percebido a presença de tolerância da esposa frente às infidelidades do marido, também justificada pelo fato do indivíduo infiel ser do sexo masculino e pela cultura patriarcal, que perpetua-se na sociedade contemporânea brasileira, pregando a submissão das mulheres frente às decisões dos homens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O descobrimento do Brasil deu-se a partir de um processo histórico chamado expansão marítima, que foi um acontecimento fatal e necessário para a evolução do Brasil e da sociedade brasileira. Essa expansão, por sua vez, originou-se a partir de empresas comerciais que procuravam-se expandir derivando-se do desenvolvimento comercial europeu. Cabe-se dizer, portanto, que desde o princípio a intensão dos portugueses não era de povoar esses novos territórios que foram descobertos durante as grandes navegações e sim de ampliar o comércio europeu.

Ao chegarem à América, os portugueses se depararam com uma população indígena, as quais eram incapazes de entender e produzir qualquer tipo de ajuda para a expansão desses comércios, com isso, foi preciso ampliar o povoamento para que a produção fosse organizada, assim, os portugueses começaram a traficar da África negros que passariam a ser denominados escravos para os senhores que tomariam conta desses territórios. É neste sentido que se deu o surgimento e organização da sociedade brasileira, caracterizada pela mistura de raças que a colonização reuniu cujo objetivo era único e exclusivamente para a formação de uma vasta empresa comercial atendendo os interesses da Europa.

Para que isto seja feito, os portugueses deram início a relação de trabalho e produção, relação esta que resultava do trabalho servil, onde a escravidão era um elemento real e sólido da organização das sociedades coloniais. Essa escravidão exerceria duas funções na sociedade colonial: uma era voltada para o trabalho e a outra era voltada para o fator sexual, onde os homens trabalhavam para produzir aquilo que os seus senhores mandavam e as mulheres lhes serviam como objeto, instrumentos de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores. Essas relações servis entre os homens eram puramente materiais de trabalho e produção, assim como para as relações entre as mulheres e senhores, sendo puramente animal do contato sexual e nada mais acrescentariam para a cultura imposta da colônia.

A formação brasileira se processou no trabalho forçado e não consentido imposto pela servidão, sendo todo o trabalho feito pelos escravos, onde essa colonização era voltada para a exploração dos recursos naturais do território brasileiro, tal como a exportação de açúcar, tabaco, algodão, ouro e pedras preciosas para o comércio da Europa.

A relação de trabalhos no Brasil colonial com a organização da sociedade, deu-se através da ocupação do território, o aproveitamento dele para níveis econômicos e sociais, onde exploravam a mão de obra escrava para promover o progresso das forças produtivas que se estabelecem no seio da sociedade. Portanto, pode-se dizer que os sentidos da colonização e as características do período colonial deixaram marcas tão profundas que seus elementos emergem ainda hoje no Brasil contemporâneo, pois atuaram como alicerces da formação social brasileira, contribuindo para a maior parte dos problemas sociais, culturais, políticos e econômicos presentes na atual configuração da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1942.

INCLUSÃO DE DEFICIENTE FÍSICO NO AMBIENTE LABORAL: a atuação do profissional de Serviço Social na garantia de direitos

Karine Alice Machado Florêncio Côrte
Graduanda em Serviço Social – UFTM
kacorte@gmail.com

Cledja Ferreira da Silva
Graduanda em Serviço Social – UFTM
cledjavv@gmail.com

Heloísa Abdala Aguiar
Graduanda em Serviço Social – UFTM
heloisaabdala@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No momento em que o Serviço Social surgiu no Brasil, na década de 1930, sucedia-se no país um aumento do processo de industrialização e uma ascensão relevante no desenvolvimento dos setores econômico, social, político e cultural. Sendo assim, as relações sociais intensificaram-se, de modo característico ao sistema social capitalista.

Esse advento do Serviço Social no Brasil, principalmente em razão da influencia do Serviço Social Franco Belga, tem características associadas a práticas filantrópicas, assistencialistas e de caridade, com viés conservador, vinculada, em especial à Doutrina Social da Igreja Católica.

Mesmo com a vinculação à filantropia, a profissão não se desponta como uma evolução da caridade, uma vez que se estabelece inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, durante a fase monopolista do capitalismo, como processo necessário à classe burguesa e a Igreja Católica, substancialmente para gerir as expressões da Questão Social.

Ao se colocar em debate a intitulada questão social, dois fatores surgem em relevância: trabalho e capital. O reflexo deste contraponto dependerá de qual a importância atribuída a um ou outro elemento. Sendo o cerne da questão social, a exploração da força de trabalho pela classe dominante e todas as manifestações que se expressam na vida desses trabalhadores.

O Serviço Social profissional origina-se nesse contexto de evolução do capitalista com agravamento da questão social. Deste modo, no Brasil, em sua fase

inicial o Serviço Social brasileiro reflete uma perspectiva de natureza mais doutrinária que científica. Sendo importante salientar, na sua fase inicial no Brasil o Serviço Social pauta-se sob um parecer moralizador diante das expressões da questão social, “captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista” (FORTI, 2013, p.99)

A trajetória histórica do Serviço Social não deve ser analisada fora da conjuntura sócio econômica em que se insere. Acertadamente com essa expectativa, algumas peculiaridades básicas do contexto, na ótica de que sejam capazes de explicitar as configurações manifestadas pelo Serviço Social, em especial de 1947 a 1961, momento em que a influência europeia cede espaço a norte americano, que se fundamenta em procedimentos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

O Serviço Social americano tem como pioneira Mary Richmond e seu estudo diagnóstico e de tratamento social. Tendo como características a funcionalidade, o positivismo com racionalização da caridade e organização da ajuda, onde o Estado transforma as repercussões da questão social em disfunções individuais, separadas das relações sociais totalizantes. Técnicas comuns às ações sociais que buscavam atender à porção pauperizada da população.

Durante o desenvolvimento da profissão de Serviço, ocorre uma ruptura com o caráter tradicionalista conservador, e tal rompimento têm início com o Movimento de Reconceituação da década de 1960, que apresentava resistência no que tange ao modelo de Serviço Social tradicional, vigente desde o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil.

De acordo com Paulo Netto (2010) é na vertente do Movimento de Reconceituação, denominada “Intenção de Ruptura”, que se realiza a real aproximação a vertente marxista, de cunho crítico, reportando a profissão a uma consciência de classe, por meio do Marxismo Althussseriano.

Desenvolve-se nos anos seguintes, e contemporaneamente o Serviço Social dispõe de variados instrumentos normativos: Código de Ética Profissional, CFESS/1993, Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, Diretrizes Curriculares para cursos de Serviço Social, ABEPSS/1996, que traduzem as diretrizes, valores, atribuições e competências que norteiam o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

Nas últimas décadas, o profissional de Serviço Social logrou avanços institucionais e legislativos, evidenciando suas ações na viabilização de direitos sócio assistenciais e de premissas que garantam dignidade a vida de cidadãos brasileiros, em especial aos que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Esse enfrentamento de inovação das bases de legitimidade da atuação profissional, especialmente com a aproximação a tradição marxista, alavanca o Serviço Social a

pensar nas contradições da atuação profissional e se posicionar em favor dos usuários, o que afasta a perspectiva tradicional de reprodução de controle social.

Sendo assim, apreendem-se os encadeamentos políticos da prática profissional, a polarização da luta de classes, e o desenvolvimento de uma postura crítica com relação à sociedade do sistema capitalista, o que na atualidade decantou na busca por se assegurar valores que legitimem ações que possibilitem o desenvolvimento de uma nova ordem societária, cuja elaboração do mecanismo normativo, jurídico e político estejam alinhados com os interesses da classe trabalhadora.

No que concerne à atuação Assistente Social na inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho é imprescindível à concepção do trinómio intervenção social, deficiência e qualidade de vida, o que se apresenta como um desafio reflexivo para a elaboração da narrativa de enraizamento anti-discriminatório e emancipatório.

2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NA SAÚDE

A definição pela inclusão no mercado organizacional apresenta uma significância simbólica e social do trabalho. Ao se conceituar cidadania busca-se englobar a importância cultural e política de pertencer a um meio social na condição de cidadão apto a esta condição. Desta forma, no ambiente laboral a inclusão promove o reconhecimento a todo cidadão da capacitação.

A inclusão social é frequentemente aspirada por pessoas portadoras de deficiência e necessidades especiais, bem como por todo indivíduo que se encontre na condição de exclusão do convívio social. Os critérios que definem inclusão apresentam-se de modo ambíguo ou com complexa quantificação.

A fim de se identificar deficiência, o artigo utiliza-se da adoção da definição estabelecida no Decreto nº 3.298 de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da PPD. Este decreto, no seu art. 3, inciso I, tem como definição:

“Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999).

A Lei 8.213/91, reeditada em 1999, assegura vagas nas empresas por meio de cotas para deficientes, com uma variação entre 2% a 5% conforme o total de funcionários que a organização englobar. A lei alcança empresas com mais de 200 funcionários registrados. Tal lei constituiu-se de uma ampliação na reconhecimento da igualdade de direitos, com aumento da inclusão de deficientes no mercado de trabalho.

Destarte, a aplicação de recursos legais, como a lei nº 8213/91, estabelece uma oportunidade de redução os preconceitos através de distinções

positivas, critérios compensatórios que visam o princípio da igualdade estabelecido pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista o combate de desigualdades originadas pelos prejuízos culturais e históricos.

Tais legislações tem como finalidade a desigualdade de tratamento de indivíduos a fim de torna-las menos desiguais. Deste modo, a lei favorece portadores de deficiências e necessidades especiais através da compulsoriedade da inclusão no mercado do trabalho, penalizando organizações que não cumprirem as imposições estipuladas.

Foi por meio da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), afirma-se a autonomia e a capacitação de cidadãos para executarem ações da vida civil em condições de igualdade. As novas definições da legislação contemplam os âmbitos da educação, saúde, assistência social, previdência, esporte, transporte e trabalho.

A Lei 13.146/2015 representa um novo dispositivo de garantias de direitos aos cidadãos portadores de deficiências, para que sejam considerados de modo concreto e substancial, evitando a discriminação, preconceito e exclusão de acesso aos setores da sociedade.

3 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITOS AOS DEFICIENTES FÍSICOS

A partir da aproximação do profissional de Serviço Social com a fundamentação de uma visão marxista o profissional abandona a prática coercitiva do capital, e passa a atuar direcionado ao preparo de contextos que viabilizem uma sociedade com ações de conscientização, mobilização, participação e autogestão da classe trabalhadora.

Os profissionais Assistentes Sociais passam a atuar na função de mediador entre o capitalista e o trabalhador, objetivando alterações nos paradigmas de gestão e organização laboral. Repensando, assim, os instrumentos e as atribuições em prol de garantias de direitos sociais.

Tal fato requer a atuação de um profissional que vise à ampliação de seu espaço sócio ocupacional, ou seja, uma atuação que transcenda ações delimitadas apenas à execução de políticas públicas.

A importância da atuação do profissional de Serviço Social na inclusão de deficientes sustenta-se, em especial, pelas peculiaridades que incluem o envolvimento interpessoal, sensibilização, mobilização, participação e gestão de trabalhadores dentro de suas realidades.

O Assistente Social tem a responsabilidade de refletir acerca do parecer do Serviço Social frente à totalidade de problemas da inclusão de deficientes físicos no mercado de trabalho. Em tempos em que tais profissionais atuam em instituições, contextos e famílias que questionam a qualidade de vida dos

deficientes, sendo assim a atuação do Assistente Social desdobra direcionamentos de reflexão para a prática e teoria do Serviço Social.

Inicia-se um reconhecimento tanto de políticas sociais como de teoria e prática em Serviço Social que buscam alcançar o usuário com deficiência por meio de ações emancipatórias e redução de discriminações. De outro modo, permanece uma condição incompatível, já que muitas ações que buscam aproximação de deficientes surtem efeitos contrários, que confirmam e sustentam a mácula social atribuída e a marginalização.

A atuação do Assistente Social na inclusão de deficientes físicos deve buscar refletir criticamente a complexidade existente, buscando desvendar os paradoxos, de forma a revelar todas as demandas existentes ao deficiente no contexto laboral.

Tal reflexão é possível através de saberes em Serviço Social, sob a perspectiva de uma prática procedente, por intervenção do estruturamento de axiomas do Trabalho Social Crítico e dos modelos sociais de deficiência. Além de promover o debate sobre a ótica da existência da diferença, onde se existe a necessidade de valorizar os direitos e a identidade destes usuários.

Para o Serviço Social, imbuído de premissas de reflexões e críticas é importante o debate sobre ações que normalizam e encorajam identidades positivas ou antagonicamente que reforçam imagens negativas. Em tempos onde o que não é igual clama por identificação, conduzindo a convivência em meio a pluralidades o Assistente Social deve sempre interpelar sobre o normalmente instituído reestabelecendo o cerne de uma práxis na pessoa, no que esta pensa sobre si e sobre a sociedade, inclusive a laboral, que a rodeia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões como discriminação, complexidade de reconhecimento profissional, ausência de apoio para o que o deficiente consiga autonomia por meio de possibilidades e dedicação, escassez de informações por parte do deficiente e indivíduos que dependem de uma integração com estes; dificultam o êxito na conquista da inclusão de maneira transcendente, igualmente a todo cidadão em sociedade.

A capacidade produtiva garante ao portador de deficiência a identificação social, por meio da capacitação de produzir, o trabalho proporciona a inclusão do indivíduo em uma rede de igualdade. A inclusão do deficiente no mercado de trabalho por meio de políticas efetivas assegura a ação de otimismo diante de uma possibilidade de reconhecimento social do trabalho.

É imprescindível existir estratégias que busquem a defesa do dependente, eliminando-se a existência de antagonismos que transformem o processo de inclusão em um confronto que gere sofrimento causado pelo trabalho

do deficiente físico. A inclusão do portador de deficiência deve eliminar preconceitos e discriminações, humanizar a execução de ações que busquem corroborar com as adaptações necessárias e promover um processo motivacional que vise à realização de todos os envolvidos no processo de produção.

Tal processo é possível por meio da atuação profissional do Assistente Social, com base nos fundamentos teóricos e a proposta de realizar uma análise acerca da prática crítica do Serviço Social, repensando os fatores subjacentes à reflexividade e à mudança de práticas profissionais.

Este estudo detectou que existem poucos levantamentos que introduzem a análise da inclusão do deficiente físico no ambiente laboral, e a atuação do profissional do Serviço Social na garantia de seus direitos, o que enfatiza a necessidade de se buscar apreender respaldos teóricos acerca de na teoria, prática e produção de conhecimento de Assistentes Sociais acerca das concepções sobre inclusão e responsabilidade social. Aspirando a produção científica o aprofundamento do assunto perante a veracidade da existência de necessidades de adaptações estruturais e processuais de forma a propiciar maior bem estar e qualidade de vida no trabalho para pessoas com necessidades especiais e deficiência.

A atuação do profissional de Serviço Social no campo da deficiência tem como objetivo garantir que os deficientes físicos representem sua emancipação e tenha assegurados os seus direitos de forma que sejam valorizados socialmente e não estigmatizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 3.298. **Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência.** 20/12/1999.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez; Lima, Peru]: CELATS,1991.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

O ALUNO SURDO E A UNIVERSIDADE: lidando com as diferenças

Heloisa Helena Vallim De Melo
Mestre em linguística e educação para surdos – Uni-FACEF
helovmelo@gmail.com

Nayara Cristina Freitas Silva
Graduanda em Letras - Uni-FACEF
nfreitas2205@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O propósito desta pesquisa é apresentar parte da investigação da iniciação científica, a qual está em andamento, cujo objetivo é analisar as questões que permeiam a inclusão de pessoas com perda auditiva no ensino superior. A inclusão tem sido elemento que está sendo adaptado para o atendimento das diversidades, nas IES, diante de novos contextos que se impõem às instituições.

Diante do contexto, o presente trabalho relata o ingresso de uma aluna no curso de Medicina, em uma instituição de ensino superior, nomeada com nome fictício, de New York, e a adequação para atender às necessidades referentes ao aprendizado e a integração social da aluna.

A partir desses fatos, iremos evidenciar e identificar os desafios enfrentados pelos docentes e pela discente, no processo ensino/aprendizagem de deficientes auditivos, bem como relatar os modelos didáticos utilizados e, realizar um estudo de caso, com a importância da família, colegas de dentro da faculdade, professores, intérprete e, do profissional da saúde, no aprendizado e adaptação da aluna no curso superior de Medicina. A ideia pelo tema e o interesse pela pesquisa, surgiu a partir de repercussão social sobre a inclusão no ensino, e de estudos realizados.

De acordo com os ensinamentos das diferenças de Paulo Freire, para que a educação seja genuína, não se deve fazer de 'A para B' ou de 'A sobre B', mas de 'A' com 'B' Paulo Freire (apud MANTOAN, 2013), portanto, é preciso fazer na educação a união, dentre as diferenças presentes em cada discente, essa atitude deve ser a do profissional responsável, o professor, criando possibilidades de reflexões.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar e identificar os desafios enfrentados pelos docentes, pelos discentes e pela aluna pesquisada, neste processo ensino/aprendizagem, bem como relatar os modelos didáticos utilizados e adaptação da

aluna no curso superior de Medicina, e, através desta pesquisa, acreditamos contribuir para a ciência e a área da educação especial.

No primeiro momento, faremos uma breve reflexão sobre o que é o som, as causas da surdez, assim como as classificações das perdas auditivas, com conceitos baseados nos estudos de Humes et al (2012), Campiotto et al (2013) e Roeser e Downs, Martinez (apud REDONDO et al, 2001).

Em seguida, abordaremos sobre os desafios, as dificuldades e os preconceitos, acerca das situações que são enfrentadas pelos docentes e discentes no contexto de ensino/aprendizagem no ensino superior, e estudos aprimorados de Daroque et al. (2015), Bisol et al. (2010) e Mantoan (2013).

Por último, como subseção, temos desafios para estudantes surdos, com levantamentos de alunos pesquisados por Bisol et al. (2010) e da estudante pesquisada.

Ressaltamos, ainda, a importância que a educação tem para as pessoas com deficiência auditiva, visto que estamos inseridas no contexto do curso de Letras (licenciatura), fato que nos motiva ainda mais a pesquisar sobre o tema, em decorrência das questões linguísticas que a surdez ocasiona. Dessa forma, acreditamos poder contribuir com mudanças significativas para o âmbito universitário. A metodologia utiliza o critério qualitativo e é composta por estudo de caso.

2 SOM, CAUSAS DA SURDEZ E SUAS CLASSIFICAÇÕES

A presença de partículas existentes no ar é o que proporciona a produção do som, sendo este um efeito de ondas sonoras caracterizado por amplitude, frequência e fase.

De acordo com a pesquisa de Humes et al (2012) de como é a produção do som, foi-se realizado um experimento composto por duas etapas, na primeira etapa uma cigarra elétrica é colocada dentro de uma cúpula de vidro, a cúpula é preenchida por ar, neste caso o resultado é a reprodução do som, na segunda etapa é criado um vácuo dentro da cúpula, e quando a cigarra é acionada, não é possível escutar o seu som.

Humes et al (2012, p. 25) afirmam que “uma onda sonora, portanto, é o movimento ou a propagação da turbulência (vibração) através de um meio, como o ar, sem deslocamento permanente de partículas”.

A amplitude é o indicador que caracteriza a magnitude de uma onda sonora, a frequência é a duração em segundos da dimensão de um período por vibrações que se nomeia como Hertz, abreviado por Hz. E, por fim, a fase da vibração, que descreve a posição dos pêndulos das massas.

A unidade de medição das ondas sonoras é o decibel, e nesta unidade, trabalham-se as classificações de sons audíveis e não audíveis pelos seres humanos, bem como diagnostica os problemas auditivos.

Para decodificar as ondas sonoras, o homo sapiens utiliza do seu aparelho auditivo, ouvido, que é dividido em três partes, externa, média e interna. Quando o aparelho auditivo não consegue decodificar os sons, se tem a surdez.

A palavra surdez tem sido empregada para designar qualquer tipo de perda de audição, parcial ou total. Recentemente, adquiriu novo significado. Surdo é um termo muito forte e depreciativo da condição do indivíduo, daí a tendência atual em utilizar “deficiência auditiva” em seu lugar (CAMPIOTTO et al., 2013, p. 26).

De acordo com as classificações dos limiares de audição temos:

Figura 1: classificação dos limiares de audição

Limiares tonais*	
Audição normal	0 a 15 dB
Deficiência auditiva suave	16 a 25 dB
Deficiência auditiva leve	26 a 40 dB
Deficiência auditiva moderada	41 a 55 dB
Deficiência auditiva moderadamente severa	56 a 70 dB
Deficiência auditiva severa	71 a 90 dB
Deficiência auditiva profunda	acima de 91 dB

* Média dos limiares tonais em 500, 1.000 e 2.000 Hz.

Fonte: Roeser et al (2001, p. 11).

Em expressões clínicas, as perdas auditivas classificam-se em hipoacusia, disacusia, surdez e anacusia.

A hipoacusia expressa a diminuição dos sons menos intensos sem alteração na qualidade inicia-se a partir de 27 dB. Disacusia é a diminuição na sensibilidade da audição, com alterações na qualidade de ouvir, a pessoa escuta, porém, não entende.

Surdez é perda de audição parcial ou total que designa como perda profunda, classificada em limiares 93 dB, e, anacusia é literalmente a ausência de som, como exemplificam Campioto et al. (2013, p.5), “Anacusia significa literalmente falta, ausência de audição. É diferente de surdez, em que há resíduos auditivos. Na anacusia, o comprometimento do aparelho auditivo é de tal ordem que não há nenhuma audição”.

As causas da surdez podem ser de forma congênita ou adquirida, segundo Redondo et al. (2001, p.8), em muitos casos o diagnóstico médico consegue identificar a causa mais provável da perda auditiva, mas nem sempre isso é possível, desta maneira cerca de cinquenta por cento (50%) dos casos, a origem da deficiência auditiva é atribuída a causas desconhecidas.

A perda auditiva congênita, são os casos cujos pais através de genes, remetem aos filhos as características genéticas da deficiência.

No caso da surdez adquirida, os indicadores são, infecção congênita, anomalias craniofaciais, rubéola, neurofibromatose, entre outros.

De acordo com Silva et al. (2016, p.1) a neurofibromatose tipo II (NF2) é uma doença autossômica dominante rara, caracterizada pelo aparecimento de múltiplas neoplasias benignas no sistema nervoso central e periférico, e, com a evolução da doença muitos desenvolvem a surdez bilateral, que é o caso da estudante de Medicina pesquisada, que descobriu a doença aos dezenove anos de idade, quando ocorreu a perda da audição do lado esquerdo, e aos vinte e um anos sua audição do lado direito também foi comprometida. Sua perda auditiva é classificada como anacusia bilateral que significa literalmente a falta e ausência do som em ambas orelhas, seu aparelho auditivo é totalmente danificado.

3 DESAFIOS, DIFICULDADES OU PRECONCEITO?

Para identificar os desafios enfrentados pelos alunos e professores analisaremos duas pesquisas de campo: Daroque et al. (2015) e Bisol et al. (2010) que situa as reflexões acerca do contexto de alunos surdos na instituição de ensino superior.

O âmbito universitário é desafiador para todos alunos, inclusive para os ingressantes que permeiam pelos processos de adaptações à vida acadêmica e suas atividades obrigatórias.

Para os discentes surdos que ingressam no ensino superior os desafios não equivalem somente a eles, mas aos docentes que possuem a responsabilidade em formar um profissional qualificado com êxito. A integração social e o envolvimento no ambiente acadêmico são um fator importante para o desenvolvimento do profissional, de acordo com BISOL et al. (2010, p. 152).

[...] a integração requer não apenas capacidade para o desempenho das atividades acadêmicas, como também para o envolvimento com os colegas, os professores e o ambiente. Ambas são fundamentais nos primeiros anos do ensino superior para melhorar as chances de êxito (DINIZ, ALMEIDA, 2005; FERREIRA, ALMEIDA, SOARES, 2001 apud BISOL et al., 2010).

Para atender as necessidades de um estudante surdo, o professor deve se adequar a novas práticas didáticas, de forma que integre os estudantes surdos e ouvintes. Diante de um estudo realizado por Foster, Long e Snell (1999)

apud Bisol et al., 2010, p.152. “[...] muitos professores não se preocupam em fazer adaptações que favoreçam os alunos surdos, e atribuem o sucesso ou fracasso [...]”.

Mudanças e adaptações são necessárias no ambiente educacional, para melhor didática de acessibilidade, e qualidade de ensino.

Conforme ressalta Daroque et al., 2015

“[...] o próprio professor tende a cuidar mais daqueles que têm mais facilidade, deixando à margem aqueles que têm mais dificuldade. E é assim que nós acabamos, como professores, no interior da sala de aula, reforçando a discriminação e sendo politicamente reacionários”. (SAVIANE apud DAROQUE et al., 2015, p.98).

A discriminação e o preconceito reforçam o distanciamento entre professores e alunos surdos, conceitua Mantoan (2013 p. 36). “O preconceito justifica as práticas de distanciamento dessas pessoas, devido às suas características pessoais (como também ocorre com outras minorias) que passam a ser o alvo de nosso descrédito [...]”.

Diante do corpo docente de medicina, três foram selecionados, pelos critérios da aluna surda, porém somente um questionário será anexado nesse artigo. O professor selecionado relata uma dificuldade em sala de aula: “lembrar-me de sempre falar olhando para ela, pois ela faz leitura labial.”

Para a aluna: “O maior de todos é o preconceito que existe sobre a formação médica de um deficiente auditivo, muitos demonstram não acreditar no meu desenvolvimento acadêmico [...]”

Deparamos com um grande descompasso de dificuldades, entre docente e discente. A crítica levantada pela estudante ressalta o preconceito que está presente e na carência em não acreditarem em seu potencial por ser surda, e, para o docente a dificuldade em recordar que existe alguém em sala de aula que necessita de atenção especial se torna complexo pelas situações corriqueiras no ensino.

3.1 DESAFIOS PARA ESTUDANTES SURDOS

De acordo com o levantamento de problemas relacionados pelos estudantes surdos Foster, Long e Snell (1999) afirmam:

[...] demora no recebimento das informações (tempo entre o que é falado e a tradução); quebra de contato visual enquanto o professor escreve no quadro, caminha pela sala ou lê um documento, o que impede a leitura labial; perda de informação quando é preciso escolher entre olhar para o intérprete ou observar o professor enquanto este manuseia um objeto em laboratório ou trabalha com imagens (FOSTER, LONG E SNELL apud BISOL et al., 2010, p.153).

Na visão de Lang 2002 apud Bisol et al., 2010, a comunicação direta entre professores e alunos surdos ou de ouvintes com alunos surdos é escassa, esta situação causa dependências no desempenho acadêmico.

Além disso, um dos grandes desafios para os docentes é buscar métodos para lecionar para o aluno surdo, já que o processo de formação do professor nem sempre oferece a capacitação e preparação ideal para defrontar tal situação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as considerações apresentadas nesta pesquisa, nota-se a relevância da qualificação e conhecimento acerca dos profissionais na área da educação, ao incluírem o deficiente auditivo. Portanto, faz-se necessária a discussão da parte dos discentes e docentes para identificação das dificuldades e desafios.

Assim sendo, o presente artigo busca as reflexões e as análises de docentes e discentes de BISOL (2010) e DAROQUE (2015). A análise de caso contribuirá para concretizar a realidade apresentada nas teorias.

Salienta-se ainda que a pesquisa está em processo de desenvolvimento, e conclui-se este estudo como resultado inicial da iniciação científica na área de educação especial para surdos, poder oferecer condições para a reflexão do ensino para a educação inclusiva. Inclui-se a contribuição da pesquisa acerca da instituição que a aluna está inserida para adaptações e para futuros ingressantes no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BESS, Fred H.; HUMES, Larry E. *Audiologia: fundamentos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012. 373 p.

BISOL, Cláudia Alquati et al. *Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão*. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CAMPIOTTO, Alcione Ramos et al. *Novo tratado de fonoaudiologia*. Barueri, SP: MANOLE, 2013. 760 p.

DAROQUE, Samantha Camargo; PADILHA, Anna Maria Lunardi. *Reflexões acerca de alunos surdos no Ensino Superior*. In: BAGAROLLO, Maria Fernandes; FRANÇA, Denise Maria Vaz Romano (Org.). *Surdez, escola e sociedade*. 2015. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015. Cap. 4, p. 93-118. V. 1.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *O direito à diferença na igualdade de direitos: inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas*. In: MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 1, p. 24-31.

REDONDO, Maria Cristina da F; CARVALHO, Josefina Martins. *Deficiência auditiva*. Brasília, DF: Secretaria de educação a distância/mec, 2001. 63 p.

SILVA, Miguel; ROMÃO, José; PAIVA, António Diogo de. *Neurofibromatose tipo II: a propósito de casos clínicos*. Otorrinolaringologia e cirurgia cérvico-facial, Coimbra, Portugal, n. 3, p. 1-5, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://www.journalsporl.com/index.php/sporl/article/download/625/528/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ANEXOS

ANEXO A - ENTREVISTA REALIZADA COM A ALUNA PESQUISADA

1. Quais foram os principais fatores que colaboraram para o seu ingresso na universidade?

Dentre tantos fatores, o principal foi o apoio família tanto na questão emocional, quanto financeira. Os amigos me ajudavam emocionalmente com muito apoio e alguns me forneceram o material apostilado por eles já utilizados, que eu usava para complementar ainda mais meu estudo. A terapia me forneceu subsídios para manter o equilíbrio mental que foi a ferramenta essencial em todo processo.

2. Contou com ajuda de intérprete no ensino médio/cursinho pré-vestibular?

Não, mas também não solicitei pois conseguia fazer leitura labial dos professores e tinha um lugar reservado em frente a lousa para auxiliar e pedir apoio caso fosse necessário.

3. Quais foram seus maiores desafios ao ingressar no curso de medicina?

O maior de todos é o preconceito que existe sobre a formação médica de um deficiente auditivo, muitos demonstraram não acreditar no meu desenvolvimento acadêmico e até me falaram sobre isso em algumas ocasiões. Outro desafio foi a dificuldade dos professores em me auxiliar para aula pois não tinham noção de como fazê-lo, assim como meus colegas durante o decorrer de cada aula. A questão aponta justamente para falta de preparo profissional no âmbito de inclusão acadêmica de deficientes, que engloba todas as minhas dificuldades, pois não havia profissionais para me auxiliar dentro da sala de aula e isso poderia trazer inúmeros problemas no dia a dia. Após um período difícil inicial, foi fornecido uma estagiaria para me acompanhar durante as atividades e traduzir o que era falado, mas pedi a

substituição algumas vezes pois não tinham habilidade para me acompanhar devido a falta de orientação e preparo.

4. Em sua opinião os docentes estão capacitados para receberem alunos com deficiência auditiva no ensino superior?

Após meu ingresso no curso de medicina, eu diria que estão mais capacitados, mas ainda assim deixa muito a desejar, sobrecarregando o aluno D.A que é obrigado a contar com a ajuda dos colegas.

5. A metodologia de ensino é ideal para seu aprendizado? Quais métodos de ensino facilitariam seu estudo?

A metodologia PBL (Aprendizado Baseado em Problemas) é ideal pois o método ativo me possibilita estudar por conta própria ao invés de assistir aulas diariamente, a discussão feita em sala é feita em um número menor de alunos que possibilita minha inserção nas discussões feitas em aula.

6. Você nasceu com deficiência auditiva?

Não, perdi a audição totalmente com 21 anos.

7. Você contou com ajuda de intérprete no momento do vestibular?

Quando prestei como deficiente auditiva, sim.

8. Você considera o formato do processo seletivo adequado para quem tem surdez ou perda auditiva?

Sim.

9. O processo avaliativo das disciplinas do curso leva em consideração suas necessidades? Se não, descreva formas que poderiam contribuir para uma avaliação inclusiva.

Se for seguido de forma rígida não, mas os professores entendem que não posso participar ativamente o tempo todo devido a surdez e levam isso em consideração.

10. Os docentes possuem conhecimento em LIBRAS?

Não.

11. Vivenciou algum episódio constrangedor que tenha afetado, negativamente, no decorrer do curso?

Sim, logo na primeira semana um (a) docente me falou que eu não iria me formar e que nunca havia conhecido um médico surdo, e que nenhum professor saberia lidar comigo por isso não havia expectativa na minha evolução acadêmica. Foi bastante desestimulador e me deixou com mais insegurança.

12. Qual a relação da sua família com seus estudos?

Me apoiam muito o tempo todo, sempre me incentivando o tempo todo.

13. Relate como se deu o processo em relação à surdez.

Possuo uma doença chamada Neurofibromatose tipo 2 que é caracterizada pela formação de neurinomas no nervo coclear responsável pela audição, como tive seu desenvolvimento bilateralmente perdi a audição e hoje apresento anacusia. A perda do lado esquerdo veio de forma gradual e não sei de forma exata quando ocorreu, pois, percebia apenas uma diminuição da capacidade auditiva, mas fui negligente em investigar. Aos 19 anos fui ao médico que fez o diagnóstico após o resultado de Ressonância Magnética que evidenciou os neuromas de forma bilateral. Fiz tratamento de Rádio cirurgia, mas infelizmente não foi suficiente para preservar a audição do lado direito, e tive perda total súbita.

14. Como você avalia seu nível de conhecimento da língua portuguesa?

Um bom nível, leio e escrevo corretamente com vocabulário amplo.

15. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras? Qual seu nível de proficiência?

Faço uso ocasionalmente, pois não utilizo com ninguém na faculdade ou fora dela. Meu nível é médio devido à falta de prática linguística.

16. Você faz uso da leitura labial? Se sim, qual sua relação com esta técnica dentro do ambiente escolar? E fora dele?

Sim, eu consigo me comunicar habilmente e com muita facilidade pois desenvolvi a técnica muito rapidamente devido a primeira perda auditiva, o meu cérebro aprendeu de modo natural a ler lábios que me auxiliou após a perda súbita de audição. Tanto no ambiente escolar quanto fora dele, é muito tranquilo esse quesito.

17. No que diz respeito à inclusão, você se sente devidamente acolhida por colegas e professores?

Em primeiro instante, poucos me acolhiam e faziam esforço para me ajudar no que me fosse necessário. Ao decorrer do 1º e 2º ano, eu tive muita dificuldade em sentir aceitação de outros professores, pois não fizeram questão de me dirigir a palavra e quando algum o fazia, falava rapidamente e sem gestos. De um modo geral, a maioria me acolhe e me faz sentir muito bem, orientando de maneira bem clara e procurando modos de me fazer entender o que é transmitido.

Meus colegas me acolheram desde o primeiro instante.

18. Você julga ser importante o acompanhamento de profissionais da saúde para seu rendimento acadêmico?

Sim, pois auxiliam de forma mais aprofundada que as estagiarias linguísticas, devido ao conhecimento prévio acerca do tema e, principalmente, os termos

científicos utilizados no curso que são muito difíceis de entender se não estiver dentro da área da saúde.

19. Seus colegas de curso contribuem de alguma forma para seu aprendizado?

Contribuem de todos os modos, pois apenas consigo evoluir academicamente devido a colaboração deles e o esforço em me incluir nas aulas e me auxiliar ativamente em todo processo acadêmico.

20. Relate seus principais pensamentos em relação a esta pesquisa.

A pesquisa foi uma ideia maravilhosa que possibilita a elucidação da realidade do deficiente auditivo na universidade, e em como o sistema de ensino e a sociedade não está preparada para a inclusão eficiente. É uma lástima conviver, diariamente, com dificuldades que não existiriam se houvesse uma política pública de inclusão desde o ensino fundamental para o aprendizado de toda população brasileira sobre PNE (portador de necessidade especial). Espero que seja uma forma de orientação sobre o que está falho e o que deve ser aprimorado durante o desenvolvimento acadêmico, esta pesquisa auxiliará justamente dessa forma.

ANEXO B - ENTREVISTA REALIZADA COM DOCENTE

1. Quais os maiores desafios para lecionar tendo em vista a aluna em questão?

Lembrar-me de sempre falar olhando para ela, pois ela faz leitura labial.

2. Você se sente capacitado para receber os alunos com deficiências auditivas?

Sim. Basta um pouco mais de atenção e boa vontade.

3. Qual modelo de ensino você adotou para facilitar o aprendizado da aluna com deficiência auditiva?

Trata-se de uma aluna que se adaptou bem ao nosso sistema de trabalho. Não precisamos fazer quase nada. Só tomamos o cuidado de sempre pedir para legendar vídeos quando eles foram usados em aula.

4. Você acredita ter necessidade de um tradutor/intérprete dentro da sala de aula para transcrever o conteúdo aplicado?

Penso que um intérprete seria mais útil para pessoas que utilizam linguagem de sinais, que não é o caso da nossa aluna. Em situações específicas como em conferências o intérprete pode ser mais necessário.

5. Você considera os métodos de ensino utilizados nesta universidade adequados para quem tem deficiência auditiva?

Considero que o método PBL aplicado no curso de medicina é mais adequado do que o método tradicional, pois é possível estabelecer uma

proximidade maior com o aluno e reconhecer suas necessidades com mais facilidade e mais rápido também.

6. Você considera o formato do seu processo avaliativo adequado para alunos com deficiência auditiva? Se sim, de que forma? Se não, descreva formas que poderiam contribuir para uma avaliação inclusiva.

Acredito que sim. Pelo menos no Laboratório Morfofuncional e de Práticas Integradas onde trabalho, os métodos avaliativos são muito visuais e por isso alcançam bem alunos com deficiência auditiva.

7. Você tem conhecimento se os docentes em geral sabem comunicar por meio da LIBRAS?

Sei apenas que eu não sei me comunicar por meio de LIBRAS.

8. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras? Qual seu nível de proficiência? Não.

9. Você contribui de alguma forma para o aprendizado da sua aluna com perda auditiva? De que modo?

Acredito que sim. Posso perceber isso observando como ela evoluiu desde o começo do curso até agora. Como eu disse, a disciplina que trabalho é bastante visual o que facilita as coisas.

10. No que diz respeito à inclusão, você se sente devidamente acolhedor/a?

Sim.

11. Você percebe alguma dificuldade de aprendizado na aluna em questão?

Dificuldades naturais apresentadas por todos os alunos. Nada relacionado à deficiência auditiva.

12. A universidade oferece o curso de LIBRAS para os docentes?

Sinceramente não sei.

13. Você já lecionou para algum aluno com deficiência auditiva, anteriormente?

Sim. Em outra instituição.

14. Você já tinha conhecimento desta pesquisa sobre a inclusão desta aluna no curso de medicina?

Tomei conhecimento quando ela mesma me falou sobre o assunto. Antes disso, não.

15. No seu ponto de vista a universidade ajudou em alguma forma na interação dos alunos para com a colega em questão? Se sim, de que forma? Se não, quais as condutas a serem adotadas para facilitar esta integração social?

Acredito que sim. Desde o princípio houve uma preocupação da reitoria e da coordenação em adquirir equipamentos que facilitassem sua participação nas aulas. E quanto aos outros alunos, eles me pareceram acolhedores desde o

início nem sendo preciso a intervenção da universidade. Foi tudo muito natural. Como deve ser.

16. Como é a integração social do restante da classe com a aluna?

Segundo o meu ponto de vista, é ótimo.

17. Vivenciou algum episódio constrangedor que possa ter afetado, negativamente, sua aluna, no decorrer do curso?

Nunca.

18. Qual suporte oferecido pela universidade para facilitar o aprendizado da aluna?

Como já disse, alguns equipamentos foram comprados para facilitar o trabalho e o estudo dela, porém não sei especificar quais equipamentos foram esses.

19. Durante suas aulas, os demais alunos ajudam aluna em questão? Você os vê contribuindo de que forma?

Sempre. Ajudam nos trabalhos ao microscópio, colaboram para explicar a ela algo que foi perdido, etc....

20. No que você precisa melhorar para melhor atender alunos portadores de deficiências auditivas?

Acredito que sempre podemos melhorar. Sinceramente ainda não pensei em que posso melhorar. Talvez uma conversa com a própria aluna possa me ajudar a descobrir essa resposta.

O QUE TEM SIDO FEITO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASIL: da Gênese até na contemporaneidade.

Eliete da Conceição Arrais
Graduanda em Serviço Social - UFTM
Elietearrais45@gmail.com

Miriam dos Santos
Graduanda em Serviço Social - UFTM
mdcruz40@gmail.com

Heloisa Abdala Aguiar
Graduanda em Serviço Social - UFTM
heloisaabdala@hotmail.com

Marinês de Oliveira Félix
Graduanda em Serviço Social – UFTM
Marines-felix@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Docente – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1.SERVIÇO SOCIAL DA GÊNESE ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

A origem da profissão e suas variáveis tais como:: Tradições, alienação e antagonismo nasce da necessidade do poder hegemônico (Burguesia) como estratégia de controle social, sobre a classe trabalhadora (proletariado), Busca de cunho “Educativo” ”moralizador” e “disciplinador” “profissional da coerção e do bom consenso. Ou seja devido as transformações ocorrentes da época, fase de transição feudal –pré industrial -industrial pro capitalismo, surgiram interesses antagônicos entre duas classes antagônicas. O assistente social passou a ser contratado pelas empresas para atender demandas sociais, desta forma o serviço social também se vincula as políticas sociais juntamente com o estado na intenção de assumir a questão social com medidas paliativas, vinculado à execução das políticas sociais segmentadas, ou seja , legitimam as políticas sociais enquanto atendem o usuário com isso a ordem social permanece.

O que de fato legitima a profissão e a divisão de classes “divisão social do trabalho “trazendo desigualdades que exigem medidas mediadoras para essa desigualdade com o interesse da Burguesia que se sentia ameaçada pela questão, com o interesse de controlar o trabalhador não apenas no ambiente de trabalho, mas na vida social. O compromisso ético-profissional do assistente social é de atender demandas que afetam essas classes sociais, na luta que a população

trabalhadora faz por serviços sociais e assistenciais. Mas a ideologia da classe dominante encobre no cotidiano as relações usuário e profissional. No início as mulheres da alta sociedade as “Damas” que praticavam a caridade por meio da filantropia, que deram incentivo da criação da profissão através do assistencialismo, formando uma profissão técnica em defesa dos interesses da classe dominante.

O serviço social que iniciou na Europa, como fenômeno histórico relacionado ao capitalismo, na ilusão de servir, procurando responder indagações daquela época, burguesia-igreja-estado no intuito de gerar harmonia entre as classes, sem identidade profissional, trabalho social (Mary Richand) nos Estados Unidos como trabalhador social, nas décadas de 70 e 80 na América latina o serviço social passou por um movimento de reconceituação da profissão, discutindo a partir de fundamentos analíticos marxistas. O capitalismo traz sua marca com a desigualdade, trazendo a necessidade de assistência social (organizações de apoio ao pobre), devido a luta vinda dos trabalhadores que se formaram em sindicatos na busca por seus interesses, no final do século XIX e início do século XX. Se afirmar que o serviço social nasceu em 1925 como profissão na América latina quando se cria a primeira escola, sendo assim um mero reflexo do serviço social Belga, Francês e Alemão, em Santiago do Chile.

Com o crescimento da produção industrial, intensificação da exploração dos trabalhadores, com o crescimento de imigração de camponeses vindo do campo para a cidade expulsos de suas terras, aumentando a miséria, cenário propício para o surgimento do serviço social e de profissionais para trabalhar com esse novo fenômeno. Houve a articulação da classe dominante o Estado e a Igreja para responder essa nova realidade social. A Igreja com seu progressivo enfraquecimento no período colonial, movia-se no interior de seu projeto de reforma social, com interesse de hegemonia cristã. Exatamente quando o serviço social estava penetrando nos centros de ensino superior, a igreja católica e sua permanente inspiração ideológica responderam pelo perfil e pelos substratos doutrinários da formação dos primeiros profissionais.

Ingressando diretamente na universidade duas encíclicas papais :A Rerum Novarum, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891 e a Quadragésimo Ano, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931. Na Quadragésimo Anno é enfatizado a criação de aspectos técnicos para a eficiência da profissão, estimulando diretamente a criação de novos centros de formação superior. Segundo o autor o assistencialismo exercido a partir da iniciativa da igreja deu incentivo as grandes damas e senhorias da época dando grande incentivo a se converter em profissão.

A igreja católica teve um grande papel decisivo no período da criação de escolas de serviço social na América latina, com a ideologia da conciliação de classes, da moralidade e da educação familiar, do repúdio aos conflitos e da busca de Harmonia. Fica evidente a forma (por trás do véu profundamente religioso)desarmando o proletariado pra ser vitimado e explorado pela burguesia, era

notável o enraizamento da igreja nas relações de produção capitalista antes e nos novos tempos, envolvidas pela influência ideológica centralizada pela doutrina da conciliação de classes e da reforma social.

O serviço social no Brasil, segundo ela, o serviço social surgiu no Brasil por volta da década de 30. A república velha estava desmoronando e teve seu fim com o movimento político-militar de 1930. Em São Paulo, no ano de 1932 foram criados centros de estudos e ação social (CEAS), numa conjugação de esforços da nascente burguesia e da igreja, da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, ministrada pela Bélga Adele de Loneux, a clientela desse primeiro curso foram constituídas por jovens católicas e pertencentes a família da burguesia. A identidade atribuída ao serviço social era a de funções econômicas e ideológicas, o que levava a produção de uma prática que se expressava unicamente o interesse da classe dominante, o seu objetivo era abafar e controlar os movimentos e manifestações coletivas, paralisações e de greves , ou seja o controle social.

Os assistentes sociais compunham uma categoria sem identidade profissional própria, a aliança com a classe dominante continuava firme e persistente, até porque era de seu interesse, eles eram úteis ao sistema capitalista, e muito valorizados pela burguesia. O discurso humanitário que as envolvia procurava ocultar suas reais intenções, além de recobrir as profundas desigualdades que caracterizavam o regime capitalista.

A luta de classes continuava e ganhava as ruas, os vários setores da burguesia uniram-se aos militares para recuperar o seu domínio de classe. O resultado foi o Golpe de 31 de março de 1964, a qual se implantava a nova ditadura. A atual situação em que se encontrava o país nos anos 60 a profissão encontrava-se em recuo no cenário histórico, fazendo o profissional como classe trabalhadora repensar á partir de um olhar crítico que antes não existia em consequência de ação engajados em um movimento de Reconceituação, esses agentes assumiram como uma causa revolucionária, dividindo a profissão em duas categorias, a conservadora e a revolucionária, a revolucionaria com a intensa e profunda análise da “situação” ,abrindo espaço para debates e para reflexão.

Assim como se desenvolvia o “Movimento de reconceituação”, como projeto mais amplo desenvolvia-se também o processo organizativo da profissão. Esse movimento vivido no final dos anos 70 e início de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora, impunha-se iniludivelmente como uma pratica política, cuja as ações, vincula-se aos interesses da classe populares, procuram somar-se às forças democráticas que impulsionam o desenvolvimento social.

O movimento de reconceituação, ocorrido em seminários e em encontros de Assistentes sociais, tinha o objetivo de se pensar em formular um serviço social Brasileiro. Tais encontros que ocorreram em: Araxá, Teresópolis, Sumaré e alto do Boa vista;(José Lucena Dantas).Passou-se a usar o método BH

(Instrumentação da teoria crítica), E por fim o congresso da virada, que para o Serviço Social deve se considerar o mais importante na historicidade da profissão, já que possui a participação da classe trabalhadora.

2. POLÍTICA SOCIAL: GÊNESE GERAL E TAMBÉM NO BRASIL

2.1. Gênese da Política Social

O surgimento das políticas sociais foi gradual dependendo de cada momento de cada país, dependendo dos movimentos de organizações e de pressões da classe trabalhadora do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. O crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como o parlamento, obrigando a burguesia a ceder. Com o aumento do poder da classe trabalhadora, ocupando espaços que antes eram exclusivos. Da burguesia, passando a ter mais forças para reivindicar seus direitos, um grande ganho da classe trabalhadora.

A crise da bolsa de valores do Estados Unidos, de 24 de outubro de 1929, quando a história registra o grande pânico da bolsa de Nova York, crise que se alastrou pelo mundo. Crise econômica que trouxe o desemprego em massa, e também a legitimidade política do capitalismo. Sabemos que o que move o capitalismo é o lucro a extração da mais-valia, daí a solução para a crise, seria a reativação do emprego e do consumo.

O capitalismo tardio ou maduro caracteriza por um intenso de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento de mercado. Façamos uma visita ao Keynesianismo e ao fordismo, como fundamentos para esses processos, de modo a entender as configurações da questão social da luta de classes e as possibilidades e limites da política social.

Houve naquele momento uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica com acesso ao consumo e ao lazer que não existia no período anterior, bem como a sensação de estabilidade no emprego. Para a política social esse conjunto de tendências que constituem o capitalismo em sua fase madura, traz consequências importantes.

O que pode depreender dessas análises é que as políticas sociais vivenciaram forte expansão pós-guerra mundial, tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na regularização das relações sociais e econômicas. Políticas sociais com tais características contribuem para edificar uma ordem de estratificação que mistura igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado e serviços diferenciados pelo mercado para a maioria produzindo um dualismo político de classe. A política social é o centro de um conflito de classe e não apenas um meio para diluí-lo ou desfazê-lo, ainda que seja desejável pelos seguimentos democráticos

que essa relação-política social/cidadania-se estabeleça plenamente, pode haver contradição entre a formulação/execução dos serviços sociais e a consecução de direitos.

2.2. Gênese da Política Social no Brasil

No Brasil, as políticas sociais, tem relatos de seu início no Governo Vargas, um período marcado pelo desenvolvimento de uma gestão Estatal da fora de trabalho, que incluiu as políticas sociais e que incidia sobre “ a organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação de normas de produção de consumo. Contudo, uma certa centralização se inicia, em âmbito federal, com a criação de lei brasileira de assistência (LBA), em 1942, criada para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na segunda guerra mundial e era coordenada pela primeira-dama, Sr Darci Vargas.

Esse período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a constituição de 1937, a qual ratificava a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado. E finalmente com a consolidação das leis trabalhistas, a CLT, promulgada em 1943. A disputa de projetos implicou uma certa paralisia no campo da política social, as propostas que estavam em pauta desde o final do governo de Vargas o fim da ditadura, como a lei orgânica da previdência social (LOPS) e da previdência rural, só foram aprovados no congresso em 1960 e 1963, respectivamente. O golpe de 1964, instaurou uma ditadura que durou 20 anos e impulsionou um novo momento de modernização conservadora no Brasil, com importantes consequências na políticas sociais.

O Brasil, no contexto da ditadura militar pós 1964, vivia a expansão do “Fordismo à modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas, agora de natureza claramente monopolista, reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num Mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro houve um forte incremento da política social brasileira. Os anos 1980, são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da constituição de 1988. A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. Daí decorre por exemplo, a introdução do conceito seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados, a exemplo da ampliação da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, agora no valor de um salário mínimo e do benefício de prestação continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência.

2.2.1. Avanços das Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência.

A partir da década de 1980 em que foi aprovada o benefício de prestação continuada (BPC), o Brasil teve um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas. O movimento de inclusão das pessoas portadoras de deficiência, observou-se mais participação de pessoas com deficiência na definição de políticas públicas, demonstrando assim uma maior maturidade em relação a esse tema tão importante. É dever do Estado zelar pelo bem-estar social de toda população, inclusive dos deficientes, respeitando suas características e particulares, no Brasil o que havia era uma preocupação de que o deficiente deveria receber algum tipo de intervenção de profissionais, para tentar “resolver” esse aparente problema, o objetivo era fazer com que o deficiente enquadre a maneira em que a sociedade é construída e organizada socialmente, pois se não conseguisse seria excluído da sociedade, sistema conservador de caráter paternalista e excludente, voltado somente para a correção. Com a mudança de pensamento e atitude, e decisão do estado criando leis inclusivas para o deficiente, veio avançando cada vez mais políticas nessa área. Observamos a previsão legal que traz o estatuto:

Lei 10.098. Art. 3º para fins de aplicação destas leis, considera-se:

1. **Acessibilidade:** Essa lei assegura o que o deficiente possa transitar por locais públicos e particulares sem dificuldades de acesso, também que o sistema tecnológico favoreça seu uso por portadores de deficiência, tanto na cidade quanto na zona rural. deixando evidente a inclusão do portador de deficiência. No século XX foi a época de reconhecimento desses direitos, e no século XXI, a efetivação desses direitos em instrumentos realmente efetivos na promoção e na real proteção da dignidade humana.

Na I conferência nacional dos direitos das pessoas com deficiência que aconteceu no período de 12 a 15 de maio de 2006, em Brasília, e tornou-se um marco social, político e histórico. Representou um importante espaço de participação social e política, com a participação da sociedade civil e do poder público. Dois anos depois a II conferência, nos dias 1 e 4 de dezembro de 2008, em Brasília, a II conferência nacional dos direitos da pessoa com deficiência. O tema principal a “inclusão”.

O art. 53 do estatuto consolida acessibilidade como princípio e direito humano fundamental. “A acessibilidade como princípio é direito que garante à pessoa com deficiência ou com imobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Na área da habitação, foram estabelecidas ações no sentido de que as unidades habitacionais atendessem ao decreto lei 5.296/2004, na inclusão do deficiente nos programas habitacionais da caixa econômica federal. Com relação ao transporte e

interestaduais o direito ao passe livre. Também em relação a saúde, direito a prioridade e outros.

No âmbito da adaptação de lugares e de sistemas, as políticas sociais estão avançando, mas ainda deixa a desejar na preparação de profissionais que atuam nessa área, um exemplo é o sistema de ensino, que por falta de profissionais preparados e também que trazem de casa o preconceito para a escola, valores e estigmas que acabam os afastando do convívio de dentro da sala de aula. No mercado existe uma lei 10.098 (Acessibilidade), inclusiva para o acesso do deficiente no mercado, mas o que se vê é salários inferiores ao dos que exercem a mesma profissão e as condições de trabalho precárias, sem preparação para receber esse tipo de profissional. Ainda na da educação, foi aprovada a lei 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, facilita o ingresso do deficiente físico nas universidades públicas do Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos nos fortalecer politicamente e socialmente, na busca de soluções pra resolver de forma definitiva, não de forma paliativa, devido a instituições desvirtuadas, e ações públicas que buscam apenas garantir privilégios e benefícios aos detentores do poder e da tomada de decisões. Não adianta a adaptação dos lugares, veículos e meios em que o deficiente físico passa, se não houver a quebra desse paradigma que se chama preconceito, se não houver aceitação do deficiente de que ele só é diferente mas não deixa de ser um ser humano, vão continuar sendo feitas políticas inclusivas e não vai adiantar, devemos nos livrar das amarras do conservadorismo e nos unir num só intuito, que seria a nossa liberdade econômica. A questão da cidadania e sua relação com a política social é polêmica, até mesmo entre os Assistentes sociais, as elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar pela crise, a atuação agigantada do estado “mediador civilizador”, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

REFERÊNCIAS:

BEHRING, Elaine Rossetti, política social: Fundamentos e história/Elaine Rossetti Bhing, Ivanete Boschetti. 6,ed. São Paulo: Cortez, 2009,-(Biblioteca básica de serviço social; v.2) 213.

Brasil. Lei n. 12711, 29 de agosto de 2012, Disponível em:
<[http://: www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Disponível em:
<<http://: WWW.planalto.gov.br>> Acesso em: 21 maio 2019

CASTRO, Manuel Manrique, **História do serviço social na américa latina** /Manuel Manrique Castro; tradução de a José Paulo Neto e Balkys Villalobos. 5.ed. Revista – dosão Paulo; Cortez, 2000

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação** /Maria Lúcia Martinelli. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTANO, Carlos. **A natureza do serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETO, José Paulo, 1947- **Ditadura e serviço social no Brasil pós 64/** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

O RECONHECIMENTO NA FILOSOFIA HEGELIANA: uma análise a partir da dialética do senhor e do escravo

André Luiz Pereira Spinieli
Graduando em Filosofia – IAF
spinieliandre@gmail.com

Sira Napolitano
Doutora em Serviço Social – UNESP
sira.napolitano@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Embora nascido no seio de uma família que tinha se dedicado ao serviço público alemão por muitas gerações, como na condição de seu pai, que trabalhava na coletoria de impostos de Stuttgart, Georg W. Friedrich Hegel não seguiu tais passos e preferiu ter ávida vida intelectual e se dedicar à análise do pensamento filosófico de seus predecessores, especialmente das teses kantianas contidas na "Crítica da razão pura", o que fez sobretudo no período em que esteve interno no seminário teológico da Universidade de Tübingen. Após deixar o seminário, o jovem Hegel se encontrava embebido das raízes filosóficas do movimento que estava integrado enquanto pensador, o idealismo alemão.

Nesse instante, já atuando enquanto professor extraordinário em universidades alemãs, onde recebia salário condizente com a quantidade de alunos que frequentava suas aulas, o filósofo decide se dedicar com profundidade na escrita do que viria a ser sua principal obra filosófica, a "Fenomenologia do espírito", a qual foi terminada às pressas, em 1807, diante da marcha das tropas napoleônicas que invadiam sua então cidade, Jena, também na Alemanha.

O conjunto das obras hegelianas é marcado pela revolução no conceito de dialética que o autor apresenta. Embora haja uma revisitação aos primeiros pensadores, especialmente os gregos responsáveis por cunhar uma noção inicial de dialética como a arte de argumentar não a partir de premissas verdadeiras, mas sim tidas como reais pelas partes, de tal maneira que fosse possível extrair a contradição existente no contexto, Hegel inova e eleva a dialética à condição de único método capaz de se atingir o conhecimento do absoluto, o espírito absoluto, de modo que se trata de uma abordagem cujo objetivo precípuo é o de captar toda a realidade exatamente como ela se põe e, ao mesmo tempo, como ela deveria ser.

O método dialético hegeliano sempre se inicia com uma *tese*, que é inevitavelmente vista como inadequada e incompleta, o que fomenta o surgimento de seu oposto, a *antítese*, que também é compreendida como inadequada, até que os dois opostos se juntam para se tornar uma *síntese*. A síntese conserva o que há de racional na tese e na antítese e pode, por sua vez, transformar-se em outra tese.

Para Hegel, o processo dialético é cíclico e reproduzido sempre numa série de tríades, ascendendo cada vez a domínios mais racionais: quanto mais racional, mais espiritual e mais próximo do conhecimento absoluto.

Nesse sentido, na "Fenomenologia do espírito" – obra que marca a passagem do pensamento da juventude hegeliana, bastante marcado por aspectos teológicos e morais, para o período da maturidade do filósofo –, a proposta de Hegel é descrever minuciosamente o itinerário pelo qual a consciência humana perpassa, que vai do saber sensível, a simples consciência, até o saber absoluto, a autoconsciência. Na filosofia hegeliana, a consciência é precisamente a consciência-de-si, o saber de si e para si próprio, ou seja, o processo de autoconhecimento, cuja característica marcante dela é justamente a necessidade de um reconhecimento.

Segundo o sistema filosófico construído a partir desse escrito hegeliano, essa autoconsciência deseja atingir a verdade de si mesma a partir de outra consciência, visto que a consciência-de-si é a "unidade do diferente" (HEGEL, 1970, p. 139). Isso significa dizer que o estágio último da consciência – a consciência-de-si – apenas poderá ser atingido a partir do instante em que há o reconhecimento, que deve ser exercido por outra consciência-de-si. Justamente nesse movimento da autoconsciência é que Hegel demonstra seu caráter dependente de outra, pois para existir é necessário que haja o reconhecimento igual de outra consciência-de-si. A importância do pensamento hegeliano sobre a consciência-de-si (*Selbstbewußtsein*) *está consubstanciada em sua fundamentalidade para o pensamento sobre o processo de desenvolvimento da consciência humana. A formação da consciência-de-si perpassa necessariamente pelo reconhecimento da "direção e dos limites do próprio ser consciente" (WICKERT, 2013, p. 136).*

Dessa forma, o propósito deste trabalho é pensar o reconhecimento na filosofia hegeliana, como fundamento para se entender a consciência-de-si, a partir da metáfora apresentada no capítulo quatro da "Fenomenologia do espírito", consistente na dialética da dominação e escravidão, também conhecida no meio filosófico como dialética do senhor e do escravo. O recorte feito não leva em consideração senhor e escravo como figuras históricas, mas sim como elementos da própria consciência em movimento. O trabalho é dividido em dois capítulos, sendo o primeiro reservado para pensar a citada obra filosófica de Hegel, trazendo à baila os aspectos que a fazem ser a referência para se estudar a consciência humana, e o segundo atinente à própria análise do reconhecimento na filosofia hegeliana, tomando por pressuposto a metáfora da dialética do senhor e do escravo.

2 A FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO: FUNDAMENTAÇÃO DA CONSCIÊNCIA COMO CRÍTICA A KANT

Passados seus anos de juventude, no qual se pôs a publicar pequenos artigos e outros breves escritos, assim que ele alcançou seus trinta e sete anos de

idade, Hegel marcava intelectual e academicamente sua introdução no campo da filosofia idealista alemã, que já contava com a participação de importantes nomes encabeçando o movimento filosófico, como o próprio Fichte ou Schelling, a quem o filósofo em questão procura não apenas atingir, mas também superar o caráter grandioso dos sistemas filosóficos apresentados na "Crítica da razão pura", de Kant, e na "Doutrina da ciência", do citado Fichte.

Contrariando a tradição hegeliana de transformar cursos ministrados na Universidade de Jena e em outros espaços em escritos, a ideia discursiva do período da maturidade do autor é deveras distinta. Nesse instante, especificamente na "Fenomenologia do espírito", objeto da presente análise, Hegel se vê diante de um problema filosófico que ultrapassa os tempos e vai, desde a antiguidade, até essa segunda modernidade na história da filosofia, período em que está situado cronologicamente seu pensamento. O problema consiste na separação entre sujeito e objeto, de modo que a principal questão de seu sistema filosófico, ao menos no âmbito da *Fenomenologia*, é "conciliar o indivíduo (que é também consciência e subjetividade) com o mundo objetivo da ciência" (PAULA, 2010, p. 99-100).

Nesse sentido, o professor Henrique C. de Lima Vaz, ao apresentar a obra hegeliana em comento, em tradução brasileira de Paulo Meneses, explica que a obra de Hegel tem como propósito explicitar a descrição do caminho que pode ser pensado por quem chegou ao seu termo e é capaz de rememorar os passos tomados. Daí dizer que a ideia hegeliana ao perfazer esse escrito é "articular com o fio de um discurso científico – ou com a necessidade de uma lógica – as figuras do sujeito ou da consciência que se desenham no horizonte do seu afrontamento com o mundo objetivo" (VAZ *apud* HEGEL, 1988, p. 9-10).

Segundo o professor Lima Vaz, o escrito hegeliano da *Fenomenologia* apresenta claramente duas facetas. De um lado, tem-se uma perspectiva histórica, visto que a ciência da consciência sempre tem espaço em determinada cultura que se desenvolve no tempo e, apesar de levar em consideração a importância da razão, a problemática cultural não pode ser esquecida. De outro, um caráter dialético, visto que a ordem das figuras afins à experiência não seguem a uma ordem cronológica dos eventos, mas sim obedece a uma lógica que remonta ao momento fundador da ciência, que é o saber absoluto enquanto adequação da certeza do sujeito com a verdade do objeto (VAZ *apud* HEGEL, 1988 p. 10). A partir de tais comentários, não se faz surpreendente o fato de que a primeira ideia do autor para intitular a sua obra tenha sido "ciência da experiência da consciência".

Nessa "tentativa de ensinar a filosofia a falar alemão", como afirmava o próprio filósofo, a finalidade última de Hegel é criar uma resposta condizente à aporia constante da "Crítica da razão pura" de Kant. Esse escrito típico do período crítico kantiano é conhecido pelo fato de ser justamente aquele em que o pensador faz uma profunda distinção entre os conceitos de fenômeno, como aquilo que podemos conhecer, e nûmeno – ou noumeno –, a coisa em si, como aquilo que os indivíduos não seriam capazes de conhecer. Assim, o filósofo do espírito tem por

finalidade superar aqueles preceitos kantianos que ele próprio considerava como meras abstrações.

Para alterar essa perspectiva marcante na filosofia kantiana, do paralelismo entre fenômeno e númeno, Hegel se vale do movimento dialético da fenomenologia como aprofundamento dessa visão histórico-dialética, recuperando ao núcleo do sujeito a condição de fenômeno, a que Kant havia relegado apenas aos objetos.

Conforme defende o professor Lima Vaz (*apud* HEGEL, 1988, p. 11):

Assim, Hegel transfere para o próprio coração do sujeito – para o seu saber – a condição de *fenômeno* que Kant cingira à esfera do objeto. Essa é a originalidade da *Fenomenologia* e é nessa perspectiva que ela pode ser apresentada como processo de "formação" (cultura ou *Bildung*) do sujeito para a ciência. E entende-se que a descrição desse processo deva referir-se necessariamente às experiências significativas daquela cultura que, segundo Hegel, fez da ciência ou da filosofia a *forma reatrix* ou a *entelêquia* da sua história: a cultura do Ocidente.

Em sequência, o professor Lima Vaz (*apud* HEGEL, 1988, p. 11), a obra hegeliana em questão pode ser dividida a partir de dois fios que conduzem o leitor à melhor compreensão do texto. O primeiro fio é identificado na linha das figuras que fundamentam o processo de formação do sujeito para o saber absoluto, diante da expressão dialética das experiências da consciência humana que encontram outras manifestações da história da cultura ocidental. Trata-se, portanto, dos preceitos necessários ao traçar do caminho do indivíduo para o saber. O segundo, por seu turno, é percebido nos momentos que conduzem o sujeito ao saber absoluto, cuja ordem é balizada pelo próprio movimento dialético e pela lógica pertinente à fenomenologia. É, pois, a possibilidade de "igualar o racional ao real e real ao racional" (PAULA, 2010, p. 100).

O conteúdo dos três primeiros capítulos da "Fenomenologia do espírito" tem por escopo desenvolver o pensamento dialético hegeliano a partir da tese de que o sujeito que é consciente do seu saber, ou seja, que conhece alguma coisa e se realiza na medida em que tem a certeza de possuir a verdade sobre o objeto conhecido.

Nos tópicos englobados pela primeira parte da obra são trazidas à tona questões referentes a dois tipos de conhecimento que, segundo Hegel, iniciam-se com a "certeza sensível", cuja característica basilar é a da existência de uma consciência ingênua e dotada de traços animais, que pensa ter em si a verdade do objeto na certeza de indicá-lo, e que caminha posteriormente para o denominado "suprassensível". Em outras palavras, pode-se compreender esse conhecimento primeiro que a consciência abstrai do mundo como o conhecimento empírico³. O

³ Segundo Márcio Gimenes de Paula (2010, p. 111), nesse ponto há uma clara aproximação entre a filosofia hegeliana com o pensamento platônico, mas o primeiro mantém a verdade no plano da imanência, ao passo que o segundo coloca esse elemento no campo da transcendência.
O RECONHECIMENTO NA FILOSOFIA HEGELIANA: uma análise a partir da dialética do senhor e do escravo – pp. 200-212

segundo tipo de conhecimento informado por Hegel é denominado de "consciência-de-si" (*Selbstbewußtsein*), ou seja, aquela que não mais pertence à esfera do senso comum e do conhecimento empírico, mas que já se descobriu enquanto consciência. A intenção de Hegel nesse tópico é demonstrar que, no campo da experiência do saber de um objeto que é exterior ao indivíduo, a consciência sofre uma supressão como simples consciência de um objeto e passa para a consciência-de-si, como expressão da mais profunda verdade, a verdade da certeza de si mesmo.

Dessa forma, é visível que o pensamento hegeliano na *Fenomenologia* tem por finalidade justamente retirar a característica fenomênica dos objetos e recolocá-la no sujeito, invertendo a lógica kantiana dos fenômenos e númenos. Para Hegel, a consciência acerca de um objeto se constitui a partir de um elemento que ele denomina de "desejo" (*Begierde*), já que, na compreensão antropológica hegeliana, "todo homem precisa conciliar sua vida natural com a história" (PAULA, 2010, p. 102), já que apenas assim terá origem a consciência-de-si. Segundo o filósofo, o eu enquanto indivíduo desejante realiza uma duplicação da consciência-de-si, tratando-se, assim, de um procedimento referente ao reconhecimento do outro.

Conforme informa Lima Vaz (*apud* HEGEL, 1988, p. 15-16):

A essa altura do itinerário o resultado essencial surge ao termo do movimento dialético que mostra a consciência-de-si como verdade da consciência do mundo exterior. Trata-se, pois, de explicitar num novo ciclo de figuras o conteúdo desse resultado e descrever a experiência que a consciência-de-si faz de si mesma: da sua verdade. O desejo surge como primeira figura que a consciência-de-si assume na sua *certeza de ser* a verdade do mundo. Com efeito, no desejo o *em-si* do objeto é negado pela satisfação e é esse movimento de negação que opera para a consciência a sua conversão a si mesma e traça a primeira figura da sua transcendência sobre o objeto.

Portanto, é possível afirmar que a filosofia hegeliana identifica que o primeiro passo dado pela consciência rumo à sua composição de verdade como consciência-de-si é apresentada inicialmente pelo comportamento desejante, realizado na negação da independência do objeto em face de sua busca por satisfação. Vale dizer que o desejo no pensamento hegeliano tem um significado similar ao de "apetite", vez que se trata de algo que perturba, de certa forma positivamente, o pensamento humano e faz com que haja a transformação de um mundo hostil em um mundo humano e que satisfaz plenamente os desejos individuais.

Comungando deste pensamento, o professor Henrique C. de Lima Vaz (*apud* HEGEL, 1988, p. 14) afirma que "o mundo que Hegel denomina (numa reminiscência de Platão) o mundo 'supra-sensível' é o calmo reino das leis que regem o jogo recíproco das forças (como na terceira lei newtoniana do movimento), mas a sua verdade se revela, finalmente, na imanência perfeita do movimento em si mesmo, ou seja, na *vida*".

Não diferentemente, explica Luís Henrique Vieira da Silva (2009, p. 47) que, para Hegel, a origem da consciência-de-si está justamente neste movimento dialético do conflito das figuras (*Gestalt*) da consciência – entre senhor e escravo –, fundado a partir dos desejos de superioridade e, principalmente reconhecimento. Isso porque a dialética dos desejos, como já afirmado, ocasiona a duplicação dos desejos e, conseqüentemente, na duplicação da consciência-de-si, que, por seu turno, gera a luta das consciências-de-si desejantes e que fornece como síntese – e, diante do caráter cíclico da dialética, posteriormente uma nova tese – a divisão do conceito de desejo, apresentando-o enquanto desejo propriamente dito (*Begierde*) e desejo refreado (*gehemmt* *Begierde*)⁴.

Na mesma esteira, Alexandre Kojève assinala como correto o pensamento hegeliano ao dizer que o humano se confirma como tal na medida em que arrisca sua vida para satisfazer o seu desejo humano, ou seja, é um desejo que busca outro desejo. Para ele, "desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor (...)" (KOJÈVE, 2002, p. 14). Nesse mesmo ponto, o autor assegura que todo desejo humano, que gera a consciência-de-si, parte da função do desejo de reconhecimento, já que ao se falar da construção dessa autoconsciência necessariamente se fala de uma luta de vida ou morte em prol do reconhecimento.

Ao descrever a dialeticidade da consciência-de-si, Hegel descreve no parágrafo 164 da obra da fenomenologia que "a consciência de um outro, de um objeto em geral é ela própria, necessariamente, consciência-de-si, ser-refletido em si, consciência de si mesmo no seu ser outro" (HEGEL, 1988, p. 117). Isso demonstra a passagem da dialética do desejo para a dialética do reconhecimento, como um movimento em que a fenomenologia do espírito encontra o caminho que permitirá guiar a consciência do homem ocidental para pensar o seu tempo pós-revolucionário – lembrando-se que Hegel escreve a obra logo após sentir os impactos da Revolução Francesa e da expansão política napoleônica na Europa – ou para oferecer uma justificativa sobre o destino da civilização como civilização racional.

Para ilustrar o caminho da consciência desejante até a consciência-de-si, ou seja, da passagem da dialética do desejo para a dialética do reconhecimento, Hegel insere no capítulo quatro de sua obra fenomenológica a metáfora da dialética do senhor e do escravo, cuja função não é jamais de trazer uma fundamentação filosófica aos discursos de servidão ou à origem das relações entre senhorio e escravidão, como presente nos escritos dos pensadores da Ilustração, mas sim ofertar uma reflexão sobre a consciência-de-si e sua universalidade.

⁴ Nesse aspecto, entende-se que o desejo refreado constitui a outra face do desejo, "porque não consiste mais num movimento de pura negação que afirma a consciência imediatamente no mundo; contudo, se constitui destarte na negação oposta já que a sua negação consiste na transformação e produção do que lhe é dado como o oposto" (SILVA, 2009, p. 47).

Refletindo sobre essa alteração do paradigma na consciência, dentro da filosofia hegeliana, o professor Lima Vaz (*apud* HEGEL, 1988, p. 17) contribui da seguinte maneira:

O sujeito humano se constitui tão somente no horizonte do mundo humano e a dialética do desejo deve encontrar sua verdade na dialética do *reconhecimento*. Aqui a consciência faz verdadeiramente a sua experiência como consciência-de-si porque o objeto que é mediador para o seu reconhecer-se a si mesma não é o objeto indiferente do mundo mas é ela mesma no seu ser-outro: é outra consciência-de-si.

Logo, contrariamente às interpretações da obra hegelianas mais dotadas dos critérios do senso comum, às quais inserem o pensamento sobre a consciência enquanto uma tese sobre a origem da sociedade ou uma reflexão sobre o estado de natureza, como em um direito natural da filosofia moderna, o que o autor quer se fazer perceber a partir da escrita da *Fenomenologia* é que se trata verdadeiramente de um caminho percorrido pela dialética da experiência que se apresenta na duplicação da consciência-de-si em si mesma ou na sua situação em face de outra consciência-de-si. Da mesma maneira, Hegel não quer apresentar o problema do reconhecimento como relação jurídica, mas sim a figura dialético-histórica afim à luta pelo reconhecimento, como um instrumento para que a consciência-de-si seja capaz de alcançar sua universalidade e pensar-se a si mesma numa sociedade do consenso universal.

Diante do recorte da obra realizado por este trabalho, cumpre-nos dizer que a metáfora da dialética do senhor e do escravo, em que Hegel fixa mais fortemente as bases da teoria do reconhecimento, se encontra no capítulo quatro da "Fenomenologia do espírito", em subtítulo denominado "independência e dependência da consciência-de-si: dominação e escravidão". Nesse ponto, tomando por base o formalizado por Márcio Gimenes de Paula (2010, p. 102-104), é cabível destacar determinados o conteúdo de parágrafos dessa passagem da obra, que julgamos essenciais para a compreensão da construção da consciência-de-si e, posteriormente, do reconhecimento, digressão que será realizada no segundo capítulo.

No parágrafo 178, Hegel afirma que a consciência-de-si possui esse caráter de alteridade, ao ser para si e para o outro, como algo reconhecido. Aqui, é confeccionada a noção de duplicação e divisões da consciência, já que "o desdobramento do conceito dessa unidade espiritual, em sua duplicação, nos apresenta o movimento do reconhecimento" (HEGEL, 1988, p. 126). No parágrafo 180, por seu turno, o autor admite que, em um primeiro momento, a consciência-de-si deve elevar o outro, adquirir sua essência e o assumir para si, apropriando-se do outro, de tal maneira que sua essência se torne a mesma do outro, como em uma igualdade. Considerando o conceito de reconhecimento (*Anerkennung*), Hegel escreve no parágrafo 185 que há de fato um conflito entre os opostos – uma relação dialética –, e, diante da extremidade dos opostos, "um extremo é só o que é

reconhecido; o outro, só o que reconhece" (HEGEL, 1988, p. 128), ou seja, os extremos apenas reconhecem no outro aquilo que é comum em relação a si.

Em suma, compreende-se que o pretendido por Hegel com a "Fenomenologia do espírito" é revelar ao leitor que a consciência humana segue um percurso determinante em direção ao saber absoluto, inclusive inserindo as "relações intersubjetivas de interação do homem com o mundo, enquanto função essencial do espírito" (WICKERT, 2013, p. 25). A filosofia do espírito constante da obra hegeliana necessariamente leva ao pensamento acerca da consciência e da consciência-de-si, na condição de abstrações do próprio itinerário percorrido pelo espírito, o que aparece ilustrado na comentada metáfora do senhor e do escravo.

3 O RECONHECIMENTO A PARTIR DA DIALÉTICA DO SENHOR E DO ESCRAVO

Para além da escrita de importantes teses que consubstanciam teorias propriamente jurídicas, a filosofia de Hegel é conhecida por sempre perpassar pela reflexão sobre o "outro" (*Anderes*), que desempenha diferentes funções ao longo de todo o seu sistema filosófico, sendo que, na obra em estudo, o outro é representado como o outro de si mesmo da consciência, ou seja, com uma das figuras que compõem a consciência humana. Isso fica claro na medida em que o autor estabelece que "a consciência é para si mesma o verdadeiro", bem como "é também nisso um ser-outro" (HEGEL, 1988, p. 119).

A consciência-de-si é um conceito fundamental para a compreensão do complexo filosófico que integra a dialética do senhor e do escravo e o reconhecimento. O filósofo pretende demonstrar que a consciência-de-si é a própria consciência desejante, desejo que se realiza na presença de outra consciência, ou seja, a autoconsciência deseja a verdade sobre si mesma a partir do outro, já que a consciência enquanto consciência-de-si, conforme tratado no parágrafo 178 da "Fenomenologia do espírito", tem diante si dois objetos: um primeiro, imediato objeto da certeza sensível e da percepção e o segundo, ela mesma, a autoconsciência como oposição. Para Hegel, a fundamentalidade do pensar a consciência-de-si está no processo de desenvolvimento e movimento⁵ da consciência, de modo que ser consciente-de-si representar "pensar-se como movimento, encontro da consciência, é o tornar-se consciente da direção e dos limites do próprio ser consciente" (WICKERT, 2013, p. 32).

Conforme o alemão Eugen Fink (1977, p. 170-171), comentador da obra hegeliana:

A autoconsciência surge como um retorno a si, portanto, como um movimento. Hegel caracteriza este movimento como desejo. Isto é de um

⁵ O conceito de consciência (*Das Bewußtsein*) na filosofia hegeliana não deve ser compreendido senão de maneira similar ao movimento, como devir. Segundo Wickert (2013, p. 31), "consciência significa mobilidade e adversidades, contradições e conflitos".

sentido fundamental. A autoconsciência é desejo e reina através de um impulso, ímpeto (*Drang*), uma inclinação natural; isto é, uma inclinação própria do espírito na busca de si mesmo. Enquanto que a autoconsciência é desejo, é o impulso, do retorno a si mesmo através da negação; isto é, a incorporação de todas as oposições que se opõem ao mundo. A autoconsciência é duplicada em duas figuras relacionadas entre si: na consciência da oposição do ser e na pura autoconsciência. Estas duas formas não estão uma ao lado da outra, elas estão num movimento contrário uma para a outra, estas que expõem o mesmo conteúdo da história da dialética da autoconsciência.

Portanto, a consciência-de-si em Hegel perpassa pelo instante inicial de desejo, desejo esse de uma alteridade que seja capaz de superar as oposições existentes na consciência, sendo a consciência-de-si, dessa forma, a própria busca do outro em si mesmo, como um desejo de ser reconhecido (*Anerkanntes*) e a precisão de reconhecer. Vê-se que a consciência-de-si apenas se satisfaz na medida em que está em contato com outra consciência-de-si, pois, "ao mesmo tempo em que a consciência busca o outro, ela busca a si mesmo, pois, o outro é o seu outro de si mesmo" (WICKERT, 2013, p. 34). Daí a afirmação de que a dialética hegeliana se torna explícita nesse ponto da escrita da fenomenologia, visto que a consciência-de-si apenas é em-si e para-si quando a consciência-de-si de outro também o é⁶.

Significa dizer que, na medida em que a consciência permanece no estado de não reconhecimento, ela sobrevive tão somente sob um caráter de imediatez animal, como expressão mais pura de sua faceta desejante, impedida de alcançar a instância do espírito. Com o aparecimento de outra consciência, que partilha das mesmas características, a certeza do desejo da primeira é imediatamente abalada e se dá início a dialética do reconhecimento. A primeira impressão sobre o reconhecimento na filosofia hegeliana, portanto, diz respeito à presença de um outro, de tal forma que as consciências-de-si envolvidas tendem ao processo de reconhecimento mútuo⁷. Disso parte a afirmação segundo a qual a pretensão de Hegel ao escrever o quarto capítulo de sua principal obra é evidenciar como a quebra de um *Eu* termina se estendendo para um *Nós*.

⁶ Na filosofia hegeliana, a consciência opera um duplo movimento (*Bewegung*), pois perfaz "um movimento em direção e através do outro em si mesmo e, no outro, a consciência se dirige sobre si mesma, nela mesma" (WICKERT, 2013, p. 34). O devir (movimento) da consciência aparece na constante procura pelo ser outro, já que é nesse sentido que se mostra como uma exposição intersubjetiva do movimento de reconhecimento da consciência-de-si, no qual o outro é plenamente necessário para que haja a formação dessa autoconsciência. Vale dizer: sem o outro é impossível que se chegue à fundação da consciência-de-si, visto que o outro é parte essencial, pois é o elemento que permite que a consciência perfaça o caminho até a consciência-de-si.

⁷ Veja-se que a outra consciência-de-si que aparece nessa relação dialética não diz respeito a outro indivíduo materialmente considerado, mas é verdadeiramente o desenvolvimento da própria consciência-de-si, ao passo em que busca suas semelhanças e distinções em si mesma. Senhor e escravo não são sujeitos, senão fases e aspectos da consciência de um indivíduo.

Após pensar a construção da autoconsciência e da superação da condição desejante, o filósofo se põe a refletir acerca de quais são as possibilidades de se pensar a dependência e a independência presentes nessa consciência-de-si. Nesse ponto da narrativa da "Fenomenologia do espírito", Hegel escreve a metáfora que descreve uma relação conflituosa entre senhor e escravo (*Herrschaft und Knechtschaft*), que surge na obra como um instante da formação da consciência, uma relação entre liberdade e vida. A propósito, a dialética do senhor e do escravo, além de possuir um caráter eminentemente alegórico, não representa um fato fixado na história, mas sim da "busca geral da humanidade em afirmar a si mesmo e tentar estar certa de si, assegurando sua própria existência" (NETO; MACEDO, 2016, p. 554).

Essa metáfora é representada por duas figuras da consciência, o senhor e o escravo, na qual uma delas prefere se entregar à outra por medo e opta por ser uma consciência dominada ao invés de ser uma consciência morta (não-consciência). A consciência produtiva – o escravo – prefere viver sob o regime de servidão antes de morrer, de modo que seu medo da morte é mais poderoso que seu desejo de ser reconhecido pela outra consciência, enquanto a consciência na qual o desejo de dominar é predominante sobre o medo de morrer termina por submeter a outra consciência a um regime de dominação. Alterando os termos para buscar um sentido mais ilustrativo do tema, é possível dizer que o escravo é aquele que trabalha incessantemente e continua a temer a morte, mas o senhor jamais trabalha e apenas espera os resultados do trabalho alheio. Enquanto o senhor não possui o medo da morte e por isso se encontra no nível que está, o escravo desistiu e assim se tornou, ou seja, significa dizer que o escravo é a consciência que foi obrigada a refrear seu desejo (*gehemmte Begierde*) e o senhor constitui a consciência que realiza o desejo.

Nesse sentido dialético, o desejo (*Begierde*) é o responsável pela descoberta da razão pela qual uma das consciências deixa de perseguir a realização do seu desejo e automaticamente se coloca na posição de desejo refreado (*gehemmte Begierde*). A dialética é ilustrada a partir de dois movimentos contrapostos: a consciência-de-si do senhor se afirma a partir da negação imediata da realidade e realiza seu reconhecimento no processo desse movimento conflituoso, enquanto a outra, a consciência do escravo, encontra-se impossibilidade de obter ou mesmo perseguir o reconhecimento, pois a primeira lhe tolheu a realização de seus desejos. Para Hegel, a consciência do escravo possui a tendência de se dirigir rumo ao reconhecimento (*Anerkennung*), visto que ele é quem realiza o trabalho⁸ do senhor, caminhando, assim, para uma verdadeira construção da consciência. Neste processo conflituoso entre senhor e escravo haverá a possibilidade de modificar a natureza do movimento do desejo, transformando-o em outro movimento da realidade.

⁸ O trabalho (*Arbeit*) na filosofia hegeliana não quer representar uma concepção material, como em Marx, mas é justamente a atividade de reflexão do conceito, que suprime o dualismo entre subjetividade e objetividade e permite que o conceito se desdobre até alcançar a ideia absoluta.

Nesta ilustração, o senhor representa a consciência que é para si mesma, ao passo em que o escravo é uma consciência heterônoma e que existe fora de si mesmo. Logo, outro problema perceptível nessa tese hegeliana é de que o escravo possui a tendência de se dirigir ao reconhecimento, pois o que ele faz é todo o trabalho do senhor e assim caminha rumo à construção de sua consciência-de-si, de uma consciência desejante, isto é, nesta relação de dependência quem realmente depende é o senhor em relação ao escravo, pois é ele quem desenvolve o trabalho, visto que o senhor já não sabe mais trabalhar por estar em posição de gozo de seus desejos e não ter medo da morte de sua consciência. Neste movimento dialético, o escravo, por meio de seu trabalho, supera a condição de escravo e o senhor é imediatamente rebaixado, pois não consegue mais desenvolver seu trabalho. Dessa forma, para a filosofia hegeliana, o trabalho e o medo da morte, dentro desta alegoria, constituem elementos essenciais para a formação da consciência e o atingimento do reconhecimento. A partir daí os papéis são invertidos e o escravo deixa de ser propriedade, de ser um "ser-para-outro", e substitui o senhor em sua posição, tornando-se um "ser-para-si"⁹.

Diante das várias possibilidades de resolução deste conflito, podemos dizer afinal que escravo ou senhor não querem sobreviver numa relação de luta cíclica, mas sim viver em liberdade, retirarem-se dessa cadeia perpétua. Nesse sentido, diz Hegel que a liberdade representa um fenômeno de constituição paulatina e cujo resultado advém de esforços ao longo dos séculos. Transfigurando o tema da liberdade para a dialética do senhor e do escravo, pode-se ver que o único caminho para que o escravo se torne efetivamente livre do senhor é por meio da percepção do estado das coisas, ou seja, deve ele perceber que seu trabalho é importante para o senhor e que ele, enquanto ser-para-si que vem a se tornar, é o responsável por satisfazer as necessidades daquele que depende dele para ser o que é, o senhor.

Conforme o entendimento de Hegel (2011, p. 142):

É uma consciência-de-si para uma consciência-de-si. E somente assim ela é, de fato: pois só assim vem-a-ser para ela a unidade de si mesma em seu ser-outro. O Eu, que é objeto de seu conceito, não é de fato objeto. Porém o objeto do desejo e só independente por ser a substância universal indestrutível, a fluida essência igual-a-si-mesma. Quando a consciência-de-si é o objeto, é tanto Eu quanto objeto. Para nós, portanto, já está presente o conceito do espírito. Para a consciência, o que vem-a-ser mais adiante, é a experiência do que é esse espírito: essa substância absoluta que na perfeita liberdade e independência de sua oposição – a saber, das diversas consciências-de-si para si essentes – é a unidade das mesmas: Eu, que é Nós, Nós que é Eu.

Dessa forma, pensando o conceito de objeto deste trabalho na filosofia de Hegel a partir da dialética do senhor e do escravo, é possível considerar que a

⁹ Segundo Jean Hyppolite (2003, p. 182), a existência de um conflito entre si e outro é a essência de toda a luta das consciências no campo da dialética do reconhecimento.

noção de reconhecimento (*Anerkennung*) mantém relações estritas com a alteridade, como uma construção da liberdade, visto que o "outro não é simplesmente consumido, mas sobrevive e resiste às suas próprias negações, e pode satisfazer a necessidade de reconhecimento" (WILLIAMS, 1997, p. 80). Vale dizer que a consciência-de-si possui a necessidade de atingir sua finitude, de modo que, na luta pelo reconhecimento, o escravo a encontra diante do medo da morte da consciência e, por meio do reconhecimento de sua dependência do senhor, a consciência do escravo refreia o seu desejo.

Assim, pode-se dizer que o reconhecimento na filosofia hegeliana aparece como a finalidade última do processo dialético, de busca constante das diferenças e das semelhanças entre senhor e escravo, por que passa a consciência até o atingimento do caráter de consciência-de-si. A existência da figura oposta na consciência, o outro, é essencial para a formação da consciência-de-si e, conseqüentemente, do reconhecimento. O reconhecimento da autoconsciência apenas ocorre por uma outra consciência-de-si, de maneira simétrica. Como informa Wickert (2013, p. 138-139), "a autoconsciência é a consciência e seu outro, este constantemente negado e superado, mas não eliminado, pois é condição fundamental de sua própria constituição".

O reconhecimento em Hegel é sempre compreendido como um reconhecimento de nós, nunca do eu isoladamente considerado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade traçar uma breve análise acerca do propósito da escrita da obra "Fenomenologia do espírito" e, a partir dessa obra, tecer um recorte atinente na compreensão do conceito de reconhecimento (*Anerkennung*) na filosofia hegeliana. Restou constatado que a ideia de Hegel ao escrever a sobredita obra foi justamente tecer um itinerário da consciência humana, que vai do saber sensível até a consciência-de-si, que seria justamente seu fim último.

No campo da consciência-de-si, Hegel especifica que, superado o estágio inicial de desejo (*Begierde*), em que há claramente uma imediatez, assume-se a busca do outro em si mesmo, um desejo de ser reconhecido e a necessidade de reconhecer. Com a finalidade de ilustrar essa relação dialética entre consciências-de-si desejanter, o filósofo do espírito tece a metáfora da dialética do senhor e do escravo, na qual o primeiro representa a consciência-de-si que é em-si e para-si mesma, mas que projeta suas necessidades na faceta da consciência do escravo, que é uma consciência fora de si mesmo, pois vive em função do senhor.

Em conclusão, tem-se que o conceito de reconhecimento na filosofia hegeliana aparece como o próprio ato do ser humano em se tornar humanizado. Trata-se da superação desse movimento dialético existente na relação conflituosa entre senhor e escravo, para que haja o atingimento de uma liberdade, em que

ambas as consciências-de-si obtenham sua existência independente e mutuamente reconhecidas.

REFERÊNCIAS

- FINK, Eugen. *Hegel: Phänomenologische Interpretationen der Phänomenologie des Geistes*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1977.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*. Werke, 3. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970.
- HYPOLITE, J. *Gênese e estrutura da Fenomenologia do espírito de Hegel*. Trad. Andrei José Vaczi, Denílson Soares Cordeiro, Gilberto Tedéia, Luis Sérgio Repa, Rodnei Antônio do Nascimento e Sílvio Rosa Filho. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- OLIVEIRA NETO, Pedro Adalberto Gomes de; MACEDO, Jhonatan Dhimmy Fraga. *Desejo e alteridade na secção "consciência-de-si" da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 26, n. 4, pp. 552-563, out./dez., 2016.
- PAULA, Márcio Gimenes de. *A dialética do senhor e do escravo em Hegel e sua repercussão no marxismo e na psicanálise lacaniana*. Psicanálise & Barroco em revista, v.8, n.1, pp. 993-113, jul. 2010.
- SILVA, Luiz Henrique Vieira da. O desejo e seu outro. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, ano 6, n. 10, p. 47-59, junho 2009. Disponível em: <http://www.hegelbrasil.org/Reh10/luis.pdf>. Acesso em 20 maio, 2019.
- WICKERT, Tarcísio Alfonso. *Reconhecimento em Hegel: uma análise da fenomenologia do espírito e dos princípios da filosofia do direito*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p. 155. 2013.
- WILLIAMS, Robert R. *Hegel's ethics of recognition*. California: University of California Press, 1997.

O SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS: a análise da conjuntura atual e a ética como fator determinante.

Isadora De Castro Aguiar
Graduanda em Serviço Social– UFTM
isin hacag@gmail.com

Isabella Monteiro Da Fonseca Oliveira
Graduanda em Serviço Social – UFTM
monteiroisabellaf@gmail.com

Naiara Diniz Da Mota
Graduanda em Serviço Social – UFTM
naiaradinizdm@gmail.com

Sandy Gerolin Mota Araújo
Graduanda em Serviço Social – UFTM
sandygerolin_ma@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Orientador – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As protoformas de trabalho foram as políticas públicas e de inserção social durante a gênese da profissão do Serviço Social, tinham uma responsabilidade muito grande com as demandas prontas da sociedade, e, apesar de muito ligada à moral e aos costumes da época, tendo a Igreja como principal meio de execução da caridade, de fato ajudava àqueles que de alguma forma não possuíam a chance e oportunidade de trabalho. A caridade ser ligada à moral é um empecilho muito grande durante a formação da profissão, que se desconstrói o tempo todo para a formação de um pensamento crítico. Gera-se os problemas porque a mesma seleciona os merecedores e não merecedores, cujos últimos eram sempre culpabilizados por não se encaixarem ao sistema, mas, principalmente, por não colaborarem com ele por meio da força de trabalho; visto que, todas as medidas de ajuda, antes, eram no sentido de beneficiar o sistema capitalista e o desenvolvimento dele.

A moral da profissão foi muito ligada, e durante muito tempo também, aos postulados de São Tomás de Aquino e sua teoria é intrínseca à aplicação da assistência social desde a teoria até a prática da gênese. Tendo também e principalmente a relação Igreja e Estado enquanto o dilema de maior significância para a sua formação. Afinal, a relação direta do serviço social com os trabalhadores tinha o objetivo de orientá-los nos aspectos morais e religiosos da época.

A relação de Igreja e Estado para São Tomás de Aquino é muito baseada na teoria Aristotélica. Ele afirmava que o homem é um ser social em busca da felicidade eterna, cuja esta apenas poderia ser encontrada por meio da sociabilidade, convívio e cooperação social dos indivíduos a fim de pôr em prática toda a virtude do ser humano. Para que isso ocorra, entretanto, faz-se necessário o político. Que segundo ele, é o poder que organiza todo esse convívio por meio de uma ordem, que manteria a disciplina e o comportamento dos homens.

Aristóteles afirma que o homem, por natureza, é um animal social e político porque não se basta a si mesmo para assegurar a sua sobrevivência, necessitando associar-se aos seus semelhantes para superar as dificuldades encontradas na natureza. É pelo convívio com os outros que o homem irá buscar o que lhe falta para construção das condições que permitem exprimir e viver as suas virtudes de ser humano. (AMARAL, 1998)

E o serviço social deveria contribuir significativamente para essa busca de convivência harmoniosa dentro da sociedade.

Para o serviço social, nesse momento, o homem buscaria na sociedade as condições necessárias para sua subsistência e aperfeiçoamento, visto que a sociedade deve conter abundância de bens para o corpo e a alma. Daí o Estado intervir em ações que garantiriam a edificação de uma sociedade em base cristãs. (SILVA, C. N. da, 2003, p. 92)

Portanto, já nota-se a diferença entre a moral e a vontade em se ter uma ética. A moral, determinada e baseada nos costumes cristãos, seguia sendo a principal característica da caridade e do trabalho de assistência social na gênese da profissão, entretanto, era necessário racionalizar todos esses costumes e colocar em prática tudo aquilo que se via enquanto indiscutível. Por isso, trata-se hoje, Moral e Ética como fatores correlacionados; existe moral sem ética, mas não existe ética sem moral.

Apesar de ser notável essa necessidade de uma Ética, naquela época, as pessoas precisavam e estavam conformadas com o seu próprio costume, sem dar muita prioridade a teoria e aplicação de uma ética mais elaborada e justa. Por isso, seguiu-se tendo São Tomás de Aquino como precursor de toda a profissão durante muito tempo.

2. A ÉTICA

Por meio da maturação do capitalismo e o desenvolvimento das protoformas de trabalho, durante a decadência da civilização medieval e o fim da busca pela felicidade eterna, o que surgiu foi a ascensão de um felicidade terrena. Isso gera a separação da Igreja e do Estado e a busca incessante pelo poder. Entretanto, apesar da separação, a visão tomista seguiu enraizada na profissão do Serviço Social. Fundamentos e postulados de São Tomas de Aquino chegaram até o Brasil, desde a época da colonização – por meio dos padres jesuítas. Houve um momento no qual os mesmos foram expulsos das terras brasileiras, dando oportunidade pra algumas ideias iluministas adentrarem a sociedade, mesmo que por pouco tempo. Afinal, logo depois que isso aconteceu novamente o Estado se recorreu à Igreja e sua moral, pois haviam ameaças comunistas e anárquicas no País, cujas acabaram servindo como escudo a essas ameaças que estavam presente nos trabalhadores e movimentos operários.

A Igreja, ao notar que ela e o Estado sempre estariam num embate por poder, se voltou ao trabalhador e começou a incentivar a criação de instituições que atendessem os trabalhadores em relação aos problemas sociais: moradia, saúde, desemprego e educação, a fim de que pudessem crescer e se desenvolver juntamente com o crescimento econômico. Com esse objetivo, foram criadas: ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS BRASILEIRAS (1920) e a LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS (1923). O Estado, em contrapartida, optou por atacar as grandes manifestações da questão social e o movimento operário, reprimindo-os por meio dos militares. Apesar disso ou por causa disso, o Estado formulou algumas leis trabalhistas, regulou a jornada de trabalho do menor, da mulher, acrescentou férias e sindicatos e regularizou os acidentes de trabalho, tudo isso com o objetivo de manter o controle social e político.

Com a criticidade dos operários perante a boa qualidade de vida e seus próprios direitos, tudo começou a mudar e surgiu uma obrigatoriedade do Estado de se repensar enquanto causador das manifestações da questão social e de eu forma isso poderia mudar em prol daqueles que pediam. Na década de 30, Getúlio Vargas assume o poder, amplia essas legislações, dá a a devida atenção à área assistencial, mas volta a se filiar a Igreja em relação ao Serviço Social.

Esta convocação fundamentava-se tanto na experiência da Igreja nesta área como na contribuição desta na manutenção da ordem, a partir de um discurso paternalista e autoritário, o qual visava harmonizar as classes sociais em conflito, não questionando a ordem social estabelecida. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990).

Nota-se, então, que surgia uma oportunidade para transformar o serviço social, ainda muito diferente do que temos hoje, mas, ainda assim, uma mudança. Necessitava-se de um novo profissional: adaptado a nova ordem

econômica, que contribuísse para a ascensão burguesa industrial e que não fosse crítico a ordem social estabelecida.

O assistente social tem, pois, de zelar pelos interesses dos operários proporcionando-lhes um ambiente de trabalho onde as regras da moral e higiene são respeitadas, onde, por uma judiciosa distribuição dos cargos consegue para o operário uma justa retribuição para o seu trabalho. Por outro lado, zela pelos interesses do patrão formando a consciência profissional do operário, fazendo-o compreender a necessidade de ter cuidado com o maquinismo, com a matéria-prima, desenvolvendo uma ação apaziguadora afim de manter o bom espírito, a regularidade do trabalho. Evitar acidentes, trabalhos mal feitos, desperdícios, greves, instabilidade da mão-de-obra, é servir de maneira muito apreciável, os interesses financeiros da empresa. (KIEHL, 1939, p. 8)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de então, o capitalismo se desenvolveu e gerou mais uma série de problemas da Questão Social, o que, acabou fazendo a profissão tomar um rumo ético muito crítico. Rompeu-se com os paradigmas da Igreja Católica, identificou-se com a teoria de Marx e se baseou completamente nos contornos dos antagonismos do Capital x Trabalho, qual é muito criticado por Marx. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais conceitua a moral e a ética como a ciência dos princípios e das normas que devem ser seguidas a fim de fazer o bem e evitar o mal, já que o bem é questionável, mas o mal é certo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, 1998

SILVA, C. N. da, 2003, p. 92

IAMAMOTO; *O Serviço Social na Contemporaneidade*, CARVALHO, 1990

KIEHL, 1939, p. 8

SILVA, Cláudia Neves da Silva. *A presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social*. 4. P 87-100, 2003.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais

POLÍTICA SOCIAL E SUA NATUREZA CONTRADITÓRIA ENQUANTO RESPOSTA INSTITUCIONALIZADA DO SISTEMA CAPITALISTA

Isabella Monteiro Da Fonseca Oliveira
Graduanda em Serviço Social – UFTM
monteiroisabellaf@gmail.com

Isadora De Castro Aguiar
Graduanda em Serviço Social– UFTM
isin hacag@gmail.com

Naiara Diniz Da Mota
Graduanda em Serviço Social – UFTM
naiaradinizdm@gmail.com

Sandy Gerolin Mota Araújo
Graduanda em Serviço Social – UFTM
sandygerolin_ma@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Orientador – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é ponderar efetivamente sobre as Políticas Sociais a partir de seu embasamento histórico, em que as primeiras protoformas de teor assistencialista, guiadas pelo Estado e Igreja, surgem como forma de controle social devido à emergência dos movimentos operários originários da relação de exploração entre trabalho e capital. Posteriormente, é de suma a compreensão de que estas protoformas assistencialistas não cumpriam sua devida função social, uma vez que as mesmas culpabilizavam o indivíduo ao invés de reconhecê-lo enquanto cidadão de direitos; posto este cenário, sobre a conscientização de que é dever do Estado assegurar estas políticas, o artigo tratará da criação das Políticas Sociais e o surgimento da profissionalização, discorrendo sobre suas efetividades e contradições enquanto resposta institucionalizada do Sistema Capitalista para o combate ineficiente das expressões da Questão Social, uma vez que as políticas formuladas diminuem a pobreza mas não desmonta a desigualdade social.

2. POLÍTICA SOCIAL E SUA NATUREZA CONTRADITÓRIA ENQUANTO RESPOSTA INSTITUCIONALIZADA DO SISTEMA CAPITALISTA.

Particularizando o Serviço Social Brasileiro, dada a conjuntura sócio-histórica do país na década de 1930, em que o governo atual, sob liderança de Getúlio Vargas, insere a industrialização no país; logo a gênese da profissão aproxima-se do modelo Europeu (franco-belga). Neste modelo, utiliza-se a ideia tomista de São Tomás de Aquino, grande influenciador da Igreja Católica, visto que esta utilizava da junção entre razão e fé tomista para que os fieis tentassem alcançar a felicidade eterna, isto é, Deus. (feita da cristianização da eudaimonia de Aristóteles – cada indivíduo obtêm seu lugar no cosmo).

Santo Tomás de Aquino foi um teólogo que viveu no século XIII (1225 – 1274) e seus escritos marcaram profundamente a teologia cristã, ao estabelecer e fundamentar uma colaboração entre filosofia e teologia, entre razão e fé. Dele nos interessa a noção de pessoa humana e seu pensamento quanto às relações entre Igreja e Estado, aspectos que tiveram profundo significado para a formação profissional das primeiras assistentes sociais. Se nos detivermos nos discursos destas assistentes sociais que lecionavam para futuras profissionais, verificaremos que os postulados tomistas estavam presentes em seus discursos e em seu agir profissional. (SILVA, 2003, p.88)

Neste contexto, as protoformas, que surgem como gênese da profissão, sustentam as práticas da ajuda, caridade e solidariedade apoiada pela filosofia tomista a serviço da classe dominante. No Brasil, este ideal sustentou-se desde a colonização até a expulsão dos jesuítas do Reino português, contudo apenas no século XX, através das fundações de Universidades Católicas no país, que tornou-se possível a reinserção do tomismo no país.

A presença das idéias tomistas repercutiu profundamente na percepção que a Igreja tem acerca da realidade social, política e econômica, servindo como grande escudo contra as idéias anarquistas e comunistas que se espalhavam entre os trabalhadores seja da Europa, seja do Brasil. (SILVA, 2003, p.93)

Devido ao apoio brasileiro aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em 1941 os países estreitam seus laços; logo o Brasil também sofre influência do modelo técnico norte-americano de Caso, Grupo e Comunidade de Mary Richmond. Enquanto enfermeira, Mary Richmond julgou necessária a análise da Questão Social, e a partir da ligação com a Medicina, ela associa as ciências biológicas com o social, trazendo a ideia de que a o sujeito era inteiramente responsável pela situação na qual se encontrava, tratando as expressões da Questão Social como patologias que necessitavam de tratamento para a devida cura.

O Serviço Social vai à causa das misérias e dos desajustamentos sociais, buscando os males em suas raízes; por isso mesmo é de

ação curativa e preventiva. O assistido, o deficiente é elemento ativo no seu próprio reajustamento social. O Serviço Social não se limita a um auxílio paliativo, mas agindo sobre o indivíduo e a sociedade visa colocar o necessitado, tanto quanto possível, em condições normais de vida. O Serviço Social informado do amor de Deus e do próximo é em nossos dias a expressão mais alta da caridade cristã (CAMARGO, 1941, p.33).

À vista disso, o Brasil alia a ideologia tomista católica às técnicas norte-americanas, ou seja, a população pauperizada era atendida por agente técnicos que buscavam auxiliá-los – já que eles eram culpabilizados pelo sua situação social – de forma que a população atendida identifique a raiz do seu problema e consiga uma possível inserção na sociedade através das protoformas assistencialistas que eram feitas a partir benevolência das damas da Igreja, mas com a adição do conhecimento científico e técnico norte-americano, as protoformas ganham forma funcional estruturalista de diagnóstico da sociedade, inserindo os indivíduos “irregulares” à sociedade.

Com o auge do Capitalismo nos Estados Unidos, o Brasil –influenciado pela corrente norte-americana- precisava reajustar, através do atendimento dos interesses populares, a população para que o subdesenvolvimento brasileiro torne-se desenvolvimento e permita a introdução e crescimento do modo de produção capitalista. Este ajuste foi repensado pelos técnicos, mas como ainda não possuíam o Marxismo, não foi possível uma reestruturação.

Evidentemente, este modelo assistencialista era ineficiente diante a pauperização do cenário brasileiro, pois o indivíduo não era reconhecido enquanto cidadão de direitos e as atuais políticas sociais eram vistas como ajuda ao indivíduo incapaz de inserir-se no mercado. Logo, em 1960 houve o Movimento de Reconceituação no qual trouxe ao Serviço Social uma visão política de interação e intervenção em que a relação política focalizou a classe operária ao invés da classe dominante. Em vista disso, considera-se que o principal avanço do Movimento de Reconceituação foi a conscientização dos agentes sociais, antes técnicos, de que apenas a atuação voluntariosa era ineficiência para alterar as estruturas desiguais da sociedade.

Com isso, em 1960, houve a formação de diversos eventos de Assistentes Sociais para pensar a reformulação do Serviço Social Brasileiro (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista), mas em contrapartida, em 1964, instaurou-se a Ditadura no Brasil e isto desencadeou um enorme desafio a profissão já que havia a opressão dos militares. Todavia, é este marco da autocracia burguesa que permite aos profissionais a maior possibilidade de reformulação já que o movimento operário e a resistência popular estavam cada vez mais sólidos, exigindo uma nova postura profissional.

Posto isto, havia três vertentes de reconceituação, a primeira denominada modernização conversadora visava a busca de eficácia e eficiência na

intervenção profissional; a segunda: reatualização do conservadorismo em que cabia ao Assistente Social ajudar o usuário a libertar-se, e a terceira: intenção de ruptura que remetia a profissão à consciência de classe e inserção na luta. Porém nenhuma obteve êxito devido ao regime da época que restringia tais movimentos. Apenas em 1980, devido ao fim da ditadura, foi possível várias conquistas enquanto profissão, como: o crescimento das pesquisas, o movimento coletivo em favor dos direitos sociais, rompimento com o conservadorismo e a organização da categoria. Em 1993, foi criado o Código de Ética Profissional que defende a liberdade como valor central, assegura os direitos humanos, sendo o indivíduo, um cidadão de direitos, e surge a Lei de Regulamentação da Profissão a partir do conjunto CFESS/CRESS.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordado todo este contexto sócio-histórico da profissão, conclui-se que a profissão surgiu da divisão sócio-técnica do Trabalho, esta última sendo a capacidade humano-genérica de transformar a natureza. Contudo, a divisão do Trabalho acarreta na perda da capacidade humano-genérica do indivíduo, surgindo o trabalho alienado que aguda as expressões da Questão Social; logo, o Estado encontra a necessidade de intervir, por meio da profissão, para superar este problema social. Por conseguinte, evidencia-se a contradição da profissão, já que a mesma busca a reintegração do Trabalho, dirigindo-se para a superação do trabalho alienado e restituição da capacidade humano-genérica. A vista disso, mesma tem um posicionamento para a superação do Capitalismo e concomitantemente trabalha para ele visando sua manutenção e ordem social.

REFERÊNCIAS

SILVA, Cláudia Neves da. *A presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social*. v:24. Londrina: Contexto, 2003. 88 p.

SILVA, Cláudia Neves da. *A presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social*. v:24. Londrina: Contexto, 2003. 93 p.

CAMARGO, C. Discurso. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n.26, p.30-34,1941.

PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: Assistente Social, Agente Estatal Operacional ou Profissional Teórico Metodológico e Técnico Operativo

Miriam dos Santos
Graduanda em Serviço Social - UFTM
mdcruz40@gmail.com

Eliete da Conceição Arrais
Graduanda em Serviço Social - UFTM
Elietearrais45@gmail.com

Heloisa Abdala Aguiar
Graduanda em Serviço Social - UFTM
heloisaabdala@hotmail.com

Marinês de Oliveira Félix
Graduanda em Serviço Social – UFTM
Marines-felix@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Docente – UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

As protoformas do Serviço Social foram pensadas e mantidas pela Igreja Católica, baseadas na prática de ajuda, caridade e solidariedade, impregnadas pela filosofia Tomista e a serviço da classe dominante, sua gênese se deu com a maturação do capitalismo, vide que essa maturação produz as expressões da questão social, ou seja, o acirramento de classes no capitalismo, que traz as desigualdades sociais e todas as mazelas oriundas desse processo. Ridente (2001 p.13), traz o conceito de “Classe” por Marx,

Marx parece usar o termo “classe” com sentidos nem sempre equivalentes. (...) o empregou tanto no sentido “genérico-abstrato”, quanto no sentido “específico-particular”. No primeiro são realçadas as determinações comuns e gerais pertencentes a todas as épocas, no segundo o fenômeno específico “determinado pela produção capitalista moderna” (Hirano, 1974:82-86). Ou seja, num sentido amplo, o termo classe identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para apropriarem-se do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência.

Com o desenvolvimento capitalista - concorrencial - monopolista - financeiro, houve o agravamento das expressões da questão social, assim o tripé:

Estado-Igreja-Burguesia, se estruturam na busca da resolução dos conflitos oriundos do modo de produção, que se firmava com o amadurecimento do capitalismo, assim buscaram o amparo na profissão do agente operacional das políticas públicas – o Assistente Social, que surgiu como profissão, na industrialização e ascensão da classe proletária, que busca oferecer respostas às expressões da Questão Social, através do processo Histórico, Teórico- Metodológico e Crítico. Iamamoto (2010. P.27), conceitua Questão Social,

Questão social apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social que é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém –se privada, monopolizada por parte da sociedade.

Autores, como, Carlos Montanõ, Manuel Manrique Castro e Maria Lúcia Martinelli, dentre outros, apresentam subsídios para o entendimento da Gênese e desenvolvimento do Serviço Social, da legitimação da profissão enquanto categoria Trabalho do Assistente Social, do contexto sócio-político mundial e brasileiro que favoreceu o surgimento da profissão, implantação/implementação de metodologia e intervenção históricas, e o entendimento da Questão Social - objeto de intervenção do profissional e da abordagem das estruturas sócio-políticas-econômicas no capitalismo brasileiro atual e buscando compreender como se coloca o profissional nessa conjuntura.

2- PROCESSO HISTÓRICO DA PROFISSÃO

Historicamente, a profissão foi se desenvolvendo em meio a processos de adequação da atuação dos agente comunitários - jovens senhoras da sociedade burguesa, dotadas de moral e bons costumes, que por incentivo da Igreja Católica, tinham como proposta atuarem dentro dos lares dos trabalhadores, com objetivo de identificar as reais condições de vida, as necessidades materiais que os mesmos reclamavam, assim, essas informações eram entendidas e atendidas pela Igreja que buscava no Estado e na Burguesia subsídios para tal, mas, o atendimento pontual a essas demandas como forma de ajuda/caridade, só minimizava o problema, não oferecia nenhuma condição para mudanças da estrutura na vida desses trabalhadores e familiares. Estes agentes sociais, atuavam em mão dupla – antagonismo-, pois na busca de solucionar as mazelas dos trabalhadores e suas famílias, também, se tornavam um agente de espionagem, levando à Igreja/Burgueses, informações da classe, favorecendo as ações de desarticulação de qualquer tipo de agrupamento e manifestação, mantendo o controle da classe em vigilância permanente. Como aborda, Martinelli (2011 p.66)

Burguesia, Igreja e Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando coibir as manifestações dos trabalhadores eurocentrais, impedir suas práticas de classe e abafar sua

expressão política e social. (...) Surgiam, assim, no cenário histórico *os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, (...)*.

Essas ações intervencionistas, pulverizadas e sem continuidade, se mostravam ineficientes, assim, a Igreja busca se posicionar, criando a *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931), que foram implementadas pelo Estado, mas, que durante suas vigências ofereceram a ajuda, a caridade de forma que desqualificava o sujeito de direito, estigmatizando e culpabilizando e continuava a não apontar soluções que viessem a conceder de fato mudanças no padrão social dos trabalhadores, pelo contrário com a implantação dessas Leis, foram mais estigmatizados e excluídos. Algumas tiveram características assistenciais que poderíamos disser serem protoformas das Políticas Sociais como cita, Behring (2010 p. 48),

(...) citadas como legislações seminais essas leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial (Polany, 2000 ; Castel, 1998):

- Estatuto dos trabalhadores, de 1349.
- Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563.
- Leis dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601.
- Lei de Domicílio (Settlement Act), de 1662.
- Speenhamland Act, de 1795.
- Lei Revisora das Leis dos Pobres, ou Nova Lei dos Pobres (Poor Law Amendment Act), de 1834.

Essas legislações, traziam um caráter coercitivo, punitivo e repressivo, não reconheciam o indivíduo como sujeito de Direito, ofereciam ajuda temporária, induziam o trabalhador a vender sua força de trabalho por qualquer valor, manipulava a logística de trabalho, lhes tirando a autonomia de escolha, ou seja, atuavam no assistencialismo, prática dos agentes sociais que apoiado a essas Leis, atuavam como meros operadores, estando aliados ao controle da Igreja e do Estado, permanecendo assim por longo período até que as primeiras manifestações de surgimento da institucionalização da profissionalização do assistente social se deram pela influência Franco-Belga.

No ano de 1851, na Inglaterra Florence Nightingale, precursora da profissão de enfermagem, estabeleceu seus primeiros cursos de preparo de visitantes domiciliares, concebendo a tarefa assistencial como reintegradora e reformadora do caráter, o “Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários, foi realizado pela Sociedade de Organização da Caridade da Inglaterra em 1893-Londres. Em 1897, na Conferência de Caridade e Correção em Toronto, Mary Richmond, que participava da Sociedade de Organização de Caridade de Baltimore, propôs a criação de uma escola para ensino de Filantropia Aplicada, defendida pela

necessidade de formação de assistentes sociais. Mary, introduziu um método que levaria ao levantamento de dados com o diagnóstico do problema social, que após avaliação, serviria para a proposta de tratamento, ou seja, ela abordava as expressões da Questão Social como caso de saúde da sociedade.

Essa metodologia é denominada como “Metodologia do Caso Social Individual”, que propõe o reajustamento do homem em seu meio, ou seja, o desajustado é o indivíduo - levava em conta a personalidade social, através da ação de evidência social, define uma nova concepção para o ser social, sendo este produto das relações intrínsecas da personalidade e o meio, podendo explicar o caso social como um fenômeno de totalidade, com seu método ela tentou racionalizar a assistência, a partir da visão terapêutica, considerando a questão social como uma doença que necessita de diagnóstico e de tratamento a partir do indivíduo. Tudo isso foi fruto de dois fatores: a situação da sociedade segundo seu contexto (industrialização e ascensão da classe proletária) e o desafio de oferecer respostas – sob perspectiva genérica de intervenção. Em 1899, surge a primeira escola de serviço social na Europa - Amsterdã, Holanda; em 1908, Alice Salomon iniciou cursos para agentes sociais, que deram origem à primeira escola alemã, a primeira escola de serviço social na Inglaterra; em 1911, em Paris foi criada a primeira escola de serviço social de orientação católica e outra em 1913 com orientação protestante; em 1925, surge a primeira escola de serviço social da América Latina no Chile, criada pelo Dr. Alejandro Del Rio. Em 1936, é fundada a primeira escola de serviço social no Brasil em São Paulo e em 1937 no Rio de Janeiro.

A abertura das escolas de serviço social não garantia pela sua própria existência a consolidação da profissão do Assistente Social, que veio afirmar-se só com a consolidação do capitalismo maduro. Como aponta Martinelli (2011p.66),

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo - , pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição (...), produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e nele identificada “como a criança no seio materno” (Hegel, 1978,§405:228) (...) – como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela igreja, como uma mistificada ilusão de servir.

Com características enraizadas como uma profissão voltada à prática do assistencialismo, se fez necessário repensar a prática profissional, adequando-a às novas conjunturas sociais. O desenvolvimento profissional do serviço social e a expansão do mercado de trabalho profissional se fez no momento histórico no pós segunda guerra mundial, momento em que se deu o desenvolvimento industrial, tendo como marco o Taylorismo, o Fordismo e a regulação da economia através do Keynesianismo, nos chamados trinta anos gloriosos, ou seja, no momento em que

se buscou a flexibilidade no processo de trabalho em contrapartida à rigidez da linha de produção em massa e em série, que veio agregada a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e ao aproveitamento máximo da mais-valia como forma de aumento do capital. lamamoto (2010 p.32),

Surge, neste contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. (...) – e também o assistente social- sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições.

2.1 Profissão Assistente Social – Teórico Metodológico, Técnico Operativo

As profundas alterações no quadro sócio-político-econômico da estrutura capitalista no pós guerra, trouxe mudanças e agravamento das expressões da Questão Social, assim as bases de atuação do assistente social, sofreram alterações que necessitou o que, lamamoto (2004 p.6 e 7) chamou de “base técnico-científica às atividades de ajuda e filantropia”. Em outros termos, quando se processa uma “tecnificação da filantropia”, que trouxe uma nova compreensão quanto às demandas e entendimento do agente usuário, através de técnica no atendimento das demandas, mas, sempre atuando com o antagonismo de interesses das classes, que fortalece as bases do capital e ao mesmo tempo atende a classe trabalhadora em suas demandas sociais. Como aborda lamamoto, (2004 p.6),

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento de nossas sociedades, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício da profissional, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que as sustentam.

Como qualquer trabalhador no âmbito da estrutura capitalista, o assistente social, também se insere, ao vender sua força de trabalho, o que o diferencia é a capacidade específica, concreto distinto e particular enquanto sujeito Técnico Operativo, regido por metodologias e pautado em um código de ética profissional, na operacionalização das Políticas Públicas. A profissão do assistente social está na divisão sócio técnica do trabalho (trabalho alienado), que separa a intencionalidade da coisa feita, onde os assistentes sociais são os executores, administradores e construtores das políticas públicas em um relacionamento direto com o Estado e as classes sociais. lamamoto (2009.p.8), aborda o exercício da profissão dizendo,

(...) o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressupostos do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

Ao longo da história, a atuação dos assistentes sociais, vindo caminhando na linha de frete, diretamente ligada ao enfrentamento das expressões da Questão Social oriundas do modo de produção do sistema capitalista e às relações entre Estado, população e instituições, o que foi se modificando foram as funções, formas de atuação e exigências de competências, em cada período, o que exigiu e tornou o profissional um sujeito ativo e em constante aprendizado e capacitação. Netto (1992 in lamamoto 2009. P.31), traz essa característica ao dizer,

Sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora essa seja ainda o perfil predominante, não é o mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização as políticas públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e de planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselheiros de políticas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

O profissional operacional das políticas públicas, que atuou por longas décadas, toma na contemporaneidade, um lugar de destaque no cenário social-político, sendo levado a atuar com compromisso ético-político, operacionalizando com competência através dos conhecimento teóricos-metodológicos as políticas públicas e também se colocando à participação ativa nas várias esferas sociais públicas, como aponta lamamoto (2009 p.32), “profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais.” O assistente social, deve ir além do universo das relações Capital X Trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a profissão na contemporaneidade, enquanto pertencente a divisão sócio técnica do trabalho, demonstra ser um movimento contínuo, já que ela caminha lado a lado com todas as transformações sócio-políticas-econômicas ligadas ao processo de estruturação e manutenção sistema capitalista nos países, que o adotam como forma de governo, ademais, em momento histórico que vivemos atualmente, crise que generalizada do sistema. No Brasil, especificamente, surge um novo desafio aos profissionais, lidar diretamente com as consequências do sistema Liberal que adentra a conjuntura política e econômica do novo governo, ou seja, o desmonte das políticas sociais, com corte de verbas, com a privatização de serviços públicos de base, que há muito vem sendo implantado gerando a precarização dos serviços públicos em todo o âmbito social, perdas de direitos sociais tão duramente alcançados por tanta luta da classe trabalhadora.

É nesse ambiente, de ansiedade, instabilidade e inseguranças, que o se encontra toda a sociedade trabalhadora e nele inserido o Assistente Social, chamado a estar apto ao atendimento das demandas sociais nos mais variados ambientes de trabalho, se vendo no antagonismo, como sujeito ativo e participativo no sistema que mantém a relação capital trabalho, e o universo da classe trabalhadora. Momento este, que será exigido a atuação crítica do Profissional Teórico Metodológico e Técnico Operativo, pautado no Código de Ética, na efetivação de suas intervenções.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. 213 p.– (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**/Marilda Villela lamamoto. – 19.ed. – São Paulo, Cortez, 2010. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Brasília: in CFESS, 2009. 40p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Texto base da conferência inaugural do XVIII seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, que tem como tema central: **La Cuestión Social y la formación profesional em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. San José,. Costa Rica, 12 de julio de 2004. 19 p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**/Maria Lúcia Martinelli. 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. 165 p.

NETTO, José Paulo, 1947- **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**/José Paulo Netto – 15.ed.-São Paulo:Cortez, 2010.

RIDENTE, Marcelo, 1959 – **Classes sociais e representação**/Marcelo Ridente. [apresentação Francisco de Oliveira] – 2. Ed. – São Paulo, Cortez, 2001. 117 p. – (Coleção questão da nossa época; v.3)

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na Prática a Teoria é outra?**: Mitos e dilemas na relação teoria, prática, instrumentos técnicas no serviço social. 2ª Tiragem.- Rio de Janeiro, Lumen Juris. 2011. 107 p.

QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO: o sentido da solidão no processo de envelhecimento

Lara Villaça de Andrade
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
laravillacadeandrade@gmail.com.br

Maria Cherubina de Lima Alves
Doutora, docente do curso de Psicologia – Uni-FACEF
mcherubina@gmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta construções teóricas e resultados parciais do projeto de pesquisa que está sendo realizado por Lara Villaça de Andrade, estudante de Psicologia do Centro Universitário Municipal de Franca, bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPQ, orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Cherubina de Lima Alves.

O projeto tem como tema “QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO: o sentido da solidão no processo de envelhecimento” e o objetivo geral é compreender as relações existentes entre qualidade de vida, solidão e processo de envelhecimento a partir da perspectiva do idoso. Como parte do projeto, este artigo, especificamente, também tem esse objetivo, porém, vale ressaltar que o mesmo continua em processo de desenvolvimento das análises dos resultados.

A justificativa para pesquisar o tema escolhido vem do interesse pessoal da pesquisadora frente aos temas relacionados à terceira idade. Além disso, as estatísticas têm apontado para o envelhecimento populacional no Brasil, de acordo com projeções divulgadas pelo IBGE (2013) em 2010 os idosos eram cerca de 10% da população brasileira, estima-se que este número triplicará até 2050. O percentual tende a aumentar gradativamente conforme a passagem do tempo, sendo assim, faz-se necessário compreender os fenômenos comuns dessa faixa etária, a fim de que a população esteja melhor preparada para enfrenta-los.

2 PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Veras (2009) apresenta as estimativas estatísticas de que o Brasil, em 2020, será o sexto país do mundo em número de idosos. Considerado como um “jovem país de cabelos brancos” a cada ano que passa são incorporados 650 mil idosos à população brasileira, portanto cabe explicitar uma breve conceituação dos fatores que envolvem o processo de envelhecimento.

A palavra “envelhecimento” é usada popularmente para designar a passagem do tempo, entretanto é fundamental lembrar que o processo de envelhecimento é vivenciado por todas as pessoas e o mesmo inicia-se com o

nascimento de cada indivíduo inserido em determinado contexto histórico-cultural. Nesse sentido, a terceira idade é marcada através passagem da vida adulta para a velhice.

Teixeira (2006) aponta que para definir melhor o envelhecimento humano é fundamental considerar que este é um fenômeno biológico, psicológico e social que alcança a pessoa na plenitude de sua existência, capaz de modificar a sua relação com o tempo, o seu relacionamento com o mundo e com a sua própria história. Por conta de envolver a subjetividade do indivíduo e uma multiplicidade de aspectos, sendo estes de caráter biopsicossocial. Kaufman et al. (2012) compreende o processo de envelhecimento como uma realidade complexa. Neste sentido, ela deve ser contemplada de uma forma capaz de integrar todas as características que a compõe.

Lima e Delgado (2010) caracterizam o envelhecimento por meio do conjunto de transformações que surgem progressivamente na vida adulta, sendo estas biológicas, funcionais, psicológicas, e que frequentemente, mas nem sempre, reduzem a perda da capacidade que a pessoa possui de se adaptar ao meio.

De acordo com Cancela (2007), os indivíduos envelhecem de formas muito diversas e em ritmos diferentes, podendo destacar-se três tipos de envelhecimento ou idades. A idade biológica tem um caráter que pode ser visualizado através das transformações que ocorrem na aparência, as mudanças físicas são visíveis e muitas vezes consideradas como assustadoras, pois as alterações fisiológicas transformam toda dinâmica de funcionamento da vida da pessoa.

Para Hoyer e Roodin (2003) a idade psicológica refere-se às habilidades que indivíduo utiliza para se adequar às exigências do meio, entre elas estão: aprendizagem, atenção, memória, inteligência, controle emocional, etc. A degradação dos aspectos biológicos influenciam no envelhecimento psicológico, pois se tais capacidades estiverem afetadas pode ser que gerem uma falta de motivação, sentimentos depressivos e conseqüentemente uma dificuldade para enfrentar os novos papéis que surgem durante este processo.

Segundo Figueiredo (2007), associadas às alterações físicas e psicológicas que ocorrem na terceira idade, encontram-se as transformações dos papéis sociais, as quais exigem uma certa adaptação do idoso frente às novas condições de vida. A questão da aposentadoria evidencia a mudança de papel que o idoso tem de enfrentar com a chegada da terceira idade. Muitos ficam presos e dão ênfase na perda acometida, entretanto, ela pode ser vista como uma etapa da vida de escolha prazerosa, onde surge mais tempo para pensar, refletir sobre algumas questões e até planejar metas possíveis de serem concretizadas. Fortes (2006) denomina a aposentadoria como um “descanso remunerado”, onde é possível desenvolver e resgatar ideais da juventude.

A idade social corresponde, assim, aos comportamentos atribuídos aos papéis etários que a sociedade determina para os seus membros. Ela é

composta por atributos que caracterizam as pessoas e que variam de acordo com a cultura, o gênero, a classe social, o transcorrer das gerações e das condições de vida e de trabalho, sendo que as desigualdades destas condições levam a desigualdades no processo de envelhecer. A cultura tem um importante papel nesse aspecto, pois define como uma sociedade vê os idosos e o processo de envelhecimento (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 590).

Destaca-se que a terceira idade não é um período que se restringe a perdas, porém é fato que surgem vários obstáculos a serem enfrentados, diante de uma suposta adaptação frente às perdas orgânicas, afetivas e sociais relacionadas ao indivíduo. Este período do desenvolvimento pode ser considerado como uma fase boa da vida quando a pessoa idosa consegue agregar qualidade de vida. É fundamental focar nas potencialidades e nos ganhos adquiridos. Schneider e Irigaray (2008, p. 593) revelam que é papel do idoso “[...] potencializar os próprios recursos e focar na autoconstrução da subjetividade e da própria identidade”.

A velhice traz muitas perdas: muitos são contra essas perdas. Mas outra opinião mais animadora diz que, se as perdas são realmente lamentadas, esse lamento nos liberta e pode nos conduzir a “liberdades criativas, desenvolvimento, prazer e aptidão para abraçar a vida” (VIORST, 2005, p. 291).

Assim como Viorst (2005), Marrachinho (2014) ressalta que é possível compensar as perdas que ocorrem no envelhecimento. Através da capacidade de resiliência e de ganhos que poderão ser obtidos com todas experiências suscitadas e geradas por meio do envelhecimento, a pessoa idosa tem condição de ver o lado bom da terceira idade. As situações e experiências enfrentadas possibilitam que o idoso adquira uma sabedoria e uma maturidade significativa frente às circunstâncias da vida.

A partir da leitura e discussão bibliográfica é possível compreender que o processo de envelhecimento contempla diversos fenômenos, tais como mudanças biológicas, psicológicas e sociais, o que o caracteriza como um período intenso e complexo do desenvolvimento humano. Na medida em que se agrega aspectos positivos às situações vivenciadas, esta etapa passar a ter significado e sentido compensatório o que favorece o desenvolvimento da sabedoria e da integridade do ego.

3 QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida abrange uma diversidade de significados, estes construídos ao decorrer do tempo, conforme os valores da cultura, os aspectos sociais e econômicos de cada sociedade. Marrachinho (2014) afirma que o termo criado na década de 60 surge com o intuito de superar as

barreiras existentes da época, ou seja, o bem-estar e a saúde estavam ligados ao viés econômico e biomédico.

Gordia et al. (2011) apontam que, no final do século XX, a Organização Mundial da Saúde (OMS ou WHO – *World Health Organization*) formou um grupo com especialistas e estudiosos da área com o intuito de aumentar a rede de conhecimentos acerca do tema e desenvolver meios de avaliação da QV dentro de uma perspectiva transcultural. Portanto, buscava-se por meio das investigações científicas compreender tal realidade a fim de que o prolongamento da vida humana fosse agregado à qualidade de vida e ao bem-estar.

Sendo assim, Paul e Fonseca (2008, p.34) revelam que a qualidade de vida foi definida pelo *The World Health Organization Quality of Life Group* (WHOQOL Group) como “[...] a percepção individual da sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais se insere e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.”

Esse conceito é importante pois representa uma visão de qualidade de vida de uma organização internacional que tem o intuito de pensar e fazer propostas sobre a educação, influenciando vários países. Na definição da OMS é ressaltada a individualidade na percepção e interpretação das variáveis envolvidas na qualidade de vida. Além disso, é dada ênfase para questões culturais e de valores, perspectivas e metas. Apesar de seu destaque internacional, a OMS não é a única a propor definições sobre a qualidade de vida.

Para Neri (2001) a qualidade de vida compreende características biológicas, psicológicas, sociais, espirituais aplicadas às relações atuais, passadas e futuras de indivíduos e grupos sociais. Além disso, também são levados em conta valores individuais e sociais dentro do que é tido como normal e como desejável ou ideal quanto ao bem-estar subjetivo e objetivo. Assim, esse autor insere também a dimensão espiritual na avaliação da QV.

Através de uma revisão bibliográfica feita por Dawalibi et al. (2013) acerca do tema “Envelhecimento e qualidade de vida”, é possível compreender que a QV é um tema estudado e investigado em todas as idades e por diversas áreas do conhecimento. Entretanto, percebe-se um número crescente de publicações do tema relacionado ao processo de envelhecimento, o que pode sugerir uma associação às estimativas do aumento da expectativa de vida e do número dessa população no mundo, e especialmente no Brasil.

Mesmo sendo natural, o envelhecimento deixa o organismo suscetível a alterações que repercutem nas condições de saúde e qualidade de vida do idoso (ALVARENGA et al., 2008). De acordo com OMS (1995 apud DALSENTER; MATOS, 2009), conforme a pessoa envelhece, percebe-se que sua qualidade de vida é marcada pela capacidade em manter autonomia e independência.

Entende-se como autonomia a possibilidade de tomar decisões sobre si e sobre a própria vida de acordo com as regras e preferências pessoais, já a

independência está ligada à capacidade de realizar atividades relacionadas à vida diária.

Para Lima-Costa e Veras (2003), o prolongamento da vida é uma realidade que se faz presente em muitas sociedades, entretanto, é fundamental oferecer condições adequadas para que as pessoas idosas possam sentir bem-estar, portanto agregar qualidade de vida a este processo é algo essencial para que ele seja considerado uma conquista real e digna de todo e qualquer ser humano.

Sendo assim, percebe-se que promover qualidade de vida é um desafio a ser enfrentado pelas conjecturas atuais diante de um cenário crescente da população idosa. Exige um esforço tanto do indivíduo quanto da própria sociedade em si, responsável por propor políticas públicas que contemplem o bem-estar físico, psíquico, social e espiritual.

Cabe ressaltar que é um processo e um conceito construído ao longo de todo o desenvolvimento humano, ou seja, é possível considerar que a caracterização da qualidade de vida é resultado das escolhas, das atitudes, das crenças, sentimentos e pensamentos advindos do próprio homem e da própria coletividade expressa pela cultura social.

4 SOLIDÃO

Azeredo e Afonso (2016) afirmam que por ser um conceito subjetivo, o fenômeno da solidão pode ser difícil de ser caracterizado. Teixeira (2010) revela que ao fazer uma revisão da literatura foi possível certificar que a solidão realmente é um conceito vago e impreciso e isso se dá pois é uma realidade influenciada por questões sociais, pessoais e situacionais.

De acordo com o minidicionário Aurélio, Ferreira, (2004, p.747), a solidão pode ser entendida como “estado de quem se acha ou vive só”. Atrelado a isso, Neto (2000, apud AZEREDO; AFONSO, 2016) descrevem que o sentimento de solidão conduz um mal-estar, um sentimento de vazio interior, em que o indivíduo se sente sozinho mesmo que ele esteja rodeado de outras pessoas.

Diante disso, considera-se que a solidão ultrapassa o estado de isolamento, já que durante esse momento o pensamento recorrente baseia-se na falta de suporte, de interação, ou seja, aspecto este de natureza afetiva. Sendo assim, cabe destacar o quanto o estabelecimento e a manutenção de relacionamentos sociais contribuem para a determinação dos níveis de solidão e conseqüentemente da qualidade de vida, portanto tal conceito abarca uma relevância significativa.

Em suma, identifica-se que a solidão tem muitos significados, e que estes procedem da maneira com que cada indivíduo mediante às experiências, avalia, conceitua o seu estado de solidão, e da forma com que lida com a mesma. Azeredo e Afonso (2016) discorrem que fatores situacionais e de personalidade

unidos ou não com outros, podem contribuir para a experimentação de sentimentos de solidão, estes podem surgir em qualquer faixa etária, entretanto, assumem um caráter mais marcante na adolescência e na terceira idade, já que são momentos de transições e grandes transformações.

Segundo Correia (2012) a solidão pode surgir como um possível desdobramento do processo de envelhecimento, tendo-se transformado num problema social nesta faixa etária. Os idosos, especialmente, por vivenciarem um período em que ocorrem inúmeras mudanças, as quais podem ser relacionadas e associadas a perdas significativas, estão propensos ao sentimento de solidão e conseqüentemente até ao isolamento social.

Verifica-se que vários são os aspectos capazes de influenciar o idoso a sentir solidão, tais como a personalidade, o suporte social, os vínculos estabelecidos, assim como o modo de viver a vida e de lidar com as adversidades que suscitam no caminho. Além de pensar em estratégias, faz-se necessário incorporar e propor novos caminhos para que as pessoas consigam superar ou até mesmo conviver com a solidão, sem que ela traga prejuízos à vida humana.

5 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA SEGUNDA METADE DA VIDA

Carl Gustav Jung (2016) conta que foi a partir da sua avaliação pessoal que pôde crescer e desenvolver sua teoria, ele chama de individuação o processo de desenvolvimento psicológico pelo qual ocorre uma ampliação de consciência, e assim a pessoa entra em contato com o seu mundo mais primitivo, o inconsciente.

Para Silveira (1997) o processo de individuação não se traduz em um desenvolvimento linear, mas sim em uma atividade dinâmica, que está sempre em movimento e sofre influências de forças conscientes e inconscientes. Arelado a isso entende-se que o processo de individuação é baseado na transformação da personalidade do ser humano.

Esse transcurso envolve uma capacidade de integração das dualidades existentes, ou seja, representa o momento no qual o indivíduo é capaz de aceitar e conviver conscientemente com tendências opostas da personalidade, tais como sombra, persona, animus, anima e Self. Todos estes elementos citados constituem a psique desenvolvida por Jung.

“Jung viu o desenvolvimento como contínuo e as oportunidades para promover um ainda maior desenvolvimento psicológico como uma opção ao alcance de pessoas de qualquer idade, incluindo a meia-idade e a velhice” (STEIN, 2006, p. 154-155). Neste sentido, é possível compreender que a terceira idade é um momento no qual o indivíduo tem oportunidade de progredir, evoluir internamente e alcançar a sabedoria na medida em que se tem consciência do dinamismo psíquico e se aceita as polaridades da existência.

A individuação na segunda metade da vida é conceituada como metanóia, a qual Agostinho (2006) define como fenômeno em que ocorre a inversão de energia psíquica. O indivíduo após a segunda metade da vida tende a voltar-se aos aspectos internos, pois apesar de todas conquistas, êxitos e triunfos externos, ele ainda não preencheu o desejo pelo significado da vida.

Sendo assim, para Jung (1991), um novo processo de desenvolvimento interno inicia-se na meia-idade, sendo esta a etapa mais importante do processo de individuação, ou seja, de desenvolvimento psíquico e conquista de si mesmo, tendo como objetivo o desenvolvimento da personalidade individual. Afirma que “[...] um ser humano certamente não viveria até os setenta ou oitenta anos se sua longevidade não tivesse sentido para a espécie” (JUNG, 1991, p.349).

Por fim, entende-se que indivíduos na meia-idade merecem uma atenção especial e necessitam de um olhar mais cuidadoso frente aos processos que envolvem o desenvolvimento do indivíduo para que se agregue mais sentido e qualidade à vida humana.

6 METODOLOGIA

A pesquisa foi estruturada a partir de um conjunto de estratégias que buscam conhecer e compreender variáveis importantes do processo de envelhecimento, como a qualidade de vida e a solidão. Tais estratégias focam na realidade de cada sujeito a ser estudado, cujo foco principal é a subjetividade do indivíduo inserido em seu contexto. Sendo assim, tal investigação encaixa-se nos moldes de um estudo exploratório qualitativo.

“A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p.32).

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, conforme Piovesan e Temporini (1995, p.324), relevante para o objetivo da pesquisa já que a “[...] pesquisa exploratória permite um conhecimento mais completo e mais adequado da realidade. Assim, o alvo é atingido mais eficientemente, com mais consciência. A pesquisa exploratória corresponderia a uma visualização da face oculta da realidade.”

Portanto, com o intuito de conhecer e familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido pretendeu-se explorar e identificar aspectos relevantes do processo de envelhecimento para que pesquisadora estivesse apta a construir hipóteses e desenvolver reflexões acerca do tema proposto.

A presente pesquisa contou com a participação de 6 pessoas que frequentavam um Centro de Convivência do Idoso (CCI) da cidade de Franca, sendo elas 3 idosos que frequentavam um grupo de apoio e 3 idosos que participavam das atividades regulares.

O grupo era conduzido por estagiárias do 4º ano de Psicologia do Uni-FACEF no ano de 2018, que oferecia um serviço de promoção de saúde com o objetivo de motivar o fortalecimento de vínculos, a reflexão de diversos temas como autonomia, perdas, entre outros. Já as atividades regulares realizadas pelos idosos eram abertas para todos os interessados, estas eram baseadas em oficinas e aulas oferecidas aos interessados no CCI.

Estabeleceu-se como critérios de inclusão na amostra: ter acima de 60 anos completos e frequentar o CCI por pelo menos 1 vez ao mês, nos últimos 6 meses. Cabe ressaltar que nos países em desenvolvimento a OMS (Organização Mundial da Saúde) considera uma pessoa como idosa após os 60 anos de idade, essa diferenciação se dá pelo nível de desenvolvimento, o qual sofre influências de questões econômicas, culturais e sociais. Nesse sentido foi estabelecida a idade mínima de 60 anos a partir dessa delimitação da OMS quanto ao período em que essa fase do desenvolvimento se inicia.

Os convites para participação da pesquisa foram feitos aleatoriamente a todos que atendiam aos critérios de inclusão, porém o objetivo da pesquisadora era de compor a amostra com três pessoas idosas de cada um dos dois grupos, independente do gênero. Primeiramente a pesquisadora convidou presencialmente, durante uma semana, no período da manhã, as pessoas que frequentavam as atividades regulares do CCI. Aqueles que se voluntariaram primeiro e entraram em contato com a pesquisadora foram selecionados como participantes.

Posteriormente, a partir do contato dos participantes, foram marcados os encontros individuais e presenciais no próprio CCI, para a realização do estudo. Tendo em vista o fato do estudo em questão envolver o contato com seres humanos, foi necessário refletir sobre e garantir a preservação do cuidado ético envolvido em pesquisas com seres humanos. Portanto, antes da pesquisa de campo ser realizada o projeto foi submetido e obteve a aprovação do pelo Comitê de Ética em pesquisa do Uni-FACEF. Foi delineado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, esclarecendo os procedimentos e objetivos da pesquisa, que foram assinados por cada participante antes do início da pesquisa de campo, sendo entregue uma via para cada um e uma via ficou armazenada com a pesquisadora.

Foram utilizados como instrumentos da investigação a escala de qualidade de vida WHOQOL- OLD, a qual é uma ferramenta proposta pela OMS para avaliar a percepção sobre a qualidade de vida de pessoas idosas, e uma entrevista semiestruturada desenvolvida pela pesquisadora, aplicados nessa ordem.

A escala de qualidade de vida utilizada (WHOQOL- OLD) é um instrumento de livre acesso disponibilizado *online* pela OMS e foi desenvolvida a partir de 24 itens, os quais são distribuídos em seis módulos, cada um deles possui 4 questões, as alternativas das respostas variam entre 1 e 5. Para realizar o cálculo dos resultados finais de cada módulo foi necessário considerar as respostas de cada questão que compõe o módulo, o que desencadeou em uma escala de escores finais com resultados de 4 a 20.

A análise dos resultados da escala pode ser realizada de três formas. Na primeira delas somam-se os pontos brutos de todos os itens, o que resulta em um valor absoluto, o qual está inserido no intervalo entre 24 e 120. A segunda maneira baseia-se na porcentagem, à medida em que o sujeito se aproxima de 100%, melhor é sua QV. Por fim, na última forma realiza-se a média dos pontos, em que o escore bruto é dividido por 24. Através da média é possível classificar o resultado da qualidade de vida em ruim (1 - 2,9), regular (3 - 3,9), bom (4 - 4,9) e muito bom (5).

O outro instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, desenvolvida pela pesquisadora, constituída por dezoito perguntas, as quais tiveram como objetivo obter dados histórico-pessoais e informações (vivências/percepções pessoais) que envolvem o processo de envelhecimento, qualidade de vida e solidão.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em dois encontros que tiveram em média 1 hora de duração, todos eles foram realizados nas dependências do Centro de Convivência do Idoso, no primeiro encontro foi aplicada a escala WHOQOL-OLD e por último realizou-se a entrevista semiestruturada.

Após à realização da coleta de dados, os resultados obtidos estão sendo analisados de forma qualitativa, os quais estão sendo organizados e posteriormente no relatório final serão discutidos através das categorias temáticas. Nesse artigo serão apresentados os resultados parciais do projeto de pesquisa, a seguir.

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi constituída por uma amostra composta de seis participantes, a idade entre eles variou de 68 a 81 anos. A participante mais idosa é Cleuza com 81 anos, a qual obteve o mais baixo escore total de QV. Maria possui 80 anos, Nair tem 78 anos, José com 72, Lúcia com 69, e por fim, Maria Isabel, a integrante mais nova, possui 68 anos.

Dos seis participantes, cinco são do sexo feminino, o que representa 83,3% da amostra, e somente um do sexo masculino, o qual traduz 16,7% do grupo investigado. Com o intuito de preservar a identidade dos participantes, a pesquisadora pediu para que cada um escolhesse seu pseudônimo, sendo esses usados para referenciar os participantes ao longo da pesquisa, para preservar sua identidade.

Ressalta-se que todas as escalas foram corrigidas e pontuadas de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pelo grupo de autores que confeccionaram o instrumento. A pesquisadora realizou os cálculos diante da soma dos resultados de cada módulo, obtendo assim o escore total da QV. Além disso, também calculou a média de cada um dos participantes, a fim de verificar a classificação da QV obtida por cada um dos mesmos.

A partir da aplicação da escala WHOQOL-OLD foi possível desenvolver uma tabela que abarca os resultados dos participantes. A tabela servirá como meio para visualizar os dados obtidos (Tabela 1).

Tabela 1: Resultado total, porcentagem, média e classificação QV de acordo com a escala WHOQOL-OLD

Nome	Nair	Lúcia	José	Maria	Maria Isabel	Cleuza
Habilidades Sensoriais	15	20	12	14	15	11
Autonomia	14	15	11	9	14	12
Atividades Passadas, Presentes e Futuras	17	14	14	14	16	16
Participação Social	19	16	16	16	15	16
Morte e Morrer	19	17	17	15	5	10
Domínio Intimidade	16	10	15	16	17	16
Total	100	92	85	84	82	81
Porcentagem	-83,30%	-76,66%	-70,80%	-70%	-68,30%	-67,50%
Média	4,16	3,83	3,54	3,5	3,41	3,37
Classificação	BOA	REGULAR	REGULAR	REGULAR	REGULAR	REGULAR

Fonte: Autor.

A escala de qualidade de vida desenvolvida pela OMS é dividida em seis categorias, sendo elas: “Habilidades Sensoriais”; “Autonomia”; “Atividades passadas, presentes e futuras”; “Participação Social”; “Morte e Morrer” e “Intimidade”. O primeiro módulo citado compreende questões relacionadas ao funcionamento sensorial, dos órgãos de sentido. Já o segundo abarca questionamentos sobre a liberdade, controle do futuro e prática de ações importantes para o indivíduo. A terceira categoria está relacionada à satisfação da pessoa diante das atividades presentes, passadas e futuras. A quarta relaciona-se com a participação social, nessa faceta as indagações giram em torno da satisfação do sujeito em relação às atividades sociais. No domínio de morte e morrer são realizadas perguntas associadas ao medo e a preocupação frente a morte. Por fim, a última categoria de intimidade é formada por questões que se referem a qualquer relacionamento íntimo, nela abrange-se o amor.

Verificou-se que ao somar os escores dos participantes em cada módulo, o domínio da “Participação Social” foi o que obteve maior pontuação (98) e o de “Morte e Morrer” foi o que apresentou menor resultado (83). Diante do escore neste módulo identificou-se que os sujeitos que compõe a amostra possuem, de modo geral, um bom nível de desenvolvimento social, já que todos ultrapassaram 90 pontos e possuem uma qualidade de vida no mínimo regular.

A participante Maria Isabel, de 68 anos, obteve um escore nos módulos que variou entre 5 e 17. Ela apresentou muito medo e insegurança diante da morte, em contrapartida se sente amada e feliz diante do estabelecimento de relações familiares e sociais, seu índice de QV total foi de 82, obteve uma média de 3,41 e uma porcentagem de 68,3%, o que resultou em uma classificação de QV regular.

Lúcia, de 69 anos, alcançou 20 pontos no domínio de habilidades sensoriais, o que significa uma boa preservação dos órgãos de sentido, tais como visão, audição, olfato, paladar e tato. O módulo com escore mais baixo apresentado por ela foi o de intimidade, com 10 pontos, traduzindo que o amor não está tão bem preservado quanto as outras questões avaliadas pela escala. Ela atingiu o segundo melhor índice de QV comparado aos outros participantes, com um total de 92 pontos brutos, uma média de 3,83 e uma porcentagem de 76,66%. Portanto, QV classificada como regular.

José, o único participante do sexo masculino possui 72 anos. Ele não obteve grandes variações entre os domínios, entretanto alcançou maior pontuação no de morte e morrer, o que traduz em uma preservação diante do medo e da insegurança frente à morte. O módulo com resultado mais baixo foi o de autonomia, isso revela que ele não se sente tão independente para realizar suas atividades, isso corrobora com o total de pontos na categoria das habilidades sociais, já que retratou dificuldade diante das perdas de sentido. O participante obteve escore total de 85, o que equivale a 70,8% e uma média de 3,54, QV considerada como regular.

A participante Maria de 80 anos, assim como José apresentou a autonomia como categoria de pontuação mais baixa, com 9 pontos. Já as mais altas foram a de participação social e de intimidade com 16 pontos. Neste sentido, compreende-se que ela tem uma boa capacidade para preservação e manutenção dos relacionamentos amorosos e sociais. Sua QV foi classificada como regular, pois atingiu uma pontuação de 84, o que representa um percentual de 70 e uma média de 3,5.

Cleuza, a participante com maior idade, 81 anos, foi a que apresentou a QV mais baixa, totalizando 81 pontos brutos, uma média de 3,37 e um percentual de 67,5. O domínio com escore mais baixo foi o de morte e morrer com 10 pontos, entretanto ela não apresentou uma variação muito grande nos módulos de autonomia e de habilidades sociais. A pontuação máxima foi de 16, esta pode ser visualizada nas categorias de atividades presentes, passadas e futuras, participação social e intimidade.

Nair de 78 anos foi a participante com maior índice de QV, classificada como boa, já que obteve 100 pontos brutos, o que equivale a 83,3% e uma média de 4,16. Ela obteve a pontuação máxima de 19 nos índices de participação social e no de morte e morrer.

A soma dos pontos obtidos por todos os participantes foi de 524. Ao dividir o resultado pelo número de idosos que participaram da pesquisa foi possível

verificar que a pontuação média equivale a 87,3 pontos, o que traduz aproximadamente em uma média de 3,6.

Em suma, identificou-se que o “escore total” dos participantes variou entre 81 e 100 e por meio dos resultados foi possível perceber que apenas um dos seis participantes obteve um índice de QV considerado como bom, já que sua média foi acima de 4. Os outros cinco tiveram QV classificada como regular.

Através da utilização da escala foi possível afirmar que neste estudo a idade mais alta não foi um fator determinante para explicar os escores de QV aferidos na escala. Percebe-se que apesar do índice mais baixo ser da participante mais velha, o segundo índice mais baixo é da participante mais nova. Isso revela que o fator da idade é um componente que pode influenciar os níveis de qualidade de vida, entretanto é algo que não deve ser olhado de maneira isolada, ou seja, é necessário contemplar outros fatores, tais como de ordem biológica, psicológica, social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do levantamento bibliográfico realizado até o momento foi possível compreender que qualidade de vida, solidão e longevidade estão diretamente ligadas, pois na medida em que se envelhece as pessoas recebem interferências que influenciam na determinação de sua qualidade de vida. Por meio das leituras realizadas foi possível compreender que a solidão pode surgir como uma consequência frente ao processo de envelhecimento, o qual pode interferir na QV.

Portanto, a interrelação entre tais temas pode provocar inúmeras consequências na vida humana, já que surgem novas necessidades tanto por parte de pessoas idosas, quanto por parte da sociedade em que esta parcela da população está inserida. Por meio disso, verificou-se que é essencial de ampliar a gama de pesquisas nesta área, a fim de contribuir para o conhecimento de fatores que possam promover o aumento dos níveis de qualidade de vida de pessoas idosas e consequentemente favorecer um desempenho significativo na qualidade do processo de envelhecimento da população de forma geral.

Através dessa análise realizada até o momento entende-se o quanto é necessário lançar mão de mais de um instrumento que avalie a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento, pois a utilização de um instrumento que discuta apenas dados quantitativos referentes à QV pode fazer com que a pesquisa se torne rasa e sem profundidade ao não levar em conta as particularidades de cada indivíduo que compõe a amostra do estudo.

Sendo assim, cabe ressaltar que a análise dos resultados obtidos por meio da escala WHOQOL-OLD será associada às entrevistas realizadas no relatório final e será apresentada por meio de categorias temáticas. Essa integração dos

dados por meio da utilização de dois instrumentos possibilitará um maior aprofundamento diante das questões que permeiam o processo de envelhecimento.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Márcio R. **O arquétipo do sagrado, a religião e o sentido da vida em Carl Gustav Jung**. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

ALVARENGA, L. N.; KYAN, L.; BITENCOURT, B.; WANDERLEY, K. S. Repercussão da Aposentadoria na Qualidade de Vida do Idoso. **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, v.43, n.4, p.796-802, 2008.

AZEREDO, Zaida de A.S.; AFONSO, Maria A.N. Solidão na perspectiva do idoso. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 313-324, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000200313&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CANCELA, Diana M.G. **O processo de envelhecimento**. Porto, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2018.

CORREIA, Carla S.L. **A Qualidade de Vida e a Solidão em idosos institucionalizados e na comunidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA), Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2321/1/15439.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DALSENTER, Claudia A.; MATOS, Fábio M. Percepção da qualidade de vida em idosos institucionalizados da cidade de Blumenau (SC). **Dynamis revista tecnológica**. Blumenau, v.15, n.2, p. 32-37, 2009. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/1385/1239>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DAWALIBI, Nathaly W. et al. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 30, n.3, p. 393-403, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n3/v30n3a09.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Positivo, p. 747, 2004.

FIGUEIREDO, L. **Cuidados familiares ao idoso dependente**. Lisboa: Climepsi Editores, 2007.

FORTES, Maria Z.S. **Trabalho e terceira idade: um estudo sobre a re-significação do trabalho como caminho para um novo sentido da vida**. (Trabalho de Iniciação Científica). Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca. São Paulo, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORDIA, A. P. et al. Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 03, n. 01, p. 40-52, jan./jun, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/812/625>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

HOYER, W. J.; ROODIN, P. A. **Adult development and aging**. New York: The McGraw-Hill, 2003.

JUNG, Carl G. **Memórias, sonhos e reflexões**. Tradução Dora Ferreira da Silva. 30 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **A natureza da psique**. In Obras completas de C. G. Jung (Vol. VIII/2). Petrópolis: Vozes. 1991, p. 349.

KAUFMAN, Fani G. et al. **Novo velho envelhecimento olhares e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde Pública e envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-701, 2003. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/13.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

LIMA, A. P.; DELGADO, E. I. A Melhor Idade no Brasil: Aspectos Biopsicossociais Decorrentes do Processo de Envelhecimento. **Revista de Educação Física**. v.1, n.2, p.76-91. Paraná, 2010.

MARRACHINHO, Ana L. V. **Qualidade de vida e solidão no idoso institucionalizado**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Universidade do Algarve Escola Superior de Educação e Comunicação e Escola Superior de Saúde de Faro. Faro, 2014.

NÉRI, A. L. **Velhice e desenvolvimento**. Campinas: Papyrus, 2001.

PAÚL, M. C.; FONSECA, A. M. Saúde e qualidade de vida ao envelhecer: perdas, ganhos e um paradoxo. **Geriatrics e Gerontologia**, Porto, Portugal, v. 2, p. 32-37, 2008. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/2008-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v.29, n.4, 1995, p.318-325. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rsp/1995.v29n4/318-325/pt>>. Acesso em 28 out. 2018.

PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade 2000-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Tabelas em formato xls e ods compactados. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: 27 abril. 2018.

SILVEIRA, Nise da. **Jung**: vida e obra. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SCHNEIDER, Rodolfo H.; IRIGARAY, Tatiana Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológico, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**. p. 585-593. Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2018.

STEIN, Murray. **Jung**: o mapa da alma: uma introdução. Tradução de Álvaro Cabral. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TEIXEIRA, Liliana M.F. **SOLIDÃO, DEPRESSÃO E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS**: um estudo avaliativo exploratório e implementação-piloto de um programa de intervenção. Dissertação (Mestrado integrado em Psicologia) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2608/1/ulfp037460_tm_tese.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2019.

TEIXEIRA, P. **Envelhecendo passo a passo**. Portugal, 2006. Disponível em: <www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0283.pdf>. Acesso em 29 ago. 2018.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev. Saúde Pública**. Vol. 43, n. 3, São Paulo, Junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102009000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2018.

VIORST, Judith. **Perdas necessárias**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

“QUESTÃO SOCIAL”: COMPREENDENDO SUAS EXPRESSÕES

Aline Fernanda Sampaio Garcia
Graduanda em Serviço Social – UFTM
alinefernandasampaio@gmail.com

Dayanna Gonçalves Soares
Graduanda em Serviço Social – UFTM
dayannasoares05@gmail.com

Nayara Araújo de Castro
Graduanda em Serviço Social – UFTM
nacastro1999@hotmail.com

Aldovano Dantas Barbosa
Doutor em Serviço Social - UFTM
professoraldovano@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a discussão em torno dos fundamentos das expressões da “Questão Social” e como tais expressões se apresentam na sociedade de modo de produção capitalista com recorte de análise da realidade social brasileira, dando destaque a categoria fundamental do trabalho, com ênfase em uma das expressões mais perceptíveis da questão social, o desemprego, que junto a flexibilização e precarização do trabalho possui centralidade no debate do Serviço Social no momento contemporâneo. Estes escritos não pretendem de maneira alguma apresentar uma solução para a problemática central da discussão – o que de fato é impossível, pois as singularidades históricas e materiais permeiam a sociedade e atuam como determinantes - mas sim ambiciona fomentar o debate em torno das expressões da questão social no caso brasileiro e promover a reflexão crítica da categoria dos assistentes sociais, bem como, de toda a comunidade que se interesse pelo assunto tratado, tendo como suporte o Código de Ética Profissional, visando através do diálogo, do embate de ideias e posições, construir coletivamente possíveis estratégias de intervenção críticas e transformadoras, com o intuito de garantir e efetivar os direitos da população ao representar os interesses da classe trabalhadora.

Assim, evidencia-se, que a construção de possibilidades de enfrentamento da questão social direciona-se para além deste trabalho, pois o mesmo é apenas uma pequena parte do longo caminho a ser percorrido. Vale ressaltar que atualmente no Brasil, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2019 foi de 12,7%, isso corresponde a 13,4 milhões de pessoas, homens e mulheres, que podem ser pais, mães ou filhos - a maior parcela que integra este grupo são jovens - que não tem renda para sustentar a família ou não possuem condições de garantir a própria sobrevivência.

Em uma sociedade capitalista, onde a classe trabalhadora possui somente a sua mão-de-obra para ofertar como mercadoria, é extremamente complexo viver com dignidade e usufruir de condições de vida básicas a qualquer ser humano, estando fora da esfera do trabalho. Diante de tais fatos, vê-se a importância de ampliar o debate da categoria profissional do Serviço Social a respeito desse tema, que permeia a sociedade brasileira, a fim de aprofundar e compartilhar os conhecimentos individuais sobre o assunto e assim ter mais embasamento teórico e prático em torno da construção coletiva de respostas a essa expressão da questão social. Os escritos que se seguem estarão divididos em dois tópicos, sendo eles: “O modo de produção capitalista, a gênese da ‘questão social’ e o surgimento do Serviço Social.” e “Breve contexto histórico brasileiro do século XX ao XXI: particularidades do capitalismo no Brasil, o Neoliberalismo e o desemprego como uma das expressões da ‘questão social’”. Adiante serão elucidados os diferentes conceitos que transpassam a temática do desemprego, inserida na esfera social do trabalho.

2. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL.

A segunda metade do século XVIII e o decorrer do século XIX foram berço de grandes transformações históricas, econômicas e sociais, pois foi neste período que ocorreram as duas Revoluções Industriais. O pioneirismo inglês foi favorecido por diversos fatores como: o cercamento dos campos, por conseguinte o êxodo rural; reservas de capital oriundos da exploração colonial; estabilidade política; e por fim, a Inglaterra possuía grandes reservas de carvão, o combustível essencial nessa fase da industrialização, somado aos interesses capitalistas do Estado e da burguesia, que já se faziam presentes na Legislação do país.

Com o desenvolvimento dos maquinários e dos modos de produção em geral, um largo passo foi dado nos setores fabril e industrial, adicionado a isto, ocorreu o cercamento dos campos, e ambos os acontecimentos foram decisivos para a consolidação do modo de produção capitalista, pois os artesãos que moravam no campo foram obrigados a deslocar-se para os novos centros urbanos, a fim de conquistar meios de sobrevivência dentro do novo sistema imposto. Dessa forma, homens e mulheres despossuídos procuravam meios de subsistência, colocando-se a disposição dos donos das indústrias, que submetiam os trabalhadores aos interesses do capital.

Nesse contexto de efervescência industrial, a sociedade divide-se em duas classes, sendo elas: a burguesia - composta pelos detentores dos meios de produção – e o proletariado que sem propriedade alguma, só possui sua mão-de-obra para oferecer como moeda de troca, nesse novo modelo societário.

Além de alterar os modos de produção, visando menor tempo de produção e a exploração dos trabalhadores para obtenção da mais-valia, o

capitalismo modificou também as relações sociais. Com a migração do homem do campo para a cidade, os hábitos e modos de vida dos indivíduos foram completamente transformados, pois passaram a sofrer a pressão exercida pelo ambiente hostil a que estavam submetidos, se comparado ao modo de vida vivido por eles anteriormente, devido às mudanças em relação ao ambiente, ao trabalho sistemático regido por um rigoroso controle de tempo, ao trabalho exaustivo, à miséria, à fome e a falta de moradia adequada. Em consequência de todas essas circunstâncias, vários problemas sociais surgiram, como o alcoolismo, a depressão, o suicídio e altos índices de prostituição.

Nesse contexto, engendra-se a gênese e os desdobramentos das expressões da “Questão Social” – fundamentadas na desigualdade - que é gestada pelo sistema capitalista e apresenta-se através da contradição entre capital e trabalho existente no modo de produção, que visa a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pela classe detentora dos meios de produção (burguesia), visando o acúmulo do capital - sendo uma relação inversamente proporcional, pois, embora o proletariado produza toda a riqueza social, a ele é destinada uma ínfima parcela de todos os bens produzidos - somada a resistência da classe trabalhadora frente a essas desigualdades sociais.

Com o objetivo de amenizar as mazelas sociais, frutos das expressões da questão social e apaziguar os conflitos entre os donos dos meios de produção e os proletários, a burguesia une-se à Igreja e ao Estado. Assim, o Serviço Social nasce em território europeu, no século XIX, durante a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sob forte influência da Igreja Católica, possuindo caráter caritativo e clientelista, com as funções de controlar e reprimir as ações dos operários, visando conter possíveis revoltas e promovendo a manutenção da hegemonia burguesa.

No Brasil, o Serviço Social surge em 1936, através da institucionalização e legitimação da profissão pelo Estado, com a abertura da primeira escola em São Paulo. No início da profissão, as assistentes sociais possuíam um perfil de cunho religioso e conservador, e agiam em consonância com o projeto capitalista burguês, nesse sentido, sua atuação consistia em medidas caritativas, repressoras e culpabilizantes dos sujeitos, que buscavam atendimento por meio da assistência social. Neste período, o arranjo teórico utilizado pelo Serviço Social tinha como partes integrantes: a Doutrina Social da Igreja Católica composta pelas Encíclicas Papais, a filosofia de São Tomás de Aquino e o Positivismo de Auguste Comte.

Após a profissão passar por diversas transformações ao longo do século XX, como resistir ao Golpe de 1964 - que perdurou durante vinte anos – e reconhecer-se enquanto classe trabalhadora, na década de 1980 o Serviço Social rompe com o conservadorismo e adota como matriz teórica a Teoria Crítica de Karl Marx, sob esse viés, assume uma postura de luta pela conquista e garantia dos direitos da classe trabalhadora, comprometendo-se com a defesa da mesma.

3. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO DO SÉCULO XX AO XXI: PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO NO BRASIL, O NEOLIBERALISMO E O DESEMPREGO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”.

É indubitável afirmar que o sistema capitalista no Brasil possui particularidades, explicadas a partir da formação social do país. Sob esse aspecto, ao realizar a análise da sociedade brasileira, de forma ontológica, pode-se atestar que uma das expressões da questão social é o desemprego, que possui características particulares, se comparado a outros países, cuja gênese foi alicerçada em diferentes bases de formação social, evidencia-se isto tanto no período de acumulação fordista, como no modo de acumulação flexível presente na sociedade atualmente.

No fim do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização no Brasil, no entanto, foi durante o segundo governo de Getúlio Vargas que tal processo intensificou-se, assim, o projeto nacional desenvolvimentista de industrialização pesada começou a dar os primeiros passos, com investimento massivo nos setores metalúrgico e siderúrgico. Posteriormente, com a maturação do capitalismo no país, uma expressão da questão social estava posta, sendo ela o desemprego estrutural, dá-se ênfase para o período histórico em questão, em que as forças produtivas do capitalismo brasileiro tomavam força e acompanhavam o modelo fordista adotado pelos outros países, entretanto, tal desenvolvimento produtivo foi seguido de um retrocesso, pois o modelo fordista teve que se adequar as condições impostas pelo governo ditatorial, tornando-se um modelo “fordista à brasileira”.

Tal contexto antidemocrático, orquestrado pelos militares no comando do Estado, foi cenário para a repressão dos sindicatos, ou seja, características principais do modelo fordista - estabilidade empregatícia, livre organização dos trabalhadores nos acordos coletivos, reconhecimento dos sindicatos e repasses referentes aos índices de produtividade, para cada um dos funcionários das empresas que adotassem o modelo de Henry Ford – foram negadas e o que se viu foram ações opostas ao desenvolvimento da produção do modelo fordista.

Vale ressaltar que, as regulações do regime de trabalho, bem como, da proteção social já estavam consolidadas, sob essa ótica, o processo de “modernização conservadora” instalado no Brasil durante a Ditadura Militar, revigora a precariedade da esfera do mercado de trabalho e a flexibilidade estrutural. Somado há isso, há o processo de êxodo rural e a migração para os grandes centros urbanos, pois necessitava-se de uma grande quantidade de mão - de - obra nas fábricas e empresas, o que resulta em um grande número de trabalhadores fora da esfera do trabalho - pois passam a ser um excedente de mão- de- obra – que por sua vez, torna-se um fator decisivo na intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Assim sendo, o desemprego transforma-se em um componente estrutural do modelo fordista brasileiro, resultado da precariedade do mundo do trabalho e da instabilidade empregatícia, em dicotomia com a característica estruturante do modelo fordista, o pleno emprego. Nesse sentido, o mercado de trabalho subdesenvolvido brasileiro, carrega em si vários problemas como: a amplitude da informalidade, baixos salários e remuneração desigual, classificados como consequências da flexibilidade e precariedade estrutural das relações de trabalho existentes no Brasil. Essas consequências, por sua vez, passam despercebidas frente a alta rotatividade de mão-de-obra e o direcionamento do trabalho cada vez mais orientado para a informalidade. Desse modo, é inquestionável afirmar que o capitalismo foi implantado de modo retardatário no Brasil, e buscava acompanhar o desenvolvimento econômico dos demais países de capitalismo central sem efetivar as mudanças necessárias para tal fato ocorrer.

Na década de 1960, mesmo com o elevado índice de crescimento da economia nacional, o sistema econômico dava sinais de que não conseguia sustentar por si só, o fornecimento de melhores salários e maiores padrões de consumo aos trabalhadores, pois o Estado brasileiro jamais cogitou pensar condições que proporcionassem a distribuição de renda, bem como, um modelo de desenvolvimento orientado no sentido de atender as necessidades da população como um todo. Nesse contexto, o mercado de trabalho consolidado no atraso do Estado e da sociedade, era marcado pela alta concentração de renda e propriedade nas mãos da autocracia burguesa, tornando a classe trabalhadora cada vez mais empobrecida.

Posteriormente, na década de 1970, quando o Brasil adquire estrutura industrial compatível a da Segunda Revolução Industrial, eclode-se a Crise Mundial do Petróleo, que trouxe rebatimentos na economia nacional, pois os investimentos dos Estados Unidos da América cessaram, encerrando o período do “milagre econômico” realizado durante a Ditadura Militar, levando à crise da dívida externa brasileira - fruto dos créditos e financiamentos aplicados no país, que agora era intimado a prestar contas- e ao declínio do Regime Militar.

Os anos que se seguem são marcados pela Redemocratização do país, do afastamento do capital produtivo externo, bem como, do financiamento, somado as dívidas internas e externas, ou seja, este período funciona como uma fase de restauração dos modos de produção capitalista no Brasil, a fim de adequá-las as novas condições impostas, dessa maneira, ao final dos anos de 1980 há o enfraquecimento do Estado nos âmbitos político, econômico e social, o que facilita o avanço Neoliberal.

Na década de 1990, o Neoliberalismo fortalece seus meios de acumulação, pois ao restaurar-se em um novo padrão de desenvolvimento – sendo este tecnológico – o capital privado nacional aumenta sua concentração e distanciamento de investimentos públicos, visto que, o conservadorismo do capital privado predomina o cenário como meio de proteção em detrimento do Estado.

O que torna a função sociorreguladora do Estado fragmentada e as políticas sociais de atendimento às necessidades da classe trabalhadora meros produtos mercantis, ou seja, o Estado passa por uma retração de responsabilidade social frente às expressões da “questão social”. Esse movimento Neoliberal é baseado em duas características: reestruturação produtiva e avanço ideopolítico, visando o estabelecimento do processo de acumulação por espoliação. Sob esse viés, a esfera da reprodução social também passa a ser mercantilizada, desencadeando a superexploração da classe trabalhadora. Segundo Santos:

No tocante à implementação das inovações organizacionais da “acumulação flexível”, esta deve constituir-se em objeto de cuidadosas observações no sentido de captar a diferencialidade do contexto brasileiro, onde a utilização da mão-de-obra se caracterizou historicamente como predatória e, nesse sentido, assentada sob a instabilidade e alta rotatividade no emprego. Nada mais distante do padrão japonês, de onde provém a maior parte dos métodos e técnicas que estão na base das referidas inovações, considerando-se que, no caso brasileiro, a flexibilidade estrutural do regime de trabalho tem uma existência que remete ao padrão histórico de exploração do trabalho pelo capital e foi acentuada no período após 1964. (SANTOS, 2012, p. 190)

É nesse contexto, de aumento da precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora, bem como, da flexibilidade do regime de trabalho no Brasil e da acumulação flexível com destaque para o capital financeiro, que o desemprego como uma das expressões da “questão social” impõe-se duramente na sociedade. Destaca-se o fragmento de Mattoso:

O aumento do desemprego não foi maior porque as atividades ditas informais (pequenos serviços, trabalhadores sem contratos, atividades familiares sem remuneração, emprego doméstico, etc.) aumentaram muito fortemente durante os anos 90, principalmente no setor de serviços. A expansão do desemprego, a reduzida geração de empregos formais e o aumento das ocupações informais permitem identificar um quadro de acentuada precarização do mercado de trabalho, sendo marcante o aumento do espaço do segmento não organizado da economia (setor informal) em detrimento de segmentos estruturados e formais. (MATTOSO, 1998, p. 231)

Ainda assim, os aspectos evidenciados da problemática do desemprego e do trabalho informal são diariamente exaltados pelo modelo Neoliberal, sendo expressos por personalidades políticas e veículos de mídia em geral, que tratam o assunto como uma manifestação da criatividade do povo brasileiro, associada ao conceito de meritocracia, tão disseminada nos dias atuais.

Atualmente, o desemprego estrutural ampliou-se com o aumento da pobreza no Brasil, atingindo a todas as classes, no entanto, encontra-se um nível maior de desemprego nas camadas mais pobres da população. Ademais, estudos mostraram que o nível de escolaridade não impede o fator do desemprego, bem

como, do subemprego, o que levou a origem de um novo conceito, a do “Precariado”, composta por parte do proletariado urbano, especificamente jovens empregados altamente escolarizados, mas inseridos em relações de trabalho e vida precárias.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2019, existem 13,4 milhões de pessoas desempregadas em todo o país, ao mudar o recorte para a subutilização, o número sobe para 28,3 milhões de pessoas, estão inclusos nesse grupo os desocupados, os subocupados (que trabalham menos que as 40 horas semanais estabelecidas) e as pessoas que não conseguem buscar emprego, por motivos distintos.

A pesquisa também constatou que o número de pessoas pertencentes ao grupo de desalentados – pessoas que procuram emprego há mais de um ano e perderam as esperanças de integrar-se ao grupo de trabalhadores – bateu recorde compondo o número de 4,8 milhões. Os grupos mais afetados são o das mulheres e o da população preta e parda. As mulheres são a maioria em idade produtiva para o trabalho, no entanto, compõe 52,6 % do índice de desempregados no país. A taxa de desemprego na média nacional ficou em 12,7%, já a taxa de desemprego dos brancos ficou em 10,2%, dos pardos em 14,5% e dos pretos em 16%, ou seja, o desemprego em massa expresso no contexto atual, atinge em sua maioria as minorias da sociedade, que permeada por mecanismos discriminatórios realiza um recorte preconceituoso em relação à etnia, gênero e classe, evidenciando o último critério ao somar-se o nível de escolaridade da classe trabalhadora, e obter o resultado das diferenças de oportunidade e condições de trabalho, apresentadas por meio da desigualdade social do regime de trabalho no Brasil.

4. CONCLUSÃO

A partir da análise documental realizada no presente estudo, em que seguiu-se a cronologia a partir do nascimento do capitalismo na Europa e posteriormente, a implementação do sistema capitalista no Brasil, bem como, as particularidades do modo de produção brasileiro e suas características nos diferentes momentos históricos, ressaltando a contradição entre capital e trabalho contida no modo de produção específico ao sistema capitalista, que gera como fruto desta relação a “questão social”, que expressa-se de distintas formas na sociedade e nos diferentes contextos sociais, direcionando o olhar para a gênese do Serviço Social, como uma profissão cujo objetivo era executar as políticas públicas propostas pelo Estado, metamorfoseando-se até sua forma atual, que adota um caráter crítico, propositivo e interventor, inserido numa sociedade orientada pelos moldes neoliberais, em um contexto de desmonte das políticas sociais, em que vê-se de modo alarmante as expressões da questão social, sendo o desemprego, a expressão central da discussão aqui proposta pelos autores, ao reconhecer a amplitude da temática, possuidora de inúmeras variáveis e com possibilidades de análise com distintos recortes sociais, a fim de ir mais além da superfície da

temática, objetivando compreender à expressão do desemprego na história da sociedade brasileira, a partir do modelo capitalista vigente, vislumbrando a importância do tema para os autores enquanto discentes do curso de Serviço Social.

Com o avanço do Neoliberalismo no Brasil, houve um aumento da flexibilidade do regime de trabalho e da precarização da vida, que já estava presente na sociedade desde o “fordismo à brasileira”, no entanto, a partir da década de 1990, há o aprofundamento de tal particularidade do capitalismo no país, ocasionando o aumento do desemprego como uma expressão da “questão social”, explicitada nos dados apresentados neste estudo.

Como dito anteriormente, este estudo não pretende criar fórmulas ou fornecer respostas para os dilemas que permeiam a sociedade brasileira, mas sim, fomentar o diálogo e gerar o estímulo necessário para pensar a sociedade, promovendo um olhar crítico sobre ela, seja ao observar as particularidades contidas em cada história de vida, seja ao fazer um panorama geral dos acontecimentos no mundo, pois ao partir de um olhar crítico e transformador, constatar-se-á que ambos os aspectos – individual e coletivo – estão conectados e o caso inicialmente “visto como individual”, na verdade está inserido no social, intimamente ligado com as questões objetivas de origem econômica, política e social, oriundas da desigualdade social gerada pela “questão social”.

REFERÊNCIAS

DESEMPREGO. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all>. Acesso em: 15 mai. 2019.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. **Mudanças estruturais e trabalho no Brasil**. Campinas: Economia e Sociedade, jun. 1998.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

REFLEXÕES SOBRE MORAL E ÉTICA EM UMA PERSPECTIVA HISTORICISTA

Murilo Cordero Leal
Universidade Federal de São João Del Rey
mucordero@yahoo.com.br

ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade de
Universidade Federal de São João Del Rey

1. INTRODUÇÃO

A ética e a moral são termos cada vez mais utilizados e presentes nos bate-papos, debates, reportagens, artigos e opiniões acerca dos mais diversos assuntos que assumem protagonismo nas reflexões das pessoas de nossa sociedade. Isso se deve, em grande parte, à preocupação crescente pelo convívio harmonioso entre as pessoas, quer em sociedade, quer no íntimo das relações individuais.

Seja como for, esse interesse surge, em grande medida, da possibilidade de pensar e discutir a vida livremente, o que é resultado da crescente consolidação democrática no mundo após a segunda grande guerra mundial (SILVA 2004). Por outro lado, as constantes conquistas das ciências e a oferta cada vez maior de informações disponibilizadas às pessoas, resultado inequívoco da expansão da Internet, trazem à tona novos paradigmas que suscitam, inevitavelmente, reflexões de natureza moral e ética. Há, ainda, um crescente aumento no número de habitantes em nosso planeta, que pode atingir a cifra de 8,5 bilhões de pessoas em 2030 (ONUBR, 2015). Isso torna evidente que a convivência humana necessita de ser pensada, questionada e aperfeiçoada, pois um aumento crescente no número de pessoas coloca à prova as organizações sociais e as possibilidades de um viver harmônico, que possa resultar em bem-estar às pessoas.

Nesse contexto, é comum que o aumento na utilização dos termos ética e moral esteja acompanhado de dúvidas e incorreções. Há inquestionável insegurança sobre em que situações deve-se utilizar um ou outro termo, bem como o que especifica e conceitua cada um deles. Isso ocorre, até mesmo, na vida acadêmica, como resultado das diversas definições que encontramos para ambos. O fato é que, muito embora não haja uma utilização correta dessas palavras pelo que cada uma especifica, há um acerto em utilizá-las no contexto do comportamento humano, aceito ou desejado pela sociedade.

A origem desses termos, provenientes de línguas diferentes, pode colaborar para essa dificuldade de utilização e entendimento. A palavra ética provém da língua grega (*ethos*) e possuía duas grafias que designavam entendimentos diversos: a) êthos, que estava relacionado ao comportamento do homem no seu universo pessoal, íntimo ou familiar; b) ethos, que dizia respeito à convivência do

homem em sociedade, ou seja, aos usos e costumes vigentes nessa sociedade (COMPARATO, 2006, p.96). A palavra moral, por sua vez, é originária do latim (mor) e se refere a costumes, normas e leis. Essa origem diversa e o significado que cada qual possuía em seu idioma já se transforma em um importante subsídio para uma definição assertiva acerca da ética e da moral, que iremos abordar mais adiante.

Diante da inevitável confusão que se faz em relação a ambas, há filósofos contemporâneos que defendem que deve haver uma unificação de entendimento em relação ao que seja moral e ética, que deveriam ser tratadas como palavras sinônimas (PONDE, 2016). A esse respeito, um dos mais notáveis eticistas contemporâneos, o Professor Peter Singer, inicia sua obra *Ética Prática* afirmando:

Este livro trata de ética prática, ou seja, da aplicação da ética ou da moral -- usarei ambos os termos indiferentemente -- a questões práticas, como o tratamento das minorias étnicas, a igualdade das mulheres, a utilização de animais para a alimentação e a investigação, a conservação do meio ambiente, o aborto, a eutanásia ou a obrigação dos ricos de ajudarem os pobres. (SINGER, 1993, p.1)

Há um entendimento bastante aceito de que a ética seria uma reflexão filosófica sobre a moral. Assim, “a moral se refere a um conjunto de normas, valores (ex: bem, mal), princípios de comportamento e costumes específicos de uma determinada sociedade ou cultura (Schneewind, 1996; Weil, 2012)” (PEDRO, 2014), enquanto que a ética teria “por objeto de análise e de investigação a natureza dos princípios que subjazem a essas normas, questionando-se acerca do seu sentido, bem como da estrutura das distintas teorias morais e da argumentação utilizada para dever manter, ou não, no seu seio determinados traços culturais; enquanto a moral procura responder à pergunta: *como havemos de viver?*, a ética (meta normativa ou meta ética) defronta-se com a questão: *porque havemos de viver segundo x ou y modo de viver*” (PEDRO, 2014).

Em relação a essas definições, entendo que há pontos válidos que merecem ser aprofundados em relação à moral, mas entendimento diverso em relação à ética.

2. MORAL

A moral está fortemente relacionada com padrões de comportamento que são utilizados por determinado grupo social e são aceitos como válidos pela maioria desse grupo. Esses padrões são repetidos no tempo e no espaço e sua prática contínua pelas pessoas do grupo configura o que se convencionou chamar de usos e costumes de um povo. Assim, a moral está fortemente atrelada aos usos e costumes e ao entendimento do que é certo ou errado para esse povo. A realização de determinada ação, ou omissão, pode provocar um efeito positivo ou negativo no grupo social onde ocorre. Quando o resultado é positivo, há uma aceitação por parte das demais pessoas e, com sua repetição nesse espaço e no tempo, converte-se

em um costume daquele povo e, conseqüentemente, em uma ação moral. Por outro lado, quando a ação causa um efeito negativo no grupo social, haverá uma insatisfação e reprovação por parte das pessoas e, assim, essa ação será reprimida e não aceita nesse grupo, fazendo dessa ação ou omissão algo imoral.

Assim, podemos afirmar que, em relação à moral, há elementos externos ao agente do comportamento e que irá agir como fator de influência na tomada de decisão, seja através de coerção ou reprovação. O mesmo se dá em relação à religião e ao direito, que, enquanto esferas de regulação do comportamento humano, também possuem cada qual suas sanções, sempre no intuito de organizar ou ordenar a sociedade. Aliás, é importante pontuar que na antiguidade, antes do surgimento da metafísica, não havia qualquer separação entre moral, religião e direito, pois os comportamentos eram “dominados pelas crenças e instituições religiosas” (COMPARATO, 2006, p.41).

O termo moral, como exposto acima, teve sua origem no latim e, portanto, sua conceituação carrega muito da sociedade que o viu florescer e dele se utilizou para entender e desenvolver as práticas de convívio social. O império romano, sobretudo no período de sua república, esforçou-se por normatizar e garantir um mínimo de garantias ao estado e imposições claras aos mais diversos povos que estiveram sob seus domínios. Esse fato histórico demonstra que a moral e a lei caminham juntas, pois uma pode ser o fundamento da outra, gerando níveis de influência que podem resultar em transformações de ambas. Contudo, enquanto a moral surge e se desenvolve no âmago social das relações que se estabelecem entre as pessoas e é um processo difuso, a lei é um processo que ocorre e se impõe de cima para baixo e com comando central.

A moral é algo que está posto na sociedade e possui um aspecto eminentemente prático. Está vinculada às ações ou omissões das pessoas de determinado lugar e, portanto, é de ordem essencialmente social. A moral só pode ser pensada em algum contexto social, não há que se falar em moral pessoal. Entretanto, vale a pena esclarecermos um ponto crucial na abordagem da moral: os atos íntimos estão sujeitos ao crivo da moral. Diferentemente do que se possa concluir ao afirmarmos que a moral é um fenômeno social, não se deve confundi-la com publicidade. Ou seja: uma coisa é se referir à sociedade. Outra, bem diferente, é determinado ato ser público ou privado. O fato é que até os pensamentos e sentimentos mais íntimos são influenciados pelos padrões aceitos ou não pela sociedade em que a pessoa está inserida. Assim, a vida particular das pessoas da sociedade, suas ações e omissões, suas interações com seus familiares e amigos, suas relações profissionais e amorosas, tudo é abrangido pela moral e por ela serão influenciados.

Como o próprio império romano mostrou, as interações entre culturas diversas produzem alterações na moral desses povos e não apenas dos que estão subjulgados, mas também dos dominadores, que acabam por agregar diversos elementos culturais que podem alterar a moral de sua sociedade. Esse é o caso, por

exemplo, da dominação portuguesa no Brasil. Os dominadores, que possuíam uma forte influência moral por parte da Igreja Católica, acabaram por flexibilizar diversos entendimentos sobre o que era ou não aceito a partir de suas interações com os indígenas e sua cultura. Disso surgiu uma nova cultura, bastante diversa da verificada na corte, que introduziu novos valores morais.

Diante do exposto, concluímos que a moral é um padrão de comportamento aceito por determinado povo, em determinado local e época, sendo, portanto, um fenômeno social. Além disso, não é algo estático e se altera conforme o curso da história e os fatos que afetam aquele povo, sendo, portanto, de caráter prático e que se consolida nas diversas interações entre as pessoas de uma sociedade, podendo ser várias e diversas conforme as diversas sociedades e culturas que há ao redor do mundo.

3. ÉTICA

A ética, enquanto termo proveniente da língua grega, também carrega consigo fortes elementos daquele povo. Isso irá determinar de forma marcante as características que podem defini-la como algo diverso da moral. Como ponto de partida de nossa análise sobre ética, utilizaremos a seguinte definição que esclarece sobre duas vertentes de interpretação:

Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do ser para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2- a que a considera como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. Essas duas concepções, que se entremesclaram de várias maneiras na Antigüidade e no mundo moderno, são profundamente diferentes e falam duas línguas diversas. A primeira fala a língua do ideal para o qual o homem se dirige por sua natureza e, por conseguinte, da "natureza",

"essência" ou "substância" do homem. Já a segunda fala dos "motivos" ou "causas" da conduta humana, ou das "forças" que a determinam, pretendendo ater-se ao conhecimento dos fatos. (ABBAGNANO, 2007, p.380)

Nossa interpretação está alinhada com a primeira definição, pois entendemos que ética é um padrão de comportamento ideal que está acima do que é aceito ou não por determinado povo ou cultura. Diferentemente da moral, que só se justifica no âmbito social, a ética pode ser mero produto da razão e não sofre quaisquer influências externas. Não há qualquer elemento de controle, regulação ou coação que irá determinar o que é ético ou antiético. Ou seja, a ética independe da compreensão de certo ou errado das pessoas de determinado tempo e lugar.

A ética não surge dos usos e costumes de determinado povo e, portanto, não é múltipla: só há uma única ética para toda a humanidade. Aliás, podemos

afirmar que só há uma única ética em todo o universo, posto que a ética, em um entendimento de vanguarda, também abrange a natureza como um todo.

A ética surge no contexto do pensamento ocidental a partir do surgimento da metafísica, momento em que a busca da verdade se converte em objeto último da atividade filosófica através do uso da razão. Tal circunstância faz com o que ser humano seja incluído nessa busca, o que amplifica o entendimento sobre o fenômeno humano.

Platão, utilizando-se de seus arquétipos ou ideias puras, coloca a ética sob seu entendimento transcendental, subtraindo-a do mundo dos fenômenos para tratá-la sob o ponto de vista exclusivo da razão, que irá alçar o homem ao mundo inteligível, que possui as essências ou ideias perfeitas. Dessa experiência o homem pode pautar sua conduta, pois os arquétipos dão origem às virtudes, como a justiça, a coragem, a retidão, a paciência, a tolerância, a temperança, etc. O mito da caverna evidencia a necessidade do homem se colocar acima das aparências do mundo físico, para buscar algo que seja de fato real e que está em um patamar superior de compreensão e entendimento.

Aristóteles, por sua vez, opõe-se ao conceito platônico de ideias puras e traz o entendimento ético para a realidade empírica, pois a ética seria a realização da felicidade pelo homem através da aplicação da virtude, que, por sua vez, seria a realização do bem. Ora, Aristóteles, por mais que vincule a compreensão da ética ao comportamento humano, à sua vida enquanto ser social e agente de ações que irão definir seu comportamento, faz uma vinculação dela a uma busca por algo que, a princípio, não se faz presente. A ética, portanto, é algo que tem que ser conquistado.

Tento pela conceituação platônica ou aristotélica, pode-se afirmar que a ética está relacionada com a busca pelas virtudes, seja através da revelação que o homem pode obter através do processo racional que o coloca em contato com os arquétipos, seja através do hábito que depura as ações humanas para uma que se prevaleça a virtude, que é por ele definida como equilíbrio nas ações. Enfim, a ética não está posta na sociedade e sua busca é um caminho constante por sua revelação.

4. MORAL E ÉTICA: CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E A FUNDAMENTAÇÃO HISTORICISTA

Após um entendimento claro e inequívoco do que seja moral e ética podemos agora traçar pontos de convergência e divergência entre ambas. Mas, antes, é necessário abordar o historicismo de Hegel (1770-1831) para que nossa compreensão a respeito dessas esferas de influência, regulação e ideias do comportamento humano seja completa.

Hegel, um dos mais influentes e importantes filósofos da história ocidental, revoluciona o entendimento sobre o fenômeno humano ao afirmar que o elemento temporal faz parte de sua essência, ou seja, sua essência é histórica e

isso faz com que todo o conhecimento produzido pelo homem tenha um determinado valor, conforme o contexto em que foi produzido e, o que é mais importante, o desenvolvimento atual da humanidade é resultante de tudo o que foi produzido anteriormente. Através de um processo que ele denominou de dialética, as contrariedades de teses anteriores serão o subsídio de novas teses, em uma espiral constante de tese, antítese e síntese que, por sua vez, será uma tese com uma nova antítese, e assim sucessivamente.

É importante esclarecer, contudo, que em seus escritos a respeito de moral e ética, Hegel define o que seja moral e ética de forma diversa da que aqui propomos. Contudo, de forma conceitual, podemos afirmar que sua definição de moralidade está convergente com o que definimos acerca do que seja a ética, enquanto que sua definição de vida ética está em sintonia com o que propomos para o entendimento de moral, pois “a moralidade está, por conseguinte, ocupada com a liberdade subjetiva, com aquelas intenções e ações que os agentes aprovam a partir de sua própria consciência e seu pensamento individual” (DALL’AGNOL, 2009) e “a vida ética é mais concreta, pois se enraíza na família, na sociedade civil e no estado” (DALL’AGNOL, 2009).

Fica claro, a partir disso, que para Hegel havia nítidas diferenças entre o que seja moral e ética. Contudo, o mais importante para caminharmos em nossa compreensão é seu entendimento da dialética e do historicismo. Isso porque, nesse contexto, a moral, enquanto fenômeno social transitório, é alterada e aperfeiçoada no tempo através do processo dialético. Esse processo impulsiona a moral em direção à ética, até que a humanidade atinja um elevado grau de comportamento social em que a moral e a ética sejam uma só coisa, ou seja, os padrões de comportamento aceitos pela sociedade serão iguais aos arquétipos éticos de Platão.

Nesse momento histórico, situado num futuro impossível de se definir, não haverá sequer a necessidade de leis, posto que os cidadãos agirão de forma ética, por seu próprio esclarecimento ou desejo de assim fazer. Ou seja, não serão necessários quaisquer elementos de regulação externa.

Os gregos possuíam o entendimento que a abundância de leis evidencia uma degenerescência social e que sem uma educação de qualidade as leis serão sempre ineficazes (COMPARATO, 2006, p.57). Como exposto anteriormente, há uma estreita relação entre moral e leis, sendo que uma baixa adesão dos indivíduos em relação à moral acaba resultando em uma quantidade maior de leis. De forma oposta, quanto mais a moral se aproximar da ética, menor será a quantidade de leis, posto que os indivíduos agirão pela vontade de bem agir e não pela coação inerente à moral e/ou à lei.

Ao longo da história humana, é possível se constatar o que aqui defendemos em relação à moral, à ética e a seu processo historicista. Vejamos:

Em 1850 a escravidão era aceita e prevista na lei brasileira. Ou seja: era legal e moral. A pergunta que se faz é: a escravidão era algo ético? A resposta é não. Era algo legal? Sim. Era algo moral? Sim.

Já em 1889, a escravidão deixou de ser prevista em lei, posto que foi abolida com a Lei Áurea. Entretanto, devido aos vários anos de prática escravagista, é bem plausível que ainda assim fosse moralmente aceita na sociedade brasileira. A pergunta continua: a escravidão naquele momento, era algo ético? A resposta continua sendo não. Era algo legal? Não. Era algo moral? Sim.

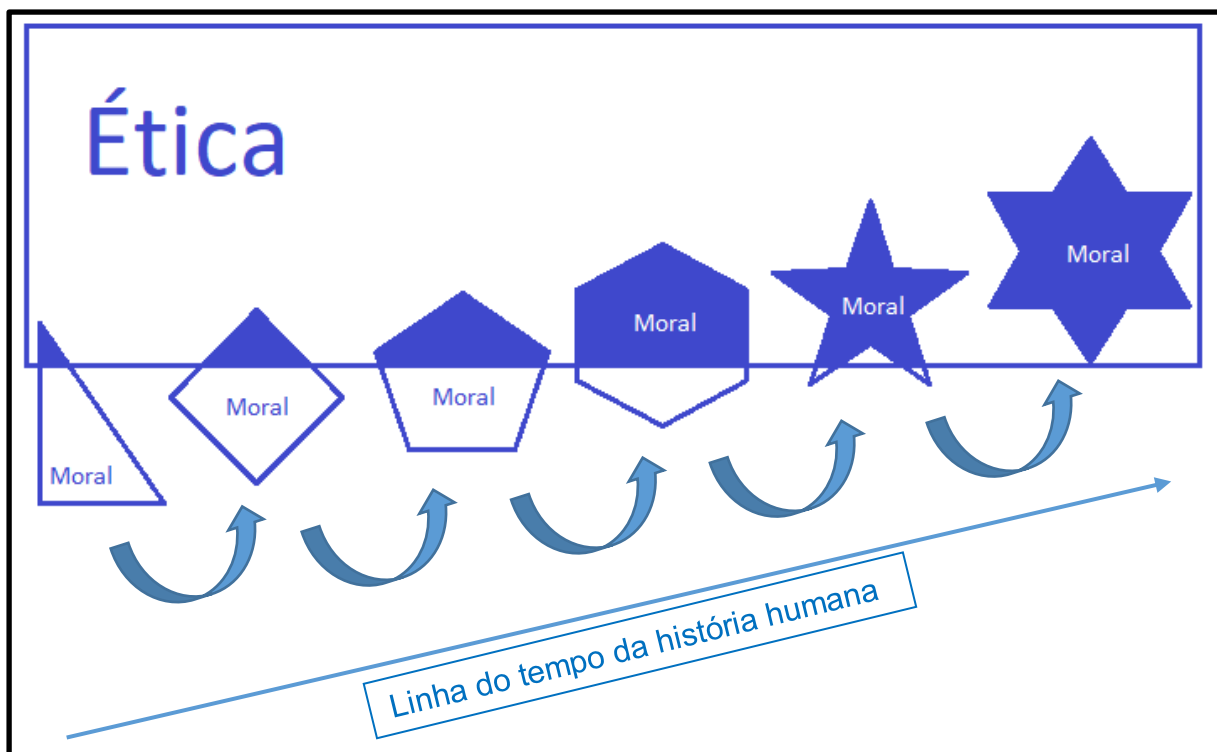
Já em 1950, a sociedade brasileira evoluiu bastante e recebeu influências externas positivas, sobretudo no tocante aos direitos humanos. A escravidão, nesse momento, era algo ético? Não. Era algo legal? Não. Era algo moral? Não.

Temos, através dessa análise, um típico exemplo de moral que evolui e se torna coincidente com a ética.

Nesse diapasão, podemos concluir que a dialética que opera na moral é um processo por vezes doloroso e que irá contrapor pessoas ou grupos de pessoas ao *status quo*, por vezes resultando em revoluções, como a que ocorreu na França em 1789, ou até mesmo no Brasil, sob a liderança de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes.

Para facilitar o entendimento a esse respeito, propomos a ilustração abaixo:

Figura 1– evolução moral rumo à ética.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nessa figura, observamos que a moral, ao longo do tempo e da ação do processo dialético, é alterada e dá forma a uma nova moral, com mais área de intersecção com a ética, até um momento final no futuro em que a intersecção será total. Em sintonia com essa interpretação, podemos citar Plotino, filósofo neoplatônico, que chamou o encontro com a ética como “o fim da viagem” do homem:

O misticismo neoplatônico colocou como propósito da conduta humana o retorno do homem ao seu princípio criador e sua integração com ele. Segundo Plotino, esse retorno é "o fim da viagem" do homem, é o afastamento de todas as coisas exteriores, "a fuga de um só para um só", ou seja, do homem em seu isolamento para a unidade divina (*Enn.*, VI, 9,11). (ABBAGNANO, 2007, p. 380)



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e o debate da moral e da ética são legítimos e necessários no contexto de reivindicações e lutas por melhores condições de vida em sociedade, num cenário de superpopulação mundial, de escassez evidente de recursos naturais e de constantes episódios de malfeitos no campo político em detrimento do bem comum. Entretanto, é possível verificar que existem diferenças evidentes entre a moral e a ética, a despeito da singularidade que se encontra na utilização de ambas palavras. Posto que a moral é um padrão de comportamento condicionado ao momento histórico de determinado povo, o que, inevitavelmente, implica em imperfeições. O que se deve buscar é o comportamento ético, esse sim incólume às influências do momento e consonante com as virtudes que irão gerar um comportamento justo, capaz de produzir felicidade a toda a humanidade, posto que é equilibrado e em sintonia com o bem comum, com os direitos humanos e com o respeito à natureza.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DALL'AGNOL, Darlei. **Ética II**. Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2009.

ONUBR, disponível em <https://nacoesunidas.org/novo-estudo-da-onu-indica-que-mundo-tera-11-bilhoes-de-habitantes-em-2100/>, acessado em 20/05/2018 às 22:48 horas.

PEDRO, Ana Paula. Artigo “Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum”, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002, acessado em 20/05/2018, às 23:52 horas.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Filosofia Para Corajosos**. São Paulo: Planeta, 2016.

SILVA, Fernando Fernandes. Artigo Direito Internacional e Consolidação Democrática. São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, 2009.

TECNOLOGIA SOCIAL APLICADA A ANIMAIS DE RUA

Renato Veronese
Discente Uni-FACEF

Carlos Eduardo de França Roland
Docente Uni-FACEF

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ao final da década de 2010, se encontra com cerca de 30 milhões de animais vivendo nas ruas. Muitos destes animais foram abandonados ou perdidos. Animais nas ruas se tornam um grande problema para a cidade, podendo transmitir algumas doenças como raiva, toxoplasmose e leishmaniose, além de causar acidentes (OMS, 2015).

O objetivo deste projeto é desenvolver um sistema WEB responsivo (possuí visualização adequada para todos os tamanhos de tela de dispositivos) de fácil usabilidade, com foco na comunidade francana, onde os usuários podem indicar animais que encontraram na rua, animais que perderam e anunciar animais para adoção. Os usuários que perderam recentemente um animal podem escolher em receber e-mails sempre que um novo *pet* for encontrado na rua, podendo então, encontrar o seu animal com a ajuda de outros usuários. Os *pets* perdidos também serão colocados em um Mapa de Pets onde ficarão disponíveis no Google Maps todos os *pets* perdidos em seus determinados locais.

O presente documento apresenta o referencial teórico, onde são conceituadas e caracterizadas as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento do sistema. Em sequência são apresentadas as perguntas e respostas realizadas na entrevista com uma Protetora de Animais, uma das mais ativas voluntárias em Franca/SP, na fase de levantamento de requisitos do projeto. Também são apresentados o diagrama BPMN, onde através dos desenhos dos processos do sistema é possível entender e acompanhar detalhadamente suas características e regras, desde o cadastro do Usuário até o acesso da API do Google Maps para geolocalização dos animais, e também o documento 5W2H que define o *checklist* das atividades do projeto com prazos e responsabilidades que devem ser cumpridos por todos os envolvidos no desenvolvimento do aplicativo. Através deste documento são respondidas as sete perguntas que o definem: What (o que será feito?), Why (por que será feito?), Where (onde será feito?), When (quando será feito?), Who (por quem será feito?) e os 2H: How (como será feito?), How much (quanto vai custar?).

Por fim, são apresentados os diagramas de Casos de Uso, que com base na documentação do BPMN e Plano de Ação 5W2H documentam o que o sistema faz do ponto de vista do Usuário.

Este projeto está sendo desenvolvido em contexto de tecnologia social, para que o Uni-FACEF possa oferecer a plataforma a qualquer pessoa ou instituição, com acesso a internet, que precise acessar o sistema gratuitamente e usá-lo em defesa dos animais domésticos, desde que sigam os Termos de Uso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas as definições dos temas estudados, especificações das linguagens de programação e ferramentas utilizadas para o desenvolvimento deste sistema.

2.1 Sistema de Informação

Sistema de Informação (SI) é um conjunto organizado de pessoas, *hardware*, *software*, rede de comunicação e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização. A importância e a necessidade dos Sistemas de Informações dentro das empresas está redefinindo os fundamentos dos negócios, que servem para garantir o bom desempenho das empresas bem como avaliar, manter, ou alterar suas estratégias e metas e ajudam a receber de volta informações para que se possa fazer avaliações: se o pretendido está sendo colocado em prática. Para que tenha um SI eficiente é necessário que todas as informações sejam adequadas, só assim se poderá ter o controle para tomada de decisões eficientes (O'BRIEN, 2004).

As diversas aplicações da tecnologia transformaram e continuam transformando praticamente todas as atividades existentes. Isso fez dela uma magnífica ferramenta para o desenvolvimento de diversas áreas, como educação, comunicação, medicina, editoração, cinema, artes gráficas (OLIVEIRA, 2012).

2.2 Tecnologia Social (TS)

As Tecnologias Sociais são técnicas, materiais e procedimentos metodológicos com impacto social, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma TS sempre considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, associada a formas de organização coletiva, representando soluções para a sociedade e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004).

Uma vez que se possui um sistema social que dê às pessoas a capacidade de se comunicar perfeitamente, virtualmente e sem custo, se tem algo que é comercialmente atraente. Não apenas um *e-commerce* ou transações *online*, mas uma nova dimensão em fazer negócios, se torna a capacidade de uma organização de se comunicar e influenciar pessoas, em qualquer lugar do mundo (KLOSOSKY, 2011).

2.3 Frameworks

Framework é uma coleção abstrata de classes, interfaces e padrões dedicados a resolver uma classe de problemas por meio de uma arquitetura flexível e extensível (GOVONI, 1999).

Os benefícios da utilização de *frameworks* é a agilidade, pois não é preciso gastar tempo tentando descobrir qual a melhor forma de trabalhar, pois os modelos consagrados já detalham tudo o que precisa ser feito, pois haverá uma linguagem comum para comunicação da equipe, com termos e padrões que todos conhecerão e por fim, contribui com a diminuição das chances de erros, já que são padrões testados anteriormente e criados por especialistas que existem justamente para aumentar o sucesso das entregas (GIL, 2019).

2.4 Angular

Angular é uma plataforma e *framework* para construção da interface de aplicações usando HTML, CSS e, principalmente, JavaScript, criado pelos desenvolvedores da Google. Ele possui alguns elementos básicos que auxiliam na construção de *software*, dentre os principais, podemos destacar os componentes, *templates*, diretivas, roteamento, módulos, serviços, injeção de dependências e ferramentas de infraestrutura que automatizam tarefas, como a de executar os testes unitários de uma aplicação (AFONSO, 2018).

Ao contrário do que algumas pessoas acham, o Angular, ou Angular 2+ não é continuação do AngularJS, também conhecido como Angular 1. Angular 2+ é um *framework* totalmente novo e remodelado, codificado do zero, com lições aprendidas do AngularJS. O Angular 2+ vem com cara nova, aproveitando o máximo da nova *web* (com todo o poder do HTML5), usando o conceito de SPA (Single Page Application) e sendo base para aplicações *mobile*. Com ele, pode-se fazer desde simples páginas *web* até grandes sistemas e aplicações (GUEDES, 2017).

2.5 HTML

O HTML (Hyper Text Markup Language) é uma linguagem de *markups*, que permite a formatação de conteúdo utilizada para a construção de páginas textos, gráficos e imagens. O HTML é uma aplicação do SGML (Standard Generalized Markup Language) responsáveis pela explosão da World Wide Web (WWW), que popularizou a hiper-mídia na Internet (GUDWIN, 1997).

Ao acessar uma página *web* através de um navegador, este é capaz de interpretar o código HTML e renderizá-lo de forma compreensível para o usuário final, exibindo textos e botões, com as configurações definidas por meio das diversas *tags* que essa linguagem define. Para desenvolver páginas com HTML, basicamente precisa-se de um editor de textos básico. Há ainda editores com opções avançadas, como recursos de *syntax highlight* e *autocomplete*, como o

Sublime Text, o Atom, o Brackets, e o Visual Studio Code, que podem ser usados para editar estes documentos (RODRIGUES, 2010).

2.6 CSS

Folhas de Estilo em Cascata, tradução para o termo em inglês Cascading Style Sheet (CSS) é um mecanismo simples para adicionar estilos (por exemplo, fontes, cores e espaçamentos) aos documentos *web* (SAMMY, 2008).

O CSS carrega toda a informação do *layout*, isto é, cores, posicionamento, fontes, tamanhos e imagens de fundo. Seus principais benefícios são o controle de interface em diferentes documentos em um único arquivo, controle de diferentes interfaces para diferentes dispositivos (*responsive design*), precisão para manter a mesma interface para diferentes navegadores, melhorias na acessibilidade com a possibilidade de esconder elementos da tela para usuários, menor consumo de banda para usuário e inúmeras técnicas dinâmicas que não poderiam ser utilizadas anteriormente (MATERA, 2012).

2.7 JavaScript

Javascript é a linguagem de programação da *web*. A ampla maioria dos sites modernos usa JavaScript e todos os navegadores modernos – em computadores de mesa, console de jogos, *tablets* e *smartphones* – incluem interpretadores Javascript, tornando-se a linguagem de programa mais onipresente da história. Essa linguagem de programação foi criada pela Netscape na fase inicial da *web*, e tecnicamente JavaScript é marca registrada, licenciada pela Sun Microsystems, usada para descrever a implementação da linguagem pelo Netscape (FLANAGAN, 2013).

Diferente da linguagem HTML, a linguagem JavaScript implementa Programação Orientada a Objetos (POO), que significa que todos os elementos de uma página da *web* são tratados como objetos. Estes objetos são agrupados de acordo com seu tipo ou finalidade. Na linguagem JavaScript, são criados automaticamente objetos que permitem ao usuário criar novos objetos de acordo com sua conveniência. Ao ser carregada uma página *web*, é criado um determinado número de objetos JavaScript, com propriedades e valores próprios que são ajustados pelo conteúdo da própria página (GOMES, 2006). A figura 1 demonstra a hierarquia dos objetos JavaScript.

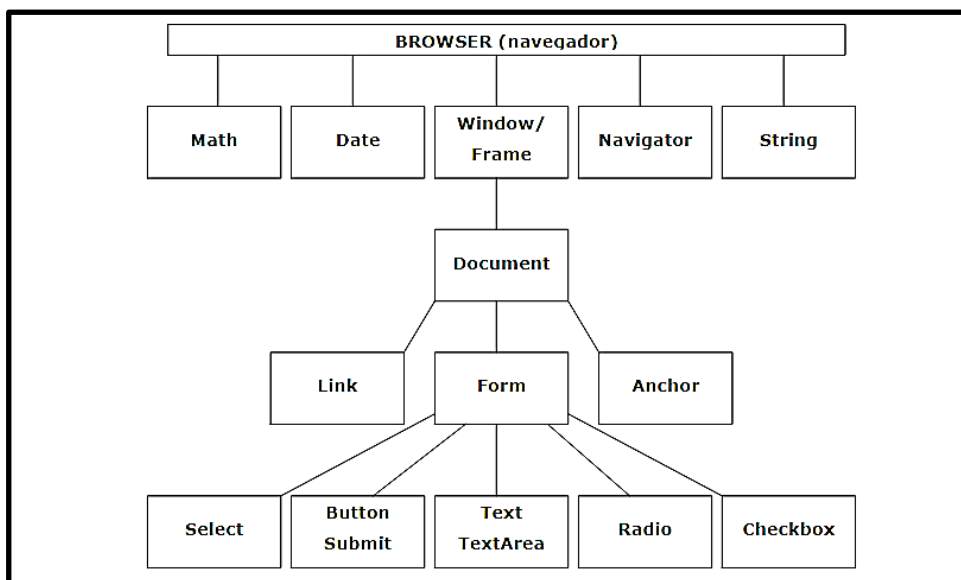
2.8 PHP

O PHP é uma linguagem para a criação de *scripts* para a *web* do lado do servidor embutidos em HTML cujo código-fonte é aberto, é repleto de recursos, serve para diversas plataformas, é estável, rápido e claramente projetado e

compatível com os mais importantes servidores *web* (especialmente o Apache). O PHP permite incorporar fragmentos de código em páginas HTML normais – código esse que é interpretado à medida que suas páginas são oferecidas aos usuários (PARK, 2002).

Em uma recente pesquisa utilizando uma fórmula que examina pesquisas de linguagens em mecanismos como o Google, Bing e Wikipédia, além de engenheiros qualificados, cursos e fornecedores terceirizados pertinentes à cada linguagem, o PHP se encontra em nono lugar, com um índice de popularidade de 2,239%, conforme mostrado na figura 2, com uma perda de 1,98% de popularidade em comparação com o ano anterior (2018) (TIOBE, 2019).

Figura 1 -Hierarquia dos Objetos do JavaScript



Fonte: GOMES, 2006, p. 13

Figura 2: Comparativo de popularidade entre as linguagens de programação.

Apr 2019	Apr 2018	Change	Programming Language	Ratings	Change
1	1		Java	15.035%	-0.74%
2	2		C	14.076%	+0.49%
3	3		C++	8.838%	+1.62%
4	4		Python	8.166%	+2.36%
5	6	▲	Visual Basic .NET	5.795%	+0.85%
6	5	▼	C#	3.515%	-1.75%
7	8	▲	JavaScript	2.507%	-0.99%
8	9	▲	SQL	2.272%	-0.38%
9	7	▼	PHP	2.239%	-1.98%

Fonte: TIOBE Programming Community Index em Abril de 2019 (TIOBE,2019).

2.9 Laravel Framework

Laravel é um *framework* de desenvolvimento *web* escrito em PHP. Ele foi projetado para melhorar a qualidade do *software* reduzindo o custo de desenvolvimento inicial, os custos de manutenção contínuos e para melhorar a experiência de trabalhar com aplicativos, fornecendo uma sintaxe expressiva e um conjunto de funcionalidades que economizarão horas de tempo de implementação. O Laravel foi projetado com a filosofia de usar a convenção na configuração. Isto significa que faz suposições inteligentes sobre o que se está tentando realizar os objetivos com muito menos código (MCCOOL, 2012).

O construtor de consultas ao banco de dados do Laravel fornece uma interface conveniente e fluente para criar e executar consultas de banco de dados. Ele pode ser usado para executar a maioria das operações de banco de dados em seu aplicativo e funciona em todos os sistemas de banco de dados suportados. O construtor usa a ligação de parâmetro PDO para proteger o aplicativo contra ataques de injeção SQL (LARAVEL, 2019).

2.10 Google Maps API

O Google Maps é uma forma intuitiva e altamente responsiva para mapeamento de dados com imagens da rua e aérea. Seus recursos se combinam de forma que é possível personalizar o mapa para atender as necessidades específicas de diferentes aplicações. O Google Maps é atualmente um produto gratuito e não requer instalação ou gestão. No entanto, como este produto é um kit de ferramentas ou API do programador, é necessário ter conhecimento em programação especificamente em JavaScript para fazer uso das APIS disponíveis (PIMPLER, 2009).

2.11 Sistema Gerenciado de Bancos de Dados MYSQL

A utilização de banco de dados no desenvolvimento de aplicações automatizadas por computador é uma realidade bastante concreta nos últimos anos. Seja na gestão corporativa, seja em outros segmentos, como bancário, aviação, alimentício, comércio de produtos e serviços, em praticamente qualquer área o nível de crescimento organizacional pode ser limitado caso as estruturas de informação não forneçam mecanismos automatizados para executar os negócios corporativos, e, para isso, o armazenamento de dados é fundamental (MILANI,2006).

O MYSQL é um banco de dados gratuito, completo, robusto, e rápido, com todas as características existentes nos principais bancos de dados pagos existentes no mercado. É um Sistema Gerenciador de Bancos de Dados (SGBD) relacional, de licença dupla (sendo uma delas de *software* livre), projetado inicialmente para trabalhar com aplicações de pequeno e médio portes, mas hoje

atendendo a aplicações de grande porte e com mais vantagens do que seus concorrentes (ORACLE, 2019).

2.12 Material Design

O Material Design (MA), ou também chamado de *quantum paper* é uma linguagem de design desenvolvida pela Google com o objetivo de unificar as interfaces dos aplicativos da Google, independente da plataforma: Android, Web e iOS sem perder a qualidade na experiência do usuário. O MA faz uso liberal de *layouts* baseados em *grids*, animações e transições responsivas, preenchimentos e efeitos de profundidade como luzes e sombras (DUARTE, 2017).

Em outras palavras, o Material Design visa criar metodologias e conceitos que criem um bom *design* focado em dispositivos digitais e usabilidade, reforcem a comunicação entre profissionais das mais diversas áreas, estimule a inovação e criatividade e crie materiais digitais cada vez mais atraentes, produtivos e interativos. A inspiração, a criatividade e a busca constante em aumentar o potencial do *design* na conquista de resultados também fazem parte do método (QUINTELA, 2017).

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

No segundo mês de atividades do projeto, em setembro/2018 foi realizada uma entrevista semi-estruturada, por telefone com uma das mais conhecidas voluntárias de proteção animal de Franca/SP. A entrevista foi gravada com autorização da Protetora e a seguir é transcrito o resultado alcançado.

A voluntária Protetora de Animais é responsável pelo Balaio de Gato, um empreendimento dedicado aos cuidados de animais de estimação que oferece hospedagem e outros serviços a PETs. A Protetora carinhosamente cuida de animais que são encontrados na rua em situações precárias e é participante assídua do grupo Cão Que Mia, uma instituição formada por voluntários com o objetivo de dar assistência aos animais de rua de Franca. A Protetora foi entrevistada pelo desenvolvedor do projeto.

Desenvolvedor: Eu faço faculdade de Sistemas da Informação, vou fazer para o meu TCC um aplicativo para a cidade de Franca onde as pessoas podem colocar a localização em um mapa de algum animal que elas perderam na cidade de Franca. Também quero colocar uma função para que as pessoas possam publicar dados de animais que elas encontrarem, mas pra isso eu preciso de apoio de alguma ONG para que eu envie os dados e a localização do animal para a ONG resgatar esse animal. Sei que você conhece as ONGs aqui de Franca, e então eu gostaria de saber se eu conseguiria apoio de alguma delas para estabelecer uma parceria para resgate de animais que forem publicados no aplicativo que estou desenvolvendo.

Esse sistema deverá ser gratuitamente utilizado por quem precisar, como um serviço sem fins lucrativos que poderá ser oferecido pelo Uni-FACEF como um dos programas sociais que a instituição promove. Você sabe se existe alguma possibilidade de eu conseguir encontrar uma ONG que acolha meu projeto?

Protetora: Infelizmente aqui em Franca não temos ONG. Somos todos protetores voluntários. É extremamente burocrático fundar uma ONG, por isso não conseguimos ainda. Temos três processos tramitando, mas até agora nada. Mas essa sua ideia é muito boa, junto dela pode ser divulgada a importância de se identificar um animal com a plaquinha. Animais com coleira de identificação são devolvidos em até 24 horas, enquanto animais sem identificação quando são achados demoram até 25 dias.

Desenvolvedor: Que pena. Então, pensei no seguinte processo: pessoas interessadas em ajudar animais abandonados/perdidos se cadastram no site; pessoas se cadastram no site e podem publicar animais que elas encontraram na rua. Por exemplo, estou andando na rua e vejo um cachorro. Abro o aplicativo e tiro uma foto do cachorro e as pessoas que se cadastraram como interessadas em ajudar os animais recebem a notificação de que foi encontrado um animal com as descrições inseridas, foto e localização e então a pessoa interessada pode ou não tentar resgatar o animal. Também vai ter a seção onde as pessoas cadastram animais que elas perderam. Por exemplo: perdi meu gato. Acesso o aplicativo, coloco foto, descrições, contato e seleciono no mapa a última possível localização do meu gato. Então as pessoas que virem o anúncio e encontrarem o animal podem entrar em contato comigo. Para manter tudo sempre organizado e atualizado eu pensei em sempre deixar os animais publicados durante 1 semana e então o sistema envia uma notificação por SMS ou e-mail para o usuário que publicou o desaparecimento, pedindo atualização da publicação, por exemplo, se o animal foi encontrado. Caso a pessoa não responda, a publicação do animal é removida do mapa. Caso a resposta seja que ainda não foi encontrado, o anúncio do animal continua no mapa até que novo período corra e o processo se repita. Dessa maneira não é necessário o convênio com uma ONG, e qualquer pessoa disposta a ajudar pode contribuir. Também vai ter uma seção de adoção.

Protetora: Muito bom, gostei da ideia. Infelizmente não existe investimento nessa parte. Quem se disponibiliza a resgatar um animal leva pra casa ou paga hospedagem. Existem poucos protetores e vivem super lotados e cheio de dívidas. O correto seria se as pessoas se responsabilizassem por seus animais. Castração é o primeiro passo para evitar abandonos. Sabe o que seria ótimo? Um lugar onde só as protetoras tivessem acesso para cadastrar os animais adotados. Hoje fazemos tudo manualmente e existe muita reincidência de pessoas que adotam e jogam na rua ou deixam o animal dando cria e depois abandonam.

Desenvolvedor: Claro, vamos conversar melhor sobre essas necessidades, o que eu puder fazer pra automatizar processos para protetores, farei com orgulho.

Após o encerramento da entrevista, a gravação foi transcrita e resultou na definição de detalhes do projeto como mostrado nos diagramas a seguir, desenvolvidos como metodologia definida pela Engenharia de Software.

3.1 BPMN

O diagrama de Notação e Modelagem de Processos de Negócios (BPMN do termo em inglês) é uma representação gráfica dos processos internos de negócio que oferece a capacidade de compreender e comunicar esses procedimentos de uma maneira padronizada. Além disso a notação gráfica facilita a compreensão para o projeto do sistema de informação que deverá suportar a automação destes processos (BPMN, 2018). A Figura 3 mostra o BPMN criado a partir dos requisitos levantados.

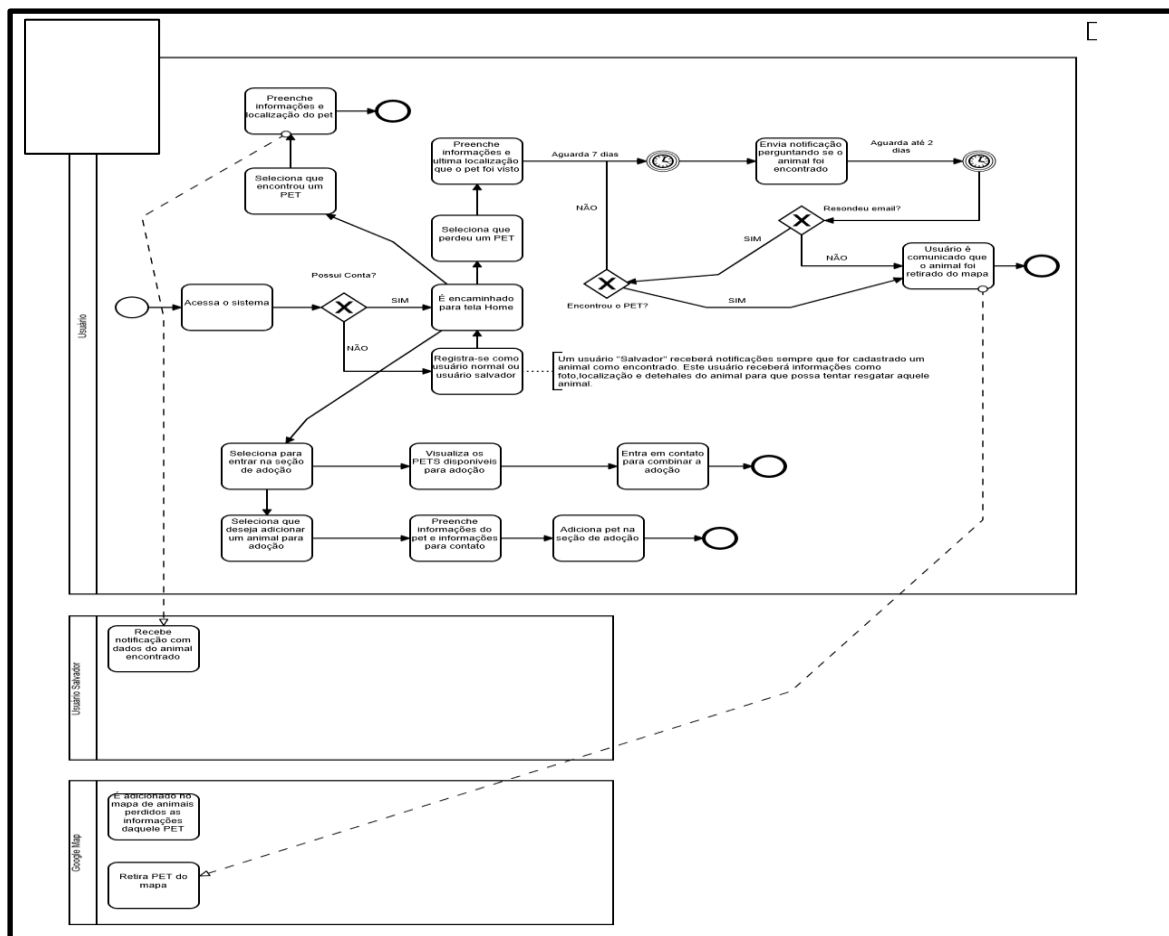
3.2 Diagrama de Atividade

O Diagrama de Atividade (DA) é um fluxograma que mostra as atividades executadas pelo sistema. Esse diagrama é útil para descrever o que é necessário acontecer no sistema modelado (LUCIDCHART,2018). A Figura 4 mostra o Diagrama de Atividade do projeto.

3.3 Diagrama de Máquina de Estados

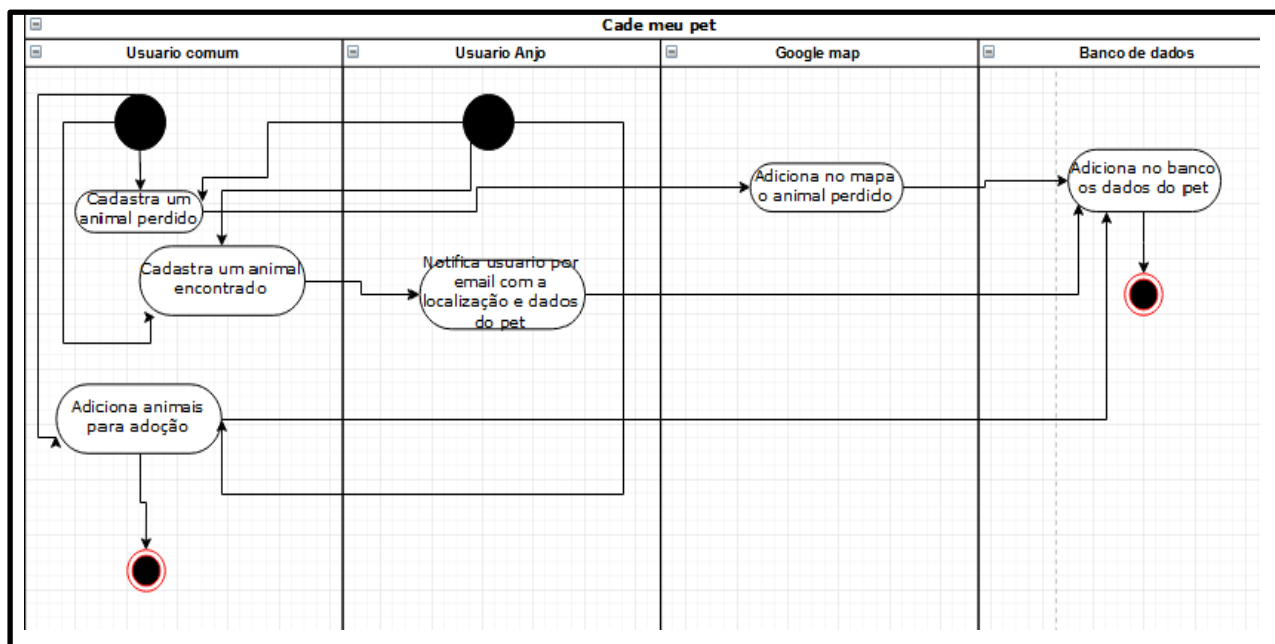
O Diagrama de Máquina de Estados é um tipo de diagrama comportamental da Linguagem de Modelagem Unificada que mostra transições entre vários objetos. Pode ser definido como qualquer dispositivo que armazena o status de um objeto em um determinado momento e pode mudar de status ou causar outras ações baseado na entrada (LUCIDCHART, 2018). A Figura 5 mostra o Diagrama de Máquina de Estados do projeto.

Figura 3 - Diagrama BPMN do projeto



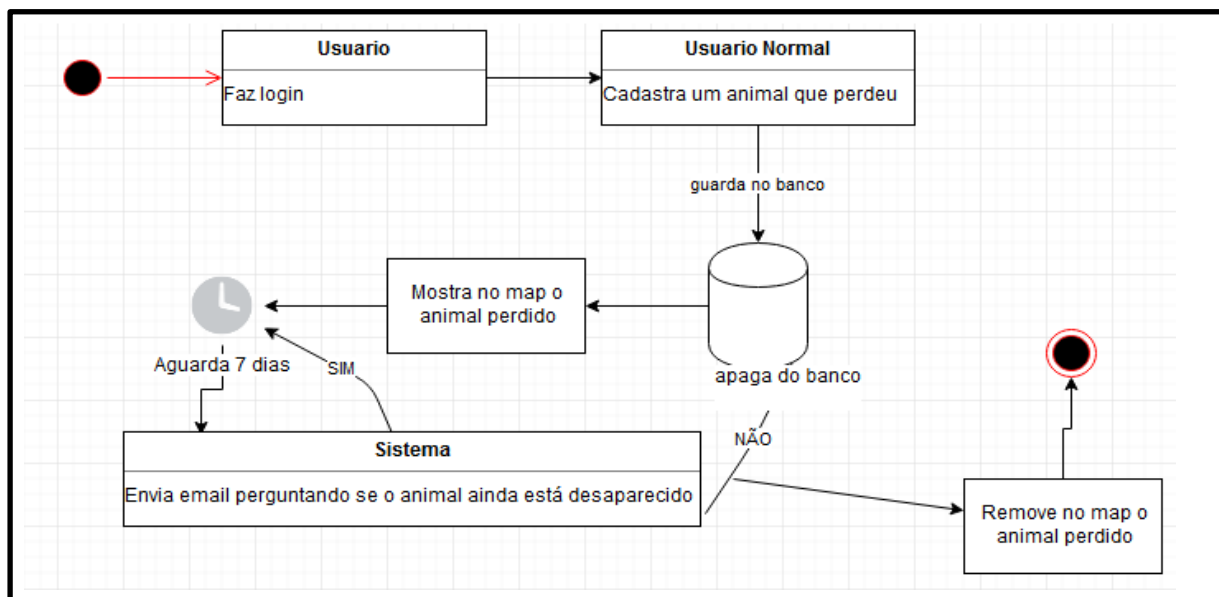
Fonte: autoria própria

Figura 4 - Diagrama de Atividade do projeto



Fonte: autoria própria

Figura 5 - Diagrama de Máquina de Estados do projeto



Fonte: autoria própria

3.4 Diagrama de Sequência

O Diagrama de Sequência é uma espécie de diagrama de interação, pois descreve como, e em qual ordem, um grupo de objetos trabalha em conjunto (LUCIDCHART, 2018). Na Figura 6 é mostrada a representação do Diagrama de Sequência do projeto.

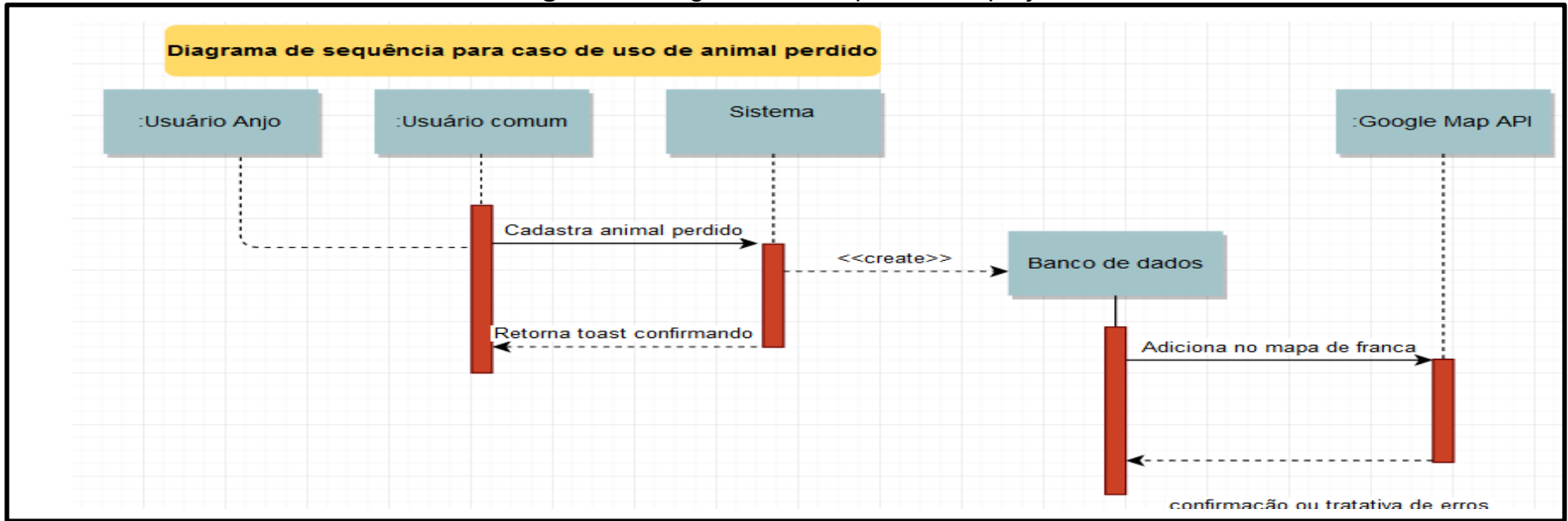
3.5 Matriz de Rastreabilidade X Regras de Negócio

Com a realização dessa matriz é possível analisar a relação existente entre as partes envolvidas do projeto. Com a Matriz de Rastreabilidade sobre as Regras de Negócio (Tabela 1) é possível acompanhar a evolução dos requisitos importantes para a execução do projeto, e se necessário, alguma intervenção por parte da gestão (IBCCOACHING,2018).

3.6 Matriz de Rastreabilidade X Casos de Uso

Através da Matriz de Rastreabilidade sobre os Casos de Uso (Tabela 2) é possível mapear o sistema de modo em que saiba onde as alterações no desenvolvimento pode afetar o funcionamento de outras funcionalidades do sistema.

Figura 6 - Diagrama de Sequência do projeto



Fonte: autoria própria

Tabela 1 - MATRIZ DE RASTREABILIDADE X REGRAS DE NEGÓCIO

Matriz de rastreabilidade x Regras de negócio		RF1	RF2																	
RN01		X																		
RN02			X																	
Índices das regras de negócio																				
RN01 - Crud de animais perdidos				Processo/Solicitante								Saídas:								
O sistema deve permitir o cadastro, edição, visualização e remoção de um animal perdido.				Usuario comum: Criar/Editar/Visualizar/Deletar registro no banco de dados								Mensagem de confirmação ou mensagem de erro								
RN02 - Crud de animais encontrados				Processo/Solicitante								Saídas:								
O sistema deve permitir o cadastro, edição, visualização e remoção de um animal encontrado				Usuario comum: Criar/Editar/Visualizar/Deletar registro no banco de dados								Mensagem de confirmação ou mensagem de erro								
RF001	[ESSENCIAL] Crud de animais perdidos																			
Descrição	O sistema deve possuir um crud para inserir, atualizar e deletar dados de animais que forem perdidos																			
Categoria	Evidente Prioridade Altissima																			
Informações	Data que perdeu o animal, possui identificador?, nome no identificador, cores, localização, informações adicionais																			
RF002	[ESSENCIAL] Crud de animais encontrados																			
Descrição	O sistema deve possuir um crud para inserir, atualizar e deletar dados de animais que forem encontrados																			
Categoria	Evidente Prioridade Altissima																			
Informações	Preencher fotos do animal, características como cor, tamanho, raça, genero.																			

Fonte: autoria própria

Tabela 2 - MATRIZ DE RASTREABILIDADE X CASOS DE USO

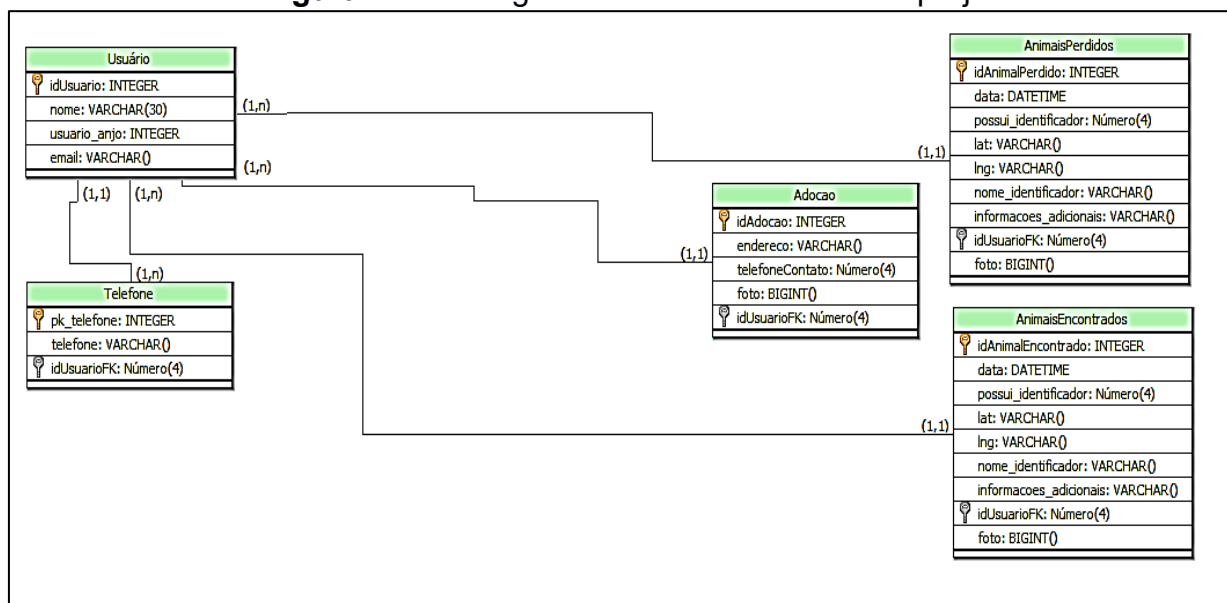
Matriz de rastreabilidade x Casos de uso																				
	RF1	RF2																		
UC01	X																			
UC02		X																		
Índices de casos de uso																				
UC01 - Cadastro de usuário																				
Este caso de uso tem como objetivo cadastrar um novo usuário.																				
UC02 - Receber dados de animais perdidos																				
Este caso de uso se inicia quando um usuário cadastra um novo animal encontrado na rua, deve-se notificar os usuários anjos com esses dados.																				
RF001	Cadastrar um novo usuário																			
Descrição	O sistema deve cadastrar novos usuários, seja ele um usuário anjo ou usuário normal.																			
Categoria	Evidente	Prioridade Altíssima																		
Informações	Nome, email, data nascimento, tipo de usuario (Anjo/Normal).																			
Regras	O sistema não poderá deixar realizar o cadastro de usuários com o mesmo email; O sistema não deverá realizar o cadastro se a confirmação das senhas não coincidirem.																			
RF002	Receber dados de um animal encontrado																			
Descrição	Caso o usuário encontre um animal na rua e cadastre no sistema, deverá ser possível enviar no email dos usuários anjos a localização e dados sobre o animal encontrado.																			
Categoria	Evidente	Prioridade Altíssima																		
Informações	Preencher fotos do animal, características como cor, tamanho, raça, genero.																			
Regras	Apenas os usuários anjos devem receber informações sobre os animais encontrados.																			

Fonte: autoria própria

3.7 Modelagem do Banco de Dados

A modelagem do banco de dados é um modelo conceitual que mostra os objetos (entidades) envolvidos em um domínio de negócios, com suas características (atributos) e como elas se relacionam entre si (relacionamentos), como mostrado na Figura 7 (DEVMEDIA,2018).

Figura 7: Modelagem do Banco de Dados do projeto



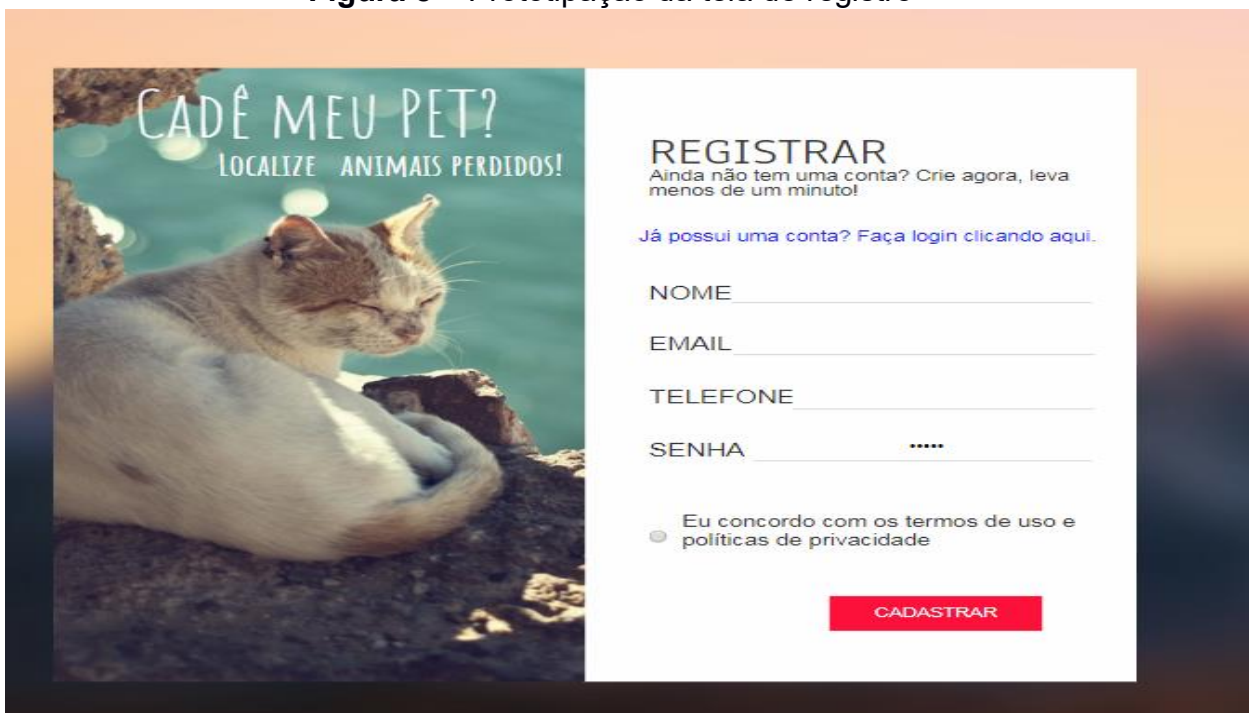
Fonte: autoria própria

3.8 Prototipação das Telas

O processo de prototipação de telas é importante no processo de desenvolvimento de *software* pois ajuda a entender o propósito do *software* que será desenvolvido, auxiliar a validar as ideias e facilitar o entendimento dos requisitos (DEXTRA,2018). Na Figura 8 é mostrado o protótipo da tela de *login*, onde será possível realizar um novo cadastro para acessar o sistema.

Na Figura 9 é apresentada a tela principal, onde o usuário pode acessar as configurações ao clicar no ícone de engrenagem no canto superior esquerdo ou acessar as funções principais do sistema.

Figura 8 – Prototipação da tela de registro



A prototipação da tela de registro é dividida em duas seções. À esquerda, há uma imagem de uma gata branca e amarela dormindo em uma rocha, com o texto "CADÊ MEU PET? LOCALIZE ANIMAIS PERDIDOS!" sobreposto. À direita, há um formulário branco com o título "REGISTRAR" e o subtítulo "Ainda não tem uma conta? Crie agora, leva menos de um minuto!". Abaixo do subtítulo, há um link azul: "Já possui uma conta? Faça login clicando aqui.". O formulário contém quatro campos de entrada: "NOME", "EMAIL", "TELEFONE" e "SENHA" (com pontos para ocultar o texto). Abaixo dos campos, há uma opção de consentimento: "Eu concordo com os termos de uso e políticas de privacidade" com um botão de rádio desativado. No final, há um botão vermelho com o texto "CADASTRAR".

Fonte: Autoria própria

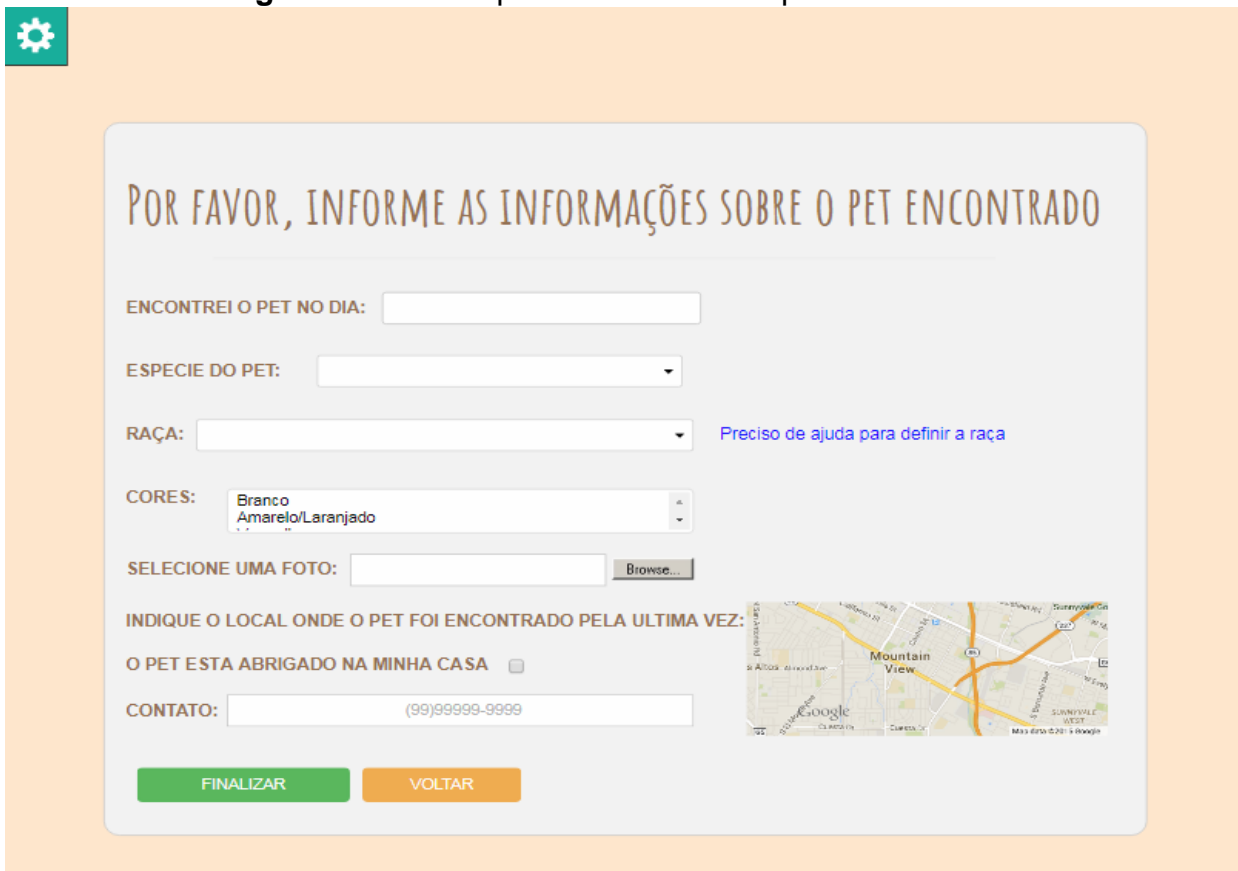
Figura 9 – Prototipação da tela home




Fonte: Autoria própria

Na figura 10 é apresentado o formulário de cadastro de um pet encontrado, são solicitados dados sobre o animal, para que o sistema possa apresentar as funcionalidades ao usuário.

Figura 10 – Protótipo do formulário de pet encontrado



O formulário, intitulado "POR FAVOR, INFORME AS INFORMAÇÕES SOBRE O PET ENCONTRADO", contém os seguintes campos e elementos:

- ENCONTREI O PET NO DIA:
- ESPECIE DO PET:
- RAÇA: [Preciso de ajuda para definir a raça](#)
- CORES: (Opções: Branco, Amarelo/Laranjado)
- SELECIONE UMA FOTO:
- INDIQUE O LOCAL ONDE O PET FOI ENCONTRADO PELA ÚLTIMA VEZ: 
- O PET ESTA ABRIGADO NA MINHA CASA
- CONTATO: (99)99999-9999
- Botões: FINALIZAR (verde) e VOLTAR (laranja)

Fonte: Autoria própria

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o devido uso do sistema, é esperado que exista uma maior facilidade em encontrar os animais perdidos, evitando frustrações e decepções por conta dos tutores. Também é esperado que haja uma diminuição dos animais na rua, diminuindo então, as doenças e acidentes causados pelos mesmos.

Após o desenvolvimento do sistema, será distribuído entre os principais Pet-Shops da cidade folhetos explicativos do sistema, com a intenção de incentivar a comunidade Francana a utilizar o sistema e reduzir os problemas apresentados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. O QUE É ANGULAR? Disponível em: < <https://blog.algaworks.com/o-que-e-angular/>>. Acesso em: 08.abril.2019

BPMN. Object Management Group Business Process Model and Notation. Disponível em: <<http://www.bpmn.org/>>. Acesso em: 12.dez.2018.

CONVERSE, TIM; PARK, JOYCE. PHP A bíblia. 2.ed Rio de Janeiro, 2002.p. 27.

DEVMEDIA. MODELO ENTIDADE RELACIONAMENTO (MER) E DIAGRAMA ENTIDADE-RELACIONAMENTO (DER). Disponível em: < <https://www.devmedia.com.br/modelo-entidade-relacionamento-mer-e-diagrama-entidade-relacionamento-der/14332>>. Acesso em: 13.dez.2018

DEXTRA. Prototipação e sua importância no desenvolvimento de software. Disponível em: < <http://dextra.com.br/pt/blog/prototipacao-e-sua-importancia-no-desenvolvimento-de-software/>>. Acesso em: 28.dez.2018.

DIREITOSP. PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/anexos/apostila_de_ic._2014.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

DUARTE, M. Material Word. Disponível em: < <https://www.surface.com/articles/matias-duarte-google-is-designing-our-lives/>>. Acesso em: 09.abr.2019

EATI. Análise das cores em redes e portais web. EATI. Disponível em: < <http://www.eati.info/eati/2014/assets/anais/artigo59.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018

FLANAGAN, D. Javascript. O guia definitivo. 6. ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2013

GUEDES, T. Crie aplicações com o novo framework do Google. 1 ed. São Paulo: Casa do Código, 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. JavaScript – Aplicações Interativas para a Web. Belo Horizonte, 2006.

GOVONI, D. Java Application Frameworks. 1.ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1999.

GUDWIN, R. Linguagens de Programação. Disponível em: < <ftp://ftp.dca.fee.unicamp.br/pub/docs/ea877/lingpro.pdf>>. Acesso em: 08.abril.2019

IBCCOACHING. VEJA COMO ELABORAR UMA MATRIZ DE RASTREABILIDADE DE REQUISITOS E SEUS BENEFÍCIOS PARA A GESTÃO. Disponível em: < <https://www.ibccoaching.com.br/portal/veja-como-elaborar-uma-matriz-de-rastreabilidade-de-requisitos-e-seus-beneficios-para-gestao/>>. Acesso em: 13.dez.2018

LARAVEL. Database: Query Builder – Laravel – The PHP Framework For Web Artisans. Disponível em: <https://laravel.com/docs/5.8/queries>. Acesso em: 20. abr. 2019.

LASSANCE JR, A.; PEDREIRA, J. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

LUCIDCHART. O QUE É DIAGRAMA DE ATIVIDADES UML? Disponível em: <<https://www.lucidchart.com/pages/pt/o-que-e-diagrama-de-atividades-uml>>. Acesso em: 13.dez.2018

LUCIDCHART. O QUE É UM DIAGRAMA DE ESTADOS EM UML? Disponível em: <<https://www.lucidchart.com/pages/pt/o-que-e-diagrama-de-maquina-de-estados-uml>>. Acesso em:13.dez.2018

LUCIDCHART. O QUE É UM DIAGRAMA DE SEQUÊNCIA EM UML? Disponível em: <<https://www.lucidchart.com/pages/pt/o-que-e-diagrama-de-sequencia-uml>>. Acesso em: 13.dez.2018

MAPAA. SEGUNDO OMS, BRASIL TEM 30 MILHÕES DE ANIMAIS VIVENDO NAS RUAS. Disponível em: <www.mapaa.org.br/segundo-oms-brasil-tem-30-milhoes-de-animais-vivendo-nas-ruas/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

MAPAA. SEGUNDO OMS, BRASIL TEM CERCA DE 30 MILHÕES DE ANIMAIS NAS RUAS. Disponível em: <<http://www.mapaa.org.br/segundo-oms-brasil-tem-30-milhoes-de-animais-vivendo-nas-ruas/>>. Acesso em: 08.abril.2019

MATERA. O que é CSS e qual sua importância? Disponível em: <<http://www.matera.com/blog/post/o-que-e-css-e-qual-sua-importancia>>. Acesso em: 17.abr. 2019.

MCCOOL, S. Laravel Starter. 1.ed. Birmingham: Packt Publishing LTD, 2012.

MILANI, A. MySQL. Guia do Programador. 1.ed. São Paulo: Novatec Editora, 2006.

OLIVEIRA, E. Sistemas de informação. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ORACLE. MySQL. O banco de dados de código aberto mais conhecido no mundo. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/mysql/>. Acesso em: 20. abr. 2019.

O'BRIEN, J. A. Sistemas de informações e as decisões gerencias na era da Internet. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p.4

PIMPLER, E. Mashup Mania with Google Maps. 3.ed. Morrisville: Lulu Enterprises, 2007.

QUINTELA, A. Como e onde aplicar o Material Design? Disponível em: <<https://www.workana.com/blog/pt/freelanceando-pt/e-onde-aplicar-material-design/>>. Acesso em: 20. abr. 2019

RODRIGUES, J. HTML básico: Códigos HTML para iniciantes. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/html-basico-codigos-html/16596>>. Acesso em: 17. abril.2019.

SAMMY, M. Desenvolva aplicações web profissionais com uso dos poderosos recursos de estilização das CSS3. Disponível em: <
<http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/674122.pdf>>.
Acesso em: 20. abr. 2019.

ZAPALOWSKI, V. Análise quantitativa e comparativa de linguagens de programação. Acesso em: 20. abr. 2019.

ÍNDICE

A

Aldovano Dantas Barbosa, 44, 105, 117, 150, 159, 167, 174, 192, 213, 217, 221, 244
Aline Fernanda Sampaio Garcia, 44, 167, 244
ALMEIDA, Paulo Roberto Andrade de, 252
Ana Júlia Pereira Granero, 30
Ana Laura Malachias, 117, 150
André Luiz Pereira Spinieli, 200

C

Camila Campos Fernandes, 51
Carlos Eduardo de França Roland, 261
Cledja Ferreira da Silva, 117, 150, 159, 174

D

Daniela de Figueiredo Ribeiro, 124
Dayanna Gonçalves Soares, 44, 167, 244
Diego Alves, 79

E

Eliete da Conceição Arrais, 192, 221

F

Fernando César Padula Silva, 70

G

Giovana Zanardo Costa Pinto, 9
Guilherme Augusto Bertelli Fernandes Clemente, 85
Gustavo Henrique Gonçalves, 85

H

Heloisa Abdala Aguiar, 192, 221

Heloísa Abdala Aguiar, 174
Heloisa Helena Vallim De Melo, 180

I

Irma Helena Ferreira Benate Bomfim, 51
Isabella Monteiro da Fonseca de Oliveira, 105
Isabella Monteiro Da Fonseca Oliveira, 213, 217
Isadora de Castro Aguiar, 105
Isadora De Castro Aguiar, 213, 217

J

Jaderson Faria Santos, 110

K

Kalebe Camargo Lourenço Clemente, 100
Karine Alice Machado Florêncio Côrte, 117, 150, 159, 174

L

Lara Serafim de Andrade, 117, 159
Luciano Roberto Bessa Filho, 70

M

Márcia Aparecida Giacomini, 70
Maria Cherubina de Lima Alves, 9, 30
Maria Eduarda Jussiani, 159
Marinês de Oliveira Félix, 192, 221
Miriam dos Santos, 192, 221
Murilo Cordero Leal, 252

N

Naiara Diniz da Mota, 105
Naiara Diniz Da Mota, 213, 217
Nathali Tanzi Ulman de Oliveira, 23
Nayara Araújo de Castro, 44, 167, 244
Nayara Cristina Freitas Silva, 180

P

Paulo de Tarso Oliveira, 79, 136

R

Rafaella Orlando de Souza, 136

Raissa Porto Gera, 124

Regina Maria de Souza, 100

Renato Veronese, 261

Ricardo Borzani Dessimoni, 70

S

Sandy Gerolin Mota Araujo, 105

Sandy Gerolin Mota Araújo, 213, 217

Sira Napolitano, 200

T

Talita Fernanda Soares Freitas
Andrade, 23

Thiago Felipe dos Santos Lima
Gonçalves, 70

W

Willian Campos Amorim, 85

Z

Zaíra Garcia Oliveira, 110

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



0800 940 4688

16 3713 4688

unifacef.com.br

